

Universidade Federal Fluminense
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política – PPGCP

**TRANSFORMAÇÕES DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA FAIXA DE
FRONTEIRA:**

**A ATUAÇÃO DOS PELOTÕES ESPECIAIS DE FRONTEIRA NO
ESTADO DO ACRE E NO ESTADO DE RORAIMA (1985-2016)**

MIGUEL PATRICE PHILIPPE DHENIN

Orientador: Prof. Dr. Thiago Moreira de Souza Rodrigues

Co-orientador: Prof. Dr. François-Michel Le Tourneau

Niterói

2017

Universidade Federal Fluminense
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia (ICHF)
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP)

Miguel Patrice Philippe Dhenin

**TRANSFORMAÇÕES DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA FAIXA DE FRONTEIRA:
A ATUAÇÃO DOS PELOTÕES ESPECIAIS DE FRONTEIRA NO ESTADO DO
ACRE E NO ESTADO DE RORAIMA (1985-2016)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor. Área de concentração: Estudos Estratégicos

ORIENTADOR: PROF. DR. THIAGO MOREIRA DE SOUZA RODRIGUES

CO-ORIENTADOR: PROF. DR. FRANÇOIS-MICHEL LE TOURNEAU

NITERÓI

2017

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

D534 Dhenin, Miguel Patrice Philippe.

Transformações do exército brasileiro na faixa de fronteira: a atuação dos pelotões especiais de fronteira no estado do Acre e no estado de Roraima / Miguel Patrice Philippe Dhenin. – 2017.

350 f. : il.

Orientador: Thiago Moreira de Souza Rodrigues.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Departamento de Ciência Política, 2017.

Bibliografia: f. 223-254.

1. Amazônia. 2. Exército brasileiro. 3. Fronteira. 4. Acre. 5. Roraima. I. Rodrigues, Thiago Moreira de Souza. II. Universidade Federal Fluminense. Departamento de Ciência Política. III. Título.

Bibliotecário: Nilo José Ribeiro Pinto

CRB-7/6348



ATA DE DEFESA DE TESE

Aos vinte e três dias do mês de novembro de dois mil e dezessete, às treze horas, na sala René Dreifuss, do Instituto de Estudos Estratégicos, da Universidade Federal Fluminense, reuniu-se a Comissão Examinadora designada para arguir a Tese de Doutorado em Ciência Política de **MIGUEL PATRICE PHILLIPPE DHENIN**, sob o título “*Transformações do exército brasileiro na faixa de fronteira: a atuação dos pelotões especiais de fronteira no Estado do Acre e no Estado de Roraima (1990-2015)*”, sendo a referida Comissão constituída pelos(as) Professores(as) Doutores(as): titulares: Thiago Moreira de Souza Rodrigues (UFF), Carlos Henrique Aguiar Serra (UFF), Lício Caetano do Rego Monteiro (UFRJ), Adriana Aparecida Marques (UFRJ) e Lia Osório Machado (UFRJ); suplentes: Gabriel Passetti (UFF) e Fernando Rodrigues da Silva (UNIVERSO).

A banca examinadora, em sessão secreta, deliberou pela:

- Aprovação.
 Reprovação.
 Aprovação com restrições:

do(a) candidato(a).

Niterói, 23 de novembro de 2017.

Prof. Dr. Thiago Moreira de Souza Rodrigues (UFF)

Orientador

CPF: 295.834.178-07

Prof. Dr. Carlos Henrique Aguiar Serra (UFF)

CPF: 888.896.967-53

Prof. Dr. Lício Caetano do Rego Monteiro (UFF)

CPF: 057781127-30

Profa. Dra. Adriana Aparecida Marques (UFRJ)

CPF: 186.232.198-13

Profa. Dra. Lia Osório Machado (UFRJ)

CPF: 039.384.257-68

Resumo

Essa tese de doutorado propõe oferecer uma interpretação pluridisciplinar do papel das unidades do Exército Brasileiro que atuam nos confins do território nacional, num contexto de transformações estratégicas. Os Pelotões Especiais de Fronteira servem principalmente para alertar os batalhões quando surge uma ameaça direta para a soberania nacional. A análise das missões cotidianas dos PEF revelou certas limitações, de ordem logística e orçamentária no emprego das suas missões. Porém, em função das prerrogativas de poder de polícia, essas unidades têm desenvolvido um difícil trabalho de patrulhamento ostensivo de fiscalização das áreas de responsabilidade, com o objetivo de garantir a integridade de território nacional e impedir a entrada de ilícitos transfronteiriços.

Argumentamos que o lançamento do Plano Estratégico de Fronteiras em 2011, pelo Ministério da Justiça, redimensionou o papel das Forças Armadas e das Forças de Segurança Pública na faixa de fronteira. Assim, observamos, a partir dos resultados de uma série de pesquisas de campo realizadas entre 2013 e 2016, o incremento significativo dos recursos humanos e materiais para as Forças de Segurança Pública na faixa de fronteira da Amazônia. Logo, as polícias civis e militares estaduais, como também as polícias federais começaram a ampliar o leque de atuação na fiscalização dessas áreas, com resultados positivos, de acordo com o relatório da Secretaria Nacional de Segurança Pública publicado em 2016.

Portanto, esse trabalho aponta que estamos diante de um cenário de transformação clara do papel do Exército na Amazônia para os PEF. Duas tendências ficaram evidentes quando observamos as hipóteses de trabalho. Primeiro, a operacionalização do Sistema de Monitoramento e Vigilância das Fronteiras (SISFRON) pode marginalizar a atuação do PEF, que se tornaria apenas como elemento simbólico de presença. Segundo, precisamos ficar atento aos cortes nos orçamentos dos Ministérios responsáveis (Justiça e Defesa), que podem obrigar a suspensão ou até mesmo o redimensionamento dos projetos estratégicos atualmente desenvolvidos.

Abstract

This doctoral thesis proposes to offer a pluridisciplinary interpretation of the role of the Brazilian Army's units that work in the borderlands of the national territory, in a context of strategic transformations. Special Border Platoons (SBP) serve primarily to alert battalions when a direct threat to national sovereignty arises. The analysis of the daily tasks of the SBP revealed certain logistical and budgetary constraints in the use of their missions. However, due to the prerogatives of policing power, these units have developed a difficult task of patrolling ostensibly, supervising the areas of responsibility, with the purpose of guaranteeing the integrity of the national territory and preventing the entry of transboundary illicit activities.

We argue that the launch of the Border Strategic Plan in 2011 by the Ministry of Justice has reshaped the role of the Armed Forces in the border area. Thus, from the results of a series of field surveys carried out between 2013 and 2016, we observed a significant increase in human and material resources for the Public Security Forces in the Amazonian border region. Thus, the civilian and military police forces, as well as the Federal Police began to expand the range of activities in the surveillance of these areas, with positive results, according to the report of the National Secretariat of Public Security published in 2016.

Therefore, this PhD thesis points out that we are facing a scenario of a clear transformation of the role of the Army in the Amazon for the SBP. Two trends were evident when we observed the data collected. First, the operationalization of the Border Monitoring and Surveillance System (SISFRON in Brazilian Portuguese) may marginalize the work of the SBP, which would only become a symbolic element of presence. Second, we must pay attention to the cuts in the budgets of the accountable Ministries (Justice and Defense), which may force the suspension or even the re-dimensioning of the strategic projects currently developed.

Sumário

Resumo	p.5
Abstract	p.6
Agradecimentos	p.12
Lista de Tabelas, Mapas e Figuras	p.13
Glossário	p.15
Introdução	p.19
Capítulo I: A Amazônia como espaço estratégico e a questão do meio ambiente no discurso militar do Exército Brasileiro nos anos 1990	p.29
Capítulo II: O retorno das Forças Armadas como componente estratégico de desenvolvimento nacional (1994-2010)	p.77
Capítulo III: Presença militar nas fronteiras: o papel dos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF)	p.118
Capítulo IV: Uma abordagem crítica da normalização do papel dos militares do Exército Brasileiro na faixa de fronteira	p.168
Considerações finais	p.213
Referências bibliográficas	p.223
Anexos	p.257

Capítulo I: A Amazônia como espaço estratégico e a questão do meio ambiente no discurso militar do Exército Brasileiro nos anos 1990.....p.29

1.1 O espaço amazônico: características geográficas e históricas da região.....p.29

1.1.1 Formação do espaço amazônico e o processo de colonização do território

1.1.2 O aspecto estratégico da presença física na Amazônia para os militares

1.1.3 Lidar com a vizinhança: a presença da América hispânica e seus efeitos na estratégia de ocupação portuguesa do século XVIII até meados do século XX

1.1.4 A construção das elites militares brasileiras e o papel do EB

1.2 A presença do Exército na Amazônia no período pós-redemocratização.....p.45

1.2.1 A questão da identidade militar no pós-1985

1.2.2 A obsessão pós-ditadura das fronteiras amazônicas

1.2.3 O Programa Calha Norte para os militares do Exército Brasileiro

1.2.4 A importância do processo de “transição democrática”

1.3 A proteção dos espaços florestais como forma de criar um espaço de manobra.....p.57

1.3.1 A importância da pressão externa na mudança narrativa do Exército Brasileiro sobre o meio ambiente

1.3.2 A questão da segurança humana na agenda global das Relações Internacionais

1.3.3 O discurso e a prática: a preservação das áreas e o papel dos militares

1.3.4 A agenda ambientalista e os militares na floresta: uma oportunidade para legitimar a presença na Amazônia

Capítulo II: O retorno das Forças Armadas como componente estratégico de desenvolvimento nacional (1994-2010).....p.77

2.1 O contexto geoestratégico na Amazônia durante a era FHC.....p.77

2.1.1 Soberania nacional vs. integração continental: um modelo em crise?

2.1.2 O governo de FHC e seus efeitos nas Forças Armadas

2.1.3 A criação do Ministério da Defesa em 1999: efeitos para a Amazônia

2.1.4 O projeto SIVAM/SIPAM

2.2 A crise econômica e seus efeitos no contexto estratégico fronteiriça.....p.90

2.2.1 A crise econômica brasileira e seus efeitos nas Forças Armadas

2.2.2 Entorno estratégico brasileiro: o problema da instabilidade dos vizinhos para o Brasil

2.2.3 O papel estratégico da Amazônia para o desenvolvimento brasileiro

2.2.4 Considerações acerca da transformação do EB durante o período FHC

2.3 A importância da Estratégia Nacional de Defesa para a Amazônia.....p.103

2.3.1 A elaboração da Política de Defesa Nacional (2005)

2.3.2 Lançamento da Estratégia Nacional de Defesa (2008)

2.3.3 A pauta da defesa na Política Externa brasileira na era Lula

2.3.4 Os grandes projetos científico-tecnológicos de cunho estratégico/militar

Capítulo III: Presença militar nas fronteiras: o papel dos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF).....p.118

3.1 A atual presença do Exército Brasileiro na Amazônia.....p.118

3.1.1 Efetivos, recursos materiais e missões desenvolvidas nos PEF

3.1.2 Os limites conceituais da Estratégia Nacional de Defesa para o EB

3.1.3 O problema das dificuldades orçamentárias para os militares do EB

3.1.4 A análise crítica do papel do EB a partir das observações realizadas

3.2 A presença efetiva do Exército na faixa de fronteira: o papel do Pelotão Especial de Fronteira a partir dos casos do Acre e de Roraima.....p.133

3.2.1 O PEF: características, missões e valores

3.2.2 O estudo de caso do PEF do 7º BIS (Roraima)

3.2.3 O estudo de caso do PEF do 4º BIS (Acre)

3.3 Os limites dos Pelotões Especiais de fronteira e sua inadaptação ao atual contexto fronteiriço.....p.153

3.3.1 A transformação do modelo de presença dos PEF

3.3.2 A logística como calcanhar de Aquiles do Exército Brasileiro?

3.3.3 Uma força limitada pela questão orçamentária?

3.3.4 A transformação do quadro geopolítico

Capítulo IV: Uma abordagem crítica da normalização do papel dos militares do Exército Brasileiro na faixa de fronteira.....p.168

4.1 O efeito da convergência dos aparatos policiais e militares: imprecisão na fronteira semântica e geográfica?.....p.168

4.1.1 A semântica entre ameaça interna e ameaça externa

4.1.2 A busca para uma nova agenda de segurança para o Exército Brasileiro

4.1.3 Interpretações críticas do objeto fronteira no campo da segurança

4.1.4 Estudo de caso: a produção dos discursos dos agentes de segurança na fronteira

4.2 A transformação do discurso dos agentes do campo da segurança na faixa de fronteira.....p.184

4.2.1 A gênese e os objetivos do programa ENAFRON do MJ (no Acre e Roraima)

4.2.2 A importância estratégica para a SENASP do estabelecimento dos Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteira – GGIF: legitimação da cooperação interagência

4.2.3 O retorno de experiência do Plano Estratégico de Fronteiras e do PDFF (2011-2015)

4.3 A transformação do papel do Exército Brasileiro na fronteira: a hibridização do papel dos militares como norma?.....p.199

4.3.1 Consequências da transformação do modelo do Exército Brasileiro no contexto fronteiriço

4.3.2 A análise dos nexos entre território, soberania e fronteira no campo da abordagem crítica da fronteira

4.3.3 A importância da mobilidade e do controle das fronteiras

Agradecimentos

Agradeço aos meus pais, Ilda e Marc pelo apoio incondicional durante esses cinco anos.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Thiago Moreira de Souza Rodrigues, pela parceria acadêmica durante esses cinco anos. Saliento as reuniões, as orientações, as críticas construtivas e as inúmeras releituras para conseguir terminar essa tese. O professor, pela confiança e grande atenção recebida, foi determinante no meu amadurecimento como pesquisador e essencial para conquistar o meu espaço como docente na UFF e na comunidade acadêmica brasileira dos Estados Estratégicos.

Agradeço ao meu co-orientador, Prof. Dr. François-Michel Le Tourneau, pelo apoio durante essa caminhada, por ter despertado em mim o desejo de conhecer a região Amazônica e ter facilitado, através dos recursos do CNRS, a viabilização das pesquisas de campo no Acre e em Roraima, além das releituras e orientações realizadas ao longo desses cinco anos.

Agradeço à comunidade do Instituto de Estudos Estratégicos (INEST) da Universidade Federal Fluminense (docentes, funcionários, discentes), desde 2007, pelas oportunidades profissionais que surgiram durante os últimos anos.

Agradeço aos amigos, do mundo acadêmico, de Niterói, de Paris, de Lisboa, e às pessoas que me ajudaram durante essa caminhada. Meu sincero “obrigado” por tudo.

Agradeço aos meus familiares, na França e em Portugal pelo apoio durante essa tese.

Agradeço ao Governo Federal brasileiro, que, através do auxílio financeiro da bolsa de doutorado CAPES/DS, viabilizou minha dedicação exclusiva à pesquisa e ao ensino entre 2012 e 2016.

Agradeço aos brasileiros, e particularmente o povo da região Norte, do Estado Acre até o Estado de Roraima, passando por Amazonas e Pará, por ter me acolhido em diversas ocasiões, sendo recebido sempre de braços abertos.

Esse trabalho de pesquisa acadêmica foi financiado pelo Povo brasileiro entre 2012 e 2016 e, portanto, dedico para Ele os resultados apresentados nessa pesquisa.

Dedico também essa tese de doutorado para o meu avô materno, Eugénio Rodrigues Coelho (*in memoriam*), que foi sempre muito presente na minha vida pessoal e na minha trajetória acadêmica.

Finalmente, agradeço uma pessoa muito especial, que sabe o quanto da sua importância na minha vida. Sem ela, minha vida no Brasil não seria possível. Obrigado Nathália!

Lista de Tabelas

Tabela n.1 “Alocação de verbas do Projeto Calha Norte por órgão da administração federal”.....	p.53
Tabela n.2 “Efetivo de militares da ativa, por Comando Militar de Área e círculo hierárquico”.....	p.118
Tabela n.3 “Orçamento do Ministério da Defesa entre 2004 e 2016”.....	p.126
Tabela n.4 “Variações (em %) do orçamento do Ministério da Defesa comparado com o orçamento do Comando do Exército entre 2004 e 2016”.....	p.127
Tabela n.5 “Orçamento (em milhões de reais) empenhado, liquidado e pago do Ministério da Defesa entre 2004 e 2016”.....	p.128
Tabela n.6 “Gastos com os Comandos de Fronteira do 4º BIS (Acre) e do 7º BIS (Roraima) entre 2004 e 2006”.....	p.161

Lista de Mapas

Mapa n.1 “Mapa com as Organizações Militares do Exército Brasileiro na Amazônia”.....	p.135
Mapa n.2 “Mapa rodoviário do Estado de Roraima”.....	p.143
Mapa n.3 “Mapa rodoviário do Estado do Acre”.....	p.146
Mapa n.4 “Mapa dos Comandos Militares do EB a partir de 2013”.....	p.153
Mapa n.5 “Mapa com as Organizações Militares do Exército Brasileiro na Amazônia”.....	p.159

Lista de Figuras

Figura n.1 “Começo da rodoviária Transoceânica, também conhecida como Estrada do Pacífico”.....	p.98
Figura n.2 “Entrada do PEF Normandia em agosto de 2014”.....	p.139
Figura n.3 “Interior do PEF Normandia em julho de 2014”.....	p.140
Figura n.4 “Entrada da Companhia Especial de Fronteira em julho de 2013.....	p.147
Figura n.5 “Ponte na fronteira boliviana e brasileira em julho de 2013”.....	p.148
Figura n.6 “Paisagem nas margens do Rio Acre em julho de 2013”.....	p.152
Figura n.7 “Exemplo de uma fita de Möebius”.....	p.171

Glossário

ACISO: Ação Cívico-Social
ALBA: Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América
ALCA: Área de Livre Comércio das Américas
ANVISA: Agência Nacional de Vigilância e de Saúde
ARENA: Aliança Renovadora Nacional
AM: Amazonas
BID: Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIS: Batalhão de Infantaria de Selva
Bda: Brigada de Infantaria de Selva
BM: Bombeiro Militar
BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento
BRICS: <i>Brazil-Russia-India-China-South Africa</i>
BV-8: Brasil-Venezuela Marco 8
CAF: Corporação Andina de Fomento
CASA: Comunidade Sul-Americana de Nações
CEF: Comando Especial de Fronteira
CENSIPAM: Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia
CIF: Consórcio Internacional de Fronteira
CIGS: Centro de Instrução de Guerra na Selva
CINDACTA: Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle do Tráfego
CIPOFron: Companhia Independente do Policiamento de Operações de Fronteira
COBRA: Combatente Brasileiro
CONARE: Comitê Nacional para os Refugiados
COSIPLAN: Conselho Sul-americano de Planejamento
CPDOC-FGV: Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas
CMA: Comando Militar da Amazônia
CMN: Comando Militar do Norte
CMO: Comando Militar do Oeste
CSD: Conselho Sul-americano de Defesa
CSN: Conselho de Segurança Nacional
CPAEx: Centro de Psicologia Aplicado do Exército
CREDA: <i>Centre de Recherche et de Documentation des Amériques</i>
CREDEN: Conselho de Relações Exteriores e Defesa Nacional
C4IVR: Comando e Controle, Comunicação, Inteligência, Vigilância e Reconhecimento
DEF: Destacamento Especial de Fronteira

DCIPAS: Diretoria de Civis, Inativos, Pensionistas e Assistência Social
DSN: Doutrina de Segurança Nacional
DNPM: Departamento Nacional de Pesquisa Mineral
DOI-CODI: Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna
DURAMAZ: <i>Développement DURable en AMAZonie</i>
EB: Exército Brasileiro
ECEME: Escola de Comando do Estado-Maior do Exército
ECO-92: Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente
ECS: Estudos Críticos de Segurança
EPA: <i>Environmental Protection Agency</i> , Agência de Proteção do Meio Ambiente dos EUA
EM: Exposição de Motivos
EMCFA: Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas
EME: Estado-Maior do Exército
END: Estratégia Nacional de Defesa
ENAFRON: Estratégia Nacional de Fronteiras
EUA: Estados Unidos da América
ES: Espírito Santo
ESG: Escola Superior de Guerra
FARC-EP: Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - Exército Popular
FAB: Força Aérea Brasileira
FFAA: Forças Armadas
FONPLATA: Fundo de Desenvolvimento da Plata
FMI: Fundo Monetário Internacional
FUNAI: Fundação Nacional do Índio
FSP: Forças de Segurança Pública
GGIF: Gabinete de Gestão de Integrada da Fronteira
GLO: Garantia da Lei e da Ordem
GTI: Grupo de Trabalho Interministerial
G4: Aliança diplomática entre Brasil, Alemanha, Índia e Japão
G20: Grupo das 20 maiores economias do mundo
IBAMA: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio: Instituto Chico Mendes de Biodiversidade
IBAS: Índia-Brasil-África do Sul
IIRSA: Iniciativa para Integração Regional Sul-Americana
LBDN: Livro Branco da Defesa Nacional
MAP: Madre de Deus – Acre – Pando

MB: Marinha do Brasil
MD: Ministério da Defesa
MI: Ministério da Integração
MINUSTAH: Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti
MJ: Ministério da Justiça
MMA: Ministério do Meio-Ambiente
MRE: Ministério das Relações Exteriores
MS: Mato Grande do Sul
OEA: Organização dos Estados Americanos
OTCA: Organização do Tratado de Cooperação Amazônico
ONG: Organizações Não Governamentais
OM: Organização Militar
OMS: Organização Mundial da Saúde
OTAN: Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAP: Programa Amazônia Protegida
PAE: Projeto Agroextrativista
PC: Polícia Civil
PCN: Programa Calha Norte
PDFF: Plano de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira
PDN: Política de Defesa Nacional
PEC: Projeto de Emenda Constitucional
PEF: Pelotão Especial de Fronteira
PEFRON: Policiamento Especializado de Fronteiras
PEI: Política Externa Independente
PF: Polícia Federal
PM: Polícia Militar
PMPR: Polícia Militar do Paraná
PNB: Polícia Nacional Boliviana
PPGEEI: Programa de Pós-graduação em Estudos Estratégicos Internacionais
PRF: Polícia Rodoviária Federal
PROSUB: Projeto Submarino Nuclear
PT: Partido dos Trabalhadores
PUC-Rio: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
RJ: Rio de Janeiro
RF: Receita Federal
RM: Região Militar
SAE: Secretaria de Assuntos Estratégicos
SGDC: Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas

SENASP: Secretaria Nacional de Segurança Pública
SINAD: Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas
SIVAM: Sistema de Vigilância da Amazônia
SIPAM: Sistema de Proteção da Amazônia
SISCOMIS: Sistema de Comunicações Militares por Satélite
SISDABRA: Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro
SisGAAz: Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul
SISFRON: Sistema de Proteção e Vigilância da Fronteira
SNI: Serviço Nacional de Informações
SNUC: Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SP: São Paulo
TI: Terras Indígenas
UNASUL: União das Nações Sul-Americanas
UECE: Universidade Estadual do Ceará
UFAM: Universidade Federal do Amazonas
UFRJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNIRIO: Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UnB: Universidade de Brasília
USP: Universidade São Paulo

Introdução

Esse trabalho acadêmico, iniciado em março de 2012, propõe analisar um objeto relevante no campo das ciências humanas brasileiras. Esse singular grupo social, chamado “Exército Brasileiro” ou abreviado “EB”, teve no processo de construção social e histórico brasileiro um papel central. Sua importância foi verificada em diversos momentos-chave da história do país, mostrando facetas diversas e complexas. O exercício de redação da tese de doutorado exige por parte do discente uma capacidade de análise dos fatos para que seja possível um estudo preciso, versando sobre um determinado objeto de pesquisa, no nosso caso aqui a atuação do Exército Brasileiro na fronteira amazônica, com ênfase nos anos 1990 até 2015 tendo como estudo de caso a existência e funcionamento de dois Pelotões de Fronteiras situados no 7º BIS e no 4º BIS. Uma das primeiras tarefas consistiu na revisão bibliográfica do objeto, para que as fontes sejam disponibilizadas para o pesquisador e evitar repetir um trabalho já produzido.

Evidentemente, durante esses últimos anos, foi realizada a leitura de uma grande quantidade de trabalhos acadêmicos que tratassem do objeto. A tese de doutorado procura, essencialmente, produzir um trabalho acadêmico original e científico sobre um determinado tema ou objeto, muitas vezes enquadrado num período histórico. Por isso, foi importante a revisão bibliográfica dos trabalhos publicados anteriormente, pois a historiografia brasileira reconhece a importância das Forças Armadas como ator político influente durante o período imperial e particularmente durante o período republicano. Destarte, essa proposta não procura reinterpretar o papel do EB, pois isso já foi realizado por historiadores, cientistas políticos ou sociólogos, brasileiros ou estrangeiros, durante as últimas décadas. Podemos lembrar aqui os trabalhos de Nelson Werneck Sodré (1978, 1982), a obra de René Armand Dreifuss (1981) ou mais recentemente os trabalhos realizados por Celso Castro (1990, 1995, 2002) entre muitos outros.

No começo, tivemos uma série de dificuldades para encontrar o nosso ângulo de pesquisa. Consideramos ângulo o elemento central que seria capaz de trazer um caráter original e inédito para a tese. Sendo assim, procuramos uma bibliografia alternativa, que enfatizasse questões que não seriam tradicionalmente abordadas. Desde então,

procuramos analisar o objeto “Exército Brasileiro na fronteira amazônica” do estudo com duas lentes distintas, porém complementares, como mostraremos a seguir.

De um lado, a geografia, e particularmente a geografia política, como indicado por Raffestin (1993) reflete as características políticas frente aos aspectos socioeconômicos no âmbito local, regional, nacional e internacional. Para o nosso trabalho, o conceito geográfico central utilizado é o de faixa de fronteira, também analisado por Foucher (2009), que procura entender a “obsessão” pelo objeto fronteira, pois é caracterizado pelas suas especificidades geográficas, com desdobramentos no campo jurídico como também no campo político (a definição da faixa de fronteira da Lei n. 6.334 de 02 de maio de 1979). Notamos que o poder de polícia das Forças Armadas foi introduzido pela Lei Complementar 117/2004, que estendeu com a Lei Complementar n. 136 de 25 de agosto de 2010 esse poder para as FFAA.

A faixa de fronteira nos remete a um espaço geográfico particular. A geografia foi também importante para diferenciar esse trabalho dos demais existentes. Deixamos claro que não pretendemos menosprezar os diversos trabalhos acadêmicos realizados sobre a região, mas foi através da pesquisa de campo, ou seja, a experiência vivenciada de conhecimento da realidade, que tivemos a capacidade de encontrar o nosso ângulo para a realização desse trabalho de tese.

Por outro lado, a ciência política foi uma ferramenta essencial para a formulação das hipóteses de pesquisa, pois no âmbito das Relações Internacionais, a utilização do conceito de “securitização” (BUZAN, 1998) aparece como oportuno. Segundo o autor, a securitização é “o uso da retórica da ameaça existencial com o objetivo de levar um assunto para fora das condições da ‘política normal’”, justificando assim a adoção de medidas de emergência, de procedimentos políticos extraordinários e eventualmente o uso da força (BUZAN, 1998, p. 24-25).

Dentre do contexto da Amazônia, podemos observar que a securitização aconteceu por dois movimentos claros, que oferecem caminhos opostos na interpretação. De um lado, no começo da década de 1990, a securitização do setor ambiental que procurou definir o bioma amazônico como objeto principal ou referente sua devastação como a principal ameaça existencial, tanto pela diminuição da biodiversidade vigente, quanto pela emissão de gases estufa e pelos efeitos negativos nas populações nativas. Por isso, os autores Barry Buzan e Ole Waever afirmam que, especialmente no Brasil, a

securitização ambiental é temida como “potencial fundamentação para o intervencionismo norte-americano” (BUZAN e WAEVER, 2003, p. 333).

Por outro lado, que acontece principalmente em reação à primeira, é a securitização política, tendo como pano de fundo o nacionalismo, que define a principal ameaça como o risco ambiental na Amazônia. Essa dimensão da securitização do espaço amazônico pelo EB relaciona-se com a mais antiga e presente das preocupações relativas à região, a saber, o estabelecimento e manutenção da soberania política sobre esse imenso território. Essa preocupação refere-se ao desrespeito à soberania do Brasil por potências centrais, através das ONGs ou diretamente. Essa retórica evoca, igualmente, como possíveis fontes de violação da soberania nacional as chamadas “novas ameaças”, frequentemente de caráter transnacional, de que são exemplos o narcotráfico, a imigração ilegal, a biopirataria, entre outras.

Geografia política e ciência política dialogam neste trabalho para entender, debater e esclarecer questões que julgamos pertinentes para uma sociedade brasileira que caminha no século XXI, discutindo o papel das Forças Armadas num contexto democratizado. Esse trabalho acadêmico procura se colocar ao serviço de qualquer cidadão que tiver interesse em entender a transformação da experiência de Poder pelos militares do Exército Brasileiro na faixa de fronteira, a partir de um estudo de caso na Amazônia ocidental e setentrional. Esta pesquisa não possuiu ou pretende chegar a possuir um caráter normativo e tampouco pretende ser um programa para servir ou ser utilizado tal qual pelo Exército Brasileiro, apenas procura realizar algumas propostas, que serão oferecidas nas considerações finais do trabalho.

Buscamos com esse trabalho oferecer uma reflexão contemporânea sobre uma região em constante transformação e marcada por diversos problemas recorrentes (segurança pública, desenvolvimento sustentável, educação, saúde, meio ambiente, questões indígenas, entre outros). Procuramos durante a redação dessa tese de doutorado identificar problemas reais a partir de elementos bibliográficos cautelosamente analisados, e comparar os mesmos com a experiência empírica que foi vivenciada pelo autor em 2013 e 2014 nos Estados do Acre e de Roraima. Essa tese de doutorado tem como objetivo apresentar e analisar a produção dos discursos do EB sobre a Amazônia, com foco no período pós-ditadura civil-militar (1985-2016), enfatizando o tema da ocupação das faixas de fronteira e a presença dos Pelotões Especiais de Fronteira.

O trabalho parte da seguinte hipótese: a atual produção do discurso estratégico pelo Exército Brasileiro com relação à Amazônia atualiza o binômio “segurança e desenvolvimento”, presente desde tempos da ditadura civil-militar (1964-1985), reinscrevendo a preocupação com a defesa do território amazônico no temor da internacionalização da Amazônia por questões ambientais, na tentativa de equacionar a chamada “questão indígena” e no objetivo de combater o fluxo de ilícitos transfronteiriços, sendo esse processo verificável pela atuação dos Pelotões Especiais de Fronteira.

Do ponto de vista da metodologia, baseamos nosso trabalho a partir da análise de teses produzidas por militares do EB nas escolas do sistema de ensino militar entre 1985 e 2016 que versem sobre a Amazônia, seu desenvolvimento, segurança e papel do EB. Essa tese de doutorado buscou seus fundamentos na apresentação e análise dos documentos oficiais sobre que versam sobre a participação do EB de forma direta ou indireta, como por exemplo, em leis, decretos, Políticas de Defesa, Estratégia Nacional de Defesa e Livro Branco da Defesa Nacional, todos publicados entre 1985 e 2016. Outra componente central na perspectiva teórico-metodológica que pretendemos abordar aqui, as entrevistas realizadas com oficiais do Exército Brasileiro e um gerente da ENAFRON.

Por ordem cronológica, foram essas as entrevistas produzidas para a tese de doutorado: a Entrevista n.1 com o Capitão L., realizada no Comando Especial de Fronteira em Epitaciolândia (AC) em 2013, a Entrevista n. 2 com o Tenente A, no realizada no Pelotão Especial de Fronteira de Normandia (RR) em 2014 e a Entrevista n. 3 com o gerente do programa ENAFRON, policia civil José Camilo da Silva do Ministério da Justiça, realizada na sede da SENASP em Brasília (DF), em 2016. Essas entrevistas encontram-se nos Anexos da tese de doutorado. Foram realizadas também a Entrevista n.4 com o General Amauri Pereira Leite, responsável do programa SISFRON em Dourados (MS), realizada em Niterói (RJ) em 2015 e finalmente a Entrevista n. 5 com o General Franklimberg Ribeiro de Freitas, do Comando Militar da Amazônia, assessor de assuntos institucionais, realizada em Manaus (AM) em 2016.

Finalmente, para complementar alguns dados específicos, contamos com uma bibliografia especializada em: história militar brasileira, história da ocupação amazônica, segurança e desenvolvimento, teorias de securitização, segurança climática e ambiental, estudos críticos de segurança, segurança pública, entre outros. Partimos da seguinte

perspectiva teórica: a “Teoria da Securitização” por aliar análise dos discursos à produção de ameaças e temas de segurança. Tal perspectiva se mostra interessante para analisar documentos e discursos de segurança sobre a Amazônia, ao permitir o estudo de como temas como “desenvolvimento” são constituídos ou articulados a políticas de segurança nas FFAA e no EB especificamente.

Essa função evoluiu bastante desde as sucessivas fases de conquista da região, mostrando como a presença do EB foi sendo naturalizada (integrada no discurso de garante da segurança regional), pelas populações e implementadas pelas elites (militares e civis). Para qualificar a discussão, a pesquisa de campo foi utilizada como uma ferramenta essencial para entender a realidade de cada região, vivida e presenciada pelo EB na faixa de fronteira. Existem na literatura vigente diversos trabalhos sobre a presença das Forças Armadas na Amazônia. Mas é importante salientar os trabalhos produzidos nas escolas militares (principalmente a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e a Escola Superior de Guerra (ESG), que formam os oficiais do EB para a carreira de oficial-general do EB.

Essa tese de doutorado é fruto de um trabalho realizado por um acadêmico civil, que procura analisar, a partir de dois estudos de casos (nas regiões de tríplice fronteira dos Estados do Acre e de Roraima) a atuação do EB na fronteira amazônica, com ênfase nos anos 1985 até 2016, tendo como estudo de caso a existência e funcionamento de dois Pelotões de Fronteira. O objetivo central da pesquisa de campo é entender como a assimetria entre o discurso e a prática dos oficiais do EB é desenvolvida na faixa de fronteira amazônica. Deixamos claro que não se trata de uma análise sociológica ou um trabalho de antropologia das Forças Armadas. A tese trabalha principalmente os conceitos clássicos oriundos da Ciência Política e da Geografia Política, como mencionado anteriormente.

Isto implica a maneira como os agentes das FFAA aplicam o seu poder num determinado território - a faixa de fronteira, através de um determinado ator - o Exército brasileiro. Em outras palavras, o questionamento principal é entender como a atuação do EB se aplica, como ela é concebida, como é percebida, como se dissemina nas populações locais e acaba justificando a presença de militares nessa área territorial do Brasil. Trabalhamos também a relação entre as Forças Armadas e as Forças de Segurança Pública

dentro daquilo que se chama de âmbito de cooperação interagência, no contexto fronteiriço.

Outro aspecto relevante da tese, que se torna um dos pontos essenciais da originalidade do trabalho, é a análise da assimetria existente entre a presença militar real do EB na faixa de fronteira e a construção conceitual do seu poder simbólico, a partir dos discursos produzidos. Finalmente, ressaltamos que a discussão gira em torno da presença de tropas militares em período de paz em áreas remotas e sensíveis, nomeadamente em função da presença de populações indígenas e de áreas ambientais protegidas.

Embora comecemos o estudo a partir do momento da redemocratização do Brasil (1985), foi realmente a partir de 2005, com a atualização da Política de Defesa Nacional, que começou o processo de transformação da realidade do EB na faixa de fronteira, principalmente com a questão da redistribuição do poder no Ministério da Defesa, com a predominância civil no controle da pasta. Outro momento marcante na evolução do cenário foi o lançamento da Estratégia Nacional de Defesa, em 2008, consequência dos trabalhos produzidos naquela época, como veremos a seguir. Esses elementos marcaram a mudança estratégica do papel do EB e sua representação como ator central da faixa de fronteira. Com isso, evidenciam-se sinais da normalização do papel dos militares do Exército brasileiro nas áreas da faixa de fronteira, ou nas áreas de responsabilidade, no jargão militar.

Para conseguir essa transformação, foram precisas algumas etapas, que são apresentadas cronologicamente aqui. Em primeiro lugar, o Programa Amazônia Protegida (PAP), lançado em 2009, encontra-se em fase de redimensionamento, em função da diminuição dos recursos alocados e das opções estratégicas do EB. Um dos aspectos importantes do programa era a passagem de 28 para 51 Pelotões Especiais de Fronteira, que tinha como objetivo adensar a presença física na faixa de fronteira.

Atualmente, o PAP está sujeito aos contingenciamentos orçamentais do Governo Federal. A partir de 2011, houve o lançamento da Estratégia Nacional de Fronteiras (ENAFRON), liderada pelo Ministério da Justiça (MJ). Esse programa envolveu principalmente as Polícias Militares e Cíveis estaduais, assim que outros órgãos competentes na agenda da segurança pública na fronteira, como ANVISA, a Receita Federal, a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, etc. A ENAFRON trouxe alguns avanços importantes, como vemos nos Capítulos seguintes, como a criação de Gabinetes

de Gestão Integradas de Fronteira (GGIF), que procuraram articular as políticas (em todos os níveis) públicas sobre a segurança na região da faixa de fronteira.

É importante ressaltar que determinados Estados tiveram avanços importantes uma vez que realmente mantiveram a criação dos GGIF como ferramenta importante da ENAFRON (BRASIL, 2016). Outro programa chave para o Exército Brasileiro, em 2012, o SISFRON começou a ser implantado (com a importância da vertente tecnológica no programa estratégico). Isso em detrimento dos recursos humanos mobilizados. Um dos aspectos notáveis foi a capacidade de promover um programa que se adequasse à escala da Amazônia. Em função dos cortes orçamentários, o SISFRON por sua vez foi redimensionado, e a nova área de atuação começou suas operações no Mato Grosso do Sul (Dourados). Propõe ajudar os efetivos do EB na faixa de fronteira na sua capacidade de mobilização do EB, como também na questão da escala na gestão da zona de responsabilidade para as organizações militares (pelotão, companhia, batalhão).

Todos esses elementos apontam para um gradual afastamento da responsabilidade do Exército Brasileiro na faixa de fronteira amazônica, uma vez que observamos o retorno a normalização do papel do EB (como força de defesa por excelência), deixando espaço para os órgãos de Segurança Pública, ilustrado com a criação recente por parte das Polícias militares de Grupos Especializados de Fronteira. Sobre esses dados é importante ler o relatório ENAFRON publicado em agosto de 2016 pela Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça.

Durante a elaboração do projeto de tese, foi sugerido a realização de uma cotutela internacional de tese entre a Universidade Federal Fluminense e a Université Paris III Sorbonne Nouvelle, sob a orientação do professor François-Michel Le Tourneau, diretor de pesquisa no CREDA (CNRS). Durante o período de cotutela, foi elaborado um contrato que estipula os termos do acordo (principalmente a dupla titulação do doutorado) e também a possibilidade de participar de dois programas de pós-graduação (um no Brasil e outro na França). Diferente do Brasil, o CREDA não exige durante o doutorado uma carga horária específica por semestre. Apenas exige a participação nos seminários centrais da Unidade durante o primeiro ano do doutorado.

Nos últimos anos, a tese de doutorado foi marcada por uma série de palestras na França no grupo de pesquisa “Grands Espaces” liderado pelo professor François-Michel Le Tourneau. O ano de 2014 foi marcado por um período de estudo na França, no qual

foram realizadas diversas reuniões de orientação com o co-orientador da pesquisa, François-Michel Le Tourneau. Aproveitamos esse tempo para participar como Auditor-jovem do XV Curso da Defesa Nacional, no Instituto da Defesa Nacional em Lisboa (Portugal) e também o curso de Auditor-jovem do *Institut des Hautes Études de la Défense Nationale* (IHEDN), na cidade de Paris, França, durante o mês de outubro.

No que diz respeito à pesquisa de campo, foi realizado em 2013 uma primeira pesquisa de campo de longa duração (45 dias entre julho e agosto), no Projeto Agroextrativista Chico Mendes (foi uma das localidades escolhidas no quadro do Projeto de pesquisa DURAMAZ (*Développement DURable en AMAZonie*). O projeto procura estabelecer indicadores precisos para avaliar experiências sustentáveis na região amazônica, com uma grande diversidade de campos analisados (um total de 16 na fase 2 do projeto, que começou em 2010. Tivemos a possibilidade de participar em 2013, realizando uma série de questionários *in loco* no Projeto Agroextrativista Chico Mendes, situado em Xapuri, na faixa de fronteira do estado do Acre. É importante ressaltar que essa pesquisa foi financiada pela *Unité Mixte de Recherche* (UMR) 7227 CREDA-CNRS (França).

Graças ao programa DURAMAZ, foi possível visitar o Comando Especial de Fronteira do Exército Brasileiro, na cidade de Epitaciolândia (AC). Nesse mesmo dia, foi realizado uma entrevista com o Comandante Leite, responsável pelo Pelotão Especial de Fronteira (PEF), com o objetivo de entender a realidade do PEF na região estratégica chamada pelas ONG e os governos locais de MAP (Madre de Deus, no Peru – Acre, no Brasil – Pando, na Bolívia). Um dos aspectos interessantes da escolha é a situação geográfica do PEF (região da tríplice-fronteira). Existe também a cidade-gêmea Cobija-Brasiléia, com um posto importante da Receita Federal. Trata-se de uma porta de entrada do comércio bilateral entre os dois países. A viagem foi interessante também para perceber quais eram as possíveis ameaças para a segurança da faixa de fronteira (de acordo com as entrevistas realizadas com os oficiais do EB): o contrabando, a imigração ilegal, o narcotráfico (nessa ordem).

Aproveitamos também para atravessar a fronteira e conhecer em Cobija a sede da Polícia Nacional Boliviana (PNB). Os contatos com as Forças Armadas bolivianas não foram possíveis (apesar de uma base naval no rio Acre que faz a divisa entre a cidade de Cobija e a cidade brasileira de Epitaciolândia. Do ponto de vista formal, as Forças de

segurança boliviana costumam receber os avisos sobre as operações interagências brasileiras de tipo Curare ou Ágata quando acontecem na zona de responsabilidade do CEF. De fato, a região é rica em minérios, gerando uma cobiça forte no país. Outra preocupação, a questão do narcotráfico e do contrabando (a região é um corredor para Rondônia, Mato Grosso e depois os grandes centros como RJ, SP e BH). Finalmente, para as Forças brasileiras, a preocupação com a migração ilegal (entrada de refugiados do Haiti, entre outros (tem presença de nacionais do Bangladesh, da Nigéria e da Colômbia, principalmente). Falta de estrutura de atendimento no acampamento na cidade de Brasiléia (AC), que gerou na época uma preocupação do município, com relação aos repasses federais para financiar o campo e finalmente a migração haitiana em Brasiléia, com a visita do acampamento temporário para os migrantes.

Em 2014, tivemos a possibilidade de realizar uma segunda pesquisa de campo na região Amazônica, dessa vez na parte setentrional do país, durante os meses de julho e agosto, no estado de Roraima (RR). Com o mesmo intuito da primeira pesquisa de campo, o objetivo era visitar os Pelotões Especiais da Fronteira acessíveis para realizar entrevistas de oficiais e soldados do EB. Assim, foi feita a visita dos PEF nos municípios de Pacaraima, Normandia e Bonfim. Um dos aspectos importantes da pesquisa foi a presença da reserva indígena Raposa Serra do Sol, demarcada em 2005, nas zonas de responsabilidade dos PEFs. Por coincidência do calendário, tivemos a possibilidade, após convite do Tenente responsável do PEF de Normandia, de participar no Simpósio Técnico de Segurança Pública da Faixa de Fronteira (que depende da iniciativa ENAFRON (Estratégia Nacional de Fronteira) da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) do Ministério da Justiça (MJ). Durante o evento, foram feitas entrevistas com oficiais e técnicos das zonas de responsabilidades (no EB) e uma curta entrevista com uma agente da Receita Federal no posto de fronteira em Pacaraima. No final do evento, um contato foi estabelecido com o gerente da ENAFRON, Alex Jorge das Neves, durante o simpósio técnico. Da mesma forma, foi interessante comparar a relação dos PEF no contexto de tríplice fronteira norte. Logo, dois eixos de trabalho apareceram: primeiro, a relação Brasil/Venezuela. Observamos que é quase inexistente em termos de cooperação militar/policial, servindo apenas para resolver problemas pontuais.

Outra questão importante foi a crise política e econômica da Venezuela (durante a gestão Maduro, a partir do falecimento do presidente Chávez em março de 2013). Em seguida, constatamos, a partir das entrevistas realizadas *in loco* da relativa ausência de

relações formais com a Guiana. Para verificar essa afirmação, foi realizada uma visita na cidade vizinha de Lethem, situado do outro lado do município de Bonfim no Estado de Roraima. Decorrente da crise na Venezuela (crise econômica com aumento brutal da inflação no país, gerando grandes manifestações em todo o país. Com essa instabilidade interna, começou a surgir, a partir de 2013, o fenômeno da migração de massa de venezuelanos para a cidade de Boa Vista (via Pacaraima).

Em 2016, houve no quadro da tese de doutorado a realização de uma viagem de pesquisa financiada pelo CREDA (*Centre de Documentation des Amériques – CNRS*). O seu objetivo foi atualizar os dados obtidos durante a pesquisa (a partir de 2012). A visita teve uma semana de duração, contando com passagens nas cidades de Brasília e Manaus. Em Brasília, foi realizada uma visita na SENASP, no Ministério da Justiça. Aproveitamos para fazer uma entrevista de duas horas com o policial civil e gerente da ENAFRON. Em Manaus, fizemos uma visita no Comando Militar da Amazônia (CMA), que foi importante para atualizar os dados disponíveis sobre a presença do Exército na faixa de fronteira e a situação dos principais programas estratégicos do EB, como o SISFRON, por exemplo.

A partir dessa rápida descrição das atividades que foram realizadas durante os anos de preparação da tese de doutorado, começamos, portanto, o trabalho de dissertação da tese de doutorado, começando pelo Capítulo I, intitulado “A Amazônia como espaço estratégico e a questão do meio ambiente no discurso militar do Exército Brasileiro nos anos 1990”, que propõe uma contextualização geo-histórica do território amazônico. Em seguida, analisamos nesse estudo a presença do Exército Brasileiro na região no período de redemocratização. Finalmente, concluímos esse primeiro Capítulo enfatizando o surgimento da agenda ambiental no discurso militar, no final da década de 1980.

Capítulo 1:

A Amazônia como espaço estratégico e a questão do meio ambiente no discurso militar do Exército Brasileiro nos anos 1990

1.1 O espaço amazônico: características geográficas e históricas da região

1.1.1 Formação do espaço amazônico e o processo de colonização do território

A presença militar brasileira na Amazônia foi o resultado dos efeitos sucessivos de diversos fatores (históricos, geográficos, antropológicos, entre outros) que influenciaram a tentativa de afirmar o domínio físico e simbólico do território num bioma particularmente singular. Assim, a análise histórica da formação do espaço amazônico, apesar de não ser o objeto principal do nosso estudo, oferece elementos importantes para dar um passo inicial necessário para entender a lógica militar na ocupação dessa parte do território brasileiro. Uma breve revisão da literatura aponta uma diversidade importante de obras tratando dessa temática, logo no começo do século XVIII¹.

Um dos processos importantes levantados na pesquisa foi a delimitação das fronteiras terrestres², a partir das sucessivas conquistas territoriais até as últimas negociações diplomáticas do Barão do Rio Branco, em 1912. Apesar de tardio, esse movimento foi determinante para consolidar a autoridade do poder luso-brasileiro nessa região afastada do centro político e econômico, situado no Rio de Janeiro. Dois aspectos merecem uma atenção reforçada: primeiro, a formação do espaço amazônico, entendido como um processo que levou séculos de consolidação, e, em seguida, o processo de colonização do território, incentivado pelas conquistas militares³. A história da presença portuguesa na região amazônica foi marcada, entre outros aspectos, pelo papel dos

¹ No campo da História, os amazonenses Arthur César Ferreira Reis e Samuel Belchior contribuíram significativamente com importantes obras para o conhecimento da história da ocupação e o processo de formação das fronteiras na região. Podemos citar: REIS, Arthur César Ferreira. *Limites e demarcações na Amazônia Brasileira*, 2 vols, Belém: Secretaria do Estado da Cultura, 1993; *A Amazônia e a Integridade do Brasil*. Manaus, Edições do Governo do Estado do Amazonas, 1966, 309 p. e *Aspectos da Formação Brasileira*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1982, 273 p. Também podemos incluir nessa lista as obras de Jaime Cortesão, com *Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil*, publicado em 1965.

² O trabalho produzido por Arthur César Ferreira Reis é particularmente relevante, particularmente a obra *Limites e demarcações na Amazônia Brasileira*, publicada em 1993.

³ O artigo de GADELHA (2002) serve aqui de base para a tese de doutorado, pois conseguiu sintetizar de maneira clara e objetiva diversas questões em torno de um problema. Podemos também ler os trabalhos de CORTESÃO (1965), para maiores informações.

militares, que tiveram cedo uma preocupação profunda em dominar vastas porções do território daquela região. O segundo ponto que precisa ser analisado versa sobre os efeitos da colonização e da interiorização do espaço amazônico. Vista como a “última fronteira”, o argumento segundo o qual a região era intocada e representava a *hileia*⁴ que precisava ser dominada oferece um campo interessante de reflexão para abrir diversas pistas de pesquisa. Finalmente, e mais próxima do nosso recorte histórico, a questão do desenvolvimento econômico e militar da Amazônia é introduzida para entender a parte de contextualização do objeto de pesquisa. O conceito chave de “Segurança e Desenvolvimento” começou a marcar o discurso castrense⁵, como parte integrante da lógica de presença e “vivificação” desse espaço. Após essa pequena introdução, prosseguimos apresentando o primeiro ponto.

Para analisarmos a história da presença portuguesa na região amazônica, precisamos apontar alguns traços que marcaram esse processo. Um dos mais instigantes foi sem dúvida aquele exercido pelo papel estratégico dos militares, particularmente no século XVI e XVIII para manter relativamente cedo sob controle áreas enormes de mata, de difícil acesso, do território daquela região. A presença portuguesa na região amazônica foi precoce, quando as primeiras expedições começaram de fato em 1540 (GADELHA, 2002). Houve um esforço por parte dos portugueses para conhecer a calha dos rios, únicas formas de penetrar as selvas fechadas da Amazônia ocidental. Essas empreitadas corajosas, entre outros fatores, influenciaram o aumento gradual da presença militar naquela área. Para reforçar nosso argumento, podemos considerar como marco inicial o ano de 1616, “quando as tropas portuguesas ocupam a foz do rio Amazonas, até chegarmos a 1960, no limite de um período qualitativamente diferente, quando o controle do território se torna mais efetivo e complexo” (MACHADO, 1997, p. 19). Assim, segundo Lia Osório Machado:

a primeira tentativa de controle territorial da Amazônia só ocorreu muitas décadas mais tarde (1616), como parte de um deslocamento militar em direção ao norte, a partir da costa nordeste. Esteve integrada a uma estratégia de defesa para proteger as zonas canavieiras de Pernambuco e Bahia e a foz do rio Amazonas das incursões holandesas. A isto veio acrescentar-se a criação de

⁴ A questão da *hileia*, entendida como a “santuarização” do complexo florestal amazônico é recorrente na literatura militar, principalmente nos autores clássicos da chamada “Escola Geopolítica Brasileira”. Podemos citar, por exemplo, a extensa obra de Carlos de Meira Mattos (1990), entre muitos outros que insistem nesse conceito para legitimar a presença das forças armadas na região.

⁵ O conceito de «Segurança e Desenvolvimento» faz parte de uma doutrina mais ampla chamada «Doutrina de Segurança Nacional (DSN), elaborada pela Escola Superior de Guerra (ESG) nos anos 1950. Essa questão é analisada ao longo da tese, em itens específicos.

uma nova unidade administrativa, o Estado de Grão-Pará e do Maranhão, diretamente vinculado à metrópole portuguesa e separado do Estado do Brasil (MACHADO, 1997, p. 19-20).

Um momento histórico importante para ser mencionado foi a expedição de Pedro Teixeira⁶ que marcou no imaginário castrense a ideia de soberania naquele território. De acordo com a literatura castrense, a figura de Pedro Teixeira é central no desenvolvimento de uma fonte importante de simbólica, elemento claro da importância da presença militar nas regiões de maior dificuldade de acesso. A viagem de Castelo Branco em 1615 marcou o início no qual o jovem alferes será destacado, por seu mérito e coragem (GADELHA, 2002). Conhecido como o “conquistador da Amazônia”, o capitão Pedro Teixeira teve um papel de destaque na luta para a consolidação territorial do Brasil. Assim afirma Bento que:

com a notícia da chegada a Belém da presença espanhola no Alto Amazonas, o capitão-general do Grão-Pará decidiu conquistar a maior parte da Bacia Amazônica” [...] Pedro Teixeira deixou Guarupé em 28 de outubro de 1637 e chegou a Belém em 12 de dezembro de 1639, tendo sido recebido em audiências pelo governador de Quito. Por ter tomado posse na margem esquerda do rio Aguarico (atual rio de Ocuro), o capitão Pedro Teixeira começou o trabalho de discriminação de fronteira, passando em ser legítimo domínio de Portugal, a partir do princípio *uti possidetis*. Esta região foi reconhecida mais tarde pelos tratados de Madri de 1750 e confirmado mais tarde pelo Tratado de Santo Ildefonso de 1777 (BENTO, 2003, página não disponível).

De certa forma, ela tornou-se referência pela sua extensão e por ter sido bem-sucedida. Os militares brasileiros conseguiram criar uma verdadeira mitologia em torno dessa figura, como sendo um dos patronos do Exército Brasileiro. De certa forma, a interpretação lógica dos militares é que Teixeira representava um arquétipo claro da

⁶ Sobre a vida de Pedro Teixeira, ver as obras disponíveis que tratam da expedição até Quito. Oferecemos aqui trechos da tese de Rezende: “Nasceu na Vila de Cantanhede, a 20 km de Coimbra, Portugal em 1587. Pouco se conhece sobre sua família e os primeiros anos de sua vida. Chegou ao Brasil em 1607. Após a expulsão dos franceses do Maranhão, no final de 1615, o governo português envia uma expedição à foz do Rio Amazonas, visando consolidar sua posse sobre a região. A força lusa foi constituída de três companhias, e como subalterno de uma delas segue então alfares Pedro Teixeira; em 12 de janeiro de 1616, a tropa entrou na Baía de Guajará e, em local bem selecionado, foi erguido o Forte que tomou o nome de Presépio, origem da atual cidade de Belém. Naquele mesmo ano, Teixeira participou da abertura de uma estrada ligando as Capitânicas do Pará e Maranhão; em 1622, do Amazonas; e, em 1631, da defesa do assalto inglês ao Forte Santo Antônio. A maior de todas as suas façanhas teria início em outubro de 1633: à frente de mais de 1000 homens, entre militares, índios e colonos, empreende viagem de exploração da calha do Rio Amazonas partindo de Belém. Empregando cerca de 50 grandes canoas, Teixeira atinge Quito, no Equador, e regressa a Belém depois de haver percorrido mais de 7000 km de rios e trilhas. Contribuiria com esse feito para assegurar a posse de vasta porção da bacia Amazônica para Portugal. Teixeira foi nomeado para o cargo de capitão-mor do Grão-Pará, tomando posse em fevereiro de 1640; mas sua gestão foi curta, durando até maio de 1641. Em 04 de julho desse ano, faleceu na mesma Belém que auxiliou a fundar e consolidar” (REZENDE, 2006, p. 65).

soberania e do nacionalismo luso-brasileiro, ao desbravar áreas remotas de difícil acesso. Contudo, a expedição de António Raposo Tavares teve também um impacto muito importante, por ter conseguido criar uma rota de acesso de São Paulo até Belém, passando pelo rio Paraguai. Além desses dois homens, é preciso mencionar, antes de ser abordado no próximo ponto, o papel estratégico da Igreja naquela região: “No alargamento do território colonial português, destacam-se as expedições de Pedro Teixeira e de António Raposo Tavares, bem como a atuação das missões jesuítas no interior da Amazônia” (REZENDE, 2006, p.59).

Para entender como o processo de interiorização foi consolidado, é preciso enfatizar o papel dos jesuítas como grandes articuladores políticos. O processo de colonização da Amazônia foi marcado por diferentes fases, tendo impacto político e militar nas regiões que eram parte daquele processo. Lembra muito bem a professora Lia Machado que:

[...] A coerção, no entanto, era insuficiente para assegurar a ocupação a longo prazo, logo, o principal objetivo tornou-se a pacificação das tribos indígenas cuja sujeição à Coroa tinha que ser garantida. Optou-se pelo envio de ordens religiosas católicas à região, uma forma tradicional de controle social utilizada pelos monarcas ibéricos (NORONHA, 1637 apud MACHADO, 1997, p. 20).

Como podemos observar, é manifesto o esforço de coordenação por parte das elites coloniais em articular cada grupo social, isto é, garantir no espaço e no tempo uma presença importante e efetiva na Amazônia. Dependendo dos colonos seria inviável e por isso houve um interesse econômico em escravizar os índios ali presentes. Na véspera da Restauração, período marcado pelo fim da União Ibérica e uma série de guerras contra o Reino da Espanha (1640-1668), a região da Amazônia parecia estabelecida firmemente sob o domínio português.

As ordens religiosas, em seguida, funcionavam como defensores da fronteira norte contra as ameaças holandesas, francesas e inglesas, interessados em rota para o interior para a América Andina como pelas riquezas desconhecidas do vale (GADELHA, 2002). Os jesuítas tiveram um papel muito importante no esforço de evangelização e colonização das regiões da Amazônia e participaram ativamente das discussões levantadas pela escravização dos nativos. A combinação da Coroa e da ordem de Santo Inácio, no entanto, não foi sem problemas e sem confrontos das oposições que, durante o século XVIII, levaram à expulsão dos jesuítas do Brasil. Mas é certo que a experiência missionária do

“ciclo” do Maranhão permitiu à coroa Portuguesa a consolidação do seu poder na região amazônica.

Precisamos apontar aqui o movimento que estabelece um vínculo entre controle territorial de um lado e o desenvolvimento econômico e social do outro. O controle é uma forma de poder antes que mais nada baseada no caráter diretivo e repressor. O conceito utilizado na argumentação de Machado é interessante para o nosso objeto de pesquisa:

o termo *controle do território* é empregado em seu sentido mais abrangente, ou seja, o exercício de um poder diretivo e repressor sobre o território. No caso da Amazônia, a instituição dominante foi invariavelmente um poder externo, respectivamente os governos português e brasileiro, ambas sensíveis, em níveis variados, à situação geopolítica internacional vigente e ao contexto particular de suas sociedades (MACHADO, 1997, p. 19, grifo nosso).

Ficou evidente na análise do conceito de Machado, observando que o controle territorial é uma estratégia do uso do poder perante um contexto geoestratégico específico. Diante dos seus meios limitados, o poder luso-brasileiro militar buscou controlar as vias fluviais, principais rotas de comunicação e desenvolver cidades para realizar o povoamento da região. Esse planejamento estratégico foi essencial para garantir um controle territorial eficiente com poucos recursos. Machado reafirma essa ideia quando explicou que:

o governo colonial do Grão-Pará de fato implementou algumas mudanças econômicas, porém, seu grande êxito residiu na implantação de uma forma mais funcional de controle do território. A nova política econômica compreendia: 1) a construção de um número reduzido de grandes fortes localizados em posições estratégicas ao longo das fronteiras provisórias da colônia; 2) a promoção de cada um dos pequenos grupos de cabanas, que formavam uma missão, ao estatuto oficial de vila ou pequena cidade governada por um magistrado designado pelo governo colonial; 3) a função de algumas pequenas cidades para abrigar os novos colonos; e 4) a libertação dos índios convertidos em cidadãos portugueses. Todas estas medidas atribuíram um novo significado às formas espaciais existentes (MACHADO, 1997, p.21 apud SANTOS, 1985, p. 48).

Assim, o controle territorial é também o exercício de uma política pensada e planejada para implantar naquelas regiões inóspitas núcleos de povoamento duradouros. A “Santa Trindade” é presente na região, formada pelo militar, pelo índio e pelo padre, articulados em todos os setores da organização estrutural do governo colonial, com relações hierárquicas complexas e interdependências socioeconômicas fortes (CASTRO e SOUZA, 2006).

1.1.2 O aspecto estratégico da presença física na Amazônia para os militares

Como vimos, a questão do controle territorial é fundamental para entender a lógica do projeto de construção de um território estruturado para os estadistas do século XVII e XVIII. Em seguida, queremos apresentar essa parte que versa sobre a delimitação geográfica do Brasil, a partir dos trabalhos de Alexandre de Gusmão⁷. O impacto das negociações permitiu ao Brasil consolidar seus limites, principalmente nas fronteiras setentrionais e ocidentais da colônia portuguesa. O desenho dos contornos territoriais foi baseado na construção de fortes militares para assegurar uma presença física e simbólica⁸. Essa empreitada fortaleceu a posição portuguesa no vale amazônico e alimenta ainda hoje o imaginário militar em torno da importância estratégica da presença lusa na região. De fato, a questão da soberania é central durante o período colonial, e principalmente durante o século XVIII, com os trabalhos e as negociações do estadista Alexandre de Gusmão (CORTESÃO, 2006). Assim, o controle territorial e a consolidação das fronteiras evidenciam a importância da geopolítica dos limites, que procura entender a relação entre poder e fronteiras. Nela podemos destacar a figura do militar-estadista, que vai ganhando um espaço importante até o final do século XIX, com o advento do Brasil República.

A presença militar na Amazônia começou durante o período colonial. Os portugueses foram os primeiros militares que lançaram a construção de fortes, erguidos de maneira estratégica, em toda a bacia amazônica. A partir desse momento, configura-se um novo sistema de controle territorial que, segundo Lia Osório Machado, “se apoiava em pelo menos quatro elementos: as fortificações; o povoamento nuclear; a criação de unidades administrativas; e o conhecimento geográfico do território” (MACHADO, 1997 apud TAVARES, 2011, Op. cit., p. 104). Esse primeiro elemento, o forte, fortaleceu a presença militar na região, fixando assim guarnições de soldados em áreas consideradas estratégicas. De acordo com Graciete Guerra da Costa:

as fortificações erguidas na Amazônia nos séculos XVII e XVIII representaram a estratégia de portugueses e espanhóis, à sua maneira, de implantar eficientes políticas de defesa. Com os militares chegaram religiosos e comerciantes. As distâncias e a dificuldade de penetração na selva impuseram sacrifícios que mesmo os conquistadores mostravam-se despreparados para enfrentá-los. O

⁷ Sobre a obra de Alexandre de Gusmão, ver a obra de Jaime Cortesão, em “Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri”. São Paulo: Imprensa Oficial / Fundação Alexandre de Gusmão, 2006.

⁸ A construção de fortes em áreas estratégicas fez parte de um processo de fixação dos militares, tanto para garantir o suporte logístico como materializar uma presença de longo prazo na região. A história dos fortes na Amazônia é bem documentada na obra do Coronel José Lopes de OLIVEIRA: “Fortificações da Amazônia”. In: ROCQUE, Carlos (org.) *Grande Enciclopédia da Amazônia* (6 v.). Belém do Pará: Amazônia Editora, 1968.

rio e a floresta para o primitivo habitante da região, como também para o conquistador que queria dominá-la, foram as entidades modelares da cultura amazônica, imprimindo-lhe identidade própria ao longo do seu processo sócio histórico. [...] A fundação de fortalezas e povoados pelo Vale do Rio Amazonas substituiu missões religiosas. As vilas amazônicas de Belém, Almeirim, Monte Alegre, Alenquer, Santarém, Óbidos, e outras, foram reconstruídas segundo moldes das cidades portuguesas e deram uma feição lusitana no povoamento do Vale (COSTA, 2014, p.109-110).

Para defender o território das pretensões de outros países, o governo de Portugal instalou na região um dispositivo de defesa em pontos estratégicos – as fortificações –, que lhe permitiu a exploração das riquezas naturais, até então contrabandeadas por outros europeus, bem como a penetração, a conquista e o domínio do interior, como ressaltam Bertha Becker e Cláudio Egler:

o controle de posições estratégicas como instrumento de apropriação do território está na raiz da formação geopolítica brasileira. Geopolítica de lógica sempre militar, que esteve presente na estratégia de conquista e defesa do território da colônia pela Coroa portuguesa por três séculos (...) nas disputas pelo controle das grandes bacias do Prata e do Amazonas (BECKER e EGLER, 1994, p. 35).

O espaço territorial amazonense foi desse modo, um espaço militarizado desde o princípio da colonização europeia. Possuindo tais características, o modelo de organização é expresso pela representação material do poder. Assim, “a rede de fortificações constituiu-se num reflexo da organização do espaço amazônico colonial pela Coroa portuguesa. Expressou a relação que os portugueses mantiveram com o território” (FORTES, 2000, p. 8). A construção de fortes ao longo das décadas do século XVII e XVIII respondeu a uma demanda logística essencial para perdurar em condições adversas, que já foram descritas. O poder e a autoridade dos militares foram reforçados à medida que o controle das vias estratégicas foi garantido. Sobre esse ponto específico da questão da lógica do espaço militar e do seu uso, acreditamos que é necessário, ou talvez conveniente, olharmos para as representações da figura do militar (analisando o *ethos* militar perante as missões que foram exigidas pelo Estado colonial). De fato, foi necessário desenvolver uma gama ampla de competências específicas a partir dos meios disponíveis, para realizar essa “tentativa” do controle territorial. Como bem lembrou o historiador Arthur Cezar Ferreira Reis: “as fortalezas são entendidas como “afirmações de soberania” e “marcavam a fronteira” (REIS, 1956, p. 40)”.

As fortalezas foram instrumentos para a construção de uma política territorial. Entretanto, além das fortalezas, Mendonça Furtado e outros governantes da época pombalina viam no povoamento uma das grandes armas de defesa do território. Na região

amazônica os esforços da metrópole foram importantes para organizar a colônia, como apontado por Mello:

para pôr em prática seu projeto na Amazônia, Pombal nomeou, para Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1758). Inúmeras medidas foram adotadas: o levantamento cartográfico e formação de comissões de demarcação de limites, a mudança da sede do governo para Belém do Pará, a organização das capitanias subalternas ao Grão-Pará e Maranhão, a criação da Capitania de São José do Rio Negro; a construção de fortalezas, a criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, a introdução de negros na região, a expulsão dos jesuítas (MELLO, 2014, p.23).

Nesse sentido, Renata Malcher Araújo entende que, os principais critérios da gestão do território, na ótica pombalina, foram fundamentados na criação de uma linha de defesa por meio das fortificações e na ocupação da terra pela fundação de povoações. Explica ela que: “com a atividade fortificatória, assegurava-se o controle dos limites exteriores do território e por meio da estratégia interior, investia-se na ocupação efetiva do domínio colonial” (ARAÚJO, 1998, p.24). De fato, praticamente toda a Amazônia foi “cercada” por povoações e fortificações. No Noroeste foi construído o Forte Príncipe da Beira, em frente à atual Bolívia, no Amapá foi construída a Fortaleza de São José de Macapá, além da Vila de Macapá, a Vila Nova de Mazagão e a Vila Vistosa da Madre de Deus. Acevedo Marin observa que, “além da defesa militar ocorrida através das construções de fortes e fortalezas, ocorreu também a projeção da estrutura agrária e camponesa, que tinha como finalidade o controle da população da região e a defesa das fronteiras contra os inimigos externos” (ACEVEDO MARIN, 1998, p.53-44).

A autora desenvolve uma análise bastante interessante sobre o cultivo do arroz como projeto de ocupação e aproveitamento da região do Macapá. Observa que a região necessitava ser protegida das ameaças francesas; na condição de fronteira, era necessário que o Macapá se tornasse uma área de destaque agrícola, haja vista, que a França perdera, em 1763, a região em litígio para o Brasil. Nesse projeto de colonização do Macapá que, ao mesmo tempo, era militar e agrícola, o colono, assume, assim, a dupla função de colono e soldado. Dessa forma, de acordo com a autora, “a agricultura no Macapá representou muito mais do que uma simples tentativa do cultivo de um produto agrícola em uma região primordial para a garantia do controle de fronteira” (MELLO, 2014, p. 3-4).

A contribuição do professor Everardo Backhauser na área da geopolítica no Brasil, particularmente na questão das fronteiras, constitui um marco importante para o

pensamento estratégico brasileiro. Para o autor: “a evolução das fronteiras terrestres de uma nação pacífica e sem pretensão imperialista, como o Brasil, foi centrado em dois movimentos: a fixação por meio de marcos ou limites, e o desmembramento, ligado às pressões [políticas]” (BACKHAUSER, 1952, p. 199). O autor qualificou o período colonial como “a fase da forte distensão da fronteira”, e no seu texto exaltou o trabalho do negociador luso-brasileiro Alexandre de Gusmão. O mesmo justificou as anexações de novas terras descobertas ao longo dos rios baseado no princípio da ocupação efetiva das terras: *uti possidetis*⁹. Grande parte da Bacia do Amazonas foi decretada território legitimamente português por conta desta política.

Outro pensador relevante da geopolítica brasileira, o general Carlos de Meira Mattos ofereceu nas suas obras uma leitura na continuidade do pensamento de Backhauser, particularmente sobre o período do Brasil Império. A política de regularização das fronteiras foi determinante para sua consolidação. O período foi marcado por conflitos militares importantes com os vizinhos, resultantes de fortes antagonismos políticos. Para Meira Mattos, “a regulação da faixa [de fronteira] tenderá ao estabelecimento das normas da sua ocupação, a passagem e a exploração econômica, preservando os nossos interesses nacionais e a defesa da nossa soberania” (MATTOS, 1990, p.73). A questão da soberania na faixa de fronteira representou para os militares a pedra angular da presença das forças armadas nas regiões distantes dos centros urbanos. Caminhando historicamente, em meados do século XX, o estrategista e general do Exército, Golbery do Couto e Silva contribuiu de forma notável para a elaboração da doutrina geopolítica nacional. O general foi, como de resto seus antepassados foram muito preocupados com a presença militar na faixa de fronteira, e particularmente sensível na sua vivificação. Golbery salientou nos seus escritos a importância estratégica das bacias do Prata e do Amazonas.

Após termos realizarmos esse pequeno sobrevoo, continuamos nosso trabalho dissertando sobre o conceito de faixa de fronteira, levando em consideração o seu desenvolvimento e a inserção do conceito na geopolítica brasileira. Para Carlos de Meira Mattos:

a primeira vez que o Brasil reconheceu a legislação do estatuto jurídico da faixa de fronteira, foi através da Lei nº 691 de 18 de novembro de 1850, pela qual o Imperador Pedro II estabeleceu uma zona de dez léguas (66 km) dos limites do Império com seus vizinhos de onde foram criadas colônias militares (...) A Constituição de 1937 ampliou esta faixa para 150 km, mantendo sob jurisdição

⁹ Proveniente do direito romano, o princípio autoriza uma parte a contestar e reivindicar um território adquirido pela guerra. O termo foi utilizado historicamente para legitimar as conquistas territoriais.

federal os 66 km anteriormente estabelecidos. A Constituição de 1946 transferiu a delimitação da faixa de fronteira para a Lei Ordinária, e a Lei nº 2.597 de 12 de setembro de 1955 consolidou a faixa de 150 km como imprescindível à defesa do país (MATTOS, 1990, p. 74).

Um ponto importante da discussão em torno da faixa de fronteira diz respeito ao seu caráter simbólico. Serviu de base retórica para que os militares fossem capazes de garantir uma presença física através das colônias militares. Evidentemente, durante o Império, o quadro geoestratégico era bem diferente do atual, pelo menos do ponto de vista do caráter defensivo da faixa de fronteira. Um argumento bastante simples que reforça essa ideia é o fato da faixa de fronteira ter tido sucessivos aumentos da sua largura, passando de 66 km em 1850 para 150 km quase sem anos depois. Hoje, com o discurso geopolítico baseado no conceito de “integração regional” ou mesmo de defesa “sul-americana”, a mera existência de faixas de fronteiras (e não se trata de uma originalidade brasileira) manifesta uma herança clara e vibrante da presença luso-brasileira na região amazônica. Esta e o desafio do controle territorial são elementos que evidenciaram a especificidade do estudo da fronteira e reforça sua necessidade para oferecer um quadro de análise mais adensado do contexto amazônico.

1.1.3 Lidar com a vizinhança: a presença da América hispânica e seus efeitos na estratégia de ocupação portuguesa do século XVIII até meados do século XX

O objetivo dessa seção é insistir na análise das estratégias desenvolvidas para manter uma presença nas áreas de tensões fronteiriças. Vamos abordar essa questão a partir de uma perspectiva geoestratégica. Dois casos de grande importância merecem ser analisados: primeiro, o Forte de São Joaquim, situado na parte setentrional do país, e segundo, o Forte de Coimbra, situado no Sul. Gomes Filho enfatiza as características naturais continentais, explicando que:

na América do Sul encontram-se, ao Norte e ao Sul, as duas maiores bacias fluviais do continente, a Amazônica e a Platina, as quais, a partir do Atlântico, penetram em direção ao interior. Essa característica geográfica as tornou pontos de grande importância para a conquista no continente, e por esse motivo, alvo de constantes disputas entre portugueses e espanhóis (GOMES FILHO, 2012, p. 37).

Devido às condições difíceis (podemos lembrar aqui o caso da construção do Forte de Coimbra), houve uma série de dificuldades para colocar efetivos (ou forças) suficientes para manter uma presença sólida e duradoura. De fato, existe uma diferença importante entre a realidade enfrentada naquela época e as narrativas criadas pelas Forças Armadas,

particularmente o Exército Brasileiro na Amazônia. Como lembram os autores Castro e Souza:

a chamada “fronteira militar portuguesa”, esboçada no século XVIII, organizou-se apoiada na diplomacia e sobre constituição de pequenas fortalezas isoladas num território em larga medida desconhecido. É verdade que essas fortalezas existiram em bom número e começaram a ser erguidas cedo, desde a expedição de Castelo Branco. Contudo, não eram obras de engenharia grandes e sólidas (CASTRO e SOUZA, 2006, p. 60).

A partir desses elementos, precisamos ponderar o poder e a influência dos militares na sua capacidade efetiva de controle territorial. De fato, o baixo nível demográfico como também as condições geográficas exigentes (mata fechada) dificultaram o reconhecimento da área. Chama atenção para algo interessante, pois mostra que aspectos geopolíticos, como a presença na área por motivos político-militares prevaleceram naquela época. Assim, com o movimento de militarização das regiões de fronteira, Vieira e Gomes Filho salientam as tensões existentes:

na busca pela consolidação da posse do território pelos portugueses, diversos conflitos vão se desenrolar ao longo da história colonial da Amazônia, conflitos tanto externos quanto internos, e se o primeiro não foi marcado por grandes confrontos, pelo menos se comparados aos conflitos internos, estes sim, marcados por significativa violência, principalmente a voltada aos antigos habitantes da América, que graças ao pensamento etnocentrista e a busca incansável pelo enriquecimento do não-índio, são massacrados no avanço da conquista colonial desde os primeiros dias da ocupação pelos europeus (VIEIRA e GOMES FILHO, 2013, p. 103).

Num primeiro momento, houve uma grande preocupação por parte dos portugueses em expulsar os “invasores” europeus, como forma de manter a força de sua presença nas regiões estratégicas do país. Um dos casos mais emblemáticos foi a construção do Forte do Presépio em 1616, como foi narrado por historiadores daquela época (TEIXEIRA, 2010).

Para conseguir entender a capacidade luso-brasileira em dominar o território, pergunta, é preciso nos afastar de certas leituras que enfatizam ou exageram a capacidade das forças castrenses portuguesas em organizar uma logística capaz de afirmar sua autoridade, até nas regiões de maior dificuldade de acesso. Como já foi mencionado, era escassa ainda a capacidade de mobilização de meios e recursos humanos para afirmar algum tipo de autoridade:

assim, somente em julho de 1753 a Amazônia passou a contar com unidades do Exército permanente da Coroa, com a chegada de dois regimentos de Portugal, que foram denominados Regimento da Cidade (sediado em Belém) e Regimento Macapá, fazendo parte das medidas de reforma político-

administrativa realizada pelo Marquês de Pombal no Estado português, mas principalmente na Amazônia (CASTRO e SOUZA, 2006, p. 54).

Entre diversos elementos importantes para dominar um território e manter certo controle do espaço, a cartografia representou uma ferramenta importante para exercer algum tipo de influência nas negociações de limites entre os vizinhos do Império. Gomes Filho ilustra esse sentimento quando explicou que:

no entanto, os nomes dos acidentes geográficos nos mapas nem sempre condiziam com o que se encontrava no terreno, o que dificultava o trabalho de comissões demarcadoras das Coroas, como se observou no caso da denominação de alguns rios no vale do Rio Branco definido para espanhóis e portugueses (GOMES FILHO, 2012, p. 95).

Como vimos, a relação entre a criação de capacidades físicas (guarnições, transferência de tropas) e desenvolvimento de laços com as populações através das missões jesuítas foi necessária para manter uma presença nas fronteiras. Mas não foi somente a partir dessa lógica que o controle territorial durante o Império foi aplicado. Assim, precisamos levar em consideração a importância das negociações no processo de delimitação das fronteiras. Um dos aspectos que precisa ser analisado nesse trabalho é a questão da circulação no Rio Amazonas das embarcações estrangeiras. Acreditamos que se trata de uma questão relevante para explicar e entender as dinâmicas naquela região durante o Império. Como mencionou Paulo Roberto de Almeida:

o processo de aproximação do Brasil com os países vizinhos da América do Sul foi igualmente tributário do quadro herdado da fase anterior à independência: com efeito, a diplomacia imperial continuou a velar pela diluição, de fato a inexistência, de qualquer poder hegemônico em ambas as margens do (rio) Prata situação que não se reproduzia na região amazônica” (ALMEIDA, 2003, p. 144).¹⁰

De fato, havia uma presença histórica na Amazônia, mas de acordo com Lia Machado, “à primeira vista é possível crer que, durante o século XIX, o governo central brasileiro não possuía nenhuma estratégia específica para o território amazônico (MACHADO, 1997, p. 22). Houve também um aspecto importante na economia regional que foi o chamado *boom da borracha*, que ocorreu no período que vai de 1850 até 1912. A região se transformou rapidamente e ganhou uma nova dinâmica, entrando na era da economia de mercado mundial:

o boom da borracha modificou as condições locais de tal forma que pela primeira vez o termo “Amazônia” foi empregado para designar o extremo

¹⁰ Continuação da citação: “Daí a aparente inconsistência doutrinal entre a defesa da liberdade de navegação na bacia platina, já desde os primórdios da independência, e sua recusa deliberada no Amazonas e seus afluentes, mesmo em tempo avançados no Segundo Reinado”.

norte. A economia da borracha marcou o início da intervenção norte-americana na região amazônica e, de forma geral, na América do Sul, e, além disso, foi responsável pela integração da área ao mercado internacional (MACHADO, 1997, p. 22).

Com a internacionalização da economia amazonense, a região começou a ganhar uma nova dinâmica e a cobiça das suas riquezas naturais começou a ficar mais evidente para as elites locais. No período imperial, a região ainda era considerada afastada dos grandes centros produtivos, em Minas, São Paulo e Rio de Janeiro, que passavam por uma modernização aceleradas. A principal cidade que soube ganhar um espaço foi Manaus, que se transformou em um grande armazém e uma porta de entrada obrigatória para realizar negócios no território amazonense (SANTOS, 1980). Para conseguir limitar a influência de empresas ou interesses estrangeiros, os oficiais do Exército entendiam que era necessário assumir um papel político, visando assim um protagonismo na esfera executiva, assumindo o poder num sistema político republicano. Como assinalado por Jurt: “Deodoro da Fonseca (1827-1892), veterano da Guerra do Paraguai, e Benjamin Constant fundaram então o Clube Militar. Esta aliança das duas tendências do Exército constituiu uma primeira etapa em direção à Proclamação da República. (JURT, 2012, p. 487) A transição do Império para a República, com o golpe militar liderado pelo Marechal Deodoro da Fonseca ilustrava essa vontade de assumir o destino do país, mesmo usando da ruptura institucional como meio, e proclamando o fim do Império.

1.1.4 A construção das elites militares brasileiras e o papel do EB

A presença das forças armadas na vida política brasileira evidencia um interesse claro por parte da corporação em ocupar espaços de influência, onde o poder é um objeto central e necessita o desenvolvimento de uma estratégia específica para conseguir os objetivos estabelecidos. Como explica Francisco César Alves Ferraz:

O que sempre diferenciou a participação militar na vida política de países como o Brasil e outros da América Latina é que, nestes, desde o início do século, nota-se crescimento do poder autônomo da instituição militar ou de parte dela sobre a sociedade civil, sem muitas possibilidades de controle da sociedade não-fardada. Este fenômeno, que podemos chamar de militarismo, não se circunscreve apenas aos golpes e governos militares, mas a todo conjunto de princípios, ações e valores que, característicos da instituição castrense, são extrapolados para a sociedade e seu sistema político (FERRAZ, 1998, p. 116).

Assim, na virada do século XIX para o século XX, as Forças Armadas começaram um longo processo de modernização, pois as carências, tanto do ponto de vista tecnológico como humano, eram grandes. Ademais, havia ainda uma série de revoltas

regionais que mostravam os limites da capacidade de intervir do Exército. Daí a necessidade de desenvolver o país, perpassando uma aspiração de classe (ou institucional) em nome de um projeto político e de cunho modernizador. Francisco Ferraz oferece alguns exemplos que ilustram esse momento:

algumas tentativas de transformação dessa realidade foram executadas: estágios de jovens oficiais no exterior, missões estrangeiras nos estabelecimentos de ensino militar, aquisições de armamentos e a organização de uma política de serviço militar obrigatório foram algumas das respostas dadas pelas lideranças institucionais a essas dificuldades (FERRAZ, 1998, p. 116).

Como apresentado, a presença militar na vida política não foi por acaso, mas foi planejada como uma ferramenta capaz de influenciar a jovem República. Interessante é notar que, de fato, o Brasil não possuía efetivos suficientes para tratar das questões de ordem interna, o que de certa forma mostrava a importância estratégica em desenvolver um projeto político robusto, capaz de influenciar essa nova elite militar. Na realidade, a situação era complicada: “as questões fronteiriças que poderiam desencadear a ação efetiva da defesa externa foram resolvidas através da arbitragem, o que evitou desnudar a indignação bélica das Forças Armadas brasileiras na virada para o século XX”. (FERRAZ, 1998, p. 118) O trabalho de tese de doutorado publicado em 2005 por Adriana Marques é preciso quando afirma que:

Celso Castro e Adriana Souza desconstruem o mito de que a soberania sobre a Amazônia foi assegurada pela presença militar. De acordo com esses autores, a presença de unidades do Exército “lusobrasileiro” na região não só é bem tardia, como se limita a uma faixa estreita da atual Amazônia. Em 1822, por exemplo, apenas três regimentos de infantaria e um de cavalaria guarneciam toda a região (MARQUES, 2007, p. 88).

A partir dos elementos oferecidos por Marques, afirmamos que o Exército brasileiro buscou ao longo dos séculos elaborar uma narrativa sobre a história da sua presença, a partir de diversos elementos que, juntos, formariam a gênese do que os autores chamam de “deslizamentos simbólicos”, isto é, a convergência entre elementos históricos (no caso uma batalha militar, com elementos simbólicos, como a união dos brancos, negros e índios contra a ameaça estrangeira, no caso holandesa).

Celso Castro insistiu no seu livro “A invenção do Exército brasileiro” particularmente na referência feita à batalha dos Guararapes, sendo o dia 19 de abril

escolhido para ser o dia do Exército¹¹. Como evidenciado aqui, o uso de elementos simbólicos tem objetivos claros e fortes na construção de uma história capaz de construir a legitimidade da presença militar na Amazônia, procurando referências históricas marcantes.

Como vimos anteriormente, o Exército procurou aproveitar o legado da figura de Pedro Teixeira como símbolo da capacidade brasileira de desbravar a Amazônia. Porém, essa visão é equivocada, e sinaliza mais um elemento de construção do discurso do EB, uma vez que Pedro Teixeira era português de nascimento, a serviço da Coroa Portuguesa. Assim, não podia ser considerado um brasileiro, e muito menos um militar brasileiro *de facto*. Portanto, o Exército procurou construir um mito a partir de uma das características mais marcante do povo brasileiro, isto é, sua miscigenação. Por sua vez, Castro, Souza e Marques sintetizam muito bem a escolha da batalha como referência para o Exército quando explicam que:

a ideia central da nova comemoração é que, em Guararapes, teriam nascido ao mesmo tempo a nacionalidade e o Exército brasileiros. A força simbólica do evento é reforçada pela presença conjunta das “três raças” vista como constitutivas do povo brasileiro – o branco, o negro e o índio (CASTRO e SOUZA, 2006, p. 63).

neste sentido, Guararapes ganha força no imaginário militar à medida que se consolida na instituição a ideia que a única forma de combater um inimigo possuidor de um poder militar incontestavelmente superior na Amazônia é utilizar os mesmos métodos e lutar com o mesmo espírito que animou as tropas luso-brasileiras que venceram os holandeses em Pernambuco (MARQUES, 2015, p. 39).

Sendo assim, a Batalha dos Guararapes é interessante, pois ela foi escolhida como marco da origem do EB, sendo essa identificação soa como anacrônica, pois nem havia “Brasil” no século XVII. Portanto, para justificar “as opções estratégicas feitas no final do século XX, os militares inventam uma tradição de continuidade com um passado mítico e valorizam determinadas representações simbólicas em detrimento de outras” (MARQUES, 2015, p. 40).

O interesse dos militares do EB na Amazônia é nítido por diversas razões. Um primeiro aspecto é a questão do legado histórico luso-brasileiro na conquista territorial da região amazônica. Esse trabalho de discriminação da fronteira, numa região de difícil

¹¹ O dia do Exército foi criado “em 24 de março de 1994, por decreto presidencial. O então ministro do Exército, general Zenildo Lucena, empenhou-se pessoalmente na criação desta comemoração e também na criação de centros culturais, monumentos e memoriais do Exército” (FREITAS, 1998, p. 48 apud MARQUES, 2015, p. 39).

acesso, fez que o EB procurasse apresentar a empreitada com uma tonalidade nacionalista evidente. Por isso, a região foi objeto de grande preocupação pelos militares. De acordo com Castro e Souza, a Amazônia é a região que merece atenção particular das Forças Armadas, pois “tem-se a percepção militar da existência de ameaças à soberania nacional decorrentes de uma “cobiça internacional” de países mais ricos e poderosos sobre a Amazônia que poderia levar, no limite, ao risco de sua internacionalização” (CASTRO e SOUZA, 2006, p. 64-65). Esse medo da invasão estrangeira é explicitado no texto de autoria de Castro e Souza:

a percepção da ameaça da perda de soberania sobre a região levou o Exército a concentrar-se, nos últimos anos, no desenvolvimento da chamada “estratégia de resistência”. Desenvolvida nos anos 1950 especialmente para a Amazônia, seu objetivo seria enfrentar o ataque e eventualmente a ocupação de inimigos externos mais poderosos, transformando unidades do Exército em unidades irregulares, empreendendo uma luta de guerrilha e agindo principalmente de táticas de emboscadas. A inspiração que se busca na memória de Guararapes é clara e direta. De certa forma, esse argumento coloca a questão da vulnerabilidade do bioma amazônico como “papel vital na construção do imaginário das Forças Armadas sobre a região, influenciado decisivamente no sentido que seus oficiais atribuem à missão na região” (Op. cit., p. 46).

A presença física de brasileiros na região está no cerne da lógica militar: Marques explica que no “cerne do ideário militar sobre a defesa da Amazônia, reside a crença de que a soberania brasileira sobre a região pode ser garantida somente através de sua colonização” (MARQUES, 2007, p. 47). Dessa forma, a presença dos pelotões especiais de fronteira forma a ponta do EB na Amazônia mantendo a presença de forma simbólica das Forças Armadas nas áreas mais afastadas dos centros urbanos. De outro lado, uma das ameaças identificada pelos militares do EB é o “vazio demográfico”, que foi vista como um problema importante para sua segurança. Daí a necessidade para os militares de “ocupar para não entregar”, lema que se manteve real particularmente durante o período do regime militar (1964-1985) como ressaltado por Le Tourneau (2007). Essa lógica mantém uma pressão sobre as populações indígenas, que foram consideradas como ameaça potencial à soberania brasileira na Amazônia. A próxima parte do primeiro capítulo versa sobre a presença do Exército na Amazônia após o final da ditadura civil-militar. Com a perda de poder político decorrente da volta às casernas, ocorreu no meio castrense uma transformação dos elementos simbólicos que consolidou uma nova estrutura do Exército no pós-1985, particularmente na região norte do país (CASTRO, 2002).

1.2 A presença do Exército na Amazônia no período pós-redemocratização

1.2.1 A questão da identidade militar no pós-1985

Para abordar o tema da identidade castrense no pós-1985, o estudo aborda a questão importante da relação entre civis e militares, particularmente no final dos anos 1980. Queremos salientar a natureza da tutela militar nos assuntos civis. Uma figura importante nesse processo foi sem dúvida o então Ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves. O mesmo foi chamado pelo presidente da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães, para conversar a respeito da estratégia que precisava ser implementada:

durante o processo de transição¹² fez-se necessário reconciliar as forças democráticas com as não democráticas. Portanto, o desafio estratégico posto diante dos atores democráticos é o de chegar à democracia sem ser exterminado no meio do caminho por aqueles que, na prática, detém os meios de coerção. Diante dos altos riscos subjacentes ao processo de transição, precisem-se três situações:

- 1) A transição chega ao seu final quando os civis conseguem exitosamente controlar democraticamente o comportamento político dos militares, i.e., os militares passam a obedecer repetidamente aos comandos civis e os enclaves autoritários de aparelho de Estado são abolidos;
- 2) A transição falha totalmente quando os militares ou civis golpeiam as instituições democráticas ao derrotarem o grupo que procurava democratizar o país;
- 3) A transição não se completa nem é um fracasso rotundo. Em outras palavras, os militares abandonaram o governo, mas continuam mantendo áreas autônomas de poder político (enclaves autoritários) à margem de fiscalização democrática” (ZAVERRUCHA, 1994, p. 2-3).

Diante desses cenários apresentados por Zaverucha, lembramos que é importante ressaltar o apoio ao Presidente Sarney (que foi membro da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido político que foi criado em 1965 com a finalidade de dar sustentação política ao governo militar das três Forças Armadas a partir de 1985. Houve um esforço no orçamento para aumentar os recursos, apesar da manifesta crise econômica. O plano de reorganização militar estava dividido em três estágios (Força Terrestre-1990; Força Terrestre-2000 e Força Terrestre-2015). Como assinala José Murilo de Carvalho: “essa reforma tem um sabor político, porque não se limitou em defender o país de ameaças

¹² De acordo com o renomado cientista político Guillermo O’Donnell: “o processo de transição consta de duas etapas. A primeira ocorre quando um governo é democraticamente eleito e abre o caminho para o início da segunda etapa: de um governo democraticamente eleito para um regime democrático, ou seja, para uma democracia institucionalmente consolidada”. Portanto, uma democracia tutelada pode se manter por um longo tempo, desde que um retrocesso autoritário não ocorra ou um regime democrático não seja instalado (ZAVERRUCHA, 1994, nota de rodapé n.20).

externas mais efetivamente. Contemple também o papel interno dos militares, com a criação, por exemplo, de uma força aérea do Exército” (CARVALHO, 1987, p. 13).

No caso brasileiro, a transição foi marcada pelos líderes civis, que adiaram propositadamente a eleição presidencial e o Congresso concedeu um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney – o mais longo governo da história das transições de autoritarismo e o legado das relações civil-militares deixado pelo regime militar foi praticamente intato pela Constituição de 1988. Talvez o autor que conseguiu sintetizar esse momento foi Zaverucha, quando explica o embate entre líderes civis e castrenses no contexto brasileiro:

a democracia tutelada pode surgir seja porque os civis não são capazes de suplantar o comportamento autônomo dos militares, seja porque os líderes civis nem mesmo tentaram controlar os militares, tal como ocorreu com José Sarney (ZAVERUCHA, 1994, p. 12)

O estudo começa a partir de 1985, mas é importante lembrar o processo que levou à chegada ao poder de José Sarney. Para Carvalho, “o problema do intervencionismo militar só será resolvido se deixar de ser problema militar ou civil para se tornar problema nacional” (CARVALHO, 1987, p. 5). O processo de transição foi conservador durante o período José Sarney, que se mostrou preocupado com a forma na qual os líderes militares participavam daquele momento. Dito isso, podemos afirmar que o aparato militar demorou em se afastar das funções que controlava durante o regime de militar. De acordo com José Murilo de Carvalho, com o advento da Nova República, quase nada mudou:

os CODI-DOI começaram a ser desmobilizados em 1982, ainda no governo dos generais, mas foram substituídos por subunidades operacionais (SOP) que se envolveram em tentativas de minar a candidatura de Tancredo Neves [...] No SNI nada foi formalmente mudado. As eventuais mudanças deram-se por decisão do chefe do órgão que pode a qualquer momento voltar atrás. Apesar de ser discutido o problema no início do governo Sarney, especialmente através do Ministro Fernando Lyra, as DSI e ASI continuam funcionando nos ministérios e nas estatais (CARVALHO, 1987, p. 12).

Nenhuma iniciativa do Congresso ou dos Partidos foi apresentada no sentido seja de extinguir, seja de modificar, seja de controlar o Sistema Nacional de Informações (SNI). No que diz respeito à política de segurança, o cenário era basicamente similar e, segundo José Murilo de Carvalho, pouco animador: “não consta que o Congresso Nacional, através de suas comissões de Segurança Nacional, tenha convocado ministros militares seja para discutir temas de segurança, seja para propor modificações no processo decisório na área” (CARVALHO, 1987, p. 12). Para garantir um protagonismo durante a

transição, o exemplo claro naquela época, o projeto para a Calha Norte (feito dentro do Conselho de Segurança Nacional sem qualquer audiência do Congresso) foi aprovado.

O contexto externo das mudanças ideológicas, com o fim da Guerra Fria, acrescido no cenário interno de consolidação democrática, exigiram das Forças Armadas uma redefinição de seu papel político e das relações estabelecidas entre civis e militares. Após duas décadas de permanência no controle do poder político nacional, as Forças Armadas deveriam se adaptar a uma necessária diminuição do seu protagonismo e constantes intervenções nas decisões. Entretanto, os militares permaneceram envolvidos nos espaços de exceção da política, o que confere ao período de redemocratização a intitulação de transição “tutelada” ou “pactuada”. Esse conceito de “democracia tutelada” foi trabalhado por Przeworski, citado por Santos (2007):

Prezeworski chama de “democracia tutelada”, ou seja, um regime no qual os militares se desvencilham o exercício direto do governo, mas o fazem em boa ordem e prontos para a qualquer eventualidade, caírem sobre os cidadãos que ameacem seus valores e ideias (SANTOS, 2007, p. 172).

No bojo da discussão em torno da influência e do poder dos militares durante a fase dos pós-regimes autoritários (ou de transição), observamos duas correntes principais. Primeiro, na defesa da perda de influência dos militares na arena política, tese defendida por Wendy Hunter (1997). Por outro lado, na tese contrária, das “prerrogativas militares” com Jorge Zaverucha (2000). De acordo com Santos (2007), o apoio de Sarney aos militares ficou evidente, uma vez que obteve grandes benefícios políticos, recebendo um auxílio precioso durante todo o seu período do governo:

processo de “transição pelo alto”, que ajudou a preservar as Forças Armadas de um julgamento mais rigoroso pela sociedade, também garantiu certa legitimidade aos militares, colocando-os, nas palavras do Ministro da Marinha do governo Sarney, Almirante Henrique Saboia, como fiadores daqueles processos de evolução democrática que estava acontecendo (SANTOS, 2007, p. 171 apud D’ARAUJO e CASTRO, 2001).

Além do quadro interno, os militares avaliavam que o risco também era externo, em função da instabilidade regional decorrente do processo político de luta contra as chamadas “novas ameaças”. Para tal, faz-se necessário abrir o leque dos problemas enfrentado pelos militares durante aquele período. Duas questões aparecem como tal: a questão da integridade territorial era central para os militares, cuja preocupação com as fronteiras ficou quase obsessiva. Em segundo lugar, num momento de consolidação da Nova República, a questão da demarcação de terras indígenas na Amazônia ganhou importância na véspera da Conferência ECO-92 da ONU.

1.2.2 A obsessão pós-ditadura das fronteiras amazônicas

No período pós-ditatorial, houve a preocupação por parte do governo brasileiro em assegurar as fronteiras do país. Isso se deve em grande medida pelo risco, segundo os militares, da vulnerabilidade das fronteiras brasileiras, principalmente durante o momento de transição. Portanto, o programa Calha Norte servia como resposta para responder às possíveis ameaças de desestabilização política da região do Caribe, particularmente em função dos problemas ligados às disputas territoriais entre a Guiana e o a Venezuela (a questão do Essequibo) e, contra a ameaça comunista, a natureza do regime estabelecido na Guiana naquele período (LE TOURNEAU, 2007). Do ponto de visto externo, havia também uma preocupação com o processo de independência de países vizinhos, como o Suriname, por exemplo. A luta contra o narcotráfico e a atitude belicosa das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército Popular (FARC-EP), de inspiração marxista, reforçava ainda mais a preocupação dos militares no entorno estratégico setentrional. Por outro lado, a intervenção militar unilateral dos Estados Unidos em outubro de 1983, na ilha de Granada, fez que a preocupação com o anticomunismo fosse materializada, naquele momento, justificando o risco de “contaminação” da ameaça para o resto do continente sul-americano. Segundo Urt (2010), havia para os analistas um risco que a região ficasse parte de um movimento global de subversão comunista, capaz de se alastrar e atingir não somente os países do Caribe, mas também países do platô das guianas, como o Suriname e a Guiana:

os Estados Unidos estavam preocupados nessa época com a disseminação de revoluções marxistas na América Central e no Caribe. A Revolução Sandinista logrou tomar o poder em 1979 na Nicarágua, reanimando o movimento revolucionário também em El Salvador (ATKINS, 1999, p. 309). Jamaica e Granada estavam se aproximando de Cuba em 1980. No norte da América do Sul, ao lado do Suriname, a Guiana servira de “ponto de reabastecimento de aviões cubanos a caminho de Angola”. Os norte-americanos cogitaram estabelecer uma base da OTAN em alguma das colônias insulares holandesas. Com a reversão da ordem constitucional, o Suriname poderia se tornar um foco de instabilidade na América do Sul (URT, 2010, p. 71-72).

A possibilidade de um conflito regional no âmbito das tensões entre Leste e Oeste acontecer na América do Sul preocupou bastante a elite militar brasileira, pois possibilitava a intervenção externa. Para evitar esse desfecho, o governo Figueiredo mandou uma representação diplomática para influenciar o governo de Désiré Bouterse, responsável pelo golpe militar de 1980 no Suriname. Durante todo esse período, houve uma grande articulação entre o Itamaraty e os serviços de inteligência das Forças

Armadas, em função da sensibilidade do tema. Para tal, a análise desse período é objeto do próximo ponto abordado.

Após a sua independência da Holanda em 1975, um golpe militar com um pequeno contingente conseguiu derrubar o governo no poder, como citado na matéria do Jornal do Brasil: “Em 25 de fevereiro de 1980, três sargentos do Exército lideraram entre 150 e 300 soldados numa rebelião que derrubou o poder estabelecido” (JORNAL DO BRASIL, 1980). O golpe foi bastante importante para entender a preocupação dos militares brasileiros naquele período, pois mostrou que a “subversão comunista” era uma possibilidade para as nações recentemente emancipadas do platô das Guinas. Para tentar reverter esse processo, o Brasil se mostrou particularmente ágil e optou por influenciar o governo surinamês com o envio de uma missão diplomática, em 11 de abril de 1983, liderada pelo general Venturini, naquela época secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional. O objetivo era que o encontro possibilitasse uma solução negociada ao invés do enfrentamento com os Estados Unidos:

cumpra acrescentar que, sob a perspectiva do governo brasileiro, a missão Venturini logrou atingir seus objetivos fundamentais, isto é, garantir uma convergência bilateral capacitada para evitar a instalação naquele país do conflito Leste-Oeste – ou uma guinada de Paramaribo para o campo socialista –, preservar a segurança nacional na porosa fronteira norte, implementar um significativo “pacote” de cooperação horizontal (sul-sul), e ampliar a influência e prestígio brasileiro na sensível região amazônica (AVILA, 2011, p. 26).

A instabilidade política e a capacidade de negociação do Brasil conseguiram afastar o risco de ver o Suriname cair na área de influência da União Soviética, algo que era muito bem visto no final do governo Figueiredo. Assim, como lembra Cavlak:

desfeita a parceria com Cuba e afastado os sindicalistas e políticos de esquerda do governo, o Suriname passou a ser visto não mais como uma ameaça geopolítica na região. O firme papel brasileiro no contexto foi a garantia de que o pequeno país não se afastaria do sistema sul-americano, embora os problemas seculares de pobreza e baixo desenvolvimento econômico continuassem e até se agravassem. Mesmo a presença da Líbia não alterou essa conjuntura. A partir de 1986, uma guerra civil e o envolvimento da ditadura surinamesa com o tráfico internacional de drogas abriram um novo período na conturbada história desse pouco conhecido vizinho (CAVLAK, 2016, p. 150).

Porém, a partir da segunda metade dos anos 1980, o Suriname chamou atenção novamente no cenário internacional, passando “a fazer parte da conexão internacional do tráfico de drogas, intermediando a produção que se iniciava na Colômbia e na Bolívia e iria desembocar nos mercados de Amsterdam” (CAVLAK, 2016, p. 150). Como vimos,

a instabilidade permaneceu no platô das Guianas, e também atingiu outras regiões da Amazônia.

A presença de elementos das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército Popular (FARC-EP) foi também motivo de preocupação para os militares na fronteira entre o Brasil e Colômbia, particularmente na região da cidade gêmea de Letícia-Tabatinga (na margem brasileira). O início da década de 1980 marca a passagem das FARC-EP de ser um mediano grupo guerrilheiro entre os vários existentes, para ser o de maior expressão no teatro político colombiano. Ceará (2009) oferece alguns elementos de contextualização interessantes:

durante o final dos anos 80 acreditamos que o Exército brasileiro passou a olhar a região “cabeça de cachorro” (região fronteira com a Colômbia, conhecida assim porque o seu contorno geográfico nos remete a esta imagem, e é uma fronteira que não foge à caracterização existente de todo o território da Amazônia brasileira, que é a baixa densidade demográfica, apresentando um espaço fracamente protegido) com uma maior atenção. Isto ocorreu paralelamente aos acontecimentos de agudização das ações em território colombiano. (CEARÁ, 2009, p. 12).

Portanto, a estratégia do Exército Brasileiro foi de aumentar a densidade dos pelotões de fronteiras nas regiões consideradas mais sensíveis, em função das ameaças que se apresentavam perante ele. Apesar do reforço na faixa de fronteira, as FARC-EP optaram por agredir elementos do Exército brasileiro, num ataque que marcou bastante a sociedade brasileira e reforçou a tese da falta de presença militar na faixa de fronteira como lembrou Franchi (2011):

vale lembrar que, em 26 de fevereiro de 1991, um ataque das FARC a um Pelotão de Fronteira do Exército Brasileiro, situado às margens do rio Traíra, no município de Tabatinga-AM, deixou três soldados brasileiros mortos e nove feridos, além de uma série de armas roubadas, mostrando a fragilidade do Exército Brasileiro nas fronteiras mais ocidentais do país (FRANCHI, 2011, p. 34-35).

Contudo, no começo da década de 1990, a preocupação principal do Exército não teve a ver diretamente com a presença das FARC-EP na área de fronteira, mas sua participação nas redes internacionais de narcotráfico. A região de Letícia / Tabatinga foi particularmente fiscalizada, considerada um hub de distribuição da cocaína de origem colombiana para o mercado brasileiro, particularmente nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro (MONTEIRO, 2005). Diante da importância da instabilidade geoestratégica na faixa de fronteira e das ameaças tradicionais e não tradicionais, o governo Sarney lançou a partir de 1985 o Plano Calha Norte, que teve como objetivo, na sua vertente

militar, reforçar a presença das Forças Armadas na fronteira, e trata-se justamente da próxima parte do trabalho.

1.2.3 O Programa Calha Norte para os militares do Exército Brasileiro

O projeto Calha Norte ou “Desenvolvimento e Segurança ao Norte das Calhas dos Rios Solimões e Amazonas” foi originalmente um projeto sigiloso, elaborado por um grupo coordenado pela Secretaria-geral do Conselho de Segurança Nacional e concluído em 1985. De fato, o projeto ganhou notoriedade pública com a Comissão Parlamentar de Inquérito lançada no ano seguinte, que:

visava a investigar acusações contidas uma série de reportagens do jornal O Estado de São Paulo. Quando foi apresentado ao presidente José Sarney em 1985 pelo General de Brigada Rubem Bayra Denis, na Exposição de Motivos nº18/85, o Projeto era composto por um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) com entidades civis (DINIZ, 1994b, p. 5).

O documento enfatiza com clareza a importância da herança da Doutrina de Segurança Nacional, priorizando questões ligadas a Segurança e ao Desenvolvimento daquela região. Como mostra a Exposição de Motivos:

a conhecida possibilidade de conflitos fronteiriços entre alguns países vizinhos aliada à presente conjuntura no Caribe podem tornar possível a projeção do antagonismo Leste-Oeste na parte Norte da América do Sul (...). À vista dessas preocupações e, ainda, da diretriz de Vossa Excelência que determina a busca de soluções para se eliminar desigualdades regionais, encomendei à Secretaria-geral do Conselho de Segurança Nacional um levantamento de dados sobre a situação atual dessa área, com vistas ao fortalecimento das expressões do Poder Nacional na região (BRASIL, 1985).

O relatório final do GTI abordou diversos pontos, começando pela heterogeneidade das regiões beneficiadas pelo projeto. São três áreas de atuação consideradas: a faixa de fronteira, o *hinterland* (ou núcleo de região) e a zona ribeirinha adjacente às calhas dos rios. Cada uma seria alvo de um projeto específico, considerando “a restrição orçamentária, a integração de esforços e a confidencialidade” como elementos característicos do Projeto. Dentro desse espectro de ação, havia uma série de prioridades (ou ordens de necessidades) consideradas fundamentais e imediatas:

1) Incremento das relações bilaterais; 2) aumento da presença militar; 3) intensificação das campanhas de recuperação de marcos limítrofes; 4) definição de uma política indigenista apropriada à região; 5) outras necessidades fundamentais, (ampliação da infraestrutura viária, aceleração da produção de energia hidrelétrica, interiorização dos polos de desenvolvimento econômico, ampliação da oferta de recursos sociais básicos). No quesito Desenvolvimento, juntam-se 6) ampliação de infraestrutura viária; 7)

aceleração da produção de energia hidroelétrica; 8) interiorização dos polos de desenvolvimento econômico e ampliação da oferta de recursos sociais básicos (DINIZ, 1994, p. 6-7).

Como podemos observar, o binômio Segurança-Desenvolvimento foi respaldado nos objetivos descritos, sendo os itens 1) a 4) dedicado à questão de Segurança Nacional. O quarto ponto merece uma atenção especial, tendo em vista a importância estratégica das riquezas minerais em áreas indígenas. Daí a necessidade de perguntar o que seria apropriado na futura política indigenista. Para ajudar a entender melhor essa problemática, o antropólogo Bruce Albert explicou a “existência de motivações” não econômicas entre os militares brasileiros naquele momento:

a posição central que os interesses minerais mantêm nos esforços dos militares brasileiros em efetivar um zoneamento no norte da Amazônia não é apenas uma questão de desenvolvimento econômico, mas também de estratégia geopolítica. Do ponto de vista da Doutrina de Segurança Nacional, o círculo de inteligência militar considera as campanhas para preservação da floresta amazônica e proteção dos direitos territoriais indígenas como manobras subversivas de interesses estrangeiros contra a soberania do Brasil. A preocupação é que esses interesses estrangeiros poderiam apoiar a demarcação de grandes reservas indígenas nas áreas de fronteiras da Amazônia e transformá-las, no longo prazo, em plataformas de reivindicação separatistas de cunho étnico (ALBERT, 1992, p. 53-54).

As questões apontadas por Albert são relevantes na medida em que a “internacionalização” da Amazônia se tornou uma temática importante do meio militar, que mostrava sinais de inquietação, notadamente antes, durante e depois da Conferência sobre o Meio Ambiente da Organização das Nações Unidas (ONU), conhecida como ECO-92, que o Rio de Janeiro como sede. De acordo com Diniz (1994b), essa análise se mostrava incompleta:

com efeito, ao vincular a questão indígena e a soberania nacional à doutrina de segurança nacional, Albert desconsidera um traço muito marcante dessa doutrina, caracterizada fundamentalmente pela tomada de posição pró-ocidental no âmbito da Guerra Fria. Ora, as pressões ambientalistas e indigenistas vêm de todos os lugares na época do lançamento do PCN, menos dos países do Leste. A existência de motivações intrinsecamente militares, corretamente apontada por Albert, deve ser buscada, entretanto, em outro lugar que não a doutrina de segurança nacional. Por outro lado, um breve exame dos textos sobre o problema amazônico nos mostra que a temática da “internacionalização da Amazônia” é recorrente em autores de várias vertentes do espectro político brasileiro, não só dos militares (DINIZ, 1994b, p.12-13).

Portanto, o PCN é resultado de uma construção de diversos elementos que influenciam a sua elaboração, como foi apontado por Albert e Diniz, nas suas respectivas análises. Outro ponto importante para ser abordado é a organização dos recursos para que o PCN seja efetivamente aplicado nas fronteiras. Apesar da crise econômica da década

de 1980, o projeto ficou orçado para que os projetos secundários estivessem implantados de acordo com os cronogramas, particularmente aqueles da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional como veremos no próximo ponto.

Um aspecto importante na questão da implantação do projeto foi a distribuição orçamentária. De acordo com Diniz, “o Projeto Calha Norte torna-se basicamente um projeto militar e de política indigenista, em termos de impacto e de suas prioridades” (DINIZ, 1994, p. 91) Segundo os dados levantados por Oliveira Filho (1991), 77,9% das verbas eram oriundas dos Ministérios militares, e o resto era destinada a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), na ordem de 18,9%. Dentro de todos esses dados, é preciso que o Ministério do Exército (atual Exército Brasileiro) garantia quase metade (46%) das verbas do PCN, em função da evidente priorização da região Amazônica.

Tabela n.1:

Alocação de verbas do Projeto Calha Norte por órgão da administração federal (em %)

Órgão	Min. Marinha	Min. Exército	Min. Aeronáutica	FUNAI	Outros	Total Min. Militares	Total
Verbas	21,4	46	10,5	18,9	3,2	77,9	100

Fonte: Oliveira Filho, 1991, p. 326-329

Portanto, o papel do Exército na implantação efetiva do Projeto Calha Norte foi de protagonista, assumindo a responsabilidade de desenvolver os programas que seriam desenvolvidos nos municípios da região Norte, sobretudo destinados às populações carentes (NASCIMENTO, 2005). Dentro delas, as populações indígenas foram priorizadas no Projeto Calha Norte, em parceria com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Porém, o PCN assumiu responsabilidades da fundação, principalmente através da articulação política do seu diretor, Romero Jucá Filho, como apontado por Diniz:

durante a gestão Jucá, várias mudanças na FUNAI esvaziam o órgão e progressivamente o afastam da sua atividade primordial, qual seja, a defesa das populações indígenas, e a aproximam da SG/CSN, depois Saden, das empresas de mineração e dos garimpeiros, e também dos políticos locais, principalmente de Roraima, de onde, aliás, Jucá foi nomeado governador, logo após sua saída da FUNAI (DINIZ, 1994, p. 159).

Nesse contexto, houve uma reformulação da estrutura da FUNAI, que ocorreu em fevereiro de 1986, procurando incorporar todas as propostas mencionadas no PCN

(DINIZ, 1994b). Com efeito, a política indigenista ficou marcada pela influência de atores externos, principalmente políticos, mas também, como apresentado, órgãos ligados aos setores da Defesa nacional. A importância do processo de transição democrática é justamente objeto do último ponto dessa segunda parte, uma vez que apresentamos a questão da identidade militar e a preocupação castrense com as fronteiras, materializado pela elaboração do PCN.

1.2.4 A importância do processo de “transição democrática”

Após um longo período no poder, as Forças Armadas são deslocadas do centro do poder, mas permanecem, em alguns espaços e âmbitos, na chamada “democracia tutelada” seguindo a terminologia oferecida por Zaverucha (1994). O presidente José Sarney, deixou fortalecida a posição dos Ministérios, cada uma das Forças recebendo uma pasta (Marinha, Aeronáutica e Exército). O longo mandato (cinco anos) do presidente Sarney não serviu para que houvesse uma tentativa de perda de poder (relativa) dos militares nos assuntos de defesa, ou mesmo que o caráter democrático do processo de transição estivesse em jogo. De acordo com a análise oferecida por Codato: “uma série de liberdades políticas ou instituições tipicamente democráticas podem estar presentes mesmo num regime ditatorial. A questão central é a *função* precisa que, por exemplo, o pluripartidarismo ou as eleições majoritárias desempenham” (CODATO, 2005, p. 83). Definir o teor democrático presente no governo Sarney não é uma tarefa simples. Para tal, o mesmo autor oferece uma caracterização do governo Sarney sendo que:

a década de 1980 consumou assim os sonhos dos generais: uma “democracia relativa”, na curiosa expressão de Geisel. Logo, seria mais correto caracterizar o governo Sarney não como um governo “de transição” para a democracia ou um governo “misto” (semidemocrático ou semiditatorial), mas o último governo, no caso, civil, do ciclo de governos não democráticos no Brasil (CODATO, 2005, p. 99).

De acordo com Winand e Saint-Pierre (2007), o sucessor de Sarney, o presidente Fernando Collor de Mello avançou em alguns aspectos, sem, todavia, abolir os Ministérios das três Forças. Como avanços importantes no processo de transição, podemos destacar: houve um esforço nítido para desmilitarizar o nível superior de deliberação do poder do Estado e da administração do Planalto; o presidente extinguiu o Serviço Nacional de Informações (SNI) e também desarticulou o Programa Paralelo Nuclear, como veremos a seguir. Portanto no começo do mandato de Collor, a relação

com os militares vai ser conturbada, principalmente em torno de duas questões que abordamos. Primeiro, o papel da Amazônia para os militares foi relevante no Programa Paralelo (com a base da Serra do Cachimbo), e em segundo lugar, a questão da demarcação da terra indígena ianomâmi no Estado de Roraima. Essas duas frentes ganharam destaque na mídia nacional e internacional em função da Conferência para o Meio Ambiente das Nações Unidas. Sendo assim, os militares pressionaram o governo Collor para que medidas fossem tomadas, principalmente no sentido de guardar determinadas prerrogativas no governo civil (ZAVERRUCHA, 2000).

A passagem do governo Sarney para o de Collor, em 1990, teve como consequência mudar abruptamente as relações do governo com a comunidade militar que ainda se mantinha posicionada em tomo do sistema de informações. (D'ARAUJO, 2000). Com efeito, uma série de escândalos ligada à corrupção do governo levou ao processo de *impeachment*. Essa crise política reverberou em todo o país, e marcou as Forças Armadas, que tiveram que lidar com a situação inédita. Alguns anos antes, a Amazônia tornou-se centro de grande atenção por parte da mídia e da opinião pública quando houve a publicação de um artigo do jornal Folha de São Paulo, em agosto de 1986. Com o título "Serra do Cachimbo pode ser local de provas nucleares", a matéria deixava clara as intenções dos militares em possuir um artefato nuclear ofensivo. Na época, os militares negaram a intenção de criar um dispositivo de teste para a arma nuclear, como evidenciado por esse trecho:

ontem à noite, ao ser informado pela Folha que o jornal publicaria esta notícia na edição de hoje, o presidente José Sarney reagiu, segundo o jornalista Fernando César Mesquita, seu secretário de Imprensa, com estas palavras: "Por esta mesa, nunca passou qualquer documento deste tipo". O ministro-chefe do Gabinete Militar, general Rubem Bayma Denys disse - ainda segundo Mesquita - que a informação é "absolutamente inverídica". O brigadeiro Hugo de Oliveira Piva, diretor do Centro Técnico Aeroespacial, de São José dos Campos (SP), foi chamado com urgência a Brasília no início da noite de ontem (JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, 1986).

O episódio do escândalo da Serra do Cachimbo no Pará foi interessante para salientar o distanciamento entre as Forças Armadas e o governo Collor. Assim, como aponta D'Araújo:

o governo Collor foi explosivo também no que toca à manutenção dos projetos nucleares desenvolvido pelas três forças. O novo presidente, em sua performance produtora de impactos junto à imprensa, decidiu atacar esses projetos. A oportunidade pública para fazê-lo veio em setembro de 1990 quando presidiu pessoalmente o aterramento de poços para testes nucleares na Serra de Cachimbo. Esta iniciativa foi tomada como um ato oficial de governo e contou com a presença dos três ministros militares. Na prática, era o governo

desautorizando, na presença das autoridades castrenses, a autoridade e autonomia das Forças Armadas para atuarem nessa área de pesquisa (D'ARAUJO, 2000, p. 11).

A região era vista como área de interesse das Forças Armadas, não só pela questão da segurança da faixa de fronteira, mas também pela sua localização privilegiada, como foi o caso do Centro de Lançamento de Alcântara, situada no Maranhão, e que inaugurou suas atividades com um lançamento bem-sucedido em 1990. A Força Aérea Brasileira começou a planejar a construção da base a partir de 1979, no final do regime militar. A situação geográfica excepcional (2° ao sul da linha do equador) oferece condições de lançamento privilegiadas, tanto para o setor comercial (civil) ou para os militares. Apesar de tudo, a região amazônica foi palco de disputas territoriais, como veremos no próximo ponto.

Durante todo esse processo, foi interessante ver a decisão tomada por Fernando Collor em demarcar a Terra Indígena Ianomâmi (TIY), pois era situada na faixa de fronteira, zona considerada estratégica pelas Forças Armadas, como apontado por D'Araújo: “igualmente conflituosa foi a decisão de Collor de demarcar a reserva Ianomâmi em uma faixa de terra considerada crucial pelos militares para a defesa de nossas fronteiras”. (D'ARAUJO, 2000, p. 11). A situação em torno da demarcação da TIY ficou no centro dos debates no governo Collor, como salientado por Albert e Le Tourneau:

o novo Presidente visitou a área Ianomâmi no dia 24 de março de 1990 e anunciou, num grande evento de mídia, a realização de um zoneamento econômico ambiental da Amazônia, a reformulação do Projeto Calha Norte e a ordem de dinamitar as pistas de pouso clandestinas dentro da área Ianomâmi. Nomeou ainda como Secretário Nacional do Meio Ambiente J. Lutzenberger, um militante ambientalista internacionalmente reconhecido (ALBERT e LE TOURNEAU, 2005, p. 377).

No período de grande efervescência em torno das questões relacionadas ao meio ambiente, desenvolvimento sustentável e biodiversidade que antecedeu a realização da conferência Rio-92, a questão Ianomâmi esteve em pauta nos principais órgãos de imprensa do País. Uma grande manifestação dos movimentos sociais mobilizou a sociedade brasileira, como lembra a Comissão Pró-Ianomâmi (CCPYI), no seu Boletim Ianomâmi Urgente:

em poucos meses, a FUNAI recebe mais de 11 mil cartas e abaixo-assinados de pessoas e entidades de 35 países pedindo a demarcação do território Ianomâmi. Surgem também ruídos na imprensa de que ONG da Europa e EUA

poderiam propor um boicote a Rio-92 caso a demarcação não acontecesse até a época da realização da Conferência (CCPY, 1992).

Finalmente, no dia 15 de novembro o presidente Fernando Collor anunciou a demarcação administrativa da área, e em 25 de maio assinou o decreto de homologação da demarcação da TIY. Entre os diversos aspectos que envolviam a demarcação da TIY, houve uma grande discussão em todos os grandes debates nacionais, inclusive na CPI da Internacionalização da Amazônia. Essa comissão trouxe para o debate de volta questão da faixa de fronteira situada entre a área indígena brasileira e a venezuelana como meio de se evitar a criação de uma nação independente Ianomâmi. Essa ameaça ficou reforçada após a publicação pela editora Bibliex (Biblioteca do Exército) do livro “A farsa Ianomâmi”, do coronel Carlos Alberto Lima Menna Barreto, em 1995. Além da questão suposta perda da soberania territorial por conta da demarcação, a capa do livro era polêmica, e enfatiza o risco de internacionalização da TIY, com um “gringo” (homem loiro de olho azul) segurando uma máscara representando um índio ianomâmi.

1.3 A proteção dos espaços florestais como forma de criar um espaço de manobra

Os vastos espaços florestais constituíram durante muito tempo um argumento importante da presença militar na Amazônia brasileira. Por isso, o imperativo do controle territorial¹³ dialoga com a necessidade de preservar a soberania de um bioma complexo cujo valor é difícil de avaliar. Do ponto de vista formal, a proteção da floresta amazônica é uma tarefa que não cabe diretamente ao Ministério da Defesa (MD). Atualmente, o Ministério do Meio Ambiente (MMA), através do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio), possui os recursos materiais e humanos para desempenhar tal missão. Argumentamos que a narrativa de proteção da “hileia” amazônica foi construída pelos oficiais do Exército Brasileiro (EB) num momento importante do redimensionamento estratégico da força terrestre. Assim, podemos observar que no final da década de 1980, a pressão midiática internacional sobre o desmatamento fez que o

¹³ De acordo com Lia Osório Machado, “o termo *controle do território* é empregado em seu sentido mais abrangente, ou seja, o exercício de um poder diretivo e repressor sobre o território. Tecnicamente, qualquer grupo social ou instituição pode aspirar ao controle territorial. No caso da Amazônia, a instituição dominante foi invariavelmente um poder externo, respectivamente o governo português e brasileiro, ambos sensíveis, em níveis variados, à situação geopolítica internacional vigente e ao contexto particular de suas sociedades (MACHADO, 1997, p. 1).

Brasil fosse considerado um vilão na área ambiental. Como explicou Eliézer Rizzo de Oliveira:

a realização da conferência da ONU sobre meio ambiente em meados de 1992 de certo modo reacende a polêmica em torno do significado da Amazônia para o Brasil em termos ecológicos, econômicos, estratégicos, diplomáticos, militares, culturais, etc. (OLIVEIRA, 1994, p. 278).

De tal modo que determinadas potências centrais, como os Estados Unidos ou alguns países europeus, começaram a manifestar publicamente sua insatisfação. A gestão das enormes reservas florestais era longe de ser uma prioridade, particularmente no decorrer da transição de poder que se articulava entre civis e militares. A suposta cobiça internacional em torno das riquezas amazônicas foi denunciada veementemente pelos oficiais naquela época, e particularmente pelos conservadores do EB. Falava em esses termos o Comandante Militar da Amazônia, General Hyran Ribeiro Arnd, para o Jornal do Brasil:

não vamos entregar um centímetro sequer do solo brasileiro a quem quer que seja. (O Projeto Calha Norte) é uma decisão política do governo brasileiro e necessária, pois todos sabem da cobiça internacional pela área” (JORNAL DO BRASIL, 1987, p. 7).

Talvez um dos pontos mais sensíveis fosse o debate em torno do conceito de patrimônio comum da humanidade. Para os militares, ele marca a entrada dos interesses internacionais e da cobiça sobre as riquezas da Amazônia. De acordo com o jurista português Paulo Peixoto, trata-se de um conceito relativamente recente que busca a preservação em nome do bem comum:

só se reifica verdadeiramente no século XX, graças a um conjunto de convenções que dão corpo ao regime de patrimônio comum da humanidade e, nomeadamente, à instituição, pela UNESCO, de um regime formal protetor de um património mundial, que é suposto funcionar como acervo de uma herança comum e indivisível, que sendo insubstituível é, também, indissociável quer da História da humanidade, quer do seu futuro (PEIXOTO, 2000, p. 4).

Como podemos observar, o momento de transição do poder entre civis e militares e a crescente pressão internacional no que dizia respeito à proteção ambiental obrigou os oficiais em abrir um debate interno em relação à questão. Essa mudança foi observada a partir dos discursos produzidos nos diferentes documentos oficiais que norteiam os objetivos estratégicos do Exército Brasileiro na Amazônia, como a Política de Defesa Nacional, por exemplo. Para os militares, não havia necessariamente uma contradição, uma vez que os soldados do EB assumiam responsabilidades do governo federal, e por

vez, não enfrentavam nenhum tipo de “concorrência” por parte dos governos estaduais, em função da escassez dos recursos.

A articulação logística do Exército com as demais Forças Armadas era relativamente eficiente, e, dentro delas, podemos salientar a parceria estratégica entre o EB e a Força Aérea Brasileira (FAB), sobretudo para assumir o importante desafio de manter uma presença na Amazônia, quando as principais unidades estavam concentradas no sudeste do país. Para responder ao incremento de presença na Amazônia, uma das principais tarefas para o Exército foi atuar na reorganização estratégica das Brigadas, condição necessária para concentrar efetivos nos Estados amazônicos, como Amazonas e Rondônia. Exemplo desse processo de transformação foi a transferência da Brigada de Niterói¹⁴, situada no Estado de Rio de Janeiro para São Gabriel da Cachoeira, no Estado de Amazonas em 2004.

Para analisar a mudança na produção do discurso da força terrestre em torno da questão do meio ambiente devemos, primeiro, ficar atentos à pressão política externa sobre o governo brasileiro no começo da década de 1990. Com o fim da Guerra Fria, a agenda de segurança humana começou a ganhar relevância no cenário internacional, obrigando o governo brasileiro a adequar e transformar sua política ambiental. Em seguida, analisamos o discurso dos militares sobre essa temática, a partir das práticas para avaliar o impacto da transformação na doutrina castrense. Ela foi construída para oferecer uma verdadeira janela de oportunidade para legitimar a presença do EB na Amazônia, afirmando a soberania nacional e respondendo à suposta pressão internacional, ao reforçar a credibilidade do Brasil no cenário internacional, como ator preocupado com a agenda de segurança global, e particularmente com o meio ambiente.

1.3.1 A importância da pressão externa na mudança narrativa do Exército Brasileiro sobre o meio ambiente

Do ponto de vista econômico, o Brasil estava passando por um momento de grande instabilidade, no final da década de 1980. O recorte temporal do nosso estudo pretende analisar particularmente a atuação do Exército Brasileiro a partir do primeiro

¹⁴ Portaria nº 128 de 26 de março de 2004. Ver também o Boletim do Exército nº14 de 02 de abril de 2004. Notemos a importância da cronologia dessa movimentação para deixar claro que se tratava de um projeto articulado, uma vez as questões de ameaças de segurança na bacia da Prata estavam resolvidas com a Argentina, ilustradas com o acordo nuclear Brasil-Argentina de 1986, por exemplo.

governo civil, isto é, entre 1985 e 1990. Porém, é necessário olhar de maneira mais contundente os meados dos anos 1970 até o presidente José Sarney assumir a presidência da República. Assim, a fim do chamado “milagre econômico” ocorre justamente naquele ano de 1973, coincidentemente com a Primeira crise do petróleo (VELOSO *et al.*, 2008). Um dos elementos importantes para entender a transformação interna no Brasil foi o esgotamento do modelo de desenvolvimento e o aumento considerável da dívida externa. Aliada com um alto nível de inflação, a crise econômica fragilizou o governo militar de Ernesto Geisel (1974-1979). Com a política externa do presidente Jimmy Carter, não ficou clara a atitude de determinadas potências, nomeadamente os Estados Unidos, em querer aproveitar esse momento mais frágil para influenciar e organizar sua influência de forma em que o fim do regime fosse realizado de maneira gradual, como de resto foi a abertura política (LIMA e MOURA, 1982). No âmbito interno, a inquietação popular era grande e o nível de insatisfação foi aumentando gradativamente. O cenário político era também em processo de transformação, uma vez que os anos de “chumbo” tinham fragilizado o regime, com um importante número de desaparecidos, de torturados e de mortos em todo o Brasil. A abertura política de Figueiredo e Geisel foi um sinal evidente de esgotamento do modelo sócio-político do regime militar, sendo os movimentos para as eleições diretas (o Diretas Já, em 1984) um marco importante da transformação que estava ocorrendo (SPEKTOR, 2004).

Do ponto de vista da sociedade, a transformação mais evidente foi o aumento populacional nas grandes cidades, atraídas pela industrialização das grandes capitais do país. O fenômeno de favelização dos centros urbanos marcou também o final da década de 1980. Com efeitos, a violência urbana aumentou, e grupos criminosos que eram isolados começaram a formar gangues politicamente organizadas, em defesa, entre outras pautas, das condições dos presos nas cadeias brasileiras (RODRIGUES, 2002). Essa violência não era exclusiva das grandes capitais, pois no interior, e particularmente na região amazônica, a ausência do Estado era gritante. A prática do coronelismo era comum e a pistolagem (isto é a contratação de assassinos de aluguel) considerada um meio eficaz para manter o medo e do terror nas populações locais. Houve um aumento do nível global da produção do Brasil durante a década de 1980, mas a onda de liberalização da economia que estava acontecendo nos Estados Unidos e na Inglaterra começava a ecoar em alguns fóruns econômicos brasileiros. Resumido, a situação do Brasil entre 1975 e 1985 foi de certa forma uma evolução negativa de um modelo econômico em crise. Os projetos de

grande porte dos militares (podemos pensar aqui na Transamazônica ou Carajás) afundaram e desequilibraram o balanço de pagamentos do Brasil, criando uma fragilidade externa evidente difícil de limitar.

Como observamos, o Brasil estava diante de uma crise econômica grave. O nível de inflação era muito alto. Com isso, a fragilidade e a credibilidade do país estavam em jogo. No caso mais específico do meio ambiente, havia de certa forma uma tendência clara por parte das grandes potências em afirmar que o Brasil (principalmente o governo federal) não tinha a capacidade de assumir suas responsabilidades.¹⁵ Sendo um dos donos das maiores reservas naturais do planeta, o Brasil não era visto como um ator capaz de resolver o problema do desmatamento acelerado (principalmente na década de 1970) da região amazônica. A floresta foi assim alvo incessante de pressão internacional, principalmente com as Organizações Não Governamentais internacionais (ONG) que atuavam fora e dentro do país. Os relatórios apontavam na maioria numa única direção, denunciando a tendência acelerada do desmatamento, e alarmando a comunidade internacional sobre os riscos da extinção do “pulmão do planeta”. Havia por parte dos militares uma crença que se tratava na verdade em um risco de “internacionalização” da questão ambiental, e conseqüentemente, representava uma ameaça direta à soberania territorial do Brasil. De acordo com o Eliézer Rizzo de Oliveira, o envolvimento das potências europeias nas questões nacionais do Brasil ficou claro, quando lembrou que:

o presidente François Mitterrand tem defendido no âmbito do G-7 que a região amazônica e as florestas tropicais sejam declaradas *patrimônio da humanidade*. A propósito, o senador José Sarney escreveu textualmente: “Mitterrand e Rocard propuseram-me em Amsterdam um organismo mundial, supranacional, para gerir a ecologia na Amazônia. Nós rechaçamos a ideia em nome da soberania¹⁶ (OLIVEIRA, 1994, p. 286).

Contudo, a opinião pública brasileira não mostrava sinais de insatisfação, deixando às elites intelectuais o papel de denunciar o que era considerado uma ameaça importante à integridade territorial do Brasil. Logo, ficou somente no âmbito da retórica política, mas foi recuperado de maneira eficaz pelas elites militares brasileiras (LE TOURNEAU, 2007). Essa pressão internacional era também manifestada com determinadas questões indígenas, como veremos na segunda parte. Portanto, a ameaça do

¹⁵ A pressão internacional foi bastante evidente em uma série de declarações por chefes de Estados de países centrais como Estados Unidos, França e Inglaterra, questionando publicamente o Brasil na sua capacidade de lidar com a situação interna, particularmente no que dizia respeito ao desmatamento.

¹⁶ Sobre essa declaração do antigo presidente do Brasil: ver José Sarney, “O mistério de HaximuTherì”. *Jornal Folha de São Paulo*, 27 de agosto de 1983, pp. 1-2. Ainda: Reali Jr., “Retomada a ideia de proteção supranacional”, *Jornal O Estado de São Paulo*, 24 de agosto de 1983, p. 13.

desmatamento e a prática da grilagem eram ligadas às ameaças que afetavam diretamente as populações tradicionais (ou indígenas). Assim, a defesa dos direitos dos indígenas, que tinham um papel histórico na preservação da floresta, era visto como algo importante para os militares. Essa discussão do status das populações tradicionais perpassou a mera preocupação estratégica das Forças Armadas para entrar no debate nacional, naquele momento. Talvez um dos marcos mais significativos fosse a inserção das questões indígenas nas diversas comissões durante a Constituinte.

Como vimos, em todo caso, a sensibilidade internacional sobre essas questões era bastante evidente, e talvez uma das formas de responder às demandas da comunidade global foi a realização da conferência conhecida como ECO-92, que teve um impacto simbólico, principalmente por ter como sede o Brasil (LE TOURNEAU, 2007). As mudanças de postura sobre essas questões evidenciaram a transição, do ponto de vista dos princípios, da política nacional sobre o meio ambiente. De certa forma, a pressão internacional foi suficientemente forte para obrigar o governo federal em tomar medidas de médio e longo prazo para fiscalizar de maneira mais eficiente o desmatamento ilegal, a extração de minérios e matérias primas em áreas preservadas e também o respeito ao direito de manter territórios indígenas, com direitos específicos. Mesmo se as taxas de desmatamento não diminuíram de forma importante naquela época, houve um esforço para legislar e institucionalizar “boas práticas”, a chamada “boa governança” no que diz respeito ao meio ambiente. A colocação da agenda ambiental como nova prioridade chamou atenção de diversas ONG (VASCONCELLOS e SOBRINHO, 2015, p. 797).

O início dos anos 1980 foi marcado por uma série de problemas estruturais que minaram os esforços realizados nessa área. De certa forma, a presença militar no governo era evidente, com cinco ministérios representados no governo federal. Entre 1985 e 1988, houve uma intensa discussão para preservar os benefícios históricos das Forças Armadas, e um bom exemplo disso foi o longo mandato do presidente Sarney, de 1985 até 1989. A transição era muito controlada pelas alas conservadoras do país (CODATO, 2005, p.99). Os militares tinham dois objetivos principais: primeiro, o objetivo era permanecer como elemento central e indispensável ao processo de transição política (OLIVEIRA, 1994) A abertura política foi planejada de maneira em que ganhos históricos não tivessem sido afetados pelo retorno da democracia. Um bom exemplo foi a votação da Lei de Anistia em 1979, preparando o terreno para uma eventual Comissão que seria autorizada para julgar os crimes cometidos por militares durante aquele período (de 1964 até 1985). Como

vimos, a pressão internacional era forte e no campo interno, o período foi marcado pela criação de diversos partidos políticos, entre os principais deles, o Partido dos Trabalhadores (PT). As dificuldades econômicas e a crise reforçavam o segundo objetivo dos militares, isto é, que o país não caísse sobre a esfera de influência da União Soviética. Interessante notar que Oliveira chega a citar um fato curioso em que:

o ex-ministro Leônidas Pires Gonçalves criticou Lutzenberger (então ministro do Meio Ambiente) em conferência pronunciada na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, comparando as suas posições manifestas na Europa com as de Luiz Carlos Prestes a quem se atribuiu a disposição de ficar do lado da União Soviética numa hipotética guerra contra o Brasil (OLIVEIRA, 1994, p. 286).

De toda forma, a incerteza do momento de transição congelou por um tempo a possibilidade de criar iniciativas políticas capazes de transformar a realidade do país. Pela primeira vez, houve um esforço importante por parte da sociedade em reconhecer a importância da diversidade de agendas sociais que tinham sido deixadas de lado, e o reconhecimento da importância de tentar resolver esses problemas reforçou o sentimento de transição bem-sucedida pelos observadores internacionais¹⁷. A inflação fragilizou o país durante toda a década de 1980, chegando ao ápice com o congelamento das contas bancárias do país durante o curto governo Fernando Collor¹⁸. Na prática, a crise financeira fez que o Brasil não tivesse capacidade de adequar, no plano da Defesa, suas forças com as missões que tinham sido agendadas em função da transformação do cenário estratégico regional e internacional. O campo político garantiu a manutenção de alguns benefícios, como veremos na segunda parte desse capítulo, mas questões estratégicas estavam ainda longe de ser concretizadas, segundo Oliveira (1994).

Assim, o governo ficou atento ao processo de colapso da União Soviética e das consequências geopolíticas decorrentes. Por isso, a transformação do mundo bipolar em uma “nova era mundial”, a partir de 1991, influenciou o conteúdo doutrinário das Forças. O reconhecimento da transformação da agenda de segurança e defesa no âmbito mundial trouxe diferentes chaves de leitura da realidade para o oficialato (BERTAZZO, 2007). De fato, questões ligadas à segurança humana começaram a ser cada vez mais importante aos olhos da força terrestre, que percebeu que o narcotráfico, os crimes ambientais ou mesmo

¹⁷ Interessante observar a avaliação dos cientistas políticos nos anos 1980 sobre o Brasil: podemos pensar no caso aqui do professor Guillermo O'Donnell (O'DONNELL, 1993) que trabalhou bastante com as questões de processo de redemocratização na América do Sul.

¹⁸ Esse ponto é importante para analisar de qual forma a instabilidade econômica e financeira do país afetou as Forças Armadas.

o contrabando eram práticas comuns na região Amazônica e que era preciso adequar os meios disponíveis à chamada “nova agenda de segurança internacional”. A questão da emergência da segurança humana na narrativa das forças armadas é justamente o objeto do próximo ponto.

1.3.2 A questão da segurança humana na agenda global das Relações Internacionais

A segurança humana, assim, foi apresentada como a situação pela qual o desenvolvimento dos indivíduos pudesse ocorrer, entendendo por ele a articulação entre sete dimensões de segurança, de acordo com o relatório produzido pela ONU sobre o desenvolvimento humano (UNITED NATIONS, 1994). Segundo Rodrigues (2012), a segurança humana é composta por uma dimensão pessoal “a continuidade das violências geradas pelas guerras civis, pelos ataques sistemáticos de Estados contra suas próprias populações, contra mulheres, crianças, grupos étnicos, e até mesmo contra si próprio – pelo uso de drogas ou suicídio”.

Existe também uma dimensão política, marcada “pela continuidade das violações aos direitos humanos cometidas na ausência de democracia formal”. Num mundo cada vez mais globalizado, a dimensão econômica da segurança ganha importância, com “a permanência das privações materiais e precarização das condições de vida”. Portanto, a comunidade é vista como uma dimensão próxima, quando percebemos “a recorrência das violências entre grupos étnicos ou sobre grupos étnicos”. Entre todas as dimensões citadas, as crises evidenciam a importância da dimensão sanitária da segurança, com a “manutenção ou agravamento do acesso precário aos cuidados médicos e aos serviços sanitários”.

Em inúmeros países, apesar da sua diminuição, a fome ainda prejudica a segurança humana, com “a dificuldade de consumir as porções diárias de alimentos consideradas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como básicas para satisfazer as necessidades humanas. Finalmente, “o aprofundamento da degradação ambiental causada pelo modelo de desenvolvimento industrial e pelo uso dos recursos naturais (terra, água, ar, minerais), especialmente nos “países em desenvolvimento”, que imporia dura escassez e agravamento das condições de vida das populações” faz da segurança ambiental a última dimensão da segurança humana (RODRIGUES, 2012, p. 15).

A dimensão ambiental da segurança humana e as ameaças para determinados grupos étnicos citados no relatório evidenciam a importância da Amazônia e das suas

populações no âmbito da segurança humana. Com essa nova nomenclatura, a preocupação com o a sustentabilidade e o meio ambiente ficaram mais clara no discurso das lideranças. Assim, pelo menos nos princípios que seriam capazes de nortear as políticas voltadas para a segurança humana, aproximando os direitos humanos da agenda de segurança internacional, como apontado por Pettman:

com a elaboração do conceito de segurança humana, a ONU procurou vincular a questão da segurança internacional aos direitos humanos – esforço reafirmado pela criação, em 2001, da Comissão das Nações Unidas sobre Segurança Humana que, em 2003, publicou seu primeiro relatório intitulado “Human Security Now” no qual as premissas do HDR, de 1993, foram endossadas. O documento de 2003 definiu a segurança humana como a “salvaguarda do cerne de todas as vidas humanas das ameaças ‘críticas’ e ‘perversas’ de modo consistente para sua satisfação no longo prazo (PETTMAN, 2005, p.138 apud RODRIGUES, 2012, p. 16).

Assim, a transformação da agenda internacional afetou paulatinamente a atuação do Exército Brasileiro na Amazônia. Como vimos, as pressões internacionais em torno das questões do meio ambiente e dos direitos dos povos nativos obrigaram de certa forma a repensar a lógica da presença e da atuação das Forças Armadas naquela região. Evidentemente, não houve nenhuma mudança radical por parte da estrutura central do EB. Como evidenciou Adriana Marques num artigo publicado em 2003:

nesse contexto, as percepções de ameaça ao Brasil deslocaram-se para a região amazônica, relacionando-se, por um lado, as questões tradicionais de segurança – que envolveriam uma ameaça de internacionalização da região, por pressão dos países desenvolvidos e sob a justificativa de que o país seria incapaz de controlar os problemas ecológicos e evitar o extermínio das populações indígenas – e, por outro, a questões ligadas às ameaças não-tradicionais – especialmente os ilícitos transnacionais e o conflito colombiano, que poderiam engendrar uma maior intervenção norte-americana na região (MARQUES, 2003, p. 8).

Assim, o fim da Guerra Fria mudou fundamentalmente não só o ambiente de segurança internacional, mas também a sua análise como visto anteriormente. Em decorrência dessa nova realidade muitos autores passaram a incluir outros temas não militares nas suas análises de segurança. Entretanto, segundo Rudzit, “essa nova realidade não pode ser entendida como universal, já que a maioria dos países em desenvolvimento não se beneficiou dessas mudanças como os países mais desenvolvidos. A maior parte está imersa em uma teia de relacionamentos de segurança muito complexa, envolvendo conflitos internos e externos, além de uma série de “novas ameaças” como doenças, meio-ambiente, crime organizado, fatores econômicos, e o terrorismo, entre outros” (RUDZIT, 2006, p. 317).

O problema da segurança humana ainda é bastante sensível no contexto amazônico, pois a presença de ONG e, sobretudo o trabalho do governo federal na fiscalização das áreas sensíveis (principalmente as áreas de fronteiras) transformaram “áreas marrons¹⁹” segundo a terminologia de Guillermo O’Donnell (O’DONNELL, 1993) em áreas consideradas estratégicas para a segurança e a defesa do Brasil, mas cuja presença do Estado é escassa. De certa forma, a distância entre o discurso e a prática ficou reduzida, pois houve um esforço de levar em consideração essas questões adequando os meios disponíveis (recursos humanos, equipamentos, tecnologia empregadas) com os objetivos estratégicos de longo prazo.

O objetivo foi contemplar as necessidades e manter uma presença nas áreas consideradas estratégicas das fronteiras. Um bom exemplo da evolução do paradigma é a existência de um plano estratégico da faixa de fronteira, chamado “Plano de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF). Esse plano, que foi lançado no segundo governo de FHC, mas ganhou força a partir de 2004, previu a mobilização das diferentes esferas governamentais (federal, estadual e municipal) em torno de eixos considerados estratégicos no âmbito da faixa de fronteira. O PDFF visava principalmente a realização de estudos precisos para conhecer as dinâmicas específicas presentes nas regiões de fronteiras (contemplando os três arcos que foram mencionados anteriormente) e desenvolvendo políticas públicas capazes de atender as demandas das populações locais nos mais diversos campos (segurança, educação, emprego, cooperação internacional, comércio, etc.)

O fato de estabelecer um vínculo direto entre as questões de segurança propriamente ditas e de defesa não facilita a compreensão da complexidade dos assuntos. Por vez, se optamos por analisar o problema da segurança de grandes áreas florestais como sendo prerrogativa exclusiva das Forças Armadas, podemos correr o risco de esvaziar o argumento principal, isto é, a securitização das fronteiras da Amazônia pelas Forças Armadas. A securitização é um conceito importante que foi desenvolvido por Barry Buzan, Jaap de Vilde e Ole Wæver, oriundos da chamada Escola de Copenhague de relações internacionais. Na obra, os autores apresentam o conceito de que não existe

¹⁹ De acordo com Nascimento, “a cor marrom (representa) um nível muito baixo ou nulo nessas duas dimensões (presença do Estado e burocracia). Ou seja, as burocracias quando existem não atendem ao mínimo para o atendimento das demandas da cidadania e não há cumprimento da lei, ou quando existe, ocorre em detrimento das camadas mais pobres da população” (NASCIMENTO, 2005, p.80)

uma segurança internacional objetivamente considerada. Para eles, toda ameaça é socialmente construída por meio de discursos de atores significativos na esfera da segurança internacional (*speech act*) passando pela aceitação do público. O conceito de segurança, para os autores, é “uma prática auto referencial (...) não necessariamente porque uma ameaça existencial realmente existe, mas porque o assunto é apresentado como tal” (BUZAN *et al.*, 1998, p. 24-25). Assim, o conceito da securitização é “o uso da retórica da ameaça existencial com o objetivo de levar um assunto para fora das condições da “política”. Uma vez um determinado objeto securitizado, é possível então justificar para o público a adoção de medidas drásticas, de caráter excepcional, diante da emergência criada. Da mesma forma, observa-se políticos extraordinários e eventualmente o uso da força (BUZAN, 1998, Op. Cit.).

Interessante notar que, segundo Buzan, Wæver e de Wilde, a securitização de um assunto significa sua apresentação como tão urgente e importante que não deva ser exposto ao manejo político ou mesmo respeitando o enquadramento normativo vigente. Sendo assim, a temática segurança começa a ser percebida como negativa, algo que seria o resultado da incapacidade das elites em lidar com determinados assuntos, para poder integrar o mesmo na política corriqueira (BUZAN *et al.*, 1998, p. 29). Para os autores da Escola de Copenhague, no longo prazo, o ideal é a promoção do oposto da securitização, isto é, a “dessecuritização” da Amazônia, para o resgate dos valores ambientais e humanos contidos na floresta amazônica para o âmbito do jogo político normal (BUZAN, 1998, Op. Cit.). Longe de querer desvincular a lógica militar de segurança, e então de proteção (e nesse sentido podemos pensar em proteção do meio-ambiente, por exemplo) tornamos um problema que não era no início um assunto de segurança propriamente dito em algo que foi colocado na agenda do Exército Brasileiro, pautada na questão de Defesa. Continua assim Piletti:

a “securitização” dessa questão tem relação direta com a concessão e demarcação de reservas para as comunidades indígenas da região, especialmente aquelas localizadas em áreas próximas à faixa de fronteira brasileira – o que, de acordo com os militares, poderá provocar uma série de problemas que representam um grave risco à soberania do Brasil sobre a Amazônia. Neste sentido, os militares normalmente alegam, por exemplo, que a demarcação de grandes reservas indígenas na Amazônia retirará do Estado brasileiro parte de seu poder sobre consideráveis porções do território amazônico, manterá regiões inteiras inviabilizadas economicamente, e isolará as comunidades indígenas, favorecendo a formação de “enclaves” étnicos, políticos e sociais que poderão, sob influência internacional, reivindicar algum grau de independência política no futuro (PILETTI, 2008, p. 117).

Um dos principais problemas apontados pelos militares é a localização das reservas na faixa de fronteira do Brasil – onde, em alguns casos, haveria uma contiguidade com áreas semelhantes de outros países. Essa localização poderia ensejar a transnacionalização das reservas indígenas, facilitando a formação de enclaves e a criação de áreas indígenas autônomas ou sob o controle internacional (D'ARAÚJO, 2000). Além disso, segundo Albert (1991) os militares acreditam que as reservas indígenas estejam sendo criadas estrategicamente em terras de grande riqueza, especialmente mineral, o que se associaria ao interesse externo em preservar os recursos naturais da Amazônia para um futuro em que as grandes potências pudessem ter o controle sobre tal exploração. Neste sentido, e da mesma forma que a criação de Unidades de Conservação, denominação dada pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) às áreas naturais passíveis de proteção por suas características especiais²⁰, o processo de demarcação de terras indígenas na região amazônica sofreria fortes pressões externas – que iriam no sentido de fazer com que as terras possuam o maior tamanho possível, estejam localizadas em áreas ricas em minerais, e preferencialmente próximas às fronteiras do país.

Como foi mencionado anteriormente, a pressão internacional sobre as reservas florestais teve um impacto nos militares, particularmente aqueles do Exército Brasileiro. Aqui, precisamos distinguir duas categorias distintas de produtores de discursos: primeiro, os militares da ativa, que reproduzem o discurso oficial, elaborado principalmente no MD. No que diz respeito às atividades da força terrestre, precisamos nos interessar na doutrina elaborada na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), localizada na Praia Vermelha, no Rio de Janeiro. Por outro lado, existe também uma grande quantidade de discursos produzidos por militares da reserva, e que manifesta suas opiniões através das palestras e das conferências do Clube Militar²¹, situado no Centro do Rio de Janeiro. Essas duas esferas são importantes para levantar dados sobre os efeitos da pressão internacional, e principalmente sua repercussão direta na visão castrense. Assim, podemos apreciar uma tendência bastante conservadora nessa problemática como explica Piletti:

²⁰ Sobre as Unidades de Conservação, ver a Lei n.9985, de 18 de julho de 2000. O artigo primeiro define as Unidades de Conservação como: “espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção da lei” (Art. 1, I).

²¹ O Clube Militar não é um lugar exclusivo da produção dos oficiais do Exército, mas é um dos mais tradicionais.

neste sentido, é frequente entre os militares a crença de que exista uma “campanha ambientalista internacional”, orquestrada por ONG financiadas pelos países ricos e por grandes corporações econômicas, buscando propagar a ideia de que o Brasil seria incapaz de preservar a Amazônia e de que uma presença externa seria necessária para tal. O interesse desses atores seria frear ou mesmo bloquear o desenvolvimento econômico da região, garantindo a preservação dos seus recursos naturais para um futuro em que os mesmos pudessem controlar sua exploração. Os problemas ambientais seriam, pois, na visão dos militares, instrumentalizados para servir de pretexto a uma futura ingerência ou mesmo intervenção externa sobre a Amazônia (PILETTI, 2008, p.104).

No mês de maio de 2016, ao concluir uma palestra do Curso de Extensão em Defesa Nacional, o coronel do EB Rodrigo Martins Prates explicou que “terras e povos indígenas não constituem ameaças nem óbices, embora haja desafios a superar, são patrimônio a ser protegido e partícipes da Defesa Nacional²²”. Assim, podemos observar que houve uma mudança no discurso, que foi transformado em função do aumento da institucionalização da questão indígena. Desde a Constituição Federal de 1988, houve um incremento das políticas públicas de inclusão das populações indígenas, que levou ao reconhecimento de importantes Terras Indígenas, como por exemplo, o caso da Raposa Serra do Sol, em 2005 no Estado de Roraima. Ao cobrir uma área cultural que perpassa as fronteiras nacionais (entre a Venezuela e o Brasil), percebemos que apesar dos avanços, a questão das populações indígenas gera certa inquietação nos meios militares.

1.3.3 O discurso e a prática: a preservação das áreas e o papel dos militares

Durante os anos 1980, o governo brasileiro começou a questionar as denúncias externas sobre o caráter acelerado do desmatamento e da degradação ecológica na floresta amazônica. Entre diversos problemas, a escala dos fogos de floresta amazônica²³ foi considerada grave e sendo responsável pelo agravamento da crise ecológica. De fato, no ano anterior, as taxas de desmatamento estavam muito altas. Os dados apontam uma superfície de 200.000 km² de vegetação destruída, sendo 80.000 km² de floresta primária. Assim, o equivalente ao tamanho de duas vezes Portugal estaria desaparecendo anualmente, o que chamou a atenção da opinião internacional sobre o problema do desmatamento. Naquele período, o discurso militar e o discurso do governo estavam

²² Palestra proferida durante o Curso de Extensão em Defesa Nacional, na Universidade Estadual do Ceará (UECE) com o título: Questão Indígena, “Territórios e Nações” e sua Relação com a Defesa Nacional”.

²³ Estamos falando aqui da prática reconhecida como grilagem, comum na Amazônia.

intimamente ligados, pois havia pouco tempo que o Brasil tinha entrado numa fase de redemocratização, e hoje esses discursos continuam interligados.

Como vimos, as principais estruturas de influências permaneciam no bojo do poder executivo. O discurso dos militares foi baseado em críticas severas naquilo que se chamou de “campanha ambientalista internacional” (PILETTI, 2008, p. 104), colocando a responsabilidade do fim do maior e mais rico patrimônio natural do mundo. Em seguida, o Estado brasileiro reforçou essa visão dos militares, chamando atenção ao fato de que as potências externas tinham interesses em atrapalhar o desenvolvimento do país²⁴. Essa visão da conspiração foi e continua sendo uma narrativa bastante persistente nos meios militares, pois apresenta elementos de discursos em torno da proteção da soberania com nacionalismo. Interessante notar que foi somente no final do governo Sarney (em 1990) que o Estado brasileiro começou a reconhecer uma parte das denúncias que tinham sido feitas por ONG, lideradas pelo Greenpeace. Por isso, diante da escala do problema, era politicamente arriscado manifestar algum tipo de distanciamento da cúpula militar, em função da relação da mesma com o governo, mesmo sendo a retórica da teoria da conspiração alimentada com bastante frequência pelo meio (LE TOURNEAU, 2007).

Existia uma ambivalência no discurso dos militares sobre a presença de empresas, conglomerados ou interesses estrangeiros em território amazônico. Curiosamente, o exemplo de grandes concessões feitas para empresas como Ford, entre 1930 e 1945, ou mesmo Ludwig, durante o projeto Jari (entre 1966 e 1982), os oficiais das Forças Armadas não se manifestam necessariamente contra todas as iniciativas e penetrações estrangeiras (MEDEIROS, 2012). O critério que parece ser essencial no olhar militar é a importância da maximização do retorno em favor do país. De fato, a história do surgimento e da queda da borracha na Amazônia mostrou a importância da pesquisa aplicada no desenvolvimento tecnológico, algo que foi reforçado nas últimas décadas pelos diversos campos abertos em função da rica biodiversidade presente naquela região. Com o aumento das preocupações ecológicas em escala mundial, as pressões externas foram concebidas pelos militares como uma ameaça direta à soberania nacional e seu

²⁴ Durante os anos 1980, perante as denúncias de desmatamento, o Estado começou negando esse fato, depois negou as manifestações estrangeiras, e, finalmente, começou a falar da teoria de conspiração de cunho internacional. Porém, no jornal da Folha de São Paulo de 26 de julho de 1996, o INPE (Instituto Nacional de Pesquisa Espacial) revelou que 2 milhões de hectares tinham sido desmatados entre 1988 e 1991. Os números aumentaram entre 1992 e 1994, anos nos quais o Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) avaliou em 15 milhões o número de hectares de floresta amazônica degradada.

livre direito ao desenvolvimento. A Conferência Internacional sobre o Meio Ambiente das Nações Unidas, que ocorreu no Rio de Janeiro em 1992, teve um grande impacto nos militares.

Segundo Le Tourneau (2007), o governo federal aproveitou esse espaço para divulgar uma imagem positiva e assumiu um compromisso importante perante a comunidade internacional reunida. Era necessário provar que o país era capaz de atingir suas metas, na redução das taxas de desmatamento, que como vimos, atingiram um nível impressionante (INPE, 2015). Naquele período, houve um sinal claro de que não havia um risco de intervenção por motivo ecológico²⁵ dos Estados Unidos. Assim, o diretor William Reilly, da agência de proteção ambiental estadunidense (EPA), explicava que Brasil mostrava sinais de boa vontade na luta contra a degradação. Os países industrializados representavam o foco principal das críticas, pois apontavam em problemas complexos que fragilizavam o país diante da comunidade internacional. O problema do tráfico internacional de drogas ilícitas, a questão indígena e a preservação da biodiversidade na Amazônia eram talvez demasiado grandes para ser assumidos somente pelos militares (PROST, 2003).

Como vimos, o cenário da crise brasileira colocava o país numa situação desvantajosa na relação de poder com as potências centrais. Assim, os Estados Unidos representavam o maior risco para os oficiais do Exército (REVISTA ISTO É, 2000, p. 41). Questões como a transferência de dados tecnológicos sensíveis necessários para superar as limitações de desenvolvimento do Brasil alimentavam o discurso negativo em torno da presença estrangeira na Amazônia. O governo dos Estados Unidos levantou também o argumento da “guerra às drogas”, no começo da década de 1990 para reforçar sua pressão em países vizinho do Brasil, através do Plano Colômbia, por exemplo, (PROST, 2003, p. 35). Outro aspecto importante na produção do discurso nacional-conservador naquele período foi a maneira como políticos brasileiros reproduziam também esse tipo de argumentos, o que preocupava ainda mais os oficiais das Forças Armadas (MEDEIROS, 2012, p. 168). Para os militares conservadores do Exército, a única diferença entre a visão da conspiração com a época da Doutrina de Segurança

²⁵ Sobre essa questão de “intervenção por motivo ecológico”, ver a dissertação de mestrado produzido por Oswaldo Caninas em 2010 no Programa de Pós-graduação em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança. Diversos elementos podem ser encontrados para ilustrar esse aspecto importante que alimenta a narrativa da conspiração nos círculos militares.

Nacional (DSN) é que o inimigo tinha trocado de lado. Não se tratava do comunismo, mas de vontade de internacionalização da Amazônia por parte das grandes potências industrializadas.

No discurso militar, a defesa dos valores ocidentais invocados no regime militar foi substituída por um novo nacionalismo, preocupado em manter a soberania brasileira na integridade do território nacional. Esse novo nacionalismo é fruto também da resposta à crise de identidade das Forças Armadas sobre o seu papel e seu lugar na sociedade. Perante as críticas do alto escalão do Exército sobre a missão dos militares sem inimigo claro, as autoridades elaboram uma série de hipótese de emprego, além das tradicionais: a cobiça das riquezas amazônicas por terceiros e a luta contra os ilícitos (o que muda também a perspectiva de emprego de Forças Armadas no sentido mais tradicional (PROST, 2003, p. 29). Essas hipóteses de ameaça servem principalmente interesses políticos e econômicos, principalmente durante o governo FHC. De acordo com Martins Filho e Zirker: “no meio de um profundo corte de recursos federais oriundo das políticas econômicas atuais, o presente governo encontrou os meios de eliminar as causas mais imediatas da agitação militar” (MARTINS FILHO e ZIRKER, 2000, p. 17). A disputa foi grande para conseguir mais recurso do governo federal nesse contexto, uma vez que, como vimos, houve uma redução no número de ministérios militares com a redemocratização e a criação do Ministério da Defesa e da Agência Brasileira de Inteligência.

A defesa da Amazônia é uma constante no discurso militar da força terrestre porque ele é o único que consegue justificar uma presença constante em áreas remotas do país. Um dos aspectos que merece ser questionado nesse estudo é justamente até que ponto o argumento “ambientalista” serve os interesses dos militares do Exército. A obsessão em torno da proteção do bioma revela também uma incapacidade de repensar seu papel num país que passou por uma série de reformas profundas que “normalizou” de certa forma as prerrogativas das Forças Armadas de um país democrático, isto é, defesa da integridade territorial. Como vimos, a Constituição Federal de 1988 abriu uma série de brechas para que o emprego das FFAA seja realizado em diversas áreas, uma delas é o poder de polícia na faixa de fronteira, que outorga aos militares um papel importante, particularmente na fiscalização. A Lei Complementar 97 de 1999, alterada pela Lei Complementar 117 de 2004, faz menção clara ao texto constitucional, “atribuindo caráter subsidiário ao emprego das Forças Armadas, em especial o Exército Brasileiro, na

atividade de preservação de segurança pública, destinou à Força Terrestre, como atribuição subsidiária particular o poder de polícia na faixa de fronteira, demonstrando como deve atuar neste sentido” (MARINHO, 2010, p. 2).

Assim, o argumento ambiental perpassa a mera preocupação de preservação da integridade territorial e visa reforçar o papel dos militares atuando naquela região, oferecendo uma “*raison d’être*” no contexto amazônico. Curiosamente, a narrativa é sólida e os civis também reproduzem esse discurso, cujo tema principal é a defesa da Amazônia, de forma abstrata, e a necessária valorização da região, mantendo um difícil equilíbrio no campo do desenvolvimento entre sustentabilidade e modernidade. Uma das autoras que se dedicou mais no estudo da questão foi Bertha Becker da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O argumento da geógrafa foi na linha do pensamento militar em torno dos riscos sobre a soberania na denúncia de ONG e com políticas estrangeiras de restrição de créditos e de financiamento em prol da preservação ambiental.

Porém, o argumento difere do lado castrense, pois aposta na afirmação das relações entre os Estados vizinhos num quadro de formação de blocos econômicos, seja para reforçar o esvaziado Tratado de Cooperação Amazônica, seja apostando na ciência e tecnologia para que o desenvolvimento sustentável seja rentável economicamente. (BECKER, 2005). Talvez um dos efeitos mais importantes da construção da narrativa militar em torno da presença na Amazônia é a capacidade de absorção pelos civis da naturalidade da presença castrense na região. A reprodução do discurso pelos civis facilita a disseminação das prioridades estratégicas do Exército Brasileiro. No próximo, faremos justamente esse esforço de desarticulação da narrativa de presença dos militares na construção de uma nova legitimidade.

1.3.4 A agenda ambientalista e os militares na floresta: uma oportunidade para legitimar a presença na Amazônia

Como analisado detalhadamente na seção anterior, houve uma preocupação grande no meio militar com questões ligadas à agenda ambientalista. Num primeiro tempo, a pressão internacional foi vista como uma ameaça à soberania, mas gradualmente, houve uma transformação do discurso, que levou os militares, e particularmente o Exército Brasileiro, em reformular sua narrativa. Como isso aconteceu? Um trabalho desenvolvido por um oficial da ECEME explica que:

as forças armadas brasileiras, ao longo da História, têm protagonizado significativas ações de controle e proteção do meio ambiente, uma vez que, ainda hoje, constituem-se na presença efetiva do Estado em áreas longínquas, afastadas dos polos mais desenvolvidos (NUNES, 2012, p. 1).

Nessa mesma linha de pensamento, é importante ficar atento aos trabalhos produzidos pelos oficiais do Exército Brasileiro.²⁶ Como podemos ler, um elemento central da lógica castrense contemporânea é criar um nexo entre as ações de *controle* e a *proteção ambiental*. Alguns elementos doutrinários como a “Diretriz Geral do Comandante da Força”, de 2003, servem para orientar as políticas em torno dessas questões de cunho estratégico evidente. Tássio Franchi esclarece esse ponto afirmando que:

o Exército Brasileiro publicou, em 2001, duas portarias relevantes, com os seguintes títulos: “Política de Gestão Ambiental do EB” (Portaria nº. 570, 18 de julho de 2001) e “Diretriz Estratégica de Gestão Ambiental do EB, Portaria nº. 571, de 18 de julho de 2001 (FRANCHI *et al.*, 2011, p. 33).

Esses documentos demonstram a preocupação com a adequação a normas e à legislação ambiental. Eles responderam ao crescimento da importância da questão ambiental no cenário internacional, como podemos ler no tópico “Premissas Básicas”, da mencionada Portaria nº. 571:

a gestão ambiental assume importância cada vez maior no cenário mundial, tornando imprescindível, portanto, o zelo e diretrizes vigentes, quando da realização de atividades e empreendimentos militares, principalmente dos passíveis de causar degradação ao meio ambiente (BRASIL, 2001, p.1).

Como os autores apontam que:

esse papel ganha destaque na Amazônia, pois essa diretriz observa que a presença da Força em áreas pioneiras deve ser privilegiada. Nas estratégias prioritárias em situação de paz consta o seguinte item: “ampliar a participação de pessoal da Força nos fóruns onde se discutam os temas relevantes da área político-estratégica (ALBUQUERQUE, 2003 apud RESENDE *et al.* 2005, p. 6).

Um dos grandes desafios das Forças Armadas é conseguir conjugar suas intenções nobres em torno da preservação do bioma amazônico com um desenvolvimento efetivo de meios e recursos, revelando adequação entre discurso e prática. Para tal, o trabalho de

²⁶ Sobre os trabalhos produzidos pelos oficiais do Exército: ver CAMPOS, João Camilo Pires de. *A Gestão Ambiental no Exército Brasileiro e a sua Compatibilização com o Adestramento da Força*. Monografia da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2003; PAES, José Roberto Soares. *A participação do Exército na preservação do meio ambiente*. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso - Altos Estudos Militares, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2003; BASTOS, Kepler Santos de Oliveira. *Política Ambiental do Exército Brasileiro – uma proposta*. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (CPEAEX).

Marco Aurélio Guimarães ajuda para entender os limites no seio da força terrestre. Entre diversos elementos pertinentes, aponta que:

acompanhando a evolução da gestão ambiental no Brasil, o Exército Brasileiro procurou, pouco a pouco, adaptar-se à nova realidade mundial diante do grande patrimônio natural brasileiro. Com isto, após a entrada em vigor da Política de Meio Ambiente, e mais tarde, da promulgação da Constituição Federal, o Exército procurou atualizar seus manuais e regulamentos com a nova ótica ambiental (GUIMARÃES, 2009, p. 95).

Continua dizendo que:

sob a responsabilidade do Exército encontra-se um patrimônio ambiental incomensurável. São áreas de treinamento que, devido ao trabalho diuturno de conservação são mantidas como “manchas verdes” em regiões totalmente degradadas. Para a gestão deste patrimônio, o Exército Brasileiro dispõe de normas ambientais que possuem eficácia discutível, atuando não só nos Campos de Instrução, como também nas sedes das Organizações Militares (OM). [...] No caso do Exército Brasileiro, a sua estrutura organizacional passou por diversas modificações procurando adaptar-se à realidade social, econômica, política e ambiental que o país passava e à realidade da evolução da doutrina no mundo (GUIMARÃES, 2009, p. 95).

Durante o período da transição democrática, as Forças Armadas permaneceram no bojo do poder influenciando o Congresso Nacional e os sucessivos governos para que sua relevância política e estratégica no cenário nacional não seja ameaçada. O surgimento da agenda ambientalista internacional nos anos 1980 foi essencial para que os militares brasileiros da força terrestre pudessem buscar um novo sentido na sua missão. A segurança ambiental e o desmatamento da floresta amazônica configuraram novas demandas da sociedade contra as “novas ameaças” ou ameaças “não-tradicionais”. No caso brasileiro, havia na faixa de fronteira uma preocupação com a agenda tradicional. Mas como vimos, a conferência sobre o Meio Ambiente da ONU foi um momento de mudança na doutrina do EB, que buscou priorizar a sua atuação no nível estratégico, tático e operacional para a região norte do Brasil, e especificamente na região da faixa de fronteira. O poder de polícia que o Exército Brasileiro possui ofereceu garantias necessárias para que houvesse uma mudança radical na orientação das ameaças e das agendas de segurança das três forças.

Assim, além da distinção entre o discurso e a prática no campo ambiental, é interessante notar a dificuldade enfrentada pelo Exército Brasileiro em aplicar normas e práticas ambientais no meio das suas OM. O IBAMA tem um papel fundamental na fiscalização dos crimes ambientais e o EB deveria apenas auxiliar os fiscais na apreensão das madeiras. O uso da chamada “cooperação interagência” nas grandes operações nas fronteiras amazonenses vem sendo um dos meios encontrados para responder as carências

em equipamento e meios para lutar contra esses crimes. Mas os resultados oferecidos no estudo mostraram claramente os limites do envolvimento do Exército Brasileiro em questões ambientais, pois fragiliza também a narrativa construída por ele.

Procuramos nesse primeiro Capítulo realizar uma análise para entender as características geo-históricas do espaço amazônico. Para entender essa questão, tivemos como objetivo na primeira parte do Capítulo apresentar a formação do espaço amazônico e o processo de colonização do território. Rapidamente, a resolução da questão das fronteiras apareceu como ponto estratégico essencial da presença física para os militares. Em seguida, focalizamos nosso estudo sobre a presença do Exército no período de redemocratização. O Exército Brasileiro aumentou sua presença para justificar sua presença com ações cívico-sociais em prol das populações que vivem na faixa de fronteira. O Programa Calha Norte ilustrou esse esforço, mostrando um EB que se transformou e se adaptou à nova realidade. Finalmente, concluímos esse primeiro Capítulo enfatizando o surgimento da agenda ambiental no discurso militar, no final da década de 1980. O argumento do Exército Brasileiro foi baseado na importância da pressão externa sobre o meio ambiente no começo da década de 1990. O contexto internacional do Pós-Guerra Fria facilitou o surgimento de questões ligadas à agenda global de segurança humana. Em seguida, pretendemos desenvolver esses argumentos com os elementos apresentados no Capítulo II “**O retorno das Forças Armadas como componente estratégico de desenvolvimento nacional (1994-2010)**”, que procura apresentar a relevância das Forças Armadas na Amazônia a partir do governo Fernando Henrique Cardoso. Um dos elementos principais foi o posicionamento da Amazônia como vetor de oportunidades, tanto para o crescimento nacional como também vetor de segurança.

Capítulo 2:

O retorno das Forças Armadas como componente estratégico de desenvolvimento nacional (1994-2010)

2.1 O contexto geoestratégico na Amazônia durante a era FHC

2.1.1 Soberania nacional vs. integração continental: um modelo em crise?

Com a chegada ao poder de Fernando Henrique Cardoso em 1994, o país passou por uma fase de transformação da sua economia, optando por uma abertura do Brasil aos mercados internacionais (neoliberalismo). O presidente lançou também uma série de privatizações de grandes empresas (a Vale do Rio Doce, a Petrobras e outras empresas estratégicas). Portanto, houve uma guinada ideológica forte na economia, que passou por reformas importantes (o chamado Plano Real, que começou no governo Itamar Franco, foi sem dúvida o mais ambicioso). Do ponto de vista da geoestratégia, houve também um debate interno em torno de questões que pautavam a agenda internacional. Assim, questionava-se o significado da soberania nacional, principalmente em função do discurso da possível internacionalização de regiões importantes, como a Amazônia (VIDIGAL, 2002). Outro aspecto importante da discussão é entender a capacidade de transformação do modelo econômico, uma vez que os conceitos de fronteira, integração, espaço territorial, e nação começaram a ganhar novos significados (BERNAL-MEZA, 2002). Argumentamos, baseado nas premissas de Couto (2007) que houve um projeto que buscou implementar uma agenda liberal, a partir de uma integração de mercado, e não uma integração no sentido pleno, algo que foi desconstruído pelas elites sul-americanas.²⁷ Essa primeira parte pretende oferecer uma perspectiva crítica daquele momento, para estabelecer uma ligação com as questões de defesa, nas partes subsequentes. O artigo de Alsina (2003) oferece um balanço da política externa durante o governo FHC, focando particularmente em três “linhas de forças” sendo elas democracia, mercado e direitos humanos:

²⁷ Sobre esse projeto, podemos notar a partir de 2000 os esforços realizados no âmbito da Iniciativa para Integração Regional Sul-Americana (IIRSA) para liberalizar os mercados nacionais, criar novos eixos de integração, limitar os projetos de cunho nacionais, e favorecer o financiamento externo de grandes projetos estruturais, com apoio da Corporação Andina de Fomento (CAF), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), do Fundo de Desenvolvimento da Plata (FONPLATA), e do Fundo Monetário Internacional (FMI).

a afirmação da dinâmica democrática brasileira e de seus desdobramentos no plano internacional (e vice-versa, ou seja, a influência do contexto externo sobre o processo político local) a tentativa de inserção competitiva do Brasil na economia mundial por meio da assimilação da lógica do livre mercado como elemento propulsor do desenvolvimento nacional. A reiteração da compatibilidade entre os valores esposados pelos brasileiros e os pressupostos de uma ética ambiente, o combate ao crime transnacional, entre outros (ALSINA, 2003, p. 55).

Diante dessa afirmação, observamos que a inserção internacional do país nos mercados centrais, e de maneira mais ampla, o processo de desenvolvimento passava também pela aceitação pelas elites políticas daquilo que foi chamado de “consenso de Washington”, isto é, o reconhecimento da agenda liberal norteadora da política macroeconômica influenciada pelos Estados Unidos.

O governo FHC foi marcado por determinadas interpretações sobre o papel do país no processo de globalização e a influência do modelo liberal. Com as premissas colocadas a partir da obra de Luiz Cláudio Duarte, conseguimos interpretar o sentido da mudança de orientação que estava sendo desenvolvido pelo governo federal. De acordo com o nosso autor, precisamos aproximar dois conceitos chaves para entender a interpretação feita naquela época: globalização e neoliberalismo. De forma resumida, duas correntes emergem no começo da década de 90: um olhar positivo e um olhar crítico. Dentro da visão positiva do processo, encontra-se a interpretação castrense (BELLINTANI, 2009). A maioria dos autores enxerga a globalização como uma conexão do sistema mundial e aponta a interdependência dos seus atores. Portanto, a participação nacional seria fundamental para não ficar afastado na periferia do sistema, e ficar próximo dos atores centrais que se beneficiam por ele. A globalização é vista como um processo irrefreável posto que decorrente da natural evolução técnico-científica e do também “natural” interesse das corporações transnacionais em aplicar tais tecnologias visando redução de custos, gastos, de produtividades e elevação da capacidade competitiva em escala global. Como afirma Dupas:

os países latino-americanos, por seu lado, haviam respondido com grande ímpeto ao discurso hegemônico da integração aos mercados globais, que vigorou a partir da segunda metade dos anos 1980. O crescimento de suas importações sobre o PIB, que saltou de um patamar de 11% para 19% durante as duas últimas décadas do século XX, evidencia com clareza esse esforço de integração. Não é exagero afirmar, no entanto, que a década de 1990 e o início dos anos 2000 foram mais um *período perdido* na economia latino-americana (DUPAS, 2007, p. 82).

Os militares consideram que o neoliberalismo representava na época um novo dogma da salvação, mas havia algum receio, pois, ele seria capaz de provocar “o

progressivo debilitamento do Estado”, como apontado por Mattos (1997). De fato, os militares da ESG, na corrente positiva explicam que “não é contrário aos princípios essenciais do liberalismo, que apregoa a limitação do papel do Estado-momento em termos econômicos – mas contra as “injustiças do neoliberalismo” e a falta de proteção estatal no campo social. Esse sentimento permeia a obra do general Veras Júnior. A ideia da sociedade transnacional é, segundo ele, um dos recursos empregados pelas nações e grupos hegemônicos, pela percepção da necessidade de criação de relações internacionais que facilitem, ou conduzam à realização dos seus objetivos nacionais.

Portanto, podemos entender as consequências da nova ordem internacional que emergiu naquele período. O processo de globalização trouxe riscos para a soberania e a autodeterminação das nações periféricas. O Brasil é considerado um espaço importante (mercado na visão liberal), pois possui características como potencialidades naturais, extensão territorial, densidade populacional, grau de progresso econômico, que lhe outorgam um status de polo regional de poder. De modo geral, o fim da bipolaridade enfatizou o papel das potências centrais no concerto internacional, particularmente na questão do direito de ingerência e/ou de intervenção. Portanto, se olharmos os principais conflitos globais, quando o interesse da potência central acaba sendo contrariado, podemos notar um uso do poder militar para resolver a questão, o que em último lugar acaba sendo um componente da instabilidade nas relações internacionais contemporâneas. Sendo assim, os EUA representam uma grande ameaça para a estabilidade internacional, pois buscam a supremacia militar mundial e procuram limitar a capacidade militar das outras nações (periféricas). Ficam particularmente atentos ao desenvolvimento do poder militar da Rússia e da China, particularmente na questão da projeção de força a partir de marinhas de guerras modernas.

Um aspecto importante da abordagem neoliberal é conhecer as diferentes tendências que influenciaram a posição brasileira com o problema da integração regional. Tullo Vigevani e Haroldo Ramanzini oferecem uma cronologia das escolas de pensamento ou de influência no Brasil num artigo que enfatiza o papel dos civis na elaboração das políticas de integração, mas também lembrando a influência dos pensadores militares. Os autores afirmavam que:

Darcy Ribeiro (1996), e outros, discutiu nos anos 1950 e 1960 a importância da integração, considerando necessária a união dos países da região contra o imperialismo norte-americano. Integrantes do pensamento geopolítico brasileiro também nas décadas de 1950 e 1960, como Golbery do Couto e Silva

(1967), com influência significativa na Escola Superior de Guerra (ESG), fizeram do interesse nacional o eixo de suas preocupações (VIGEVANI e RAMANZINI, 2010, p. 438).

Como podemos observar, a visão dicotômica da influência ou não dos Estados Unidos permeia o pensamento estratégico brasileiro durante todas as décadas de 1950 até 1980. De certa forma, a aproximação do Brasil com sua vizinhança era contingenciada. Como explicam os autores: “no Brasil, até os anos 1980, o tema da integração não se viu associado à grande agenda” (Ob. Cit. p.439). A importância do comércio internacional é manifesta e relativiza o papel da Defesa, e, sobretudo das fronteiras. Existe naquele momento uma adesão à teoria da “Nova Ordem” internacional, consolidando definitivamente o Consenso de Washington.

Para a maioria dos autores, a década de 1990 marcou a América do Sul, sendo um dos grandes campos de experimentação das políticas neoliberais. No caso do Brasil, o país experimentou uma onda de privatizações de grandes empresas nacionais públicas. Esse movimento foi iniciado pelo então presidente Fernando Collor de Mello, assim que assumiu a presidência da República. Apesar do processo de impeachment que ocorreu em 1992, seguido pelo presidente Itamar Franco, as eleições de 1994 marcaram claramente a continuação das práticas neoliberais no continente.

Um dos aspectos importantes é sem dúvida a ênfase dada ao processo de integração regional, a partir do mercado. O MERCOSUL (Mercado Comum da América do Sul) constitui a pedra angular na qual as grandes reformas liberais foram aplicadas. Precisamos notar que os vizinhos do Brasil, como a Argentina, a Colômbia ou mesmo o Peru experimentaram eles também um sistema de governo que fosse a favor do Consenso de Washington. Esse momento de transição foi particularmente relevante para a política de defesa do governo FHC.

2.1.2 O governo de FHC e seus efeitos nas Forças Armadas

Durante o segundo mandato do governo Fernando Henrique Cardoso, houve uma série de decisões que reforçaram o estabelecimento de uma agenda específica no campo da defesa, principalmente com revitalizações de projetos já existentes, sendo o Projeto Calha Norte um dos principais para a Amazônia, como mencionado por Fernandes (2006):

dando continuidade ao que sempre se apresentou como prioritário aos militares, particularmente ao Exército, mas também da Força Aérea e, em menor intensidade, da Marinha, é feita menção à Amazônia, por meio do projeto, então, de maior envergadura na região: o Projeto Calha Norte. O Projeto Calha Norte, apesar de sua gênese militar, a essa altura, já se tinha tornado um projeto de âmbito civil, pela necessária e desejável participação de outros órgãos públicos. No primeiro governo FHC, esse projeto, iniciado em meados dos anos 80, recebeu nova injeção de recursos, recuperando-o do estado de virtual abandono a que tinha sido relegado pelos governos anteriores (FERNANDES, 2006, p. 66).

Havia, no meio das Forças Armadas, e particularmente do EB, a sensação de que os militares não eram particularmente valorizados pelo governo, tanto do ponto de vista do investimento global (orçamento de Defesa) na área de defesa como também pelas despesas voltadas para a carreira militar (ativos, pensionistas e aposentados das três forças). A questão dos salários foi particularmente objeto de tensões entre o governo FHC e os militares, como lembra Zaverucha:

em outubro de 2000, FHC resolveu demitir o comandante do exército, general Gleuber Vieira, por sua entrevista criticando a falta de verbas. Enfrentou, então, a mais séria crise militar de sua gestão. A decisão presidencial chegou aos quartéis. Imediatamente, 155 generais de todo o país, se reuniram em Brasília, sem a presença do ministro da Defesa, Geraldo Quintão, em ato de desagravo. FHC entendeu a mensagem e logo escalou o general Alberto Cardoso, chefe do Gabinete de Segurança Institucional, para anunciar que o general Gleuber não seria mais demitido. Em troca os militares não fariam nenhuma manifestação pública. Estes, por sua vez, exigiram a edição de uma medida provisória concedendo reajuste salarial (ZAVERUCHA, 2003, p. 405-406).

Observa-se que os intelectuais das academias militares vivem momentos de perplexidade, de dúvidas perante os dilemas postos pela globalização e pelas explicações das políticas neoliberais. Para o governo FHC, a questão econômica e social era considerada como prioritária e a condução do Plano Real marcou o ritmo das reformas desejadas, correspondente às pressões internas, mas também ao mercado internacional (FMI, Banco Mundial, entre outros). Dentro de outras questões, a defesa da faixa de fronteira não chamou atenção do governo:

no primeiro governo Cardoso, nenhuma nova política específica para as regiões de fronteira foi implementada. Contribuiu fortemente para isso o momento delicado tanto na economia quanto na política. Até alcançar a estabilização (um processo relativamente longo), esses dois aspectos receberam a maior parte das atenções do Estado. Assim, assuntos tradicionalmente não prioritários (como as fronteiras) seguiram nessa condição (SCHERMA, 2016, p. 69).

Ao analisar os dados apresentados por Zaverucha (2005), percebemos que de 1995 até 1999, houve uma queda gradual dos investimentos na área da Defesa. Portanto, o aumento em 1999 dever ser interpretado apenas como um reflexo de criação do Ministério

da Defesa no mesmo ano. Neste contexto de redução orçamentária e, no caso brasileiro, de desvalorização cambial, as FFAA do Brasil trataram de tomar medidas que diminuíssem o impacto de ambos os fatores sobre sua eficiência. Para enfrentar o problema, as FFAA escolheram a estratégia de manter núcleos mínimos de modernidade, criados a partir dos meios existentes. Por outro lado, muito daquilo que faziam era dificultado ou inviabilizado por restrições orçamentárias. Pederiva e Medeiros (2003) afirmam, portanto, que “a Defesa não alçou as condições de elemento estratégico”.

Diante de um cenário de transformações globais e integração, o surgimento de um questionamento interno nas Forças Armadas brasileiras começou a aparecer. Um ponto importante para abrir essa seção foi a questão do prestígio das Forças durante o primeiro mandato. De fato, o presidente Fernando Henrique não mencionou sequer a Defesa na sua Mensagem ao Congresso, em 1995. Por outro lado, o sentimento de desprestígio foi reforçado com a utilização da força militar na resolução de problemas internos, como na Operação Rio em 1992, quando a segurança pública é prerrogativa constitucional das forças de segurança, como polícias militares e federais). De acordo com Zaverucha (2005), não temos evidências claras de que esse relacionamento entre militares e governo foi tranquilo. Nessa mesa linha de raciocínio, Ziebell *et. al.* afirmam que:

embora a coordenação entre a Política Externa e a Política de Defesa fosse expressa como desejável, a política externa praticada pelo governo Fernando Henrique Cardoso – fortemente influenciada pelo pensamento institucionalista e pela priorização do econômico sobre o político – não atribuía caráter determinante às Forças Armadas no papel internacional do País (ZIEBELL e al., 2010, p. 53).

Nessa nova fase, verificada no primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) representou um ponto de inflexão na crise de identidade enfrentada pelos militares Segundo os mesmos autores, “a atuação do governo FHC nesta área [política de defesa] foi incipiente” (Ob. Cit. p.53). Apesar das críticas, precisamos apontar que houve alguns avanços na gestão FHC no campo da defesa. De acordo com Fernandes (2006):

[FHC] foi pioneiro na coordenação entre política externa e política de defesa, oferecendo uma visão sobre o papel da defesa no projeto nacional e lançava a base para a cooperação regional nesse campo, mesmo que fosse muito genérico (FERNANDES, 2006, p. 186).

O sentido da PDN não era atender as demandas dos militares, mas inaugurar um pensamento sobre a Defesa que não fosse estritamente definido pelos militares, uma vez que o contexto social e econômico ainda estava em fase de consolidação (ALSINA JR,

2003). O item 2.4 da PDN evidencia a integração das Forças Armadas num ambiente globalizado: “nesta fase de transição, em que se estabelecem novas regras políticas e econômicas de convivência entre as nações, caracterizada pela ausência de paradigmas claros e pela participação crescente de atores não governamentais, o País procura determinar, livre de matrizes ideológicas, sua inserção estratégica e suas prioridades no campo de defesa” (BRASIL, 1996, p. 5). Outro marco importante da gestão foi a criação do Conselho de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDEN). Por determinação do Presidente, o CREDEN elabora a PDN, aprovada em 1996. Foi reforçada pela articulação entre Executivo e Legislativo.

Portanto o primeiro mandato foi importante para que houvesse uma reunião dos ministros das Forças Armadas (Marinha, Exército, Aeronáutica e Estado-Maior das FFAA), da Casa Civil, Casa Militar, Relações Exteriores, Justiça e da Secretaria dos Assuntos Estratégicos (SAE), “que buscava expandir o lócus de discussão sobre defesa e segurança nacionais” (ZIEBELL *et al.*, 2010, p. 53). Portanto, a PDN-1996 foi relevante como sendo a primeira etapa das mudanças na pauta da defesa. Foi o primeiro momento na história do Brasil em que o governo federal lançou oficialmente uma política com tal característica (MIYAMOTO, 2000). O verdadeiro avanço no campo da defesa no governo FHC foi realizado com a criação do Ministério da Defesa e conseqüentemente a extinção dos antigos ministérios militares. Foi apresentada a proposta em 1994, porém a inauguração ocorreu apenas em 1999. Houve uma “resistência” das altas patentes das FFAA em aceitar o controle civil. Durante esse período, o governo federal buscou ampliar a discussão sobre defesa no Brasil, diante do contexto econômico. Esse ponto é justamente o objeto da próxima parte, que versa sobre a articulação do governo federal com a ala militar.

2.1.3 A criação do Ministério da Defesa em 1999: efeitos para a Amazônia

A criação do Ministério da Defesa durante o governo FHC foi uma etapa importante no processo de transformação das relações civil-militares no período de redemocratização. Para o Exército, a perda de um ministério próprio (Ministério do Exército), como as demais Forças criou uma resistência interna bastante marcada nos setores militares (OLIVEIRA, 2005). A Política de Defesa Nacional foi uma primeira

etapa realizada no primeiro mandato, mas a criação do MD tinha como objetivo adequar a pasta às normas internacionais vigentes:

o Presidente da República pretendia criar o Ministério ainda no primeiro mandato. A ideia, declarável, ao menos, era otimizar o sistema de Defesa Nacional, formalizar uma Política de Defesa sustentável e integrar as três Forças, racionalizando as suas atividades, além de alinhar-se, no contexto internacional com países mais avançados, com vistas a tornar o Brasil competitivo na disputa por vaga no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU). [...] nota-se que a questão do controle civil não é mencionada (FERNANDES, 2006, p. 102).

Portanto, duas questões são importantes para entender a relação entre a possibilidade de um controle civil das Forças Armadas e a possibilidade de perda de espaço na esfera do poder. A questão da transição do governo militar para um governo civil era ainda recente e as lideranças no meio castrense eram ainda marcada pelo regime anterior (ZAVERRUCHA, 2005). A crise durante o governo Collor e o processo de *impeachment* também não favoreceu a emergência de um clima de confiança:

Há razões históricas na oposição ao Ministério da Defesa, pois os militares sempre temeram a perda de estatura e de influência política junto a outros organismos do Estado, de poder no plano da sociedade e de valor simbólico no plano da construção da nacionalidade, além do receio, entre as forças, das possíveis preferências de um ministro ou da influência que uma força pudesse exercer sobre ele, em detrimento de outras... além deste receio de desprestígio a perda do status histórico dos ministros militares, parecia ainda prevalecer o temor de que o Exército acabasse por ampliar seu poder por meio do Ministério da Defesa” (OLIVEIRA, 2005 apud FERNANDES, 2006, p. 104).

Os primeiros mandatos dos ministros da Defesa civis foram marcados por uma série de escândalos que dificultaram a elaboração de um quadro favorável. Com efeito, não houve um grande engajamento da vertente civil no ministério, como apontado por Ziebell *et al.* (2010): “Geraldo Quintão assumiu e adotou uma política de *low profile*, procurando não confrontar os militares e, em alguns casos, até mesmo defender posições dos militares contra o governo. Quintão saiu do cargo bem-relacionado com os militares, mas permanecia a situação de esvaziamento e inoperância do Ministério” (Ob. Cit. p. 54). Esse período foi marcado, de acordo com Fuccille, por avanços que marcaram as relações civil-militares naquela época. A PDN e a criação do Ministério da Defesa “trataram-se de iniciativas importantes e meritórias, a cultura intramuros da caserna tem continuado a predominar” (FUCILLE, 2002, p. 14). Concomitante com a criação do MD, praticamente no mesmo momento (1998), o lançamento da OTCA foi decisivo também para reforçar a importância estratégica da Amazônia no âmbito do governo FHC.

Oriunda do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), assinado em 1978 e ratificado pelos países da bacia amazônica exceto Guiana Francesa, a organização procura estabelecer laços de colaboração em diversos domínios (principalmente ambientais) com as nações que possuíam parte do seu território no bioma amazônico. O tratado é essencialmente uma articulação política, e precisou ser reforçado durante a gestão FHC, criando uma sede permanente, como lembra Marques (2003):

a fim de tornar a organização mais operativa foi assinada em 1998 uma emenda ao TCA criando a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. A OTCA possui uma secretaria permanente, com sede em Brasília-DF. Este é um importante avanço em relação ao TCA que contava apenas com uma secretaria *pro tempore*, a qual funcionava rotativamente por dois anos em cada país membro do tratado (MARQUES, 2003, p. 157).

Para Costa-Filho (2002) a criação da OTCA foi de grande importância na história da cooperação amazônica e representa um símbolo que estabelece a busca de uma nova gestão solidária e comum que responda aos problemas e aos desafios do desenvolvimento sustentável. Portanto, a pressão sobre problemas de soberania no meio das Forças Armadas vem diminuindo, uma vez que os Estados começam a criar vínculos de cooperação em diversas áreas (segurança, educação, saúde, etc.). Porém, é preciso lembrar que determinadas disputas territoriais (no Essequibo ou na região do platô das Guianas) ainda podem fragilizar esse processo no futuro. Esses avanços foram significativos para poder elaborar estratégias coletivas de gestão da Amazônia, embora o Brasil, por possuir uma grande fatia territorial da Bacia Amazônica, queira assumir uma maior responsabilidade. A transformação da Amazônia no final da década de 1990 fez que as Forças Armadas, e particularmente o Exército, tivessem atentos às novas leituras sobre a Amazônia como espaço territorial. Assim, o discurso em torno da soberania brasileira na região foi começando a ficar diluído na lógica de integração regional no qual o governo FHC caminhou. Não houve por parte do Executivo de tirar os militares da sua “*chasse gardée*”, mas reforçar a transformação do quadro de ação. A próxima parte versa sobre a presença do Exército na Amazônia na era FHC, analisando a questão sobre a redistribuição dos efetivos da região.

No discurso da ala mais conservadora castrense, notamos a tentativa de se afastar dos valores vigentes dos políticos brasileiros e defender uma suposta tradição de defensores dos valores republicanos e democráticos em todo período da história política brasileira, contra os subversivos também presentes em todo o processo:

a história da república brasileira mostra que o Exército, por suas características próprias de credibilidade, idealismo e formação, tem sido, ao longo dos anos, o recurso evocado por parcela da liderança civil e pelo próprio povo, nos momentos críticos da Pátria, daí as inúmeras interferências da Instituição na vida política nacional (FILHO, 1996, p. 7).

Outra tese também caminha nessa direção ao colocar as Forças Armadas ao lado de outras instituições na construção de um Brasil ideal:

o Exército, ao lado da Marinha e da Aeronáutica, tem agido como incansável guardião da ordem constitucional, mantenedor da ordem interna e da unidade da Pátria. Determinado no cumprimento de sua missão e convicto de que não há crescimento, nem evolução de uma sociedade sem o fortalecimento de suas instituições basilares (Igreja, Escola, Família e Forças Armadas) (FREITAS, 1997, p. 19).

A autoproclamação militar de guardiões legítimos da República brasileira fez com que permanecesse o ideário de defensores contra parcela da sociedade (lê-se partidários da esquerda), que no entendimento das Forças Armadas contribuíram para o enfraquecimento do poder decisório do Exército e para a desestruturação do aparato bélico brasileiro. Essa “disputa” colocada na década de 1990 vista nos trabalhos desses militares evidenciou os atritos entre governo e Forças Armadas, o que dificultou ainda mais a relação civil-militar durante o período, mesmo com os avanços institucionais da pioneira Política de Defesa Nacional e do Ministério da Defesa.

Percebemos que mesmo após uma década de fim do Regime Militar, o governo FHC não conseguiu ser o responsável por trazer a Defesa para o âmbito democrático, ou seja, os militares, mesmo que enfraquecidos, não cederam o espaço do controle da Defesa e, simultaneamente, a sociedade civil não estabeleceu suas propostas para o setor nesse novo sistema democrático nos finais do século XX.

2.1.4 O projeto SIVAM/SIPAM

Um dos trabalhos de referência sobre o SIVAM/SIPAM foi realizado por Lourenção (2003), quando começou definindo o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM) da seguinte maneira:

o SIVAM, “na missão de proteger a Amazônia com vistas ao seu desenvolvimento”, compreende os meios técnicos e operacionais, comportando uma infraestrutura de vigilância e análise, com o objetivo de coletar, processar, produzir, integrar, avaliar e difundir dados e informações de interesse das demais organizações integrantes do Sipam, possibilitando a elaboração de conhecimentos que subsidiem ações globais e coordenadas dos órgãos governamentais que atuam na Amazônia (Funai, Ibama, Polícia

Federal, Inpe, etc.), a fim de potencializar as políticas públicas voltadas à proteção e ao desenvolvimento sustentável da região amazônica (LOURENÇÃO, 2003, p. 62).

De fato, o controle aéreo foi uma missão determinante para o SIVAM como artefato para proteger e vigiar as imensas áreas de fronteira. O projeto foi concebido pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República. Apresentado ao então presidente Fernando Collor, no início da década de 1990, o SIVAM foi lançado oficialmente em agosto de 2002 pelo governo federal. Como bem sintetizou Lourenção:

o objetivo do SIPAM é "tornar viável e equilibrado o aproveitamento econômico da região, por meio da exploração racional do seu potencial, em proveito do presente, sem descuidar das ações que possibilitem a conservação dos recursos naturais". Baseado nessa missão, o SIPAM necessita de coordenação tanto em nível político quanto estratégico, consubstanciados pela criação do Conselho Deliberativo do SIPAM (CONSIPAM). Em suma, o SIPAM é a organização governamental gestora das informações estratégicas provindas do banco de dados do SIVAM, cujos elos são as várias entidades federais, estaduais e municipais que tenham ações de governo na Amazônia (LOURENÇÃO, 2003, p. 63).

Em outras palavras, o objetivo era duplo: do ponto de vista interno, o projeto teve como meta principal a criação de um sistema para ajudar o desenvolvimento de políticas públicas que pudessem diminuir o atraso econômico da região. Do ponto de vista externo, o SIVAM tinha como objetivo a redução da crítica internacional, atingindo o governo brasileiro na luta contra o desmatamento, particularmente depois da conferência internacional ECO-92, ocorrida no Rio de Janeiro. Dessa forma, o SIVAM/SIPAM foi concebido para servir às demandas variadas da região, e trabalhar de forma conjunta, como analisado por Castro:

de acordo com tal paradigma, não convém que a preservação da soberania na Amazônia seja garantida apenas através de empreendimento estratégico-militar na área, mas pela implantação de um conjunto de políticas públicas que faça convergir crescimento econômico, desenvolvimento social, preservação ambiental e defesa (CASTRO, 2006, p. 140).

Um projeto ambicioso desse porte teve que passar por um longo processo de licitação, em função da sensibilidade das informações que serão tratadas. A licitação do SIVAM na década de 1990 foi conhecida por ter suspeitas de fraudes, principalmente do lado do concorrente estadunidense (*Raytheon Corporation*) contra o seu concorrente do grupo francês *Thomson CSF*.

Anterior ao lançamento do projeto, as Forças Armadas estavam interessadas em desenvolver um sistema que pudesse aprimorar o trabalho de monitoramento das regiões mais visadas do país. No começo da década de 1990, o momento de transição política fez

com que muitos militares ocupassem cargos na Secretaria de Assuntos Estratégicos. No caso do SIVAM, o projeto foi desenvolvido de forma sigilosa, com um grupo reduzido de pessoas, entre as quais a grande maioria era militar e sem conhecimento dos poderes públicos. Uma outra controvérsia na elaboração do SIVAM. Este período foi retratado no artigo de João R. Martins e Daniel Zirker, mostrando o fato de que, segundo os críticos do projeto, de ter sido excluída a comunidade científica brasileira.

Um dos cientistas mais engajados na crítica à decisão de licitar o projeto entre as empresas estrangeiras foi Rogério Cerqueira Leite. O físico da Universidade São Paulo (USP) manifestou-se em diversas ocasiões na imprensa brasileira, particularmente no jornal Folha de São Paulo. Com diversas cartas, e isso durante todo o ano de 1995, o cientista argumentava sobre a capacidade dos universitários brasileiros em desenvolver um projeto complexo do porte do SIVAM. Em seus artigos, ele ainda sustentava a abertura de uma concorrência nacional para projetar, desenvolver e construir o SIVAM nos moldes especificados pelo governo. (LOURENÇÃO, 2003). Assim, a visão da continuidade científica no país era de que a compra de um pacote tecnológico do SIVAM e, com isso, a exclusão do conhecimento e da indústria nacional, o Brasil estava desperdiçando uma oportunidade de alavancar todo um setor, criando empregos, capacitando a mão de obra e ganhar em autonomia, um setor (monitoramento remoto) com possibilidades amplas e de cunho estratégico evidente. Este sentimento foi expresso por Rogério Cerqueira Leite:

o SIVAM é, assim, um símbolo concreto de “servidão voluntária”, escolhido pela administração Fernando Henrique Cardoso, que entrega a segurança da Amazônia e o conhecimento sobre suas riquezas naturais aos Estados Unidos e abdica de sua parte significativa da soberania nacional. Assim, suavemente se dá um passo para a desnacionalização da Amazônia (LEITE, 2002, p. 130).

O último ponto da controvérsia envolvendo o SIVAM apresentado aqui e o abordado na época foi o contraste entre a enorme qualidade de dados coletados e a capacidade do governo em agir de forma adequada e rápida. Assim, os órgãos responsáveis pela fiscalização da Amazônia teriam acesso às informações, mas seriam desprovidos de meios técnicos para responder às ameaças encontradas. A capacitação das Forças Armadas e dos órgãos civis era a condição *sine qua non* para garantir a soberania nacional. Portanto, o SIVAM foi um exemplo típico de um processo licitatório desenvolvido de forma apressada, tendo visto os diferentes episódios de falhas nos radares, além da falta de aeronaves de pronto-emprego, capazes de interceptar uma

aeronave desconhecida antes que ela desapareça da cobertura radar do SIVAM (LEITE, 2002).

O programa SIVAM/SIPAM celebrou neste ano quinze anos de existência. Este marco é importante para fazer uma análise crítica do SIVAM de forma mais justa, com certo recuo histórico. A tese de Humberto José Lourenção foi defendida em 2003, logo após a inauguração do SIVAM. Assim, podemos apreciar com mais clareza o programa após uma década de atividade. De alguma forma, o sucesso do SIVAM foi comprovado com a inclusão do projeto e o lançamento do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM). Essa rede de estações de radar permitiu a criação de uma cobertura que foi a malha na qual o SIVAM/SIPAM foi se desdobrando, particularmente com o lançamento de subestações nos diferentes Estados que participaram da iniciativa naquele período. Entre 2002 e 2012, o momento de atividade efetiva do SIVAM permitiu melhorar a malha geral de estações, fiscalizar o espaço aéreo com mais eficiência e lançar grandes missões de monitoramento e controle envolvendo diferentes órgãos do governo.

A dimensão do projeto, as diferentes controvérsias e a dificuldade técnica do sistema evidenciaram a capacidade do Estado brasileiro em lançar iniciativas tecnológicas consolidadas. Essa primeira fase foi decisiva e teve a intervenção importante do Ministério da Aeronáutica para coordenar as atividades e lançar a estrutura do CINDACTA na região. O Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle do Tráfego (CINDACTA) foi um projeto desenvolvido “desde 1981 pelo Ministério da Aeronáutica para o monitoramento do espaço aéreo brasileiro” (RODRIGUES, 2002, p. 110). A segurança na área nacional foi reforçada com o decreto 5.144/04 que regulamentou os 1º, 2º e 3º do artigo 303 do Código Brasileiro de Aeronáutica (Lei 7.565/86), que foi modificada em 1998, para permitir o “abate de aeronaves”.

Portanto, a questão do controle do espaço aéreo pelas Forças Armadas na Amazônia representa um aspecto importante do esforço de fiscalização. Apesar das dificuldades, a criação do Ministério da Defesa procurou facilitar a integração das três Forças, através do Estado-Maior das Forças Armadas. Um ponto importante desse trabalho foi a aproximação para desenvolver protocolos de cooperação para maximizar sua eficiência.

2.2. A crise econômica e seus efeitos no contexto estratégico fronteiriço

2.2.1 A crise econômica brasileira e seus efeitos nas Forças Armadas

O período de crise econômica no Brasil durante os anos 1990 marcou a relações entre as Forças Armadas e os civis. Teve uma série de desdobramentos para os projetos de cunho estratégico. Segundo diversos autores²⁸, a crise econômica no Brasil foi, sobretudo, o fim do modelo vigente, oriundo do regime militar, marcado por um quadro de grande instabilidade político-econômico. O trabalho aborda essa questão a partir de 1985, quando começou um processo de transição entre os sistemas políticos vigentes. Um primeiro elemento marcante dessa fase foi a crise do modelo de substituição por importações. Como ressaltado por economistas chefes do BNDES em 1999:

a década perdida foi caracterizada também pelo esgotamento do processo de industrialização por meio da substituição das importações, no qual o Estado era a força motriz para a implantação de um diversificado parque industrial nacional, por vezes assumindo diretamente a posição de investidor direto, como nos casos da siderurgia e da infraestrutura (PINHEIRO *et al*, 1999, p. 16-17).

Na passagem da década de 1960 para a de 1970, o Brasil vivenciou aquilo que alguns economistas chamaram de “milagre econômico”. De certa forma, o milagre foi marcado por duas tendências. Primeiro, o país cresceu demograficamente (se compararmos o número de habitantes no Brasil na ordem de 96 milhões em 1970, de 121 milhões em 1980 e finalmente de 150 milhões em 1990). O que podemos notar, é que houve naquele período (1970-1990) um crescimento exponencial do número de habitantes no Brasil. Outro fator importante para explicar o chamado “milagre” foi a rápida industrialização do país, atingindo patamares de países centrais, o que fez o Brasil atingir rapidamente um dos países com o maior PIB no mundo. Esse crescimento teve consequências para a economia nacional. A questão do endividamento fez que o país rapidamente estivesse numa situação complicada do ponto de vista econômico. Junto com esse fenômeno, foi observado durante esse mesmo período taxas de inflação, o que em última instância pode explicar a crise econômica do Brasil do começo dos anos 1990. O quadro econômico era marcado pelas seguintes características:

a) “inflação elevadíssima e crescente; b) déficit fiscal, medido pelas necessidades de financiamento do setor público, no conceito operacional,

²⁸ As principais fontes apresentadas sobre as questões macroeconômicas têm como origem o livro “A economia brasileira nos anos 90”, organizado por Fábio Giambiagi e Maurício Mesquita Moreira, publicado em 1999.

relativamente modesto, em parte devido à corrosão do valor real das despesas – definidas no orçamento e contraídas em geral em termos nominais –, no contexto de rápido aumento do nível de preços; c) taxa de câmbio bastante desvalorizada, reflexo ainda da crise da dívida dos anos 80, em que o crédito externo tinha desaparecido; e d) situação externa folgada, representada por uma conta corrente que, na média de 1991-1993, foi superavitária e por uma entrada de capitais que fez com que o volume de reservas internacionais no conceito de caixa, que tinha fechado 1990 e também 1991 em menos de US\$ 9 bilhões, aumentasse a partir de 1992, atingindo mais de US\$ 40 bilhões quando do lançamento do Plano Real (PINHEIRO *et al.*, 1999, p. 17).

Por outro lado, os militares tiveram que lidar politicamente com essa situação econômica complexa, mas boa parte de suas reivindicações salariais foram mantidas, como lembrou o professor Martins Filho:

o exame das medidas tomadas pelo presidente Fernando Henrique Cardoso no terreno da remuneração dos militares revela visível boa vontade governamental, que contrasta com a atitude de rigorosa contenção que caracteriza a política salarial destinada ao conjunto dos servidores públicos civis, excetuadas algumas categorias de elite que mereceram tratamento diferenciado. Com essa atitude, mesmo sem abolir completamente a insatisfação salarial nos quartéis, o governo conseguiu abrandar um aspecto central da crise de identidade castrense dos anos 90 (MARTINS FILHO, 2000, p. 5).

Portanto, podemos considerar que apesar da crise econômica atingir grande parte da população brasileira, a corporação militar ainda beneficiava de um certo prestígio, pois entendia que havia uma oportunidade de manter determinadas garantias e direitos, em função da importância do papel das Forças Armadas no processo de transição democrática no final da década de 1980. O mandato do presidente FHC evidenciou o respeito do Executivo para um grupo social coeso, que ainda conseguiu uma boa articulação política, apesar do contexto da crise econômica do começo da década de 1990. Destarte, esse é o próximo ponto abordado nesse trabalho.

Com a crise econômica, o Brasil da década de 1980 teve que resolver questões importantes para o equilíbrio e sua estabilidade interna. Como foi comentado anteriormente, passada a fase do milagre, a questão da transição para a democracia marcou bastante as Forças Armadas brasileiras. Existia uma preocupação por parte da elite para saber quais seriam os rumos que o país tomaria, uma vez que o poder estava agora na mão de civis. Para entender essa fase, é preciso lembrar que toda transição de um regime autoritário para um regime democrático acontece normalmente com episódios pontuais de tensões, sejam políticas, econômicas ou institucionais (KINZO, 2001).

No caso do Brasil, foi preciso para os militares brasileiros aceitarem a nova configuração do país, e tentar procurar soluções eficazes para que seus interesses fossem

mantidos, apesar do quadro econômico negativo. Talvez um dos elementos marcantes dessa fase seja a capacidade dos militares em adequar suas demandas (melhorias nos salários, nas condições de trabalho, modernização dos equipamentos bélicos), com a realidade na qual o país se encontrava. Evidente que havia uma forte pressão no recém-empossado governo civil para que essas demandas fossem atendidas rapidamente, mas a partir de 1988, uma vez o processo da Constituinte concluído, as Forças Armadas tiveram boa parte de suas demandas (através das Comissões) respectivas acolhidas.

A crise teve seus efeitos diretos, como por exemplo, a questão da negociação em torno do orçamento da Defesa entre 1988 e 1992. Um dos elementos que precisa ser enfatizado é que a crise marcou os militares porque, segundo eles, havia uma grande instabilidade política que gerou uma grande incerteza nos meios militares. Evidentemente, a linha dura criticou publicamente os diferentes escândalos que marcaram as gestões Sarney, Itamar e Collor (ZAVERRUCHA, 2003). De fato, a crise econômica e o desemprego, conjugado com um quadro de hiperinflação, não era capaz de assegurar que os civis tivessem capacidade de realizar o processo de transição entre o regime militar e Nova República (DINIZ, 1985). À medida que o país soube sair da sua maior crise, durante o impeachment do Presidente Collor, os sinais começavam a ser mais positivos. Foi somente a partir do Plano Real que o país realmente recuperou alguns sinais de estabilidade monetária e financeira, assegurando aos mercados internacionais que o país tinha uma relativa credibilidade internacionalmente. Para os militares, e particularmente do Exército, apesar dos sinais positivos, havia um grande descontentamento, como veremos a seguir.

A crise econômica brasileira marcou profundamente o Exército Brasileiro. Existe uma farta literatura que aponta claramente que boa parte do oficialato foi crítico pelos sucessivos cortes que atingiram a Força Terrestre (Stepan (1988), Oliveira e Soares (2000) e Zaverucha (2003). Para o governo FHC, as Forças Armadas eram relevantes do ponto de vista político, mas não eram valorizadas. Ao responder favoravelmente ao consenso de Washington, FHC e sua equipe governamental optaram por negociar a segurança hemisférica continental com os Estados Unidos. Mas naquele momento, o Governo Federal não optou por modernizar as suas Forças Armadas, o que preocupava bastante os oficiais, particularmente aqueles do Exército (JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, 2000).

Por ser a força com o maior contingente, o Exército Brasileiro sofreu boa parte dos principais cortes da pasta da Defesa. Importante também notar que até 1999, cada força tinha um ministério específico, o que significava uma luta para obter os recursos, que muitas vezes eram negociados diretamente com a presidência da República. O quadro ficou estável entre 1994 e 1998, quando uma crise atingiu os países asiáticos.

Para os oficiais do EB, havia uma grande preocupação na capacidade do país em manter o Programa Calha Norte, pois ele era o principal investimento das FFAA na fronteira setentrional (DINIZ, 1994). Do ponto de vista estratégico, duas questões eram centrais. Primeiro, após o primeiro ataque em 1991 de membros das FARC-EP contra soldados brasileiros, a fronteira entre Brasil e Colômbia se transformou em uma “área quente” ou sensível. Com a assinatura do Plano Colômbia em 1999 e sua aplicação em 2000, os militares brasileiros ficaram preocupados com a presença de guerrilheiros perto do território nacional e também com a presença de forças da OTAN. A partir de 1998, a eleição de Hugo Chávez foi considerada também um elemento preocupante para a estabilidade da fronteira norte, uma vez que a oposição marcou claramente seu engajamento e sua vontade em desestabilizar o seu governo (sobre esse ponto podemos lembrar aqui rapidamente a tentativa de golpe em 2002). De todas as formas, havia um problema entre a presença de atores perturbadores próximo da faixa de fronteira, a escassez de recursos para posicionar meios ostensivos e um real interesse político em pensar uma estratégia de presença ao nível federal. Para melhor entender esses focos de tensões, vamos analisar o entorno estratégico brasileiro durante a década de 1990 e começo da década de 2000.

2.2.2 Entorno estratégico brasileiro: o problema da instabilidade dos vizinhos para o Brasil

Para os militares brasileiros, a questão do entorno estratégico brasileiro é intimamente ligada a questão da soberania do país. Assim, para eles, é preciso ficar atento na faixa de fronteira, particularmente quando um vizinho acaba gerando alguma instabilidade, ou sofre de tentativas de desestabilização, como aconteceu durante a década de 1990 com a Colômbia. Durante esse período, um dos principais problemas enfrentado pelo governo colombiano foi a luta contra os cartéis de narcotraficantes. Podemos citar os dois principais, o de Cali, e aquele mais conhecido, o de Medellín. Esse último foi chefiado pelo narcotraficante mais conhecido do mundo, Pablo Escobar. Durante esse

período, o tráfico de cocaína cresceu de tal maneira (puxado pela demanda elevada do mercado estadunidense) que os narcotraficantes começaram a ameaçar a própria estabilidade do governo. O dinheiro da corrupção, que comprou os juízes, policiais e outros membros do governo foi tal que entre 1990 e 1994, o país praticamente entrou em guerra civil, lutando entre as forças oficiais, as autodefesas (paramilitares) e os guerrilheiros, na selva, e contra os cartéis nas grandes regiões metropolitanas do país. Para os EUA, a situação ficou de tal maneira caótica que foi lançado o “Plano Colômbia”, para promover aquilo que primeiro o Presidente Nixon e depois os Presidentes Reagan e Bush Sênior chamaram de “guerras às drogas”. Como apontado por Rodrigues:

o próprio Plano Colômbia espelha essa pequena metamorfose de prática e discurso ao prever um aporte de 7,5 bilhões de dólares para combate ao narcotráfico (combate apresentado como a soma de iniciativas militares e ajuda econômica ao campesinato), dos quais 1,3 bilhão de dólares provêm dos EUA e o restante reparte-se entre recursos do governo colombiano, da União Europeia, do Japão e de outros organismos internacionais. O envio de instrutores militares estadunidenses e a venda de equipamento bélico norte-americano entram de roldão numa iniciativa de “caráter amplo” e que se aninha na nova ideia de partilha de responsabilidades (RODRIGUES, 2002, p. 108).

O plano, autorizado pelo Congresso dos EUA, foi montado para equipar as Forças Armadas regulares da Colômbia com meios bélicos e tecnológicos para enfrentar o poderio dos narcotraficantes, e também as guerrilhas comunistas na selva. De maneira distinta, e mantendo certa autonomia, a prioridade brasileira foi a preservação da integridade territorial da fronteira, particularmente na cidade gêmea de Tabatinga (AM) ou Letícia do lado colombiano (EUZEBIO, 2014). Verdadeira porta de entrada dos narcotraficantes, a região ficou no eixo da rota das drogas ilícitas para abastecer as grandes cidades do Sudeste, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo em cocaína. O crescimento do narcotráfico na Colômbia fez que o governo começasse a criar novos pelotões de fronteira no estado do Amazonas (MIRANDA, 2012).

Como foi mencionado anteriormente, a região Amazônica era um foco de atenção estratégica, mas sem realmente possuir elementos capazes de criar uma espécie de dissuasão na faixa de fronteira. Apesar de a eleição ter sido conforme as normas internacionais (podemos lembrar aqui a presença de observadores estrangeiros), a eleição de Chávez gerou uma grande instabilidade no campo político. Para o Brasil, o objetivo era que o país vizinho não entrasse num colapso generalizado, o que poderia levar a um possível efeito cascata com outros vizinhos (por exemplo, a Guiana, por conta da disputa territorial do Essequibo) (SILVA, 2006).

De qualquer modo, a eleição de Hugo Chávez marcou o começo de uma nova era para a região, e principalmente para a relação entre o Brasil e Venezuela. Havia diferenças enormes e grandes dúvidas sobre a capacidade da diplomacia brasileira em articular um diálogo com um presidente que tivesse publicamente condenado os Estados Unidos e sua influência continental. O entorno estratégico brasileiro no final da década de 1990 era bastante instável (vide a situação com a Colômbia) e a questão venezuelana complicou ainda mais esse quadro.

Para o Brasil, e principalmente as suas Forças Armadas a conquista do poder por Chávez era um elemento complicador uma vez que não era claro qual era o plano para se relacionar com o Brasil. De certa forma, o Exército Brasileiro não ficou além da sua prerrogativa constitucional, mas manteve um olhar atento e reforçou sua presença na faixa de fronteira. Na cidade de Pacaraima, no estado de Roraima, as questões ligadas às terras indígenas justificam a criação do PEF, verdadeiro eixo estratégico para a estratégia de monitoramento / vigilância para a fronteira norte do país naquele momento.

Finalmente, o entorno estratégico brasileiro é marcado pela presença da Bolívia, país mais pobre da América do Sul em paridade de poder de compra (AYERBE, 2011). Do ponto de vista da questão da segurança, a Bolívia oferece uma relativa estabilidade e não tem nenhuma pretensão expansionista (que não seja a questão da saída para o mar). Durante a década de 1990, o país passou também por uma grave crise econômica (BANDEIRA, 2002), mas diferentemente da Colômbia, ela conseguiu manter certa estabilidade interna. O grande problema para o Brasil em relação ao seu vizinho é a questão do narcotráfico e dos ilícitos (contrabando de produtos industrializados e armas, particularmente). A partir da década de 1990, a fronteira foi palco de disputas na luta contra os narcotraficantes, o que chamou atenção das Forças de segurança brasileira. A Bolívia é uma grande produtora de folhas de coca, o que, coincidentemente, a levou também a ser produtora de pasta base de cocaína (PROCÓPIO FILHO e VAZ, 1997). Como os demais países da região, a Bolívia é marcada por grandes desigualdades entre o altiplano e as terras baixas do Leste (principalmente nas áreas de produção de hidrocarboneto). A questão da exploração das enormes reservas de gás foi uma grande disputa para o país, particularmente pela demanda crescente do vizinho brasileiro.

De todo modo, a Bolívia possuía fronteiras pouco guarnecidas e suas Forças Armadas foram bastante limitadas (tanto em recursos humanos como em material bélico)

para tentar se contrapor aos grupos criminais que atuam dos dois lados da fronteira (BRUSTLÉ, 2007). Essa demanda por mais segurança foi uma constante na articulação do Brasil com seu vizinho. Finalmente, a Bolívia durante todo esse período (1990-2000) ficou fora dos eixos de desenvolvimento e das prioridades regionais de Brasília, marcada apenas pela assinatura do tratado do gás boliviano em 1996 e a construção do gasoduto no ano seguinte. Do ponto de vista regional, a fronteira com a Bolívia é extensa e foi motivo de preocupação pelas autoridades brasileiras. Para o Brasil, o processo de integração com a Bolívia foi tardio e realizado principalmente durante o primeiro mandato do ex-presidente Lula. Vamos agora abordar essa questão, focando sobre as commodities, os eixos estratégicos e as políticas com a periferia regional.

2.2.3 O papel estratégico da Amazônia para o desenvolvimento brasileiro

O Exército Brasileiro, ao longo da sua história, manteve sempre um papel de protagonista em relação à Amazônia. Os efetivos enviados nos confins da região foram essenciais para manter uma presença militar numa das regiões de mais difícil acesso e permanência. O potencial econômico e a biodiversidade presente foram argumentos consistentes para aumentar a segurança, principalmente em áreas de fronteiras. De fato, como explicado por Franchi:

refletir adequadamente sobre a Amazônia Legal exige lidar com a sua importância no plano nacional. Ela abrange nove dos 26 estados do Brasil e corresponde a aproximadamente 61% do território nacional. A sua importância como reserva de matérias-primas capazes de dar suporte parcial ao desenvolvimento nacional não pode ser ignorada. Não existe quem questione a riqueza mineral, a biodiversidade e o potencial hídrico da região (FRANCHI, 2011, p. 22).

São justamente essas três características que vamos abordar nessa parte sobre o caráter estratégico da Amazônia para o desenvolvimento nacional. Primeiramente, sobre a produção mineral e o potencial de reservas na Amazônia Legal. Os minérios comuns e principalmente raros tornam a região uma das áreas mais promissoras, competindo internacionalmente com o Canadá ou a Austrália, por exemplo.

A questão da biodiversidade como fonte de desenvolvimento regional é também um aspecto importante da preocupação do EB em relação ao uso produtivo da Amazônia Legal. Esse elemento-chave permeia o discurso produzido no PDN publicado em 2005. Houve durante os anos 1990 um forte discurso crítico por parte das ONG com relação à

falta de consideração pelas áreas ambientais sob a responsabilidade do governo federal. Por isso, observamos uma mudança na atitude em relação aos aspectos socioambientais no EB, particularmente nos meses antes da realização da reunião ECO-92 no Rio de Janeiro. Essa questão será retomada mais adiante, ainda nesse capítulo. Finalmente, o potencial hídrico da região é algo bastante relevante quando se quer analisar a responsabilidade produtiva em relação à questão energética. Durante o governo militar, a construção das hidrelétricas de Balbina e Tucuruí teve importância para o desenvolvimento regional. De fato, como bem salientado por Franchi:

o ideal de ocupar e desenvolver a região não é novo. Durante os anos em que estiveram à frente do poder executivo (1964-1985), os militares desenvolveram vários projetos, tentaram desenvolver e vivificar a região Norte, alguns com grandes passivos ambientais, como a represa do UHE de Balbina e a ocupação desordenada de áreas no Pará e Rondônia (FRANCHI, 2011, p. 36).

De qualquer forma, o desenvolvimento da matriz energética brasileira sustentável (com forte componente hidroelétrico) foi marcante para a interiorização da Amazônia Legal na década de 1990. Um dos aspectos que merece uma atenção particular é a maneira como a vida das populações tradicionais ou ribeirinha foi marcada por esses projetos chamados de “sustentáveis”, mas cujo impacto socioambiental foi muito profundo, e os efeitos ainda serão avaliados nos próximos anos.

Durante o segundo mandato do FHC, houve um incremento das políticas liberais visando a limitar os marcos reguladores e o controle do Estado. Como foi apontado anteriormente, esta ideia foi formulada a partir do estudo desenvolvido por Eliezer Batista e fazia parte do Plano Plurianual (PPA) do período 2000-2003, durante o governo Cardoso (CALMON e GUSSO, 2003). Esse plano também ficou conhecido como “Avança Brasil”. A estrutura do plano foi desenhada a partir do conceito de “eixo”, particularmente os “eixos de integração” e desenvolvimento nacional que foram realizados a partir do estudo do consórcio *Brasiliana*. O consórcio era formado por empresas estrangeiras contratadas pelo governo FHC, sob a supervisão do BNDES e o Ministério de Planificação e Gestão.

Sendo assim, entre 1996 e 2006, a América do Sul sofreu uma grande mudança na sua configuração estrutural. Por conta do peso do BNDES, os países vizinhos do Brasil ajustaram seu comportamento de acordo com o brasileiro. As grandes obras que faziam parte dessa área de integração regional nasceram a partir de uma perspectiva

internacional, na medida em que foram pensadas para buscar a integração com os países vizinhos, muitas vezes baseados por recursos públicos brasileiros, com o apoio central do BNDES. Um bom exemplo para ilustrar essa problemática é a questão da Transoceânica, rodovia que participa da integração da Amazônia à costa Pacífica, com o Peru e Atlântica, com o Brasil (DHENIN, 2015).

A rodovia é um projeto que faz parte da Iniciativa de Integração regional da América do Sul (IIRSA). Essa organização pretende desenvolver e integrar as áreas de transporte, energia e telecomunicações da América do Sul, em dez anos. O projeto foi criado no ano de 2000, durante a Reunião dos Presidentes da América do Sul, em Brasília, com a finalidade de integrar fisicamente a região. A rodovia tem por objetivo realizar pela primeira vez essa conexão. O custo total foi estimado em 1,5 bilhões de reais, mas na verdade o custo real foi de 2 bilhões de reais.

Figura n.1:

Começo da rodoviária Transoceânica, também conhecida como Estrada do Pacífico

Fonte: Acervo pessoal



Na teoria, a construção deste eixo representa a confluência dos interesses maiores entre o Brasil e o Peru. Para o Brasil, a rodovia permite um acesso mais rápido ao mercado

andino e especialmente para o mercado asiático, a partir do porto de Lima. Essa parceria do Peru com o Brasil facilitou também o acesso do país ao grande mercado interno brasileiro e, em certa medida, o mercado do Atlântico (Europa e África principalmente). De todo modo, esse eixo representou, de acordo com a IIRSA, uma grande oportunidade para aumentar o volume do comércio bilateral entre os dois países. Portanto, ao aumentar as exportações, os demais países vizinhos foram influenciados positivamente pelas consequências do aumento das trocas comerciais no eixo.

Mas é preciso também ponderar esses aspectos para questionar quais seriam os interesses pela IIRSA. Sobre o risco de haver danos ambientais na região chamada MAP (acrônimo composto pelo estado peruano de Madre de Deus, o estado brasileiro do Acre, e o estado boliviano do Pando), que fez parte do eixo de integração regional da IIRSA entre Peru e Brasil. Assim, o que torna especial o estudo de caso do desenvolvimento da rodovia Transoceânica é que acaba de certa forma com uma das áreas relativamente preservada da Amazônia ocidental, com fortes impactos diretos e indiretos nas populações locais, tradicionais e na biodiversidade dos parques (reservas naturais) que foram cortadas por essa rodovia.

Outro aspecto que precisa ser colocado é o papel dos bancos de investimentos na IIRSA (que depois se denominou Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento - COSIPLAN). A CAF, a BID e o BNDES são atores relevantes desse cenário de integração, que contam com as parcerias público-privadas, para aumentar as oportunidades no mercado. A questão da fiscalização desses órgãos, principalmente numa região como a Amazônia, deve ser abordada e qualificada quando fomos abordar o desenvolvimento de setores estratégicos nos estados periféricos do Brasil. Com o desenvolvimento da região amazônica, o Brasil assumiu um compromisso com os países da região (do seu entorno), para acelerar um processo de integração no qual ele era o principal beneficiário.

Como vimos, recursos e planos de desenvolvimento não faltaram para que as oportunidades de transformação da realidade fossem contempladas. Entre diversos aspectos fundamentais da centralidade estratégica da região, afirmamos que foi necessária a capacidade de o Brasil adequar recursos para o desenvolvimento de setores estratégicos nos estados periféricos. Um dos problemas que fragilizam o processo de integração regional foi o aumento da assimetria entre o Brasil e os vizinhos mais vulneráveis, como por exemplo, a Bolívia ou o Paraguai (BRASIL, 2005). Podemos incluir também nesta

lista, os países do Platô das Guianas: Suriname e Guiana. De fato, as diferenças foram expressivas no campo da economia, da sustentabilidade, do desenvolvimento, da segurança e do meio ambiente. No contexto desta pesquisa, esses dois últimos nos remeteram à necessidade de haver um projeto coeso em torno da integração real dos vizinhos nas questões de segurança fronteiriça/regional e do meio ambiente. Para tal, os esforços realizados pelo EB foram importantes (como o PCN), mas insuficientes, pois necessariamente essas questões mexem também com prerrogativas centrais dos Estados: a soberania. A participação dos vizinhos em atividades militares tentou amenizar o clima de desconfiança entre os vizinhos brasileiro e colombiano vigente na década de 1990. Aqui, precisamos lembrar o episódio de 1991 em Letícia/Tabatinga, que resultou na morte de soldados do EB numa emboscada por guerrilheiros das FARC. Para a região amazônica, os Estados periféricos são relevantes para que o processo de integração da segurança fronteiriça (e indiretamente a diminuição das ameaças nos limites territoriais) fosse realmente implementado.

Outros países, como já vimos nesse trabalho, receberam uma ajuda externa (podemos lembrar aqui do Plano Colômbia, financiado pelos EUA). A questão do meio ambiente também é relevante para entender a relação do Brasil com seus vizinhos. Ao adotar novas normas de condutas, o padrão ambiental evoluiu e transformou a realidade dos países, obrigando paulatinamente a fiscalização das áreas fronteiriças, adotando agendas internacionais de metas sobre sustentabilidade.

2.2.4 Considerações acerca da transformação do EB durante o período FHC

Até 1999, observou-se na sociedade brasileira uma tímida demanda dos militares por aceitar o controle civil das instituições de Defesa. Soares e Oliveira oferecem algumas pistas para entender essa questão. Primeiro, a “teoria da inexistência do risco iminente” é fruto da relação entre militares e parlamentares sobre o papel das Forças Armadas. Segundo essa teoria:

o sistema político responderia a necessidades bem definidas. Se não existem pressões para o governo federal definir e implementar uma efetiva política militar, não há respostas nesta direção, a exemplo de um sistema político em interação com o seu meio ambiente social (OLIVEIRA e SOARES, 2000, p. 109).

Foi justamente durante esse período que houve uma discussão interna sobre o papel das Forças Armadas no contexto do final da Guerra Fria. Uma vez que a ameaça

comunista deixar de ser latente na visão militar, uma “Nova Ordem” mundial é estabelecida sob o comando unipolar dos Estados Unidos (MATTOS, 1997). Essa relação entre o sistema de segurança hemisférico e preocupações no campo interno acabou esvaziando o interesse do público sobre as questões de Defesa no Brasil. Segundo os mesmos autores:

a teoria da inexistência do risco iminente parte de uma base real na percepção do sistema político, mas é falsa enquanto explicação. O tema talvez mais associado à temática militar é a política externa, que também pouco sensibiliza eleitorado, partidos e políticos. Seria inimaginável uma campanha eleitoral em torno da política externa nas atuais condições de paz nas fronteiras e baixíssima probabilidade de o Brasil envolver-se em um conflito bélico (OLIVEIRA e SOARES, 2000, p. 109).

Coincidentemente, surgiu naquele momento a justificativa que o governo FHC anunciará sobre os sucessivos cortes no orçamento da Defesa. Essa questão da transformação do papel do militar nas Forças Armadas brasileiras vai ser justamente o objeto do próximo ponto abordado nesse trabalho. Oliveira e Soares, ao analisar os termos das relações civil-militares, recorrem a Samuel Huntington para mostrar que três ordens de fatores atestam um relativo sucesso na transição de um regime militar para um regime civil:

a) as normas de profissionalismo militar e de controle civil são bem mais aceitas ao redor do mundo; b) as elites civis e militares reconhecem que a institucionalização do controle civil objetivo serve os interesses de ambas; c) estas reformas trazem novos benefícios, como a redução de gastos militares, a diminuição de abusos aos direitos humanos e a transferência de indústria bélica para as mãos de civis (HUNTINGTON, 1996, sem página, apud OLIVEIRA e SOARES, 2000).

No contexto da institucionalização da primazia dos civis nos assuntos militares nacionais, é preciso ficar atento ao grau vigente no período que se pretende analisar. Até a criação do Ministério da Defesa em 1999, a resistência dos meios militares aos padrões civis foi bastante forte, pois “instituições são padrões regularizados de interação que são conhecidos, praticados e aceitos regularmente por agentes sociais determinados que, com base nessas características, mantêm a expectativa mútua de continuar interagindo sob as regras e normas incorporadas nesses padrões” (OLIVEIRA e SOARES, 2000, p. 119).

O primeiro aspecto que merece atenção aqui é o risco de enfraquecimento do profissionalismo militar durante esse período (1990-1999). Observou-se que o fim da Guerra Fria, ao diminuir o risco de ameaças externas ou seja, prerrogativa imediata de Defesa, implicou novas missões para os militares, como o combate ao narcotráfico

(RODRIGUES *et al.*, 2016). Sobre esse aspecto, o caso Plano Colômbia evidenciou esse risco. No fundo, uma das principais transformações é o risco da “policialização” das Forças Armadas, decidida com a Lei Complementar n. 97 de 09 de junho de 1999, assinada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso. Como sintetizaram muito bem Oliveira e Soares:

ultrapassada a fase de regimes autoritários e indefinidas as ameaças ao Estado, novamente corre-se o risco de transformação das Forças Armadas em forças policiais, relação simbiótica inadequada para a consolidação democrática, ao fundar uma oposição entre Estado e parcelas da sociedade. Por outro lado, a inclusão das Forças Armadas em missões de natureza policial, dada a tradição republicana brasileira de ingerência militar na política, é uma dificuldade adicional para a efetivação do controle civil dos militares (OLIVEIRA e SOARES, 2000, p. 119-120).

Podemos analisar a evolução do perfil militar e sua relevância no governo Collor até o final do mandato do FHC para entender o grau de articulação insuficiente entre as políticas de defesa e externa. De acordo com Alsina Jr: “existem quatro fatores que ajudam a entender o porquê da insuficiência mencionado: a baixa prioridade da defesa, o perfil *não confrontacionista* da política externa, a ausência de direção política efetiva sobre a política de defesa e a ausência de mecanismos operacionais de articulação entre as duas” (ALSINA JR, 2009, p. 185). Alguns desses pontos já foram abordados nesse trabalho. No entanto, um dos fatores citados pelo autor merece destaque.

Trata-se do último ponto abordado. A ausência de vontade política entre as duas áreas ficou clara na incapacidade em alinhar interesses comuns ou agendas, particularmente no período entre 1989 e 1999. Houve uma mudança clara no pós-guerra fria (e de fato, no governo Collor) da importância em redefinir as diretrizes da Política Externa. Porém, como vimos nas seções anteriores, não houve um interesse para articular as questões de defesa com interesses da Política Externa. Assim, Alsina Junior apontou os principais motivos:

esta não se transformou em problema de relevo em face do baixo perfil estratégico do País (na época) e do retorno relativamente benigno existente na América do Sul, tendo perdurado a ausência de direção política clara, a ausência de forças integradas, a ausência de mecanismo efetivo de coordenação diplomático-militar, etc. (ALSINA JR, 2009, p. 185).

De todo modo, esses elementos contextuais apenas evidenciam uma tendência que marcou o período do primeiro mandato do governo FHC: a dificuldade em conseguir uma aproximação dos ministérios militares em questões de ordem conjunto e a normalização da relação entre civis e militares sobre os tópicos de Defesa. Como vimos, a teoria da

inexistência do risco iminente aliada à fraca complementaridade entre as políticas de defesa e externa dificultou qualquer tentativa de transformação do papel do militar, como apontado por Oliveira e Soares. Abriu também brechas importantes para a crescente “policialização” das Forças Armadas no final da década de 1990.

Nessa seção, foram abordadas questões importantes do momento de transição do período FHC. O objetivo foi enfatizar o retorno da questão Defesa na chamada Agenda Nacional. Essa mudança foi marcada por diversos elementos, que somados transformaram a realidade do contexto brasileiro. Evidentemente, essa demanda de melhorias era antiga nas Forças Armadas, mas um aspecto que merece ser salientado é o fato de que as Forças Armadas tiveram um papel relevante, tanto no plano de suas funções orgânicas (segurança e defesa externa) como também componente estratégico do desenvolvimento.

Assim, a PDN de 1996 evidenciou a importância crucial em organizar um planejamento complexo, de longo prazo e envolvendo todas as componentes das FFAA, em prol de um objetivo comum. Além da boa vontade, para alcançar tal objetivo é preciso de *virtù*, ou seja, a capacidade para o Executivo em se relacionar com as Forças Armadas, e talvez a criação do Ministério da Defesa seja um dos grandes avanços realizados nos últimos vinte anos, no longo e difícil processo de normalização das relações entre civis e militares. Talvez para o EB tenha sido mais difícil, pois houve durante esse período certa tensão entre os oficiais-generais de alto escalão (ala conservadora/dura) e parte do Executivo do governo federal. Para o Exército, o desafio era duplo: ser capaz ao mesmo tempo de limitar os efeitos da transição para o governo civil e por outro lado maximizar os ganhos quando possíveis, isso tudo num contexto de crise econômica severa.

2.3 A importância da Estratégia Nacional de Defesa para a Amazônia

2.3.1 A revisão da Política de Defesa Nacional (2005)

A PDN é uma política de Estado que estabelece uma postura nacional frente às ameaças externas e com ênfase nas ações de caráter militar. Trata-se de documento de nível nacional, elaborado pelo mais alto escalão governamental e aprovado pelo Presidente da República. As suas alterações podem decorrer de variações sensíveis dos

aspectos conjunturais, de alterações da visão política dos governantes ou de própria estatura política estratégica brasileira (SANTANA, 2007, p. 27).

De acordo com Santana, a Política de Defesa Nacional (ou PDN) de 2005 tem como objetivo “voltar-se, de maneira predominante para as ameaças externas e estabeleceu as diretrizes para o preparo e emprego da capacitação nacional – com o envolvimento militar e civil sendo o Ministério da Defesa o coordenador de ações para a Defesa Nacional” (SANTANA, 2007, p. 33).

Destarte, precisamos notar que, pela primeira vez, houve uma decisão pragmática para que houvesse uma verdadeira política de Estado para a pasta da Defesa. O estabelecimento de diretrizes norteou os trabalhos das diferentes comissões especiais²⁹. A partir de 2005, a PDN evidenciou o amadurecimento do Executivo perante aspectos importantes da Defesa Nacional que fossem capazes de garantir a soberania territorial, particularmente na Amazônia e nas suas regiões fronteiriças.

Para o Brasil, a PDN 2005 representou um avanço significativo na projeção do seu poder e, sobretudo, no aumento da distinção entre duas áreas distintas das relações internacionais: a segurança e a defesa. Como podemos observar a seguir, a Amazônia ocupa um lugar de destaque nas diretrizes do documento. Assim, o pesquisador da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) Tássio Franchi, com os itens 5.3 e 5.4 da PDN, esclarece o aspecto prioritário da região e a salienta a importância da defesa dos seus recursos naturais, entre outras prerrogativas:

[...]

5.3 O planejamento de defesa inclui todas as regiões e, em particular, as áreas vitais onde se encontra maior concentração de poder político e econômico. Complementarmente, prioriza a Amazônia pela riqueza de recursos e vulnerabilidade de acesso pelas fronteiras terrestres e marítimas.

5.4 A Amazônia brasileira, com seu grande potencial de riquezas minerais e de biodiversidade, é foco de atenção internacional (...) o adensamento da presença do Estado, e em particular das Forças Armadas, ao longo das nossas fronteiras, é condição necessária para conquista dos objetivos de estabilização e desenvolvimento integrado na Amazônia (BRASIL, 2005, p. 5).

²⁹ Sobre a composição das comissões, ver o Decreto nº 5484, de 30 de junho de 2005, sobre a Política da Defesa Nacional, disponível na versão eletrônica em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm

Sendo assim, a Política de Defesa Nacional oferece um caminho para que essas questões sejam incorporadas nas políticas e estratégias de longo prazo de todas as forças. O Exército, por ter uma vinculação histórica com a Amazônia (ver o Capítulo primeiro da tese) assumiu uma postura de liderança na elaboração da PDN no que diz respeito à região. A análise cuidadosa da mesma será objeto da próxima parte desse trabalho, enfatizando questões como o marco legal (Decreto 5.484 de 30 de junho de 2005) e os respectivos desdobramentos da PDN sobre a política de Estado da Defesa Nacional. Um aspecto importante para ser notado é a inserção da Política no contexto na qual ela está sendo elaborada. Por isso, com os apontamentos de Winand e Saint Pierre, ficou clara a importância de repensar os conceitos norteadores:

para Viegas [ex-ministro da Defesa], seriam prioridades, na nova era Pós-11/09, atualizar a base conceitual do pensamento estratégico nacional diante da realidade mundial e das necessidades de defesa do País. Para isso, seria conveniente revisar as grandes linhas de pensamento estratégico para definir uma estrutura militar adequada às demandas da Defesa. Assegurar a proteção da Amazônia foi outra prioridade colocada por Viegas, respondendo a uma velha reivindicação das FA que atribuem à Amazônia grande importância estratégica pelo tamanho da fronteira que o Brasil tem nessa região com vários países, absolutamente desguarnecida (WINAND e ST PIERRE, 2010, p. 13).

Juridicamente falando, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva aprovou esta política de Estado, por meio do Decreto n.5.484, de 30 de junho de 2005, estabelecendo assim os princípios e objetivos da Política de Defesa Nacional.

Como qualquer documento normativo, o Documento da Política Nacional de Defesa apresenta algumas limitações na redação do texto. Trata-se de um texto que procura orientar questões gerais no âmbito da Defesa Nacional, e por isso, pode faltar precisão. Um dos problemas levantados foi a maneira como os conceitos de Defesa e a Segurança foram adotados, de acordo com o documento:

I - Segurança é a condição que permite ao País a preservação da soberania e da integridade territorial, a realização de seus interesses nacionais, livre de pressões e ameaças de qualquer natureza e a garantia dos cidadãos ao exercício dos direitos e deveres constitucionais;

II - Defesa Nacional é o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a Defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais, contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas (BRASIL, 2005, p. 2).

Portanto, o termo importante (grifado) é preponderantemente, o que não exclui a possibilidade para as Forças Armadas de lidar com ameaças internas, de qualquer natureza que seja. Assim, a ampliação do leque de atuação das forças militares no país,

segundo Winand e Saint Pierre, fragiliza a operacionalidade das forças de segurança, uma vez que a interpretação do uso do poder militar é ampliada. Os autores evidenciam que:

porém, a distinção entre Defesa e Segurança que prenunciou e que apareceu no novo DPDN, seja por incompetência ou por falta de vontade política, não alcançou uma clara distinção conceitual entre a Defesa e a Segurança, o que não é um mero problema de semântica, mas de ordem operativa, porque é em decorrência disto que se estabelecem as missões das FA. Sem ânimo para discutir as “ameaças potenciais”, que, por sua amplitude semântica, configura qualquer situação em qualquer momento, enfatizamos acima o advérbio “preponderantemente” porque é ele quem abre decididamente as portas para o emprego das FA na contenção de ameaças originadas externa ou internamente, podendo ser elas de qualquer natureza. Este instrumento de intervenção sinaliza a ampliação das missões das FA (WINAND e ST PIERRE, 2010, p. 16-17).

Precisamos salientar que o conceito de segurança do documento da Política da Defesa Nacional também reproduz “a proposta de do Ministro da Defesa Viegas de “Segurança Cidadã” assim como o documento enfatiza as iniciativas de cooperação entre as FA vizinhas para garantia da paz e da estabilidade regionais” (WINAND e SAINT PIERRE, 2010, p.16). Um dos aspectos que foi enfatizado pelo Ministro da Defesa naquele período foi a cooperação regional, que não somente foi colocada no documento, mas também foi incentivada nas discussões de preparação desse documento de Defesa, então inédito na história do país.

As discussões em torno da elaboração da END marcaram uma nova fase de debates teóricos entre os civis (universitários e especialistas do MD) e os militares (das Escolas de Comando, principalmente), que pode se medir em função do número importante de encontros, debates, mesas redondas realizadas, conferências no âmbito nacional e internacional, dado a complexidade dos assuntos abordados pela END e o novo contexto internacional para o Brasil. Como ficou evidente, a mudança no cenário de segurança global marcou a elite militar brasileira. A alteração do equilíbrio então vigente (oeste-leste) influenciou o pensamento sobre as questões centrais da segurança hemisférica.

Dentro do contexto da evolução da Política de Defesa Nacional (1996-2005) é importante notar também a evolução do quadro estratégico / visão estratégica em relação à Amazônia. Para os países da região, um dos marcos históricos importantes foi a Declaração de Brasília, no ano de 2000, que lançou a Iniciativa para a Integração Regional Sul-Americana (ou IIRSA na sigla inglesa). Houve por parte das lideranças regionais uma vontade política de integrar grandes áreas (como a Amazônia, a bacia do Prata, o Platô

das Guianas, etc.) em torno de uma lógica liberal, voltada para os grandes mercados internacionais de *commodities*.

Houve a criação de um projeto estruturado, que apostou na criação de uma zona de livre comércio na América do Sul, nos moldes da ALCA. Esse quadro permaneceu dessa forma até o ano de 2003, quando os governos Lula e Kirchner optaram por dar uma guinada na orientação estratégica das duas principais economias do continente, optando para a integração regional. Essa mudança na orientação fez que a ideia central em torno do destino da Amazônia e de seu bioma, se transformasse em uma grande área de cooperação. O objetivo era buscar uma saída concertada para os problemas da região, reforçando a busca de soluções negociadas e multilaterais.

2.3.2 Lançamento da Estratégia Nacional de Defesa (2008)

O lançamento da Estratégia Nacional de Defesa (END) foi um momento singular na história brasileira, uma vez que houve uma decisão estratégica que envolveu todas as Forças Armadas e a Presidência da República. O objetivo foi projetar o país na área de defesa, pensando no horizonte 2030. Como vimos anteriormente, os debates em torno da PDN materializaram os avanços e fundamentaram três setores ou áreas consideradas estratégicas: o espacial, o cibernético e o nuclear. Como explicado por Moraes:

o Brasil, inserido dentro do novo cenário mundial, vem buscando consolidar sua posição, por meio de uma maior estabilidade política e econômica, acarretando uma maior projeção internacional. Como consequência, surgem novos desafios, novas ameaças e novas responsabilidades para enfrentar os cenários em constante mudanças, reposicionando o Brasil internacionalmente o que vem exigir novas posturas da sociedade, fazendo com que questões de Defesa voltem à Agenda Nacional. Essa situação obriga o país em alargar seu horizonte estratégico militar, o que sugere a necessidade de fortalecimento de suas Forças Armadas (MORAES, 2010, p. 2).

No bojo da END, duas diretrizes são consideradas importantes e valorizam o nosso estudo. Primeiro, o documento determina que se deve “priorizar a região amazônica”. O documento explicita particularmente bem a importância em que:

a Amazônia representa um dos focos de maior interesse para a defesa. A defesa da Amazônia exige avanço de projeto de desenvolvimento sustentável e passa pelo trinômio monitoramento/controle, mobilidade e presença. O Brasil será vigilante na reafirmação incondicional de sua soberania sobre a Amazônia brasileira. Repudiará, pela prática de atos de desenvolvimento e de defesa, qualquer tentativa de tutela sobre as suas decisões a respeito de preservação, de desenvolvimento e de defesa da Amazônia. Não permitirá que organizações ou indivíduos sirvam de instrumentos para interesses estrangeiros – políticos

ou econômicos – que queiram enfraquecer a soberania brasileira. Quem cuida da Amazônia brasileira, a serviço da humanidade e de si mesmo, é o Brasil (BRASIL, 2008, p. 14).

A END oferece uma definição precisa do seu objetivo no que diz respeito à Amazônia, particularmente no que diz respeito à soberania efetiva. O tom desse trecho é bastante enfático na preocupação das Forças Armadas em afastar qualquer possibilidade de interferência externa ou “tentativa de tutela” sobre a Amazônia sob jurisdição brasileira. Não ficou muito claro pela terminologia se de uma força estrangeira, um grupo terrorista ou mesmo uma ONG trabalhando, pois fala apenas em “organizações” e “indivíduos” que sirvam de “instrumentos para interesses estrangeiros, de natureza política e econômica”. Esse documento possuiu um aspecto paradoxal, pois ao mesmo tempo assume uma posição dominante no discurso produzido na END (as Forças Armadas cuidam do seu território) ele também abre a possibilidade de reagir perante um inimigo de maior poderio, através da chamada estratégia de resistência, como forma de conseguir vencer as assimetrias do combate. O documento da END aborda uma grande diversidade de problemas, e oferece pelo ineditismo do trabalho algumas chaves interessantes, pois reconhece a estratégia de resistência como um atributo das forças não convencionais.

Portanto, não é de se surpreender, particularmente na doutrina de potências médias, como o Brasil ou alguns exércitos da região, que tem sido recorrente o preparo para o emprego da chamada “estratégia da resistência dissuasória”. Isso significa que, do ponto de vista operacional, existe a capacitação das forças terrestres para preparar as tropas num engajamento baseado na resistência prolongada, de forma não convencional.

Logo, a END explicita no seu bojo o uso prático da doutrina de emprego assimétrica dos meios, enfatizando o caráter flexível e elástico dos seus elementos, misto de ações convencionais (operações clássicas, com movimento, uma frente, etc.), com ações de tipo não convencionais (emboscadas, infiltração nas populações, ataques de saturação, atentados). Sendo assim, uma ação de guerra assimétrica, no contexto de uma estratégia de resistência nacional contra um inimigo superior, deve ser planejada e executada, particularmente no contexto amazônico:

10. Os imperativos de flexibilidade e de elasticidade culminam no preparo para uma guerra assimétrica, sobretudo na região amazônica, a ser sustentada contra inimigo de poder militar muito superior, por ação de um país ou de uma coligação de países que insista em contestar, a pretexto de supostos interesses da Humanidade, a incondicional soberania brasileira sobre a sua Amazônia (BRASIL, 2008, p.27).

A escolha de uma doutrina defensiva é baseada na eficácia e no efeito dissuasório da mesma. Ela consiste em evitar dedicar muito esforço para se contrapor à invasão, optando por resistir de forma clara ao inimigo, baseando as ações na desestabilização do governo ocupado, do ponto de vista político e militar. A Amazônia é o contexto particular no qual a estratégia de resistência é aplicada. O ambiente da selva é propício para um combate contra uma força que não é preparada, diferente do Exército Brasileiro, que possui um Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS), em Manaus, verdadeira referência internacional. O Exército escolheu como conceito fundamental a flexibilidade desenvolvida por Liddell-Hart.

Por flexibilidade³⁰, a Estratégia entende a falta de rigidez no emprego da força, e afirma que consiste na “capacidade de deixar o inimigo em desequilíbrio permanente, surpreendendo-o por meio da dialética da desconcentração e da concentração de forças” (BRASIL, 2008, p. 15). Portanto, para adequar seu desempenho às missões constitucionais, tanto em tempos de paz quanto de guerra, o Exército deverá seguir esses preceitos estratégicos da flexibilidade e da elasticidade.

O programa Amazônia Protegida (PAP) representa um conjunto de projetos voltados para o fortalecimento da presença militar terrestre. De acordo com os dados encontrados num arquivo PDF do Ministério da Defesa, o PAP é organizado da seguinte forma:

o Programa Amazônia Protegida será desenvolvido em duas fases: Fase I: Primeira ação estratégica: Construção de 28 Pelotões Especiais de Fronteira - Custo: R\$ 1.000.000.000 (um bilhão de reais) - Localização: Terras indígenas, unidades de conservação e em suas áreas de amortecimento - Obs: A Fase I teve a sua origem no Decreto n. 6.513, de 22 de julho deste ano [2008], que determina a instalação de unidades militares permanentes nas terras indígenas localizadas na faixa de fronteira Segunda Ação Estratégica: - Evento: Adequação da infraestrutura e modernização dos 20 Pelotões Especiais de Fronteira já existentes. Período: 2010 a 2018 - Custo: R\$ 140.000.000 (cento e quarenta milhões de reais) Fase II - Complementação das ações iniciadas na Fase I (BRASIL, 2009, sem página).

A partir dos dados, podemos fazer duas observações: a primeira diz respeito ao orçamento do programa. O texto prevê um bilhão de reais para a construção de 28 novos PEF. Quando analisamos as bases de dados dos gastos militares no Portal da Transparência, podemos observar que existem duas colunas. A primeira trata do valor

³⁰ O conceito de flexibilidade corresponde à formulação de estratégias que processem segundo o acompanhamento cerrado da conjuntura, da evolução dos fatos, das tendências, além da nítida percepção do direcionamento que determinada estratégia está induzindo. Em outras palavras, à medida que afloram novas variáveis conjunturais, a estratégia deve, se for o caso, ser ajustada. Em termos de estratégia militar, Liddell Hart já preconizava que somente com a flexibilidade de objetivos, pode a estratégia adaptar-se às incertezas da guerra. (LIDDELL-HART, 1991)

estimado, a segunda vem se contrapor e concerne o valor repassado. Surge então a dúvida como esse programa vai ser financiado de maneira definitiva. Grande parte da oposição para a criação de territórios indígenas, especialmente nas zonas fronteiriças, até recentemente veio das forças armadas. Eles temiam o fato de ver essas áreas tornarem-se uma maior autonomia e até mesmo afirmar a sua independência, poderia ameaçar a unidade territorial do Brasil. O debate, que foi particularmente forte nos anos 1990 sobre os territórios dentro da região abrangida pelo programa Calha Norte, como a TI Ianomâmi do Alto Rio Negro.

2.3.3 A pauta da defesa na Política Externa brasileira na era Lula

O novo ciclo iniciado com a gestão Lula (2003-2006) aponta por uma série de medidas que foram implementadas especificamente na área da Defesa. Um aspecto importante que merece ser destacado é o orçamento da Defesa Nacional, seguindo as diretrizes da Política de Defesa Nacional de 2005 (PDN-2005). Outro aspecto interessante é o espaço que a Defesa ocupou no campo da Política Externa brasileira. Assim, de acordo com Fucille e demais autores:

se durante boa parte da história brasileira o país manteve sua política externa sustentada essencialmente em seu pilar diplomático, contrariando a visão *aroniana* de que política externa deve ser equilibrada entre diplomacia e defesa, no governo Lula algumas medidas sugerem que a Defesa passaria a possuir um novo espaço na política externa (FUCILLE *et al.*, 2016, p. 1).

Sendo assim, precisamos avaliar qual é o lugar da defesa na política externa brasileira durante o período (era Lula). Para Fucille e demais autores, a política externa brasileira foi marcada por uma articulação dos herdeiros filosóficos daquilo que foi chamado de Política Externa Independente (PEI), sucintamente caracterizada pela “ideia de que se deve defender a soberania e os “interesses nacionais”, mesmo criando conflitos potenciais com os EUA (VIGEVANI e CEPULANI, 2007, p. 276 apud FUCILLE *et al.*, 2016, p. 85). A partir daí foi lançada a política de “autonomia com diversificação”, que segundo os autores significa uma busca para intervir com diversos parceiros, particularmente naquilo que passou a chamar-se de Sul global. Um bom exemplo dessa política colocada em prática foram as iniciativas no âmbito dos BRICS (*Brazil-Russia-India-China-South Africa*) ou no diálogo do Brasil com os parceiros do IBAS (Índia-Brasil e África do Sul). Como assinalado por Fucille *et al.*:

em seu percurso pela busca de autonomia em seu novo critério – “pela diversificação” -, o novo governo empenhou-se em superar certas condições

que passaram a ser entendidas como debilidades do Brasil e entre elas, a defasagem na qual se encontravam as capacidades defensivas do país (FUCILLE *et al.*, 2016, p. 86).

Dito isso, o momento era propício para lançar projetos de Estado que fossem capazes de proteger os recursos naturais. Em função da sua importância geográfica e aos estudos realizados ao longo dos anos, é notório que a Amazônia passou a retomar um lugar de destaque após algumas décadas de relativo abandono ou distanciamento (principalmente entre 1985 e 2015).

Por parte do governo Lula, ficou entendido que havia a absoluta necessidade que o Brasil possuísse Forças Armadas “condizentes com seu tamanho e importância, partindo da interpretação de que um país como o gigante sul-americano precisaria de eficaz capacidade dissuasória, em contraste com a situação de penúria material então existente” (FUCILLE *et al.*, 2016, p. 86). Daí foi lançada, como veremos adiante a Estratégia Nacional de Defesa, no ano de 2008. O programa contribuiu em muito para que houvesse um plano diretor da modernização das FFAA brasileiras, particularmente no que diz respeito ao seu aparato/equipamento bélico. Portanto, A END propôs uma série de projetos estratégicos como o FX-2 (caça de quinta geração para a FAB) ou mesmo o PROSUB (construção de submarinos convencionais e um de propulsão nuclear) para que o país tivesse condições materiais de garantir sua soberania nas três dimensões (ar, terra e mar), sempre buscando desenvolver tecnologia nacional ou transferindo tecnologia com acordos vantajosos para ambas as partes.

Durante esse período, entre 2003 e 2010, houve uma grande instabilidade no comando da pasta de Defesa no Brasil. Segundo Fucille *et al.*: “após a saída do Ministro Viegas (diplomata de carreira), incapaz de se manter à frente da defesa, principalmente pelo tamanho da oposição interna que encontrou no ainda excessivamente militarizado ministério, e das breves passagens do então vice-presidente José de Alencar e do ex-governador da Bahia Waldir Pires, o ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim, assume em 2007, e permanece até o primeiro ano do governo Dilma Rousseff (2011) sendo o mais longo ministro da pasta até hoje” (FUCILLE *et al.*, 2016, p. 88). Na gestão Jobim, houve uma série de avanços como por exemplos, os esforços realizados no incentivo à revitalização da indústria nacional bélica, à aquisição e ao desenvolvimento da capacidade científica e tecnológica e compras de material de última geração (ver especificamente os programas FX-2 e o PROSUB) entre outros. Todos esses esforços foram conjugados e pretendiam reestruturar a Base Industrial de Defesa nacional.

De certa forma, o período Lula foi marcado pela aplicação do conceito de autonomia pela diversificação, buscando criar uma série de parcerias estratégicas nas áreas diplomáticas, comerciais, tecnológicas e defesa, entre outras. Sobre esse tema, podemos citar as obras do professor Antônio Carlos Lessa, da UnB, que mapearam os avanços realizados nesse período. Dentro de estas, podemos salientar os avanços realizados no período 2003-2010. Houve uma série de acordos com a Rússia, a China, Índia e África do Sul, que mostraram a capacidade do Brasil em criar laços inéditos com atores/players importantes do globo.

Além da abertura das parcerias estratégicas na área de defesa, houve também durante o mandato do presidente Lula um esforço para aproximar os atores regionais no campo da segurança e da defesa. Seguindo a lógica do processo de integração regional, os avanços atingidos no campo da defesa com a criação em 2008 do Conselho Sul-Americano de Defesa (CSD) marcaram a gestão do Min. Jobim. Formalmente, o CSD é “um órgão de cooperação sub-regional em defesa, do qual fazem parte os dozes Estados sul-americanos. O CSD é uma estrutura fundada dentro da recém-criada União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) e possui um formato de decisão intergovernamental que necessita de consenso para deliberar” (FUCILLE *et al.*, 2016, p. 89). Precisamos ressaltar que o CSD foi uma iniciativa brasileira para buscar uma aproximação nos temas de defesa e diminuir a dependência estratégico-militar dos vizinhos em relação às influências dos países centrais, principalmente com os Estados Unidos. Um dos princípios que foram estabelecido foi o distanciamento do CSD com os assuntos ligados à segurança pública, particularmente na mediação de gastos militares na região. De acordo com SAINT-PIERRE, ao “evitar a facilidade de emprego discursivo de conceito de segurança multidimensional (mostra) a maturidade por parte deste recente foro sub-regional da Defesa (SAINT-PIERRE, 2011, p.418). Esse debate começou na década de 1990 e permanece até hoje, mostrando toda a sua centralidade, como reafirma Fuccille *et al.* ao afirmar que:

ao tentar definir o que é “defesa” de uma maneira que constituísse o mínimo comum aceitável para que iniciassem os trabalhos, ficou provisoriamente decidido que esse conceito seria somente relacionado a temas externos, excluindo a vertente da defesa que se associa a questões internas, normalmente ligadas à “segurança pública” (FUCILLE *et al.*, 2016, p. 89).

Esse avanço no campo conceitual foi significativo para o tratamento das questões de defesa na região amazônica. Um dos elementos mais significativos dessa mudança foi

a experiência no contexto da presença de forças estadunidenses na Colômbia, com o Plano homônimo, lançado em 1994. Trata-se de uma busca para o distanciamento de elementos hegemônicos que influenciaram a instabilidade político-estratégica dos países sul americanos. Entre diversos elementos que caracterizam essa possibilidade para o Brasil, talvez a reativação da 4ª Frota da Marinha dos EUA é a mais simbólica. Baseada no Atlântico Sul, seu reengajamento coincidiu com a descoberta de enormes reservas de petróleo nas camadas de pré-sal. Desde então, o papel dos militares ficou legitimado por essa nova ameaça. Vale lembrar que para os Estados Unidos, as principais ameaças à sua segurança até então eram o narcotráfico (com a luta contra os cartéis colombianos), a violação dos direitos humanos fundamentais, as agressões e crimes ao meio ambiente, as migrações ilegais, e a proliferação de armas de destruição em massa. A partir de 2001, o terrorismo internacional ficou no topo da lista, em função dos ataques de 11 de setembro que abalaram a cidade de Nova Iorque (SAINT-PIERRE, 2011).

2.3.4 Os grandes projetos científico-tecnológicos de cunho estratégico/militar

A vertente tecnológica permeia o discurso das Forças Armadas com projetos de longo alcance em Ciência, Tecnologia e Inovação. Houve durante a década de 1980 e 1990 um contingenciamento das despesas federais que obrigou a Força Terrestre em assegurar apenas o mínimo dos efetivos necessários, para garantir a defesa externa do país. Ao entrar na primeira década de 2000, o Brasil recuperou sua capacidade de investir em função dos aumentos sucessivos do Produto Interno Bruto (PIB) entre 2003 e 2010. A partir daí o cenário tornou-se favorável para que houvesse investimentos importantes do Exército na área da Defesa. Um dos elementos fundamentais foi desenvolver uma estratégia nacional de planejamento estratégico:

o Exército Brasileiro está no início de um processo de transformação, com foco no estímulo à inovação e na produção nacional de meios tecnológicos avançados e de emprego dual. A intenção é combinar a busca de efetiva capacidade de defesa com o impulso à competitividade da indústria nacional nos mercados internos e externos, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do Brasil (BRASIL, 2013, p. 39).

A inserção do planejamento do Exército Brasileiro no Plano de Articulação e Equipamento de Defesa (PAED) está organizada com 14 projetos e 43 subprojetos, abrangendo seis programas estruturantes constantes da Política Militar Terrestre: são esses 1) Sentinela da Pátria; 2) Amazônia Protegida; 3) Responsabilidade social; 4)

Cooperação Internacional; 5) Segurança e Defesa Cibernética e 6) Ciência, Tecnologia e Inovação. Entre esses projetos, vamos nos interessar especificamente sobre o programa SISFRON, que teve seu enfoque conceitual na proteção das fronteiras do país, através de uma combinação de sistemas complexos de sensoriamento. O SISFRON geraria capacidade de monitoramento e controle da faixa fronteira, permitindo capacitação para o atendimento às demandas apresentadas pelo governo. Em publicação interna, o Exército deixa claro que:

considerado um dos principais projetos estratégicos do Exército, o SISFRON permitirá o monitoramento, controle e atuação nas fronteiras terrestres, contribuindo para a inviolabilidade do território nacional, para a redução dos problemas advindos da região fronteira e para fortalecer a interoperabilidade, as operações interagências e a cooperação regional (SISFRON, 2012, p. 13).

O SISFRON também visa atender ao Plano Estratégico de Fronteiras, estabelecido em 2011. Esse projeto procura implementar projetos que fortaleçam a presença estatal na faixa de fronteira e a atuação conjunta das Forças Armadas e outros órgãos e agências do governo (SISFRON, 2012, p.15). O sistema tem por foco apoiar a realização de operações interagências e pretende estabelecer fluxo de informações geradas com outros sistemas, tais como: Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM); Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz); e o Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro (SISDABRA); todos controlados, respectivamente, pelo Ministério da Defesa, Comando da Marinha e Comando da Aeronáutica. Entre os entes que desfrutariam dos dados gerados pelo sistema estão: Ministério da Saúde, Polícia Federal, Ministério da Educação, Receita Federal, ANVISA, IBAMA, FUNAI, Ministério das Relações Exteriores, dentre outros (SISFRON, 2012, p.16-17).

Uma das prioridades do SISFRON será a melhoria do monitoramento da Amazônia. Prevê-se a captação de imagem por satélite, uma rede de sensores, radares de vigilância e visores óticos com tecnologia de ponta. Isso permitirá acompanhar melhor as fronteiras, fazer mais ações repressivas em conjunto com outros órgãos, como a Polícia Federal e atender com maior eficiência, inclusive em ocorrência de queimadas. Os produtores e serviços necessários à implantação do projeto são diversificados e compreendem sensores, sistemas de comunicação e satélites; de apoio à decisão; recursos de defesa cibernética e sistemas de apoio à atuação operacional. Com todo esse projeto bem organizado, precisamos aqui fazer um comentário no que diz respeito à distribuição das verbas. Não ficou claro ainda quais recursos o orçamento do projeto durante a sua

elaboração. O projeto SISFRON em conjunto com Programa Amazônia Protegida, está seguindo os objetivos da END, lançado em 2008, de mobilização do Exército na faixa de fronteira (DHENIN, 2012, p. 16).

Como vimos, a região carece ainda de programas de Estado para conseguir uma mudança estrutural da sua realidade. Do ponto de vista econômico, esses diferentes programas abrem oportunidades para os moradores da faixa. Investimentos federais vão gerar em torno de trinta mil empregos diretos para a Amazônia (LEITE, 2013). Com a presença do Estado materializada pelo adensamento das fronteiras, espera-se, também, um desenvolvimento local, com a criação de redes e de comunidades para facilitar a vida de quem mora na floresta. É latente a situação dos ribeirinhos, que precisam de estruturas de segurança para desenvolver uma atividade econômica sustentável (DHENIN, 2013, p. 17).

Do ponto de vista institucional, o SISFRON prevê o aumento da presença do Estado nas regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos. Espera-se, também, a integração entre os diferentes órgãos de governo. Um exemplo recente foi a Operação Ágata, realizada pelas Forças Armadas, mobilizadas em terra, no ar e nos rios. Complementada pela Operação Sentinela, do Ministério da Justiça, por meio da Política Federal, que sufoca os ilícitos e seus praticantes, essas duas ações obtêm resultados significativos e demonstram a importância da coordenação e do planejamento no âmbito nacional.

O general Amaury Leite explica que o SISFRON foi concebido para começar pela Amazônia; entretanto, em reuniões do Alto Comando do Exército, o Comandante Militar do Oeste (CMO) apresentou argumentos contundentes para que o projeto começasse pelo Comando do Militar do Oeste e assim ficou decidido. Dentre seus argumentos, estava que o CMO faz fronteira com países de onde origina maior parte das drogas consumidas no país e grande parte da fronteira consiste em fronteiras secas ou poucos rios, de fácil travessia (LEITE, 2013, p. 36). Três brigadas encontram-se na região que engloba os estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul: a 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, com sede em Dourados-MS; a 13ª Brigada de Infantaria Motorizada, com sede em Cuiabá-MT e a 18ª Brigada de Infantaria Motorizada, com sede em Corumbá-MS. A área da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada recebeu o Projeto Piloto (Ibidem p.36).

O período de implantação do SISFRON foi projetado para levar 10 anos, num valor estimado de R\$ 11,992 bilhões, sendo R\$ 5,930 bilhões para a infraestrutura tecnológica, R\$ 3,002 bilhões para a infraestrutura de obras civis e R\$ 3,060 bilhões para

a infraestrutura de apoio à atuação operacional (VASCONCELOS FILHO, 2014, p. 50). Futuramente, o SISFRON deverá trabalhar em conjunto com outros sistemas. Suas ligações serão feitas por intermédio do Sistema de Comunicações Militares por Satélite (SISCOMIS). Já há trabalhos em conjunto com o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM) (Ibidem, 2014, p. 53). O SISCOMIS terá como parte integrante do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), que pode vir a ser conectado ao SISFRON (HOREWICZ, 2014, p. 42).

De acordo com um documento interno do EB, o SISFRON é “um sistema de Comando e Controle, Comunicação, Inteligência, Vigilância e Reconhecimento (C4IVR) que visa dotar a Força Terrestre de meios habitadores de uma presença efetiva na faixa de fronteira brasileira”. Em outras palavras, trata-se de um sistema complexo de monitoramento, controle e vigilância operado pelo EB cujo objetivo principal é aumentar a capacidade de inteligência na faixa de fronteira e auxiliar as tropas no decorrer das missões de fiscalização da região da faixa de fronteira. Do ponto de vista formal, a primeira diretriz que menciona o SISFRON nos documentos internos do EB é: 1) Diretriz especial do Comandante do Exército Brasileiro para 2010, de 15 de março de 2010 e 2) Diretriz especial do Estado-Maior do Exército Brasileiro (EME) nº1 de 27 de abril de 2010.

Um aspecto importante que precisa ser mencionado sobre o SISFRON é seu caráter complementar com as demais iniciativas já existentes, como o Programa Calha Norte e o SIVAM/SIPAM. Ao longo dos anos, houve um esforço por parte do EMCFA (Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas) para que a cooperação entre as diferentes componentes das FFAA seja efetivada. O próprio SISFRON é baseado nessa premissa, com o objetivo de consolidar os objetivos presentes nas diretrizes dos referidos documentos. Sobre essa questão da interoperabilidade do projeto, é preciso se referir à entrevista realizada com o general Leite da Escola Superior de Guerra que oferece uma visão militar/operacional importante na implantação do SISFRON a partir do Comando Militar do Oeste, na cidade de Dourados, MS.

Os desafios do SISFRON são diversos: primeiro, existe uma pluralidade regional entre as áreas abrangidas pelo projeto. A Amazônia tem de problemas específicos que o Sul do país não trava como prioridades e, segundo as distâncias continentais do Brasil, obrigam uma capacidade logística muito importante para tornar o programa eficiente. Em terceiro, existe nas regiões envolvidas (principalmente na Amazônia) uma importante

permeabilidade das fronteiras, em função do tamanho da fronteira e da falta de um plano específico de segurança que o SISFRON pretende amenizar.

Procuramos nesse Capítulo entender o contexto geoestratégico na Amazônia a partir do primeiro governo Fernando Henrique Cardoso. Em primeiro lugar, discutimos o conteúdo da disputa entre o modelo soberanista e o modelo integracionista durante os dois mandatos do presidente FHC. Um marco importante desse período foi a criação do Ministério da Defesa (MD) em 1999, e com a consolidação do programa SIVAM-SIPAM, que dizia respeito à segurança amazônica.

Logo, foram apresentados os efeitos da crise econômica nas Forças Armadas, especificamente o EB, no contexto fronteiriço. Durante os governos FHC e Lula, o papel estratégico da Amazônia como vetor de desenvolvimento nacional foi reforçado, com os diversos programas estratégicos lançados a partir de 2000: podemos citar a Iniciativa de Integração Regional na América do Sul (IIRSA em inglês), que se tornou o Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN).

Finalmente, a última parte do Capítulo II explicou como as Forças Armadas ganharam importância no cenário nacional para o desenvolvimento, a partir do lançamento da Estratégia Nacional de Defesa (END), em 2008 e o Livro Branco da Defesa Nacional (LBDN) em 2012. Assim, a partir da elaboração da segunda Política de Defesa Nacional (PDN-2005), a pauta “Defesa” ganhou espaço na política externa do presidente Lula. O objetivo foi atrelar à END os meios necessários para a aplicação dos seus princípios, foram lançados dois projetos estratégicos de cunho militar.

Em seguida, pretendemos salientar o papel do Exército Brasileiro com os elementos apresentados no Capítulo III “**Presença militar nas fronteiras: o papel dos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF)**”, mostrando como essas unidades participam efetivamente da segurança na fronteira, a partir dos exemplos do Acre e de Roraima.

Capítulo 3:

Presença militar nas fronteiras: o papel dos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF)

3.1 A atual presença do Exército Brasileiro na Amazônia

3.1.1 Efetivos, recursos materiais e missões desenvolvidas nos PEF

Procuramos na primeira parte desse Capítulo analisar a presença do Exército na faixa de fronteira amazônica, focando especificamente nos efetivos e nos recursos materiais. Em seguida, apresentamos os limites conceituais da Estratégia Nacional de Defesa, para o EB, no contexto fronteiriço. Evidenciamos aqui o problema das dificuldades logísticas e a escolha de reorientação do Programa Amazônia Protegida (PAP) e suas motivações. Finalmente, procuramos avaliar as dificuldades do EB, no nível estratégico, diante da realidade fronteiriça (insistimos na evolução do quadro geopolítico entre 1985 e 2015). Para tal, realizamos uma avaliação crítica do papel do EB e das eventuais limitações observadas a partir da pesquisa de campo realizada no Acre em 2013 e em Roraima em 2014. De acordo com os dados do Ministério da Defesa, o Exército Brasileiro dispõe de um efetivo total de 209.843 militares da ativa servindo no país (dados de 2012). Desse total, 30.000 militares estavam presentes na região Amazônica (FRANCHI, 2013), representando dessa forma o maior efetivo do total das Forças Armadas.

Tabela n.2:

Comando Militar	Total	Oficiais Gerais	Oficiais Superiores	Oficiais intermediários	Oficiais Subalternos	Praças ST/SG T	Praça CB/SD	Praça Especial ASP	Não Informado
Total	209.843	167	6.726	4.906	12.506	49.721	133.779	2.304	184
NA	3.938	1	101	97	1.959	1.252	365	163	0
CMA	29.999	13	485	448	1.332	6.227	21.173	321	0
CMNE	23.525	6	701	481	1.387	5.982	14.691	277	0

CMP	24.031	87	1.476	684	1.777	5.604	14.192	211	0
CMO	13.688	5	275	206	582	3.103	9.374	143	0
CML	47.313	30	1.994	1.822	2.559	11.351	28.858	516	183
CMS	48.044	17	800	778	1.977	12.055	31.945	471	1
CMSE	19.035	8	444	390	933	4.147	13.181	202	0

Efetivo de militares da ativa, por Comando Militar de Área e círculo hierárquico.

Fonte: Sistema Integrado de Gestão (SIG) do EB. Base de dados referentes a agosto de 2012.

A presença de organizações militares na Amazônia, como já mencionamos nos Capítulos anteriores, segue uma longa tradição histórica das Forças Armadas, e particularmente do Exército Brasileiro. Marques (2007) e Le Tourneau (2007) mostraram que durante a década de 1980 e 1990 houve um aumento importante dos efetivos, passando de 8000 para quase 25000 soldados no final da década.

Esse movimento foi acelerado nos anos 1990 com a transferência de efetivos militares do EB do Sul para a região Amazônica, evidenciando uma preocupação maior com a presença militar na parte setentrional do país. Em 2013, através da Portaria 142 de 13 de março de 2013, foi criado o Comando Militar do Norte (CMN), que reconfigurou os efetivos do EB (BRASIL, 2013a). Atualmente, a faixa de fronteira possui um total de 28 pelotões de fronteiras, como podemos observar no mapa em anexo (Figura 2). Com a criação do Ministério da Defesa e a PDN de 2005, a Amazônia ganhou importância nesse cenário. Conseqüentemente, o Exército optou por redimensionar o CMA, que contavam em 2012 com doze batalhões de Infantaria de Selva sob o seu comando: 4° BIS e 61° BIS (Acre); 8° BIS, 54° BIS, 5° BIS, 16ª Bda IS, 3° BIS (Amazonas); 7° BIS (Roraima); 2° BIS, 23ª Bda IS, 8° BEC, 51° BIS, 23ª Bda IS (Pará); 34ª BIS, 2° BIS (Amapá); 17ª Bda IS e 6° BIS (Rondônia).

O Exército Brasileiro optou por redimensionar seus efetivos no território nacional baseado no Projeto de Força do Exército Brasileiro (BRASIL, 2009b) esse processo passou a ganhar mais força com as diretrizes apontadas tanto pela I e II PDN, quanto pelo END, que estabelecem como prioridade a região Amazônica. O efetivo militar do EB na Amazônia é de aproximadamente 30.000 soldados distribuídos pelas 62 organizações militares na região. Esse processo de redimensionamento do efetivo militar na Amazônia é recente, das cinco Brigadas pertencentes ao CMA, três foram transferidas de outras Regiões Militares para a Amazônia a partir dos anos 1990.

A primeira delas ocorreu no início de 1992, quando a 1ª Brigada de Infantaria Motorizada de Petrópolis, RJ, foi transferida para Boa Vista, no estado de Roraima e rebatizada de 1ª Brigada de Infantaria de Selva. No ano seguinte, em 1993, a 16ª Brigada de Infantaria Motorizada de Santo Ângelo, no Rio Grande do Sul, foi transferida para Tefé, Amazonas, dando origem a 16ª Brigada de Infantaria de Selva. Em 2004, a 1ª Brigada Estratégica de Niterói, Rio de Janeiro é transferida para São Gabriel da Cachoeira, Amazonas. Comparando os anos de 1986 e 2004, o efetivo militar na Amazônia saltou de 6.000 homens para 22.000 combatentes, um aumento de 16.000 soldados. Essa reconfiguração na estrutura organizacional do EB nos últimos anos sinaliza para uma nova postura do Exército em relação aos novos contextos internacionais e as novas percepções de ameaças à soberania nacional. (MIRANDA, 2012).

De acordo com a publicação da END e do LBDN de 2012, a região Amazônica é claramente priorizada na estratégia do Exército (ver os projetos apresentados no Capítulo II). Podemos salientar que o Livro Branco da Defesa Nacional procurou dar continuidade às metas estabelecidos no documento “Brasil 2022” de autoria da Secretaria de Assuntos Estratégicos. De acordo com a meta n.5 do plano, o governo federal deve “vigiar e proteger o território brasileiro, articulando adequadamente a Força Terrestre, com especial ênfase na Amazônia e no Centro-Oeste do País” (BRASIL, 2010, p. 366). Para conseguir atingir essa meta, o plano prevê as seguintes ações:

- 1) adensar a presença de tropas do Exército na Amazônia e no Centro-Oeste, em no mínimo, 25% do efetivo existente nessas áreas em 2010;
- 2) integrar o sistema de monitoramento e controle das fronteiras e do espaço aéreo com os demais sistemas civis e militares sob a coordenação do Ministério da Defesa;
- 3) instalar mais uma Brigada de Infantaria de Selva e 28 novos Pelotões Especiais de Fronteira no País na Região Amazônica;
- 4) transferir a Brigada de Infantaria Paraquedista para o Centro do País;
- 5) dotar as Brigadas Mecanizadas com a nova família de blindados sobre rodas, de fabricação nacional, e estabelecer um adequado Sistema de Defesa Antiaérea para o País (BRASIL, 2010, p. 366).

Como podemos observar, algumas metas foram realizadas (n.1 e n.5) mas outras (n.2, n.3 e n.4) ainda estão em fase inicial ou necessitam investimentos suplementares para serem realizadas. O item 3 foi suspenso na medida em que houve uma reorientação estratégica do PAP, que se concretizou com o encerramento do programa. Portanto, é preciso enfatizar que apesar dos esforços realizados pelo EB, as metas da SAE presentes no Plano Brasil 2022 estão longe de ser atingidas. É preciso reforçar que esses planos apenas orientam as possíveis decisões estratégicas, deixando para o Comando do Exército

sua aprovação, e em seguida a realização de mudanças estratégicas. Diante da dificuldade do EB em avançar em determinados aspectos, e de acordo com os dados produzidos pelo EB³¹, observamos que houve uma recomposição dos efetivos terrestres.

Para o EB, a faixa de fronteira representa, além da região Amazônica, uma área de grande preocupação estratégica (BRASIL, 2009). Esse foi um dos motivos que levou o Exército em desenvolver um programa de grande dimensão como o SISFRON (sobre o programa, ver o Capítulo II). Foi necessário desenvolver um programa de abrangência nacional, nos moldes dos programas da Marinha, como o SisGAAz ou mesmo o programa SIPAM/SIVAM da Força Aérea (BRASIL, 2012a). É preciso notar que a FAB é responsável pelo monitoramento aéreo (controle das aeronaves civis e militares) através das estações CINDACTA, e de sua malha de menor dimensão presentes nas diversas regiões do país.

Portanto, para o EB, é importante mostrar sua capacidade em desenvolver um programa que contemple a meta n.2 do Plano Brasil 2022. Com a crescente interação das Forças, o Ministério da Defesa incentivou a utilização das normas interagências para realizar o trabalho de monitoramento/vigilância, mobilidade e presença, civil e militar da faixa de fronteira (BRASIL, 2012c). Portanto, o EB aderiu à linha incentivada pelo Ministério da Defesa realizando um trabalho de prospectivas de suas necessidades para o horizonte 2030, no final do ano de 2009. Quase sete anos depois, podemos considerar que a presença atual do EB está de acordo com o nível estratégico recomendado pelo MD naquela época³².

O Exército Brasileiro procurou o caminho do seu redimensionamento e passou por uma série de transformações e modernizações dos seus efetivos e recursos materiais (FRANCHI, 2011). Um dos pontos que podemos sublinhar aqui é avaliar em que medida o EB continua assumindo um número cada vez maior de missões em todo o país, sejam operações de grande porte de tipo Ágata ou ações cívico-sociais (ACISO) em prol da população, sem que isso possa atrasar ou fragilizar os processos de modernização e capacitação dos recursos (humanos e materiais) ocorrendo. Lembramos que o EB se tornou uma força bastante atípica, não somente pela diversidade do seu emprego

³¹ Ver o balanço das metas do Plano Brasil 2022 e também o relatório do EB sobre a transformação da “Força Terrestre”.

³² Ver o relatório do Exército Brasileiro sobre a transformação do Brasil (Estratégia Braço Forte).

(versatilidade na Garantia da Lei e da Ordem), mas também pelo seu compromisso com a agenda ambiental nacional, como vimos anteriormente no Capítulo II.

Os meios atuais, segundo os oficiais entrevistados em 2013, 2014 e 2016 são adequados para cumprir as missões³³, mas é também preciso avaliar até que ponto o EB é capaz de manter diversas frentes de responsabilidade (ambiental, policial, tradicional, humanitária, cívico-social) sem prejudicar o financiamento dos grandes programas que estão sendo desenvolvidos, como Proteger, Cobra, Guarani, Astro 2020, SISFRON e Sentinela (DHENIN, 2012). Portanto, afirmamos que o EB encontra-se diante de um dilema, ainda não completamente assumido, de limitações estruturais, que podemos evidenciar em dois níveis distintos.

Primeiro, as contingências de ordem orçamentária em relação ao dispositivo apresentado na Estratégica Nacional de Defesa presentes no discurso dos oficiais gerais do EB³⁴. Em segundo lugar, o EB apresenta algumas limitações na atuação na faixa de fronteira, quando observada a grande fragmentação de missões no contexto fronteiriço, além da questão logística, a partir do nível operacional. Assim, longe de afirmar que o EB é incapaz de assumir seus compromissos, queremos nesse Capítulo evidenciar os dilemas atuais do EB na faixa de fronteira, particularmente na região Amazônica (ou Arco Norte)³⁵. Esse trabalho enfatiza a realidade da faixa de fronteira, em regiões de tríplice fronteira.

Como vimos, o Exército Brasileiro optou por desenvolver uma estratégia complexa de presença na Amazônia, especialmente na faixa de fronteira (BRASIL, 2012b). Houve uma orientação estratégica, a partir da atualização da Estratégica Nacional de Defesa em 2012, para multiplicar os projetos de cunho científico-tecnológico (apesar do alto valor de investimento inicial). Podemos citar aqui os projetos Guarani (veículo blindado); Astro 2020 (defesa antiaérea) e o COBRA - Combatente Brasileiro

³³ Entrevista com o Capitão L. (2013), com o Tenente A. (2014) e com o Policial Civil José Camilo da Silva (2016) estão disponíveis em Anexos

³⁴ A entrevista com o General R1 Franklimberg Ribeiro de Freitas da Assessoria de Assuntos Institucionais do Comando Militar da Amazônia não deixa dúvida sobre esse ponto.

³⁵ Observamos que os dados absolutos do EB oferecem certas garantias, como também uma regularidade nas ações de cooperação com outras agências. Queremos também salientar as dificuldades reais pouco divulgadas dos PEF na realização das missões cotidianas (como o patrulhamento da faixa de fronteira: ver parte 2) desse capítulo, como também do questionamento legítimo do modelo empregado em função das novas áreas reconhecidas como estratégica para o MD (nuclear, cibernético e espacial).

(modernização da Infantaria). Para os oficiais do EB, o grande desafio é preparar adequadamente os efetivos para os conflitos do século XXI (MELLO, 2012).

Portanto, a vertente tecnológica é levada cada vez mais em consideração, o que necessita a garantia de continuidade das políticas públicas de investimentos no setor de Defesa (ALMEIDA, 2010). Um dos aspectos essenciais para garantir esse fluxo é a elaboração da BID (Base Industrial de Defesa) de acordo com as metas estratégicas estipuladas na END e no LBDN. O objetivo é favorecer o desenvolvimento de tecnologias de defesa de cunho nacional, num primeiro momento, e também aumentar o nível das exportações de material bélico (ALMEIDA, 2010). Assim, no nível estratégico, trata-se de uma política de Estado sobre a Defesa, que foi planejada para atingir as metas fixadas no Plano Brasil 2022, na END e no LBDN, para beneficiar as três Forças.

Para conseguir realizar a boa condução desses projetos, o EB lançou uma estratégia própria, chamada de “Braço Forte”, em 2010. De acordo com Mello (2012): “a reorganização das Forças Armadas, um dos eixos estruturantes da END, deu origem à determinação para que o EB apresentasse ao Ministério da Defesa até 30 de junho de 2009 um Plano de Articulação e Equipamento. O EME, seis meses depois, apresentou seus planejamentos para a articulação e o equipamento: ‘a Estratégia Braço Forte’”. (MELLO, 2012, p.101). Assim, essa estratégia pretende configurar o EB para antecipar as demandas futuras, enunciadas na END e representadas pelo trinômio monitoramento/controle – mobilidade – presença (BRASIL, 2012a).

Por outro lado, o EB deve, de acordo com os documentos norteadores, garantir uma estrutura e um preparo adequado para responder às novas demandas, tal como aqueles que permitam fazer face ao alto grau de imprevisibilidade dos conflitos modernos (BRASIL, 2010; BRASIL, 2012). Os planos estratégicos do EB foram elaborados a partir de premissas de crescimento do protagonismo do Brasil no cenário internacional, e, portanto, validam a necessidade de modernizar suas Forças Armadas equipando suas Forças de Defesa com sua responsabilidade como “*global player*” (AMORIM, 2013)

3.1.2 Os limites conceituais da Estratégia Nacional de Defesa para o EB

Para tentar definir quais são os limites da Estratégia Nacional de Defesa, faz-se necessário contextualizar os eixos da estratégia brasileira. Para tal, focamos nossa análise

a partir dos trabalhos de Bertonha (2013), que sintetiza os Objetivos Nacionais Permanentes, conceito criado e utilizado pelos quadros da Escola Superior de Guerra:

- Garantir uma posição relativa melhor (a ele) no mundo do século XXI por meio da unificação da América do Sul, ao seu redor;
- Crescente exclusão dos Estados Unidos desse espaço e do reforço do sistema legal e multilateral mundial, incluindo a criação de coalizões com outros Estados que também buscam a superação do mundo unipolar;
- O (país) continua tentando atingir esses objetivos procurando evitar a confrontação ou o uso de força, buscando o meio de negociação, do uso do *softpower* e dos investimentos (BERTONHA, 2010, p. 122).

Os elementos oferecidos por Bertonha (2013) apontam que esses objetivos de grandeza (*greatness*) podem acabar contingenciando por certos motivos:

- Graves problemas na economia brasileira (infraestrutura e baixa qualidade de educação);
- Resistências à liderança brasileira na América do Sul;
- Pouca densidade de várias alianças formadas recentemente (BRICS, G-4, G-20);
- Os riscos com as tensões com os Estados Unidos (BERTONHA, 2013, p. 122).

O fator econômico, a partir de 2014 (VAZ, 2014) pesa nas avaliações sobre a capacidade do Ministério da Defesa em dar continuidade aos investimentos realizados na área. Existe uma grande complexidade dos projetos estratégicos desenvolvidos para a Estratégia Nacional de Defesa, e particularmente o SISFRON, sob a responsabilidade do EB. Portanto, remetem diretamente à capacidade do Brasil em investir na segurança da faixa de fronteira.

Os argumentos apresentados por Bertonha (2013), quando colocados no contexto atual, evidenciam uma fragilidade das instituições brasileiras. Portanto, precisamos avaliar em que medida a crise atual pode afetar e influenciar as FFAA e particularmente o EB. Para realizar essa análise, precisamos mostrar os efeitos da crise institucional na qual o Brasil encontra-se desde 2014, para avaliar os efeitos das dificuldades para o EB. A pesquisa iniciou seus trabalhos num quadro completamente diferente, seja no contexto econômico, social ou político. Em 2012, não havia sinais de que a sociedade brasileira estava diante de um cenário grave de instabilidade socioeconômica.

3.1.3 O problema das dificuldades orçamentárias para os militares do EB

O cenário de crise econômica ou político já foi vivenciado pelo Exército Brasileiro nos últimos anos com bastante frequência (podemos lembrar a crise de 2002, a

crise de 2004 sobre os rendimentos das FFAA), a crise econômica e financeira global de 2008 e recentemente a crise econômica, política e institucional a partir de 2014, com agravamentos em 2015 e 2016. Esses processos afetam as Forças Armadas em diversos níveis, e levam a opinião pública a pedir a “intervenção militar”, em inúmeras ocasiões, para supostamente restabelecer uma ordem moral ao Executivo (ESTADO DE SÃO PAULO, 2016).

A tal ponto que houve em outubro de 2015 uma declaração pública do Comandante do Exército, o general Villas-Bôas, comentando sua preocupação sobre a possibilidade de haver no Brasil uma “grave crise social”. Na época, comentava o general que: “estamos vivendo situação extremamente difícil, crítica, uma crise de natureza política, econômica, ética muito séria e com preocupação, se ela prosseguir, poderá se transformar numa crise social com efeitos negativos sobre a estabilidade [institucional]” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2015). O Exército manifestou, portanto, através do seu Comandante, que seguiria o viés constitucionalista, e que em nenhum momento buscaria assumir qualquer tipo de protagonismo ou ações unilaterais. Afirmou o general que “a sociedade brasileira dispensa de ser tutelada” (Ibid, 2015). Para o Exército, a crise gera uma instabilidade interna e preocupante, mas segue rigorosamente o artigo 142 da Constituição Federal, que estipula que as Forças Armadas “destinam-se à defesa da pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem” (BRASIL, 1988). A crise de 2013, com as manifestações de grande impacto, seguidas dos movimentos de 2014 e 2015 preocuparam bastante as Forças Armadas, particularmente o Exército, que chegou a manifestar-se publicamente contra indivíduos reclamando qualquer tipo de “intervenção”, pela voz do Comandante do Exército, general Villas-Bôas (ESTADO DE SÃO PAULO, 2016).

Além das questões do uso das Forças Armadas, quando descartadas para solucionar a crise interna, é necessário avaliar os impactos da mesma sobre as finanças da organização militar. Para o Exército, os impactos sobre o orçamento do Comando são importantes. A partir dos dados obtidos no Portal da Transparência, procuramos mostrar a complexidade do orçamento do EB, a partir das séries históricas iniciadas em 2004 até o ano passado (2016). As tabelas a seguir foram elaboradas pelo autor com o objetivo de apresentar o orçamento do Exército em comparação com o orçamento do Ministério da Defesa, e observar também as variações entre o Ministério da Defesa e o Comando do Exército, mostrando a evolução estatística entre 2004 e 2016.

Tabela n.3:

Orçamento do Ministério da Defesa entre 2004 e 2016

Ano	Orçamento do Ministério da Defesa (em milhões de reais)	Orçamento do Comando do Exército (em milhões de reais)	Porcentagem do Orçamento do Comando do Exército no Orçamento do MD	Variações em % do Orçamento do Ministério da Defesa em relação ao ano anterior	Variações em % do orçamento do Comando do Exército em relação ao ano anterior
2004	26.606	12.744	47,89		
2005	30.307	14.272	47,09	+12,21	+10,70
2006	33.992	16.145	47,49	+10,84	+11,60
2007	37.369	17.628	47,17	+9,03	+8,41
2008	40.134	20.082	50,03	+6,88	+12,21
2009	47.485	22.486	47,35	+15,48	+10,69
2010	43.312	20.667	47,71	-9,63	-8,80
2011	57.082	27.327	47,87	+24,12	+24,37
2012	59.815	27.445	45,88	+4,56	+0,42
2013	66.294	30.152	45,48	+9,77	+8,97
2014	74.717	34.334	45,95	+11,27	+12,18
2015	76.009	35.251	46,37	+1,69	+2,60
2016	72.606	33.897	46,68	-4,68	-3,99

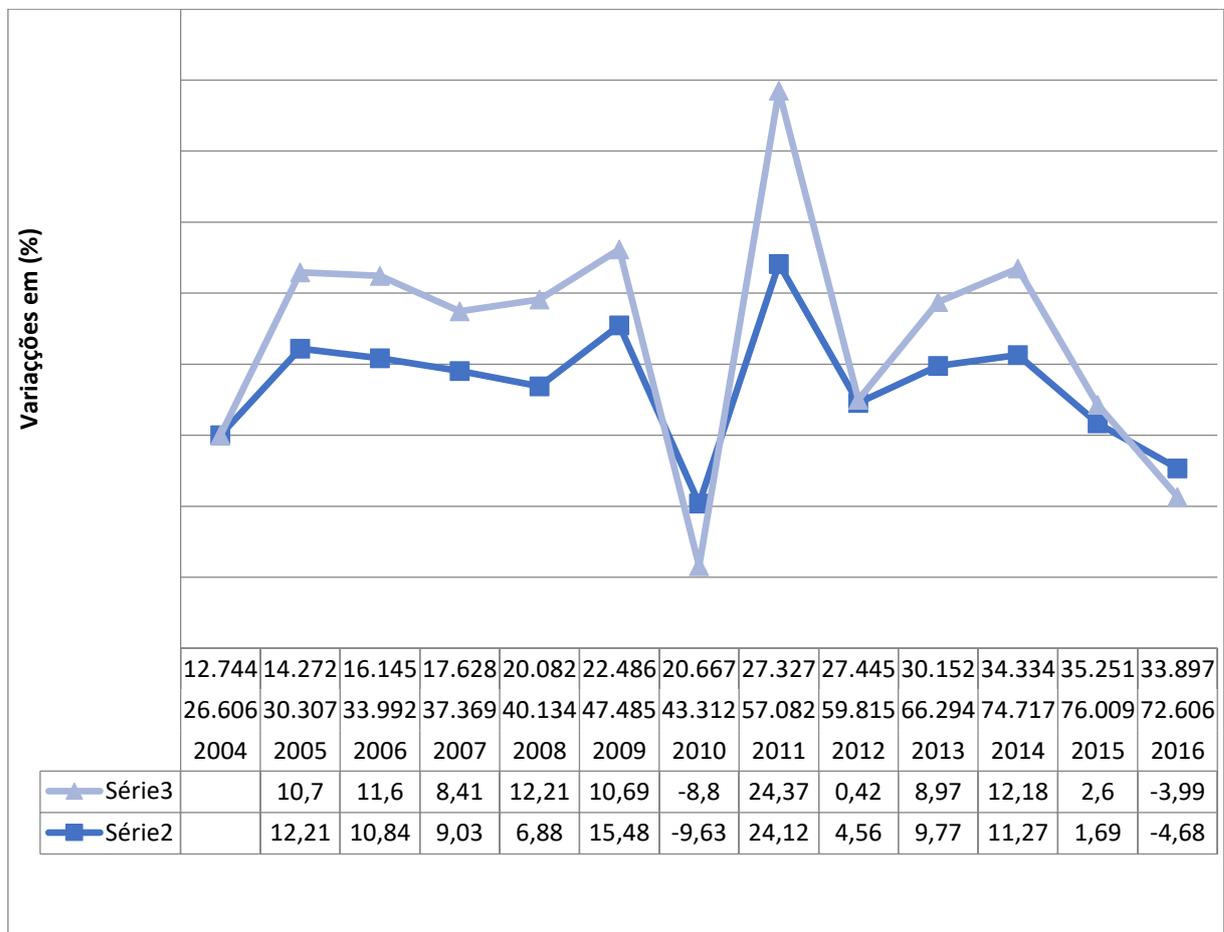
Fonte: Portal da Transparência: Disponível em: <http://www.portaldatransparencia.gov.br/>

Como podemos observar no quadro geral sobre o orçamento do Ministério da Defesa, houve um aumento importante dos recursos disponíveis entre 2004 e 2016, em valores absolutos. Assim o orçamento passou de 26 bilhões de reais em 2004 para 72 bilhões de reais em 2016, ou seja, um aumento significativo nos últimos doze anos. Por outro lado, é importante notar dois momentos de queda relativa do orçamento em dois momentos particulares na série histórica. Primeiramente, no ano de 2010, quando observamos uma redução de 9,63%, em função dos ajustes realizados pelo governo Lula, com o objetivo de limitar os efeitos da crise financeira internacional de 2008. Recentemente, uma redução de 4,68%, em função dos ajustes realizados no segundo

governo Dilma, em reação à crise institucional, econômica e financeira vigente. Os dados apresentados mostram claramente que o orçamento do Exército (em valor absoluto) representou nos últimos doze anos quase metade do orçamento do Ministério da Defesa, e acompanhou a evolução orçamentária, conseguindo praticamente triplicar o seu valor, passando de 12 bilhões de reais em 2004 para 34 bilhões de reais em 2016. Nesse período, foram adicionados uma grande quantidade de projetos bilionários, como o SISFRON ou o Guarani, por exemplo.

Tabela n.4:

Variações (em %) do orçamento do Ministério da Defesa comparado com o orçamento do Comando do Exército entre 2004 e 2016



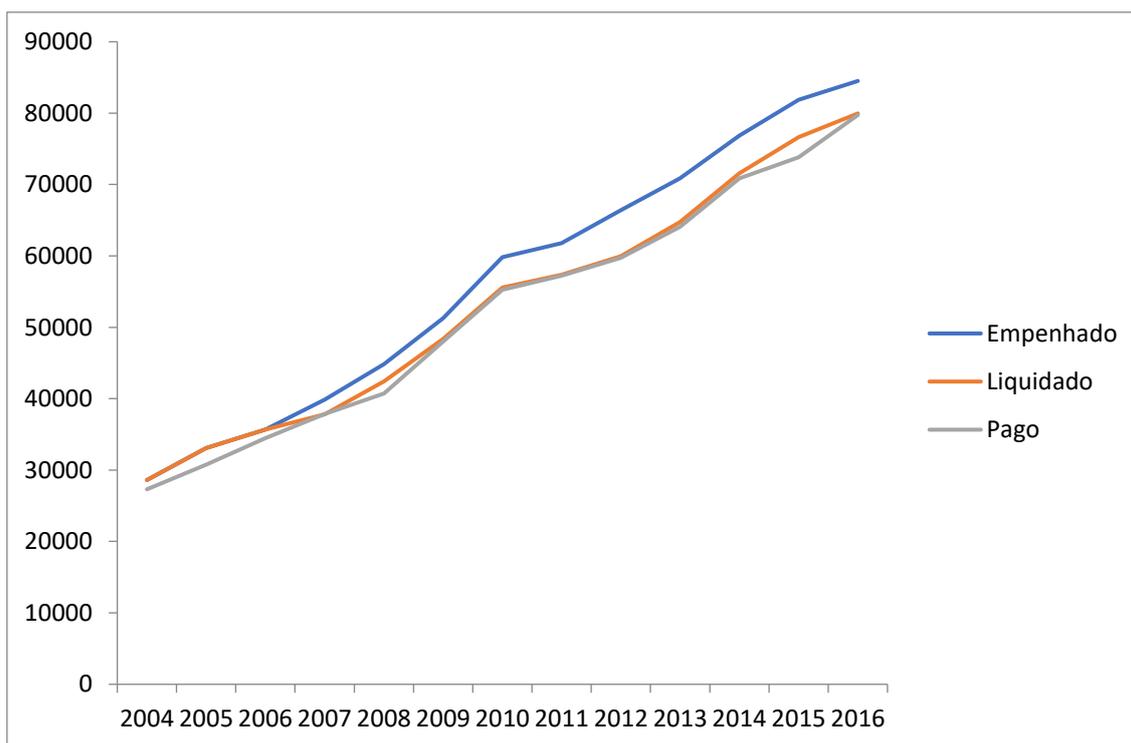
Fonte: Gráfico realizado a partir dos dados do Portal da Transparência (2017) e SIPRI (2016). Série 3 (Orçamento do EB) e Série 2 (Orçamento do MD). O orçamento do Comando do EB absorve quase metade do orçamento do Ministério da Defesa (46.68%) em 2016. Elaboração própria.

O objetivo das FFAA e particularmente do EB (maior componente em termos de efetivos) é manter o quadro atual (evitar os cortes, tal como no período FHC), pois a

questão dos vencimentos é uma pauta importante (cerca de 80%) dos gastos com pessoal no orçamento da pasta. Num artigo publicado em 2014, Vaz procurou em primeiro lugar caracterizar e analisar os panoramas globais e regionais dos gastos de Defesa e, em seguida, propôs analisar a evolução do orçamento de Defesa entre 2011 e 2015, a partir dos dados do SIPRI. Segunda Vaz (2014), a diminuição dos gastos com Defesa segue uma tendência mundial (até 2015), em função de 1) baixo crescimento econômico (problema com as receitas) e 2) medidas de contenção de gastos (reorganização das despesas). O autor chama atenção também na diferença entre o orçamento previsto e o orçamento executado na pasta da Defesa, como podemos observar no gráfico a seguir, que apresenta a série estatística entre 2004 e 2016:

Tabela n.5:

Orçamento (em milhões de reais) empenhado, liquidado e pago do Ministério da Defesa entre 2004 e 2016



Fonte: Gráfico realizado a partir dos dados disponíveis no portal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão do Governo Federal (2017). Elaboração própria.

De acordo com o glossário do Portal da Transparência disponível no site do Governo Federal, a despesa empenhada representa o primeiro estágio da despesa orçamentária. É registrado no momento da contratação do serviço, aquisição do material

ou bem, obra e amortização da dívida. Em seguida, a despesa liquidada corresponde ao segundo estágio da despesa orçamentária. A liquidação da despesa é, normalmente, processada pelas Unidades Executoras ao receberem o objeto do empenho (o material, serviço, bem ou obra). Conforme previsto no art. 63 da Lei nº 4.320/1964, a liquidação consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito e tem como objetivos: apurar a origem e o objeto do que se deve pagar; a importância exata a pagar; e a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação. Finalmente, a despesa paga refere-se ao terceiro estágio da despesa orçamentária e será processada pela Unidade Gestora Executora no momento da emissão do documento Ordem Bancária (OB) e documentos relativos a retenções de tributos, quando for o caso. O pagamento consiste na entrega de numerário ao credor e só pode ser efetuado após a regular liquidação da despesa. Como podemos observar no gráfico, houve uma pequena diferença entre a despesa liquidada e a despesa paga no orçamento do MD entre 2015 e 2016.

3.1.4 A análise crítica do papel do EB a partir das observações realizadas

Do ponto de vista operacional, o poder do Exército é manifestado através de ações ostensivas, como as patrulhas regulares, as operações de fiscalização, os meios humanos e os recursos estratégicos. Mas seu alcance acaba sendo limitado (e de certa forma permanece como simbólico) em função da escala territorial e das assimetrias relativas às missões onde o seu poder deve e pode ser exercido. O mesmo acaba sendo cada vez mais afetado quando analisamos o contexto amazônico (FRANCHI, 2011). Portanto, precisamos analisar com cautela a atuação do Exército Brasileiro (através das ações de repressão aos ilícitos, mas não se limitam a esse tipo de atividades) e também da real capacidade de atuação dos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF), face visível da estrutura de monitoramento e vigilância da faixa de fronteira nas áreas de responsabilidade do EB.

Por isso, julgamos importante contextualizar a realidade da faixa de fronteira, a partir dos dados oficiais (relatórios) e também da experiência de campo realizada em áreas de fronteiras em 2013 e 2014. Esses dois campos (Acre e Roraima) são analisados com pormenores nas próximas partes desse Capítulo. Queremos salientar os aspectos mais conceituais das problemáticas que dizem respeito às áreas de fronteira onde o EB atua,

com as demais forças de segurança pública das esferas federais e estaduais (PF, PM, PC, RF, PRF, BM, ANVISA, etc.).

A cooperação interagência e seu uso crescente evidenciam a distribuição da responsabilidade de segurança pública na faixa de fronteira (GUEDES e PAGLIARI, 2015), favorecendo a emergência de forças especializadas nas Forças de Segurança Pública, como por exemplo, a Polícia Militar que criou batalhões especiais de fronteiras (BEF) e podem anunciar a marginalização e conseqüente normalização do papel subsidiário das Forças Armadas, que atuavam apenas como uma força complementar (FRANÇA, 2016).

Esse elemento de transformação dos componentes ampliou a complexidade das tarefas dos militares nas áreas mais remotas do país. A atuação dos militares na faixa de fronteira das três forças era praticamente exclusiva. Atualmente, o cenário está bem diferente daquele encontrado quase trinta anos atrás. O relatório da SENASP, publicado em 2016, enfatiza esse ponto, mostrando que houve uma mudança na organização das estruturas com policias civis e outras agências federais que participam no esforço combinado na defesa e segurança da faixa de fronteira (BRASIL, 2016). O próximo ponto aborda justamente essa questão.

A atividade de fiscalização da faixa de fronteira passou por uma série de mudanças. A cooperação surge a partir do momento que observamos essa questão de segurança considerada central pelas autoridades. A multiplicação dos atores com competências similares ou concorrentes para tratar dos mesmos temas começa a ser recorrente. Resulta disso uma grande complexidade dos problemas que permeiam a agenda de segurança e defesa, ligadas às múltiplas estruturas de causalidades (RAZA, 2010).

De acordo com o autor, as operações interagências são “ferramentas para harmonizar culturas burocráticas e esforços divergentes no intuito de construir objetivos compartilhados a serem alcançados em arenas de problemas complexos” (RAZA, 2010, p.17) Portanto, a cooperação interagência é uma ação ou intenção compartilhada entre instâncias governamentais e da sociedade civil de maneira geral, para responder às demandas gerais de um campo híbrido da agenda de políticas públicas.

Para as Forças Armadas, a cooperação interagência pode ser compreendida pela “interação entre as Forças regulares (EB, MB e FAB) com outras agências com a finalidade de conciliar interesses e coordenar esforços para consecução de objetivos ou propósitos convergentes, que atendam ao bem comum, evitando a duplicidade de ações, dispersão de recursos e a divergências” (BRASIL, 2012c). O primeiro manual para a realização de operações interagências no Ministério de Defesa foi publicado em 2012 (BRASIL, 2012c). Nele, o MD define a cooperação interagência como “a parceria e união de esforços de órgãos governamentais e não governamentais estruturados para alcançar objetivos políticos e estratégicos de interesse nacional, harmonizando culturas e esforços diversos, em resposta a problemas complexos, adotando ações coerentes e consistentes (BRASIL, 2012c, p. 13). A banalização do uso do Exército nas missões de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), desde a Operação Rio em 2004, evidenciou a fragilidade da estrutura de segurança pública estadual, que pode encontrar sua origem à falta de planejamento na hora de administrar os meios, e de maneira mais clara, à sua militarização.

Em 2013, durante a pesquisa de campo, abordamos o problema da imigração legal e ilegal na faixa de fronteira. Esse tema é importante para entender as dinâmicas locais e o estatuto do refugiado no Brasil. Para isso, podemos citar alguns casos apontados pelos oficiais entrevistados durante a pesquisa de campo. Logo, esses elementos envolvem uma série de perguntas para o EB: Qual é a política do EB no que se refere aos imigrantes ilegais? O imigrante representaria uma ameaça externa, para a defesa do Brasil? Faria parte das chamadas “novas ameaças”, como apresentado pelo relatório da ONU, na forma do tráfico de pessoas? Existe algum tipo de preparo para enfrentar as crises/ondas migratórias como aquelas que o Brasil vivenciou em 2013 e 2016?

Dois casos são emblemáticos: a crise dos imigrantes haitianos (na maioria) no Acre, em 2013, particularmente no município de Epitaciolândia e a crise mais recente na fronteira com a Venezuela (em decorrer da grave crise econômica e social). A migração na faixa de fronteira salienta o problema do estatuto do estrangeiro no Brasil. Esse tema tem sido bastante debatido os últimos dez anos nos fóruns do governo federal, do CONARE e da ONU (THOMAZ, 2013). Do outro lado, existe uma preocupação no meio militar (DHENIN, 2013b; 2014) para que ilícitos sejam fiscalizados, e o problema migratório acaba sendo utilizada para securitizar essa questão, criando uma relação entre crime organizado e fluxos migratórios, que não são comprovados (THOMAZ, 2013) Esse

debate implica também abrir a questão do tráfico de pessoas, problemática real e persistente no âmbito amazônico e que vem se reforçando.

Portanto, trata-se de aspectos polimorfos, que têm implicações sérias para o EB, uma vez que o poder de polícia (e de fiscalização) é real e aplicado pelos efetivos presentes na faixa de fronteira. O relatório da SENASP aponta também um aumento dos ilícitos desse tipo, apesar da fiscalização ser mais intensa, principalmente realizada durante as operações interagências, como aconteceu a partir da elaboração do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas em 2006 (RODRIGUES, 2012, p. 29). A missão de fiscalização do controle migratório compete à Polícia Federal (BRASIL, 1988) particularmente os aspectos de vistos (temporários e permanentes), autorizações de trabalho, entrada e saída do território nacional (BRASIL, 2016).

Observamos também que os países membros do MERCOSUL criaram uma espécie de “Espaço Schengen” do trabalhador sul-americano, com livre circulação nos países membros³⁶. A permanência e o direito ao trabalho são garantidos nos acordos de cooperações firmados pelo Itamaraty. O MERCOSUL produziu dois instrumentos de política regional fundamentais para essa questão: o Acordo Multilateral de Segurança Social do MERCOSUL, e o Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL, (BRASIL, 2006 e BRASIL, 2009c). A situação que foi observada na faixa de fronteira com migrantes oriundos da Venezuela em 2016 tornou ainda mais relevante a possibilidade de securitizar essa questão, e prejudicar a percepção dos militares do Exército sobre a representação desse fenômeno como ameaça para a estabilidade regional. Portanto, a análise pormenorizada da presença do EB através dos seus PEF é um exercício imprescindível para entender essas dinâmicas complexas. Esse vai ser justamente o objeto principal da segunda parte desse Capítulo, analisando especificamente e de maneira comparativa os estudos de caso do Acre e de Roraima.

³⁶ O espaço Schengen compreende os territórios dos 26 Estados europeus – 22 Estados membros da União Europeia, e 4 Estados membros da Associação Europeia de Livre Comércio (Islândia, Liechtenstein, Suíça e Noruega) – que estabeleceram o acordo de Schengen e a convenção de Schengen ratificados em Schengen, no Luxemburgo, em 1985 e 1990. O espaço Schengen funciona como o único espaço em matéria de viagens internacionais e de fiscalização fronteiriça para as viagens sem fiscalização das fronteiras internas.

3.2 A presença efetiva do Exército na faixa de fronteira: o papel do Pelotão Especial de Fronteira a partir dos casos do Acre e de Roraima

3.2.1 O PEF: características, missões e valores

De acordo com os documentos oficiais do Ministério da Defesa, como o Manual de Instruções Provisórias 72-20 (BRASIL, 1997) que explicita a atuação dos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF), os mesmos são responsáveis por vigiar a fronteira, cooperando ainda com a vivificação dessas áreas. Segundo Miranda (2012):

as suas tarefas não se limitam à atividade (combate), dá-se também as atividades complementares (trabalho). Estas últimas se interligam basicamente à produção, em pequena escala, de gêneros alimentícios de origem vegetal e animal e à proteção de serviços para si própria e para a comunidade civil existente ao redor do aquartelamento. (MIRANDA, 2012, p. 119).

A composição do Pelotão Especial de Fronteira segue geralmente a mesma estrutura organizacional, normatizada pelo EB. Por definição, os PEF são pequenas unidades (entre 60 e 80 homens) que, em função das condições em que evoluem, beneficiam de uma relativa autonomia, particularmente no caso dos pelotões isolados. Os PEF são formados pela seguinte estrutura hierárquica: um oficial Comando, geralmente de patente “Tenente” ou “Capitão”, acompanhado por um “Estado Maior” e um grupo de Comando e serviços. As diferentes turmas de soldados são chefiadas por sargentos, que exercem diversos tipos de missões no PEF (administrativa, suprimento, saúde, manutenção e serviços gerais).

No quadro da atividade fim (militar), outros elementos servem em grupos de combate, de navegação fluvial e apoio. De acordo com as normas vigentes do MD, as missões de combate do PEF estão voltadas principalmente para a vigilância de pontas ou frente limitadas e ao reconhecimento de áreas, frentes e eixos fluviais e terrestres, em sua área de atuação (também chamado no EB de área de responsabilidade) (BRASIL, 1997). Com o Plano Amazônia Protegida (ver BRASIL, 2009 apud MIRANDA, 2012), os PEF entrariam num outro patamar. De acordo com o documento, e amparado pelo Decreto n. 6513, de 22 de julho de 2008 (BRASIL, 2008), era previsto a implantação de 23 novos pelotões especiais de fronteira ao longo da fronteira terrestre da região amazônica, a adequação da infraestrutura e modernização operacional dos 28 pelotões já existentes, como também a condução de projetos transversais nas áreas de ciência e tecnologia, mobilidade e bem-estar familiar (DHENIN, 2012; MIRANDA, 2012, p. 120).

Portanto, durante o governo Lula, o objetivo era adequar as estruturas materiais dos PEF para responder às novas demandas das novas áreas estratégicas definidas na END. No caso do Exército, a Amazônia foi ressaltada como prioritária (BRASIL, 2008) e particularmente a faixa de fronteira, que acabou ganhando um grande destaque no documento norteador da política de Defesa do país (DHENIN, 2012). Segundo Miranda (2012): “os PEF deverão possuir um moderno sistema de vigilância, controle e mobilidade, sendo capazes de fazer o monitoramento do espaço aéreo brasileiro a baixa altitude” (MIRANDA, 2012, p.120). Precisamos também salientar que em função do seu tamanho, os PEF procuram uma articulação técnica com as demais Forças (Marinha e Aeronáutica), que garantem, na maioria dos casos, o suprimento logístico necessário para a realização do abastecimento dos PEF, em comida e material (NASCIMENTO, 2006).

Segundo os oficiais do EB, o objetivo é interligar entre eles, ao longo da fronteira, no sentido horizontal, todos os PEF. De acordo com a Ordem de Batalha (MIRANDA, 2012, p.121) o objetivo é criar uma ligação profunda com as demais situadas “estrategicamente” além da faixa de fronteira. Portanto, os PEF sevem principalmente como “vigia da fronteira”, para alertar unidades de maior dimensão, no caso eventual de uma invasão terrestre por um inimigo. A “estratégia de resistência” é considerada pelo EB a maneira de suportar o ataque na região amazônica de uma força inimiga com poder superior ao do EB e das demais Forças. Uma guerra assimétrica, de saturação (com pequenos ataques de estilo guerrilha) seria empregada para derrotar tal inimigo, de acordo com a doutrina do EB (BRASIL, 2009).

De acordo com os dados do EB (BRASIL, 2009) os comandos militares do Norte e da Amazônia possuem 28 Pelotões Especiais de Fronteira e Destacamentos Especiais de Fronteira (DEF). Os PEF são distribuídos ao longo da enorme faixa de fronteira terrestre na região amazônica (11.000 quilômetros), nos seis Estados da região Norte: Amazonas, Pará, Acre, Rondônia, Roraima e Amapá. O maior número de PEF encontra-se nos estados de Amazonas, Roraima e Acre (com um total de 23 PEF, como podemos constatar na Figura 2. A sua localização é uma mistura de herança histórica e de escolha geoestratégica (como apresentado nos Capítulos anteriores)

embora seu papel fundamental na estratégia de Defesa militar do Exército na faixa de fronteira, exercendo em muitos casos até o poder de polícia nessas áreas, os PEF possuem um poder bastante limitado devido seu efetivo ser bastante reduzido, além de muitos problemas relacionados a sua infraestrutura e o próprio poder de resposta ser limitado, sendo dessa forma, classificados mais como unidades de vigilância constante (MIRANDA, 2012, p. 124).

Portanto, o EB começou por organizar essas unidades para garantir minimamente a presença do Estado-Nação, quando foi criado o primeiro PEF, nos anos 1950. Em seguida, vamos analisar os motivos que levaram o EB manter essas pequenas unidades na faixa de fronteira brasileira. A presença dos PEF, como foi apresentada anteriormente, procura adequar-se à “estratégia de presença” do EB na região amazônica e particularmente na faixa de fronteira (BRASIL, 2012). Em busca de sua permanência, a estratégia de resistência às ameaças externas foi desenvolvida para que o PEF seja “a ponta de lança” (MIRANDA, 2012, p.124) de um sistema de defesa, para uma região considerada vulnerável pelo EB. O alto valor estratégico da Amazônia obrigou o EME em redimensionar seus meios para aumentar o número absoluto de soldados na fronteira gradativamente, como mencionado anteriormente. De acordo com os elementos produzidos pelo EB, a vigilância e a proteção da fronteira (atividade-fim) são complementadas pelas Ações Cívico-Sociais (ACISO, no jargão militar). De acordo com o Glossário das Forças Armadas (BRASIL, 2007) podemos definir as ACISO como:

conjunto de atividades de caráter temporário, episódico ou programado de assistência e auxílio às comunidades, promovendo o espírito cívico e comunitário dos cidadãos, no país ou no exterior, desenvolvidas pelas organizações militares das forças armadas, nos diversos níveis de comando, com o aproveitamento dos recursos em pessoal, material e técnicas disponíveis, para resolver problemas imediatos e prementes. Além da natureza assistencial, também se insere como assunto civil e colabora nas operações psicológicas (BRASIL, 2007, p. 15).

Portanto, o objetivo do PEF, de acordo com suas normas, visa a realização de serviços de saúde, educação e cidadania em prol dessas localidades. Assim, essas atividades, amplamente divulgadas pelos meios de comunicação do EB, prestam serviços de atendimento médico-odontológico, fornecendo documentação (carteira de identidade e de trabalho), serviço de barbearia, vacinação, recreação infantil e divulgação de atividades do EB. É importante salientar que estas atividades são, geralmente, desenvolvidas com o apoio das prefeituras locais e/ou dos governos estaduais situados na área de responsabilidade dos PEF (DHENIN, 2013b).

Mas na prática, o EB acaba suportando a maioria das vezes as tarefas de tipo ACISO, em função do seu preparo, do seu material e da sua grande capilaridade. Isso

também prepara as missões do EB no âmbito militar, o que pode levar a certo questionamento do uso de recursos. A falta de compromisso socioambiental com as populações obriga o EB em ocupar o espaço simbólico do Estado, que está ausente, pelo viés da realização das ACISO. Para o setor de comunicação, essas ações visam a legitimar o papel das FFAA e particularmente do EB, ator essencial de segurança, desenvolvimento e cidadania nas regiões isoladas da faixa de fronteira do Arco Norte (BRASIL, 2009).

Portanto, apesar de reconhecer a importância das ACISO realizadas pelo EB através da atuação dos PEF para o bem das populações, podemos apresentar determinadas ressalvas sobre essa atuação. Em primeiro lugar, as ACISO acabam criando uma espécie de uma “dependência” das populações com os serviços prestados pelo EB (na área da saúde particularmente), uma vez que os atendimentos (gratuitos e de qualidade) podem ser banalizados ou promovidos pelas secretarias estaduais ou das prefeituras, apresentados como serviço “normal” do EB. O conteúdo das entrevistas realizadas evidencia que o EB pretende, como em outras ocasiões, complementar os serviços precários da saúde e educação da região Norte, em função da baixa densidade e do perfil socioeconômico dos moradores. Esse ponto é fundamental, pois ele explica também todo o trabalho do EB em mudar sua imagem (com sucesso) e apresentar um rosto diferente daquele conhecido pelas populações ribeirinhas até os anos 1980 (DHENIN, 2013a).

Segundo Franco (1998), as ACISO funcionam como um vetor de comunicação social do Exército na região por intermédio dos PEF e outras unidades militares que funcionam enquanto uma janela de oportunidade possibilita a manutenção da credibilidade e confiança e prestígio do EB junto às comunidades locais, essa postura visa apagar uma imagem negativa construída durante a época da ditadura civil-militar na Amazônia (MIRANDA, 2012, p. 126). De acordo com Marques (2007), essa imagem negativa foi construída durante a luta contra o Partido Comunista do Brasil (PC do B) na guerrilha do Araguaia, na década de 1970, onde “a população local foi tratada com grande truculência pelas tropas federais” (MARQUES, 2007, p. 105) e em função da boa relação estabelecida pelos guerrilheiros com a população local, o EB teve grande dificuldade em combater aquele grupo apresentado como “inimigo” (MIRANDA, 2012; NASCIMENTO, 2000).

3.2.2 O estudo de caso do PEF do 7º BIS (Roraima)

Após ter explicitado o papel dos PEF na faixa de fronteira, sua origem e missões desenvolvidas, vamos seguir analisando dois estudos de caso, com os dados recolhidos em 2013 e 2014, em diversos PEF do Estado do Acre (4º BIS), no Comando Especial de Fronteira e no Estado de Roraima (7º BIS), no Comando Especial de Fronteira. Esses PEF foram escolhidos na medida em que eles eram situados em áreas bem desenvolvidas (acesso rápido da capital para o PEF por via terrestre), o que facilitou a logística, contingenciado pelos altos custos de realizar uma pesquisa na Amazônia.

Dentro do quadro do nosso estudo, tivemos a oportunidade de visitar alguns PEF da 8ª Região Militar (sede em Belém, PA), no estado de Roraima. Em primeiro lugar, é importante ressaltar que houve uma visita no Batalhão de Infantaria de Selva em Boa Vista, capital do Estado. Naquela ocasião, tivemos a possibilidade de entrevistar o Major Bulcão, assessor de comunicação social do Comandante, que ajudou a facilitar a inserção e protocolizar as visitas nos diferentes PEF (essa parte é importante, pois o acesso às organizações militares (OM) na faixa de fronteira é autorizado mediante uma aprovação do chefe do Comando).

Após explicarmos o projeto de tese de doutorado, o comandante apresentou rapidamente o BIS, sua história, missão, capacidade operacional e valores. Essa visita foi relevante para criar um vínculo de confiança com autoridades do EB, algo que facilitou (em muito) a realização das entrevistas dos comandantes dos PEF de Pacaraima e Bonfim. Portanto, é importante salientar o elevado grau de cooperação e interesse por parte dos oficiais num trabalho acadêmico civil tratando dos aspectos de participação do EB na segurança da faixa de fronteira. Ao final do encontro, foi também prometido, caso houvesse a possibilidade, de embarcar para os PEF mais isolados (como Auaris ou Surucucu) através de um voo de helicóptero UH-60 Blackhawk.

Infelizmente, em função da alta taxa de ocupação do espaço para tripulantes, não foi possível realizar esse voo e, portanto, as entrevistas dos PEF e de seus militares foram realizadas pelo acesso terrestre, via BR-174 de Boa Vista (capital) até o município de Normandia. Foi assim que foi realizada a entrevista do Tenente A no 3º Pelotão Especial de Fronteira. Destarte, precisamos salientar que, após a entrevista, o Tenente ofereceu um

convite para participar do I Simpósio Técnico da ENAFRON em agosto de 2014, para realizar outras entrevistas e aumentar a nossa rede de contatos durante a pesquisa.

O PEF de Normandia encontra-se num lugar estratégico para as operações de fiscalização, pois existe também um posto alfandegário da Receita Federal, em péssima e precária condição, e também uma delegacia da Polícia Federal, para servir principalmente de lugar para realizar os procedimentos burocráticos de entrada e saída do território brasileiro. É interessante notar que a cidade de Pacaraima, apesar de encontrar-se colada geograficamente com a fronteira terrestre, não possui o estatuto da cidade-gêmea, uma vez que a cidade venezuelana mais próxima (Santa Elena de Uaién) está situada em aproximadamente 10 quilômetros do município de Pacaraima

Figura n.2:

Entrada do PEF Normandia em agosto de 2014. Fonte: Acervo pessoal.



A fronteira é também conhecida pelos moradores pelo marco BV-8 (Brasil Venezuela n.8) que corresponde a um dos marcos físicos colocados para materializar a fronteira. O PEF possui uma boa estrutura e é bem mantido, apesar dos (já) escassos

recursos disponibilizados pelo EB. Um dos aspectos importantes para ser notado em termos geopolíticos é a distância com a cidade vizinha de Santa Elena de Uaíren, talvez significativa do baixo nível de interação, ou da distância dos oficiais brasileiros tanto no plano geográfico como humano com seus homólogos venezuelanos.

Figura n.3:

Interior do PEF Normandia em julho de 2014. Fonte: Acervo pessoal.



A segunda visita técnica de um PEF no estado de Roraima foi realizada no município de Bonfim, no dia 31 de julho de 2014. O mesmo é situado a 125 quilômetros de Boa Vista, e acessível a partir da estrada federal BR-401, com um asfalto de boa qualidade. Diferente de Pacaraima, a cidade de Bonfim é vizinha da cidade guianense de Lethem, na margem leste do rio Tacutu, que faz a divisa natural e territorial entre os dois países. Em comparação com o contexto venezuelano, o 1º PEF situado em Bonfim é relativamente privilegiado, uma vez que a intensidade das atividades ilícitas é considerada menor do que em Pacaraima.

A Guiana possui forças de defesa nacional com limitada expressão e projeta-se pouco para a região amazonense, o que reduz as possibilidades de cooperação com as forças de segurança daquele país (DHENIN, 2014). É importante notar a participação de oficiais durante o simpósio promovido pelo MJ, sobre os resultados da ENAFRON, em agosto de 2014. Uma das peculiaridades quando atravessamos a fronteira é a ponte que separa as duas cidades, concebida para acompanhar a mudança de mão da estrada, de mão francesa para mão inglesa.

Em seguida, faremos uma análise do contexto geopolítico no qual os dois PEF evoluem e levam adiante suas missões. O contexto dos PEF do 7º BIS, pelo menos aqueles visitados de Pacaraima, Normandia e Bonfim oferecem boas condições de acordo com os oficiais encontrados, mas é preciso salientar que os PEF mais isolados não possuem o mesmo nível de estrutura e conforto. Para os militares que foram entrevistados, o contexto fronteiro, com a vizinhança da Venezuela, é considerado estável, porém preocupante. De fato, a entrevista realizada em 2014, quase um ano após a morte de Hugo Chávez e a chegada ao poder de Nicolás Maduro. A grande crise política e econômica no país preocupa o Tenente A, uma vez que o quadro não permite um grande entrosamento com as Forças da Polícia Nacional Venezuelana, muitas vezes criticada por corrupção pelos diversos grupos entrevistados informalmente (PF, RF e PRF).

De fato, a Venezuela e sua instabilidade são consideradas fatores que aumentam a insegurança da fronteira, particularmente com a escassez de alimentos básicos registrados em Santa Elena (PORTAL G1, 2016). Na época da entrevista, o fluxo migratório era ainda controlado, apesar da precária condição de trabalho da PF. Para a Receita Federal, a apreensão do contrabando, com destino principalmente para os mercados de Boa Vista e Manaus, é a ocorrência mais registrada, assim como algumas

quantidades de drogas ilícitas, mas nada de muito significativo (DHENIN, 2014). A PF não possui nenhum tipo de scanner para facilitar o trabalho de fiscalização e os recursos humanos são escassos e contingenciados pela alta rotatividade dos efetivos, um problema considerado recorrente pelo EB.

Praticamente a mesma situação acontece para o EB, que possui uma grande área de responsabilidade e procura trabalhar com as demais agências governamentais para realizar operações de fiscalização de larga escala. A fronteira com a Venezuela é de fácil acesso, e a prática de câmbio ilegal é corriqueira do lado venezuelano. Portanto, a fronteira com a Venezuela é considerada de complicada gestão (DHENIN, 2013 e 2014), uma vez que o país presenciou o agravamento da situação, que levou a uma grande onda migratória durante o ano de 2016 (PORTAL G1, 2016).

Para os militares entrevistados, a entrada maciça de venezuelanos ilegalmente representa uma ameaça para a segurança nacional, uma vez que não há registros criminais disponíveis para controlar esses migrantes e/ou refugiados. Os meios militares venezuelanos são bastante limitados (DHENIN, 2014). De acordo com os dados obtidos na página oficial do Exército Bolivariano de Venezuela, existe na 51ª Brigada de Infantaria de Selva “Guasipati”, sediada no Estado de Bolívar, o esquadrão de Cavalaria Motorizada “Coronel Hermenegildo Mujica Ramos” em Santa Elena de Uaién. Houve em 2016 uma visita formal do EB, inclusive com uma comemoração do dia do Exército, em missão conjunta no topo do Monte Roraima. (DEFESANET, 2016). A visita mostrou um quadro de cordialidade pelos oficiais do Exército Brasileiro, mas a situação interna do país preocupa as altas esferas castrenses, como mencionado anteriormente. O 1º PEF é situado no município de Bonfim, no estado de Roraima.

sem grandes sinais de riqueza. A economia local é movimentada pela passagem de garimpeiros que entram para o país e depois que trabalham nas minas da Guiana.

De acordo com as entrevistas, o garimpo ilegal não é quase fiscalizado, diferente do Brasil que procura, através das ações do EB, controlar essas áreas. É importante notar também que Bonfim, pela sua atratividade comercial, é palco de fluxos de contrabando. Mas as instalações da Receita Federal são bastante precárias e não permitem realizar um trabalho de fiscalização rápido e eficaz. A cidade de Bonfim é pequena, com ramais de terra batida e não possui um grande planejamento urbano. Diferentemente de outros municípios visitados, presenciemos bastante patrulhamento de veículos da PMRR, com viaturas novas e bem equipadas, proveniente das verbas da ENAFRON (BRASIL, 2011).

Para os militares do EB, as atividades de fiscalização e monitoramento e vigilância são principalmente realizadas pelo rio Tacutu, que fornece um corredor natural para realizar essas missões corriqueiras. A visita ao PEF evidenciou também o escasso equipamento do PEF para realizar as missões de patrulhamento fluvial (apenas um bote) e também pouca motivação por parte dos soldados entrevistados.

Como foi observado durante o ano de 2014 e a partir do resultado das entrevistas, podemos salientar que o Comando Especial de Fronteira do 7º BIS possui um quadro de vizinhos heterogêneos. De fato, o discurso dos militares do EB é bastante securitizado em relação à Venezuela, em função das ameaças de instabilidade institucional (política e econômica) do governo Maduro. Mas é importante também notar que existe um real preconceito, manifestado pelas Forças de Segurança brasileiras, de que as suas homólogas venezuelanas sejam corruptas, o que impossibilitaria o estabelecimento de uma rede de confiança no setor de inteligência e uma maior cooperação na realização de atividades de fiscalização de um lado ou outro da fronteira (DHENIN, 2014). Mais recentemente, a onda de migrantes em direção à capital (Boa Vista) reforçou a preocupação dos militares do EB, apesar do fechamento da fronteira terrestre entre os dois países, decidido pelo governo Maduro (PORTAL G1, 2016). Portanto, podemos concluir que existe uma real preocupação dos militares em relação ao possível desmoronamento do país e a crescente instabilidade geopolítica que poderia afetar a região.

Por outro lado, a fronteira que foi visitada com a Guiana apresenta sinais menores de securitização no discurso. Trata-se de uma fronteira com maior grau de interação (ver o exemplo da ponte) e aberta para a área comercial e turística. Para os militares, as atividades de patrulhamento são rotineiras e a República da Guiana não representa uma ameaça no plano militar, pois representa de longe o menor orçamento do continente (SIPRI, 2016). É importante notar o elevado grau de cooperação com o pessoal presente da ENAFRON, com um grande interesse em partilhar experiências de fiscalização. Finalmente, um ponto de tensão que foi observado em Bonfim foi a fiscalização do EB nos territórios indígenas, que já foram alvos de disputas no passado, lembrando o famoso caso da demarcação da TI Raposa Serra do Sol. Mas essas tensões são geralmente resolvidas através da mediação das ONG e dos grupos indígenas com a Polícia Federal, a FUNAI e os órgãos especializados do EB (DHENIN, 2014).

Portanto, apesar da proximidade com algumas comunidades indígenas da etnia Macuxi, a presença de indígenas não preocupa os PEF que foram visitados naquela época. Na verdade, boa parte dos efetivos de soldados e cabos dos PEF é composta por locais, jovens que buscam uma renda considerada elevada (cerca de 1.200 a 1.300 reais), algo em torno do dobro do salário mínimo na época da entrevista (2014). O EB se beneficia, portanto, da mão de obra local, que consegue se fixar na região fronteira em função dos vínculos familiares. A carreira militar possui certo prestígio na população, e atrai os jovens não diplomados. Somando com a possibilidade de estudar e de se formar, permite aceder até um nível diferenciado de renda em regiões consideradas as mais pobres e carentes do Estado.

3.2.3 O estudo de caso do PEF do 4º BIS (Acre)

Em 2013, foi realizada nossa primeira visita um Pelotão Especial de Fronteira, no município de Epitaciolândia, situado no estado do Acre.

Mapa n.3:

Mapa rodoviário do Estado do Acre

Fonte: DNIT



A visita foi possível através do financiamento da Universidade Paris III, do *Centre de Documentation des Amériques* (CREDA) e finalmente da nossa participação como pesquisador júnior do programa de pesquisa DURAMAZ (fase 2), entre 2011 e 2014. Assim, após a realização do trabalho investigativo durante duas semanas no PAE Chico Mendes, tivemos a possibilidade de conhecer o Comando de Fronteira, sede do Pelotão Especial de Fronteira. Fomos recebidos pelo Capitão L, que autorizou a entrevista (DHENIN, 2013b).

Tivemos também facilidades para agendar a entrevista com os contatos prévios obtidos na Escola de Comando do Estado-Maior do Exército (ECEME), situada no Rio de Janeiro, algo que facilitou os procedimentos burocráticos. Um pouco antes da entrevista, explicamos qual era o objetivo da tese de doutorado, isto é, conhecer a rotina do PEF, suas instalações, e finalmente começamos a realizar a entrevista. É necessário, num esforço de contextualização geográfica, explicar que o PEF foi escolhido por ser de relativo fácil acesso, algo que também precisa ser levado em consideração e pode influenciar as percepções sobre a realidade presenciada.

A região do Alto Purus, com os PEF mais isolados é uma área conhecida pelos focos de febre amarela e naquela altura (verão amazônico de 2013), esse pesquisador não tinha realizado a profilaxia da malária necessária para poder visitar os PEF distantes e

realizar entrevistas nessas áreas isoladas. Ainda assim, a visita foi frutífera, pois esse PEF atua numa área de alta densidade demográfica (região da fronteira entre o Brasil e a Bolívia), num contexto de interação socioeconômica bastante intensa em função da iniciativa MAP (Madre de Deus, Acre, Pando), que procura aproximar essas províncias para estimular diversos setores (comércio, saúde, educação). Ao finalizar a entrevista, optamos por visitar o PEF e pude ver que as condições de vida eram boas, uma vez que o PEF era equipado com uma pequena fazenda e beneficiava-se de todos os serviços públicos disponíveis nas cidades de Brasília, Epitaciolândia e Cobija, na Bolívia (DHENIN, 2013b).

Figura n.4:

Entrada da Companhia Especial de Fronteira em julho de 2013.

Fonte: Acervo pessoal.



Como já foi mencionado, o PEF do Comando de Fronteira do Acre visitado é bastante atípico, pois ele está localizado numa área geográfica que participa do dinamismo da iniciativa MAP (PEREIRA, 2007) Para os militares do EB, as missões são bem diferentes daquelas geralmente empregadas pelos demais PEF (DHENIN, 2013b) Portanto, é notável que o PEF interage bastante com a população local e presta até serviços para cidadãos estrangeiros, a grande maioria oriundos da Bolívia, por ter equipamentos de melhor qualidade, principalmente na área da saúde, de oferecer profissionais com boa capacitação e sobretudo oferecer esses serviços de forma gratuita para a população (DHENIN, 2013a).

Na cidade de Epitaciolândia, é importante notar a influência de Brasília e sua relação especial de cidade-gêmea com Cobija, situada na margem sul do rio Acre. Existe uma grande dinâmica com a fronteira (pelo menos em 2013, quando foi realizada a visita do PEF) em função do mercado boliviano, principalmente na área do comércio. É comum para os moradores e comerciantes de Rio Branco (capital) viajar até Cobija para realizar compras de mercadorias na Bolívia e depois abastecer as feiras da capital. Isso significa para o PEF uma atenção particular nas missões, uma vez que o contrabando de materiais ilícitos (mercadorias, drogas ilícitas), é bastante comum na região de tríplice fronteira.



Figura n.5:

Ponte na fronteira boliviana e brasileira em julho de 2013. Fonte: Acervo pessoal.

Não foi constatada, após uma visita à sede da Polícia Nacional Boliviana (PNB), uma grande interação entre os dois países na área da cooperação ou mesmo no setor da inteligência. O Capitão L afirmou ter encontrado oficiais das FFAA vizinhas em visitas formais, mas que não existem protocolos de cooperação avançados com as FFAA da Bolívia ou do Peru (DHENIN, 2013b). Apenas elas são avisadas quando o Brasil inicia suas megaoperações de repressão às chamadas “novas ameaças” de tipo Curare ou Ágata para evitar que as movimentações das FFAA brasileiras sejam confundidas com uma ameaça ou mesmo como um simples exercício.

A Bolívia que foi também visitada, do outro lado da fronteira, não possui PEF ou estruturas equivalentes, apenas uma base naval de pequena dimensão para patrulhar as margens do rio Acre, com a ajuda de pequenas lanchas. Algo marcante na hora da visita do lado boliviano foi o relativo desinteresse com as questões de segurança fronteiriça e a ausência de um projeto ou programa claro para as FFAA da Bolívia. Parecia que a PNB tinha naquela área mais atuação em função da criminalidade urbana em Cobija, ligada principalmente à vida noturna, ao tráfico local de drogas e mercadorias ilícitas (DHENIN, 2013b).

De acordo com as entrevistas realizadas com membros das Forças Armadas e das Forças de Segurança Pública, e em função do contexto peculiar do ano de 2013, a situação geopolítica era dominada pela questão migratória haitiana. Assim, a partir de 2010, com o episódio dramático do terremoto de terra no Haiti, houve um incremento muito significativo de imigrantes daquele país, procurando sair daquela ilha que estava praticamente toda destruída e seguir rumo em direção ao Brasil.

A escolha do Brasil como destino temporário deve-se, em grande medida, pelo fato de que as FFAA brasileiras estão, desde 2004, envolvidas na Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti (MINUSTAH). Portanto, o bom momento econômico no Brasil aliado à possibilidade de ganhar o estatuto de refugiado, com a ajuda do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) fez que grandes quantidades de migrantes haitianos, a grande maioria homens solteiros, decidissem sair do país com destino ao Brasil, passando pelo Panamá, Colômbia, Peru e finalmente Brasília. Esse

caminho é realizado com a ajuda de coiotes (passadores) que ajudam os migrantes a atravessar ilegalmente as sucessivas fronteiras (THOMAZ, 2013).

Quando foi realizada a pesquisa em Brasiléia, na delegacia da Polícia Federal, estimava-se que em média havia 500 novos imigrantes que chegavam aos primeiros meses de 2013. Como eles ficavam algumas semanas às vezes para conseguir a documentação necessária para obter o estatuto de refugiado, não foi surpreendente observar *in situ* que as condições de acolhimento dos migrantes e dos refugiados fossem rapidamente insalubres. A tal ponto que foi necessário pedir a ajuda do Governo Federal para resolver o pagamento das “quentinhas”, que eram distribuídas no acampamento de fortuna (DHENIN, 2013c).

Por outro lado, criaram-se, na população de Brasiléia e Epiteciolândia dois movimentos. Primeiro, houve um grande movimento para acolher os refugiados entre 2011 e 2013, e depois, houve alguns episódios de xenofobia por parte de moradores do município em função de distúrbios causados por determinados migrantes no acampamento (DHENIN, 2013c). O mesmo afirma que as entrevistas realizadas no acampamento mostravam a grande vulnerabilidade das mulheres (solteiras) e jovens adolescentes, e também de algumas (raras) crianças, que estavam no acampamento situado no ginásio abandonado e totalmente improvisado (DHENIN, 2013c).

Para as FFAA, a situação migratória dos haitianos (principal grupo de migrantes na região) preocupou bastante o Capitão L (DHENIN, 2013b). Outro aspecto, que tem a ver com a atuação das Forças Armadas na faixa de fronteira são as missões do EB e a possibilidade de atuar com o poder de polícia. Naquela época, foi ainda o início das operações interagências (BRASIL, 2012c) e não havia um grande entrosamento com as demais forças civis (estaduais e federais). Portanto, havia até certo receio por parte dos oficiais do EB em participar nas operações sem haver uma capacitação efetiva dos pessoais que atuavam de maneira ostensiva na fronteira. Mas as missões foram realizadas, incentivadas pelo lançamento da ENAFRON em 2011. Para o EB, nas missões rotineiras, foi estabelecida também na área de responsabilidade do PEF a luta contra o narcotráfico. Apesar de ser uma fronteira seca, a parte sul do Estado do Acre é de difícil acesso, e relativamente perto de grandes centros de consumo como Rio Branco e o Estado de Rondônia (DHENIN, 2013b).

Portanto, para o EB e o PEF, as rotas do narcotráfico são partes das áreas de responsabilidades do EB, e muitas vezes, são realizadas apreensões significativas de drogas ilícitas. Para os oficiais do EB, ficou nítido o aumento da atuação nessa área, obrigando uma maior cooperação com a PF e também os setores de inteligência das PF e da PM, principalmente com a criminalidade comum decorrente do tráfico local de drogas (DHENIN, 2013b). A região de Brasiléia e Epiaciolândia é bastante marcada pela dinâmica com a cidade de Cobja e não é surpreendente as operações realizadas no rio Acre, realizada de forma ostensiva para mostrar a presença das FFAA brasileiras na região, e particularmente o EB. Uma queixa bastante comum no discurso dos militares do Exército é a sensação de que esse trabalho não estaria sendo realizado de maneira tão zelosa pelas autoridades bolivianas, algo que facilitaria a entrada e saída de materiais ilícitos, e resultaria em prisões que não necessariamente seriam realizadas em função das assimetrias existentes entre o Brasil e a Bolívia na área judiciária (GIMENEZ, 2015).

A fronteira entre o Brasil e a Bolívia, na região de Brasiléia e Cobja é marcada por determinadas especificidades. Como foi afirmado anteriormente, trata-se de uma fronteira atípica para atuação do PEF em função da densidade demográfica. Portanto, observamos um fenômeno de “policialização” das Forças Armadas nesse setor, com uma grande atuação com as demais Forças de Segurança Pública. É também importante significar que o Peru possui uma influência relativa, com as cidades gêmeas de Assis Brasil e Iñapari, que marcam o início da estrada Interocênica no Brasil, grande corredor comercial para a exportação de *commodities* entre Santos, SP e Lima, no Peru. (DHENIN, 2015). Mas essa fronteira não foi visitada, apesar de fazer parte da dinâmica da região MAP (Madre de Deus, Acre, Pando). Para o EB, durante as visitas foram reforçadas as preocupações com a situação migratória (durante o contexto de crise em 2013) e também com a necessidade de fiscalização da BR-174, eixo principal da região e também corredor conhecido de mercadorias ilícitas (drogas e contrabando) para os mercados de consumidores do Sudeste (São Paulo, Rio e Belo Horizonte). É também importante salientar que o EB atua em todo o Estado do Acre visto que todos os municípios estão situados na faixa de fronteira.

Essa especificidade leva o EB e as demais FFAA em ter uma grande responsabilidade no campo de segurança, principalmente no norte do Estado. Em 2013, os estados da Faixa de Fronteira estavam começando a receber os equipamentos da ENAFRON. Foi importante também a integração do SISFRON, a partir de 2012, mas

como o sistema teve cortes, foi decidido pelo Comandante Militar do Exército, o general Villas-Bôas, de concentrar todos os esforços na área de Dourados, MS, no Comando Militar do Oeste (CMO). Finalmente, as entrevistas mostraram que os militares do EB consideravam o PEF de Epitaciolândia bastante agradável, por beneficiar de boa estrutura física e também de serviços próximos (no setor urbano). Esse aspecto é bastante importante, de acordo com o Capitão L para motivar as tropas no dia-a-dia e manter sua atenção constante.

Portanto, a partir das experiências de campo presenciadas em 2013 e 2014, podemos afirmar que os contextos de tri-fronteira do Acre e de Roraima, embora tenha semelhanças em função dos efetivos disponibilizados pelo EB (PEF e Comando Especial de Fronteira), possuem dinâmicas territoriais específicas, com alto dinamismo que podem fazer-nos questionar a pertinência do atual modelo de presença da faixa de fronteira, e trata-se justamente da terceira e última parte desse Capítulo.

Figura n.6:

Paisagem nas margens do Rio Acre em julho de 2013. Fonte: Acervo pessoal



3.3 Os limites dos Pelotões Especiais de fronteira e sua inadaptação ao atual contexto fronteiriço

3.3.1 A transformação do modelo de presença dos PEF

A partir dos estudos de casos apresentados na parte anterior, podemos questionar o modelo de presença e analisar os eventuais limites do EB perante o atual contexto econômico. Em primeiro lugar, é necessário lembrar que o Programa Amazônia Protegida, desde 2014, foi reconfigurado em função da reorientação estratégica decidida pelo Comando Militar da Amazônia (DHENIN, 2016). De fato, um dos grandes problemas que acabou condicionando a manutenção dos PEF na faixa de fronteira é o grande desafio logístico que o EB deve enfrentar (MIRANDA, 2012; DHENIN, 2012). Por essa razão, em 2013, o EB optou por dividir o CMA, criando o Comando Militar do Norte (CMN). Desde então, o CMA abrange a parte ocidental da Amazônia, como podemos abaixo:

Mapa n.4: Mapa dos Comandos Militares do EB a partir de 2013.

(Fonte: EB)



Durante as entrevistas realizadas nos PEF das 8ª e 12ª Regiões Militares (RM), os tenentes evidenciaram, ao longo das entrevistas e com razão, dois principais desafios para a atuação dos PEF na faixa de fronteira. Em primeiro lugar, a questão do tamanho dos efetivos (considerados baixos) limita o alcance das missões. Em função da sua estrutura precária, o PEF deve priorizar a sua manutenção e assegurar as suas necessidades. Portanto, nos PEF mais isolados, são frequentes os relatos de oficiais explicando que o PEF não foi abastecido por razões logísticas. Durante as estadias, interpretamos esse discurso como sendo parte da capacidade, segundo oficiais do EB, dos PEF e de seus membros em ser capaz de desafiar a natureza e as condições de grande adversidade dos soldados (DHENIN, 2013b; 2014).

Assim, a imagem e o mito do “guerreiro da selva” é bastante presente nos documentos e discursos produzidos pelo EB (PORTAL G1, 2013). Abordar a questão da dificuldade da vida no PEF é importante para pensar a legitimidade da presença de unidades na faixa de fronteira. Os entrevistados, nos PEF do Acre e de Roraima, reconhecem a importância de uma estrutura de qualidade, particularmente para os familiares (esposas e filhos) que acompanham também os oficiais e sargentos que se voluntariam para ficar nos PEF. Os demais soldados e cabos costumam serem jovens moradores da região ou do Estado.

Diante das condições precárias nas quais os oficiais e soldados do EB lotados nos PEF isolados vivem, isso pode acabar levando para outros problemas mais graves, e, em certos casos, considerados tabu, como o suicídio³⁷ e a deserção (FOLHA BOA VISTA, 2015). Para o comandante responsável do PEF (isolado), é muito importante, para não dizer imprescindível guardar o moral da tropa, que evolui durante longos períodos na lógica “vida – combate - trabalho”, de forma bastante isolada. Logo, é importante ressaltar que a mobilidade para um PEF é central, para não dizer essencial para realizar suas missões.

Essa mobilidade envolve diversas dimensões: podemos pensar na possibilidade para o tenente de enviar um grupo fazer um patrulhamento a pé, de bote ou de caminhão, quando o material tiver pronto. De acordo com as entrevistas realizadas (DHENIN, 2013b; 2014) são frequentes os casos onde os veículos não estão disponíveis para seu

³⁷ Sobre o suicídio, o EB mostrou sua preocupação com o tema e, portanto, foi organizado pela Diretoria de Cívicos, Inativos, Pensionistas e Assistência Social (DCIPAS) do Exército Brasileiro, o I Encontro sobre prevenção ao suicídio, em 18 de junho de 2015, no Rio de Janeiro.

devido uso. Podemos aqui falar do exemplo do PEF de Bonfim, que enviou uma peça para conserto em Manaus, AM e ainda esperava o seu retorno, para reposicionamento no caminhão da unidade, e possibilitar um patrulhamento em áreas afastadas geograficamente do PEF.

Por ser uma estrutura social complexa, o EB possui uma burocracia própria e exigente, que freia bastante a compra de material não planejada, de acordo com os oficiais. Essas dificuldades são percebidas pelos oficiais comandantes dos PEF e em certas ocasiões, é preciso buscar outros caminhos informais (solidariedade, ajuda de outros órgãos do Estado), para conseguir resolver essas questões que fogem das missões principais a serem desenvolvidas. Assim, o problema dos equipamentos e da sua logística é bastante enfatizado pelos militares dos PEF, seja no Acre ou em Roraima. O tipo de missão também é abordado pelos entrevistados, que mostram certo desânimo retratando o patrulhamento a pé, nas áreas de responsabilidades dos PEF, pois muitas vezes existe pouca movimentação.

Um dos aspectos importantes abordado pelos oficiais ao longo das entrevistas é a resiliência e a capacidade do PEF em enfrentar esse tipo de dificuldades (queda de energia, escassez de alimentos ou isolamento importante). Como o PEF é composto por oficiais voluntários, existe uma capacidade de manter as atividades, mas quando funções básicas não são cumpridas, isso pode levar a um questionamento do sentido da presença (DHENIN, 2013b). Os PEF foram implantados por uma política que oferece apoio do EB aos seus membros, através do Programa Apoio Amazônia do EB (DHENIN, 2013b).

De fato, para financiar as megaoperações e garantir o seu sucesso nas apreensões (drogas ilícitas, mercadorias, veículos roubados) é preciso que não haja operações frequentes, o que levaria a pequenas apreensões e, portanto, o efeito seria bastante relativizado. Assim, para os tenentes dos PEF, um dos aspectos centrais é a questão da motivação das tropas. Mas existem dois problemas que podem, em certa medida, acabando impactar o trabalho dos soldados nos PEF. Em primeiro lugar, para os PEF mais isolados, o risco de tédio, por conta da ausência de “novas ameaças”, e começar em patrulhar mais e “buscar” o contato contra grupos de indivíduos que possam representar para o EB, no exercício do seu poder de polícia, uma ameaça tangível. Aqui, pensamos na possibilidade de enfrentamento com garimpeiros armados, mas, sobretudo com grupos armados de narcotraficantes (NASCIMENTO, 2006).

Portanto, o fenômeno da policialização dos PEF na faixa de fronteira está cada vez mais claro, uma vez que pode, para os oficiais do EB, solucionar dois problemas: primeiro, resolver a questão do tédio e oferecer um sentido de atuação para os militares do PEF, e segundo, securitizando a fronteira, exigir mais recursos por parte do Ministério da Defesa, atrelando os problemas de drogas e violência nos grandes centros urbanos com o “vazio de securitário” observado. Daí, a capacidade do EB de produzir uma narrativa capaz de satisfazer os seus interesses (modernização de equipamentos, meios tecnológicos e aumento da presença militar) e também satisfazer as demandas da opinião pública, que considera, erradamente, que as fronteiras do Brasil são vazias e não são vigiadas (DHENIN, 2012).

É também importante aqui enfatizar a iniciativa ENAFRON (que será detalhada no Capítulo IV da tese) para chamar a atenção que o Ministério da Justiça, ao lançar o Plano Estratégico de Fronteiras em 2011, foi capaz de sensibilizar o governo federal (na era Lula e Dilma) para a importância de aumentar a presença do Estado na região da fronteira (BRASIL, 2011). A atuação dos efetivos do EB nos PEF fica em grande medida contingenciada pelo tamanho das áreas de responsabilidade de cada pelotão. A pesquisa mostrou que existe uma distância média que separa os dois PEF na faixa de fronteira em torno de 350 a 400 quilômetros. A criação dos destacamentos de fronteiras, mais móveis que um PEF pode ser uma solução. Na prática, observamos incentivado pelo Plano Estratégico de Fronteiras, lançado em 2011, um aumento em paralelo de grupos da PM e da PC especializados de fronteira, nos moldes das iniciativas que foram lançadas no Mato Grosso, no Mato Grosso do Sul e no Paraná (FRANÇA, 2016).

Argumentamos que a ENAFRON foi para o EB um estímulo para organizar um projeto integrado com os demais existentes (Plano de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, Programa Rondon, Programa Calha Norte), capaz de atender as demandas do EB na modernização dos equipamentos (BRASIL, 2009). O SISFRON buscou suprir esses pedidos, através da ciência e tecnologia, para conseguir monitorar e vigiar a fronteira terrestre do Brasil (17.000 quilômetros) e 11.000 quilômetros de fronteira na Amazônia. Hoje, o sistema está em fase operacional numa faixa de 600 quilômetros, no Estado de Mato Grosso do Sul, na região de Dourados. O SISFRON é alvo de frequentes visitas por parte dos Ministros da Defesa do Brasil desde 2012. Em certa medida, e o SISFRON, por tratar de apostar sua implantação, pode, por si só, começar a levar ao

questionamento a mera existência dos PEF atuais, caso houver a efetivação do projeto ao longo da faixa de fronteira (LEITE, 2013).

É necessário lembrar também que o Programa Amazônia Protegida (PAP) foi abandonado em 2013 e a promessa dos 51 PEF não foi concretizada, assim como a modernização dos 28 já existentes (DHENIN, 2012). Assim, é legítimo se perguntar se o uso do SISFRON não sinaliza o fim dos PEF, no seu formato atual, consideradas unidades de pouco impacto, com grandes constrangimentos logísticos e, sobretudo, nos estados amazônicos, diante do dilema da presença com as Forças de Segurança Pública. Assim, desde 2011, foram importantes os investimentos realizados pelo MJ na faixa de fronteira, o que levou à criação de novos batalhões especializados no estado do Acre (PEFRON). Alguns autores, como França (2016) argumentam a favor da criação de uma guarda federal especializada de fronteiras³⁸, uma vez que percebemos que tanto as Forças de Segurança Pública como as Forças Armadas atuam em conjunto na faixa de fronteira, o que pode levar, em última instância, em tensões entre os diferentes órgãos federais.

Houve também a criação de destacamentos de patrulhamento de fronteiras por parte das polícias estaduais, como por exemplo, “o DOF no Estado do Mato Grosso do Sul. Justamente pela demanda acima referida, muitas unidades da Federação acabaram por empregar parte dos efetivos das polícias militares para realizar tarefas de fiscalização e controle das fronteiras” (FRANÇA, 2016, p. 8). Apesar dos avanços reais observados no caso do MS e também no Paraná, com a Companhia Independente do Policiamento de Operações de Fronteira (CIPOFron) da PMPR, ainda faltam recursos para que os Estados do Arco Norte possam conseguir desenvolver essas unidades especializadas nos batalhões estaduais.

A possibilidade de criação de uma Guarda de Fronteira no Brasil, a partir da iniciativa da Antônia Lúcia com a PEC 81/2011, responde pela necessidade no âmbito federal, segundo os elementos apresentados até aqui, de oferecer um trabalho constante e especializado no âmbito das forças de segurança pública do trabalho difícil de fiscalização das fronteiras. Um dos argumentos recorrentes é que a “multiplicação, sobreposição de métodos e de meios acaba desperdiçando efetivo e verbas públicas, mas nem sempre se

³⁸ Sobre esse ponto, ver o Projeto de Emenda Constitucional 81/2011 altera o art. 144 da Constituição Federal para criar a Guarda de Fronteira, de autoria da deputada Antônia Lúcia do PSC-AC.

obtendo, todavia, resultados melhores” (FRANÇA, 2016, p. 12). Um ponto que fortalece a proposta é a parte da autonomia jurídica de cada força, particularmente na questão de fronteiras. A complexidade do arcabouço legislativo acabou freando as iniciativas para a realização de operações interagências (RAZA, 2012).

O contexto atual evidencia uma cooperação interagência forçada, uma vez que notamos que existe na prática a divisão de diversos órgãos das forças armadas e de segurança pública que resulta numa “atração parcial” nas fronteiras (FRANÇA, 2016, p. 13). Hoje, a Polícia Federal tem que assumir uma grande quantidade de atribuições, o que dificulta a manutenção de efetivos policiais nas fronteiras. Para França, a criação de uma Guarda de Fronteira responde à necessidade de racionalizar os meios disponíveis:

esta viabilidade advém das próprias carências demonstradas pelo modelo atual, o qual sequer poderia ser chamado de modelo pela falta de objetivos definidos a respeito de função de cada uma das forças componentes. Mesmo que se falte, como já citado neste trabalho, sobre multiplicidade descoordenada como método de emprego de forças de fiscalização e policiamento, não há como alcançar o status de modelo sem ao menos impedir que duas instituições acabem por atuar na nossa área, fazendo a mesma atividade, ou que, muito pior, outras com as mesmas atribuições que nada façam (FRANÇA, 2016, p. 13).

Portanto, apesar dos trâmites legislativos com a PEC 81/2011, parece que o Ministério da Justiça ainda está longe de criar uma nova entidade, em função das resistências internas de cada grupo envolvido (civis e militares) e o contexto atual de crise que contingência a criação de um amplo grupo de servidores federais. Mas é preciso também levar em consideração que países como os EUA ou a Federação Russa possuem forças especializadas federais que atuam com grande autonomia na faixa de fronteira.

3.3.2 A logística como calcanhar de Aquiles do Exército Brasileiro?

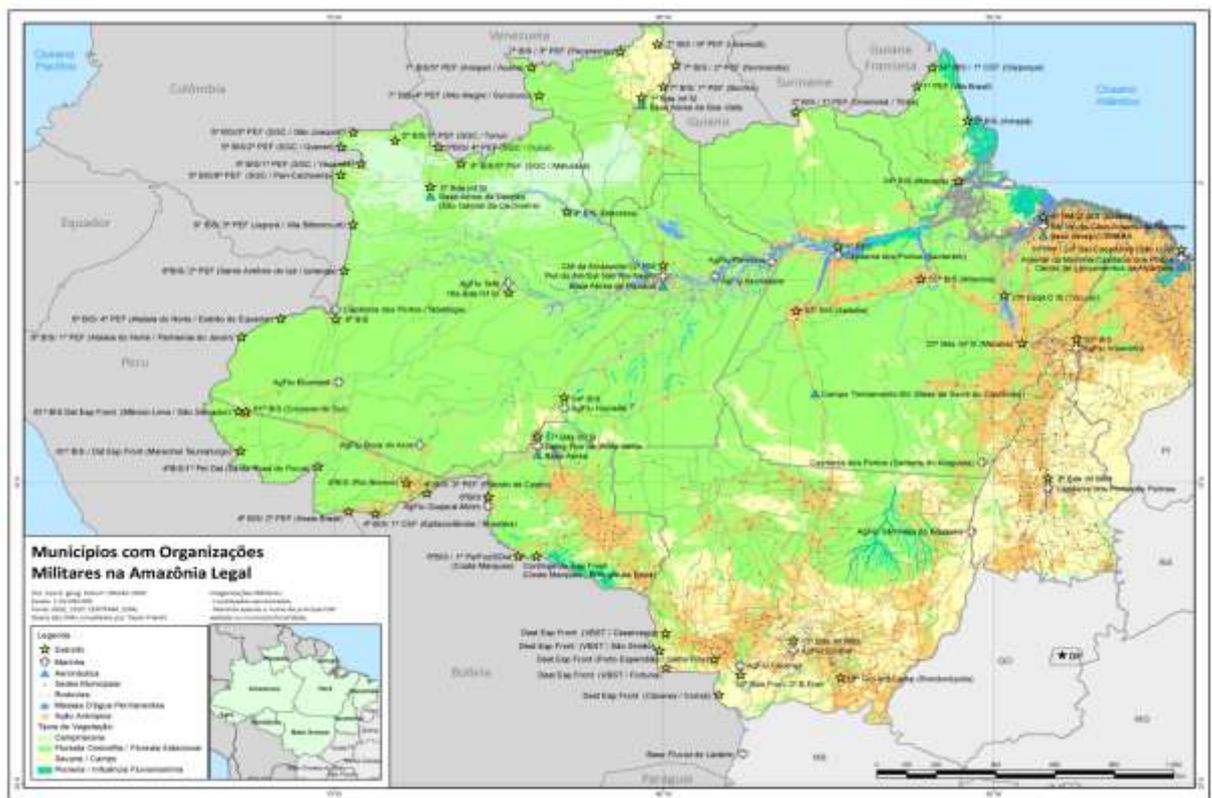
Como vimos, um dos problemas mais importantes que deve enfrentar o EB na faixa de fronteira é a questão da logística para atender as missões. Durante as nossas pesquisas de campo, tanto no Acre como no estado de Roraima, tivemos a impressão que não havia esse tipo de problemas. De fato, Rio Branco é situado a 250 quilômetros dos municípios de Brasiléia e Epitaciolândia. Por outro lado, Pacaraima e Bonfim são distantes apenas de 140 quilômetros da capital Boa Vista. É importante notar que as viagens foram realizadas pela via terrestre, com serviços de táxi, pois existe uma frequência para esses trechos.

Porém, é necessário ponderar que esses casos não são representativos da maioria dos PEF na região amazônica. Por exemplo, se observamos o mapa da Figura 2, podemos verificar que grande parte dos PEF no estado do Amazonas são atingíveis apenas pelo rio ou por via aérea.

Mapa n.5:

Mapa com as Organizações Militares do Exército, da Marinha e da Aeronáutica na Amazônia Legal

Fonte: FRANCHI, 2013



Existem algumas explicações para justificar. Em primeiro lugar, é preciso sinalizar que esses PEF são na maioria dos casos situados em regiões protegidas ou demarcadas (é importante diferenciar Territórios Indígenas das Reservas Ambientais). Isso também explica a dificuldade para o EB ou mesmo o governo criar um acesso para esses Territórios Indígenas, o que poderia impactar diretamente sobre a vida das populações tradicionais (DHENIN, 2012).

Em segundo lugar, precisamos também salientar o antigo estatuto desses estados. Antes da Constituição Federal de 1988, Amapá e Roraima eram Territórios Federais; o que pode explicar o interesse do governo federal naquela época em desenvolver uma

malha rodoviária para equiparar os “novos estados” com os demais da Federação. Finalmente, a baixa densidade demográfica e o tamanho populacional dos Estados (800 mil habitantes no Acre e 500.000 habitantes em Roraima, em 2016) não justificariam investimentos que poderia servir uma fatia mais importante da região Norte.

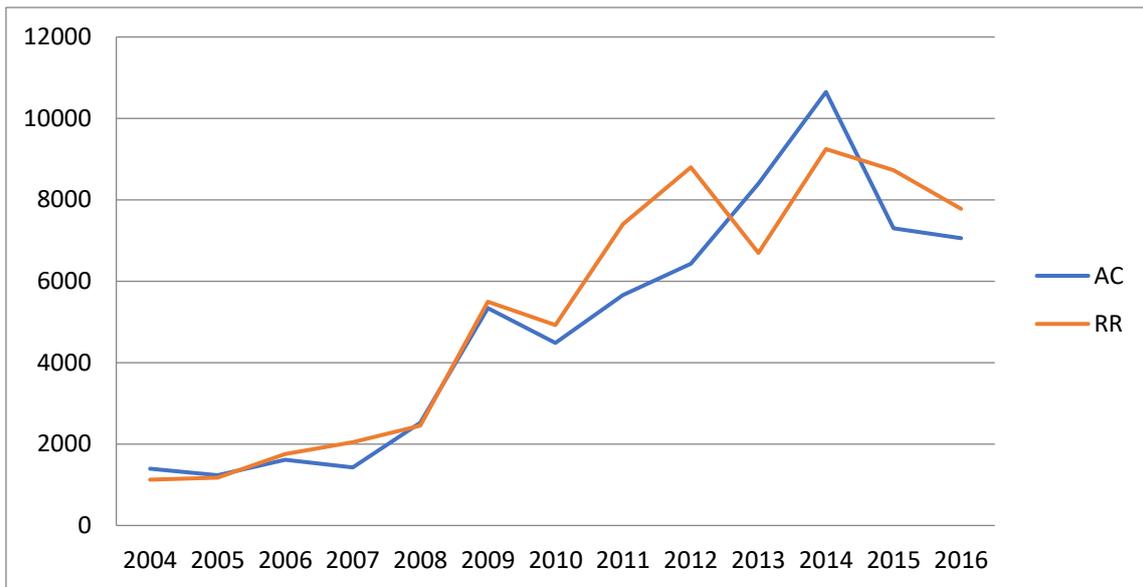
Portanto, o isolamento dos grandes eixos, apesar das obras do COSIPLAN, ainda fragiliza os PEF visitados. Os PEF e outras OM situadas na fronteira amazônica sofrem de atrasos em termos de equipamentos (DHENIN, 2013b), a única maneira de chegar até eles sendo por via aérea ou marítimo acabando gerando dois problemas corriqueiros para as unidades ali situadas: o tempo para chegar com todas as contingências e a dependência do Exército com as demais forças para chegar até os PEF (PORTAL G1, 2013).

3.3.3 Uma força limitada pela questão orçamentária?

Um dos aspectos importantes dos PEF é a questão da manutenção dos mesmos. De acordo com os dados disponíveis no Portal da Transparência, o EB gastou em 2016 para o Comando de Fronteira Acre (4ºBIS) um total de R\$ 7.056.232,22, quando em 2011 o mesmo gastava R\$ 7.406.296,38. Houve, portanto uma diminuição de R\$ 350.000 entre 2011 e 2016. Houve um trabalho realizado a partir dos dados estatísticas para avaliar em que medida o discurso dos oficiais do estava afastada da realidade orçamentária, entre 2004 e 2016.

Tabela n.6:

Gastos com os Comandos de Fronteira do 4º BIS (Acre) e do 7º BIS (Roraima) entre 2004 e 2006



Fonte: Gráfico realizado a partir dos dados disponíveis no portal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão do Governo Federal (2017). Elaboração própria.

Como podemos observar com os dados apresentados nos gráficos, os orçamentos dos Comandos de Fronteira do Acre e de Roraima tiveram as mesmas tendências quando observamos as curvas. Entre 2011 e 2014, houve nos Comandos um aumento significativo do orçamento, no estado do Acre. No que diz respeito ao estado de Roraima, podemos observar que a tendência é mantida. A partir de 2014, houve uma queda importante no orçamento, em função da grave crise institucional que atingiu o governo federal, levando ao processo de impeachment da então Presidenta Dilma Rousseff. É preciso salientar que a partir dos dados, não é possível negar que a queda importante dos recursos repassados pelo Comando do Exército ao Comando de Fronteira do Acre e ao Comando de Fronteira de Roraima (7ºBIS) não tenha repercussões sobre a qualidade do trabalho empregado. Os dados mostram a grande dificuldade para o Brasil em ajeitar suas contas públicas na área da Defesa em decorrência da grave crise institucional que ocorre que no país.

O aumento dos recursos dos CEF aproximou e consolidou a relação entre o EB e o Ministério da Justiça. Em função da multiplicação das operações interagências podemos concluir que existe uma relação forte entre de um lado o Comando do Exército, subordinado ao Ministério da Defesa e do outro, a SENASP, que desenvolve seus programas através da ENAFRON. Portanto, é importante ressaltar que a multiplicação das missões de policiamento da fronteira terrestre, num contexto de redução dos orçamentos (ver elementos apresentados anteriormente) pode fragilizar a estratégia do Comando do Exército. De fato, é significativa a participação nas missões de cooperação

interagência, mas o uso das FFAA, pelo Executivo tem sido bastante regular, sem que houvesse necessariamente o apoio técnico/financeiro e/ou logístico para o EB (ARRUDA, 2007).

Como podemos observar nos dados apresentados, houve uma redução importante dos orçamentos. Tomamos como exemplo os dois Comandos de Fronteira que foram visitados, mas é preciso lembrar que se trata de uma tendência na maioria das unidades que operacionalizam ou trabalham na fronteira. Os cortes nas Forças Armadas e particularmente do General Villas-Bôas, é que o EB continuará mantendo suas prerrogativas constitucionais, apesar do chamado “ajuste fiscal” decidido durante a gestão Dilma Rousseff e que teve sua continuidade garantida na gestão de Michel Temer (VAZ, 2014).

Argumentamos que a multiplicação das operações e aliado ao desenvolvimento de grandes projetos estruturantes para o EB (COBRA, SISFRON, etc.) pode levar a um desequilíbrio orçamentário importante, uma vez que o problema de arrecadação não parece ter sido resolvido em médio prazo. Assim, é importante levar em conta esses aspectos porque contrariam o discurso de que as missões do EB na faixa de fronteira não serão afetadas. Para entender a transformação do quadro atual para o EB, é desejável analisar as perspectivas passadas, na época do lançamento da segunda versão da END, quando o PAP, ainda tinha força para desenvolver um projeto de aumento da presença do EB na fronteira (DHENIN, 2012). Essa reconfiguração do projeto foi central, segundo a entrevista realizada com o general R1 Franklimberg Ribeiro de Freitas, para que o PAP fosse transformado, e aumentar a ênfase no SISFRON (DHENIN, 2016).

De acordo com Miranda: “os PEF são, dessa forma, nas palavras do ex-ministro da Defesa Nelson Jobim (2009), a “ponta de lança” a “celular de vigilância” de um sistema de Defesa e de proteção da Amazônia, baseado na END, adaptando-se à realidade da região e tendo por base a estratégia de resistência” (MIRANDA, 2012, p. 130). De 2009 até 2016, houve uma grande mudança na orientação das prioridades estratégicas do EB para a Amazônia. De 2008 até 2012, o PAP – Programa Amazônia Protegida foi lançado com a intenção de modernizar os PEF existentes e passar de 27 para 51. Porém, de 2013 até 2016, houve uma série de decisões que foram tomadas pelo Comando do Exército que tiveram uma grande repercussão sobre a projeção da Amazônia no bojo das prioridades do EB. Portanto, é importante levar em consideração o SISFRON, que

pretende fortalecer o monitoramento e a vigilância na faixa de fronteira (ver o Capítulo II).

Paradoxalmente, sua implantação está sendo realizada na região Centro-Oeste, bem longe da região amazônica. Em função do custo de desenvolvimento e da frequência dos ilícitos na região do Arco Central (divisa com o Paraguai), foi decidido pelo reforço dos elementos já implantados em Dourados, MS com os meios que tinham sido disponibilizados no estado de Rondônia. O objetivo anunciado foi de concentrar os esforços numa faixa de fronteira de 600 quilômetros para concentrar os avanços no projeto SISFRON e consolidar o programa (DHENIN, 2016).

Mas do outro lado, sem o PAP, a retirada do SISFRON da área amazônica e a redução dos orçamentos de fronteira observada no Portal de Transparência, é difícil conseguir ser otimista em relação à capacidade do EB em garantir suas missões, apesar do tom positivo, através de sua assessoria de comunicação e nos discursos produzidos pelos oficiais do EB. A entrevista do General Franklimberg Ribeiro de Freitas foi realizada na sala do Comando Militar da Amazônia em Manaus, Amazonas. O general é atualmente Assessor de Assuntos Institucionais para o Comando. O objetivo da entrevista foi atualizar os dados disponíveis sobre o PAP, o SISFRON e os demais programas que estão envolvidos na faixa de fronteira (PROTEGER, PCN). O encontro foi cordial, porém curto, disponibilizando apenas 30 minutos para debater essas questões, no próprio escritório.

3.3.4 A transformação do quadro geopolítico

Como vimos, a fronteira amazônica foi, ao longo do tempo, alvo de uma sucessiva securitização, com o movimento contínuo de criação de Pelotões Especiais de Fronteira. Assim, é possível questionar a razão pelo qual o EB construiu esses PEF, como vimos anteriormente. A partir da década de 1990, houve uma queda importante da construção dos PEF na faixa de fronteira. Um dos motivos foi a criação de um processo de integração dos países que foi intensificado na década de 2000 (FUNAG, 2012). Os efeitos da criação da CASA, e depois da UNASUL obrigaram os países da área (região da faixa de fronteira) em criar mecanismos institucionais capazes de estabelecer uma relação de confiança e duradoura. A aposta da IIRSA, e depois do COSIPLAN foi justamente essa: uma visão

liberal das relações comerciais, na qual o livre-comércio e a troca de mercadorias são essenciais, e que foi disseminada ao longo da década (DHENIN, 2015).

Concomitantemente, a pasta da Defesa também foi reforçada na UNASUL, com a criação do Conselho sul-americano de Defesa, em 2008. Todos esses processos de integração das áreas obrigam os Estados em colaborar, e, sobretudo abrir mão, relativamente de parte da sua soberania rígida, na medida em que os fluxos de bens e pessoas devem ser liberados para que esse novo espaço aberto possa realmente atingir seus objetivos. Portanto, entre 2008 e 2015, os países dos blocos regionais (ALBA, ALCA, MERCOSUL) aumentaram consideravelmente os indícios de confiança recíproca, o que de certa forma começou a dificultar a justificativa em torno da necessidade de securitizar e militarizar as fronteiras, evidenciando assim uma falta de confiança com os parceiros fronteiriços do Brasil (DHENIN, 2014b).

Assim, para o EB, existe uma dificuldade em justificar sua presença numa área onde a integração neoliberal dos fluxos comerciais e econômicos obriga também a necessidade da presença de um Estado-Burocrático capaz de garantir sua soberania. Um bom exemplo dessa lógica são os trabalhos realizados pelo PPGEEI da UFRGS, que comparou as diferenças das dinâmicas territoriais, entre o Sul (Arco Sul) do Brasil, na fronteira como a Argentina e o Uruguai e o Norte do país (fronteira Brasil-França e Guiana Francesa, e também no Amapá). As lógicas dos fluxos transfronteiriços na fronteira são naturalizados e aceitos pelas autoridades locais (RÜCKERT et. al., 2014)

A fronteira, de fácil acesso, é pouco militarizada (presença de alguns PEF), mas existe também uma grande diversidade de outros órgãos do Estado (civis) como, por exemplo, grupos especializados da PM e também efetivos da PF e da PRF (FRANÇA, 2016). Essas áreas, diferente da região Norte, possuem fronteira com alta densidade humana e também programas de cidades-gêmeas que incentivam a formação de CIF (Consórcio Internacional de Fronteira), modelo que busca a aproximação dos municípios da tríplice fronteira, em prol de políticas de desenvolvimento para os moradores da região, independente da sua nacionalidade e/ou país de origem.

Cenário bem diferente daquele encontrado nos campos de pesquisa, onde as soluções são antes de tudo nacionais, com exceção de iniciativa MAP, mas que possui uma escala muito larga para satisfazer as demandas locais (PEREIRA, 2007). Em última instância, as FFAA e o EB encontram um espaço de atuação quando não há presença de

entes estaduais, mas também, como vimos nas diversas entrevistas realizadas nesse trabalho, com os oficiais responsáveis dos PEF queixam-se da ausência do Estado, não pelo trabalho, mas, sobretudo pelo desconforto causado pelos moradores e também para suas famílias.

Portanto, a normalização do contexto fronteiriço do Arco Norte depende ainda da capacidade dos estados federados e do governo federal em desessencializar a presença do EB na faixa de fronteira. Essa premissa obriga, portanto, o EB em buscar novos caminhos para garantir sua presença, num contexto que procura relativizar a importância do Estado. Por outro lado, desde 2012, houve uma evolução significativa do quadro geopolítico nas relações entre os blocos, como veremos a seguir. A busca de um equilíbrio parece cada vez mais importante, na medida em que observamos o retorno de discursos securitizadores na faixa de fronteira? Como foi demonstrado, a região do Arco Norte passou por uma série de grandes transformações, no âmbito de sua governança (reforço da presença do Estado com o PDFF) e também no quesito da segurança pública (PEFRON, PEF, ENAFRON).

Diante desse cenário em mutação, o EB começou a adaptar a sua estratégia, com a multiplicação das operações permanentes e a reorganização do SISFRON, consolidado no Arco Central. Portanto, o modelo do PEF deve evoluir nos próximos anos e nas próximas décadas em função de dois níveis estratégicos. Em primeiro lugar, a manutenção dos PEF e a capacidade de implantar missões de monitoramento/controle das áreas de responsabilidade dependem dos recursos do Comando do Exército para tal. Sem esses recursos, o trabalho do PEF é apenas simbólico, limitado pelas contingências orçamentárias e logísticas na realização do seu trabalho (com a ajuda de um abono salarial) está sendo debatido no CMA e no CMN (DHENIN, 2016). Sem eles, a necessidade dos PEF não seria tão evidente, para uma população que, nas áreas de maior concentração humana, identifica os civis como responsáveis dessas áreas.

Porém, a evolução recente do quadro geopolítico nas regiões dos três Arcos pode também justificar a manutenção de efetivos militares na faixa de fronteira. Assim, desde 2012, observamos que os países do subcontinente abraçaram partidos políticos conservadores (caso do Paraguai, da Argentina, da Colômbia, do Brasil) e países estão em crises (Venezuela, Bolívia, Equador), o que participa no aumento do grau de incerteza e confiança entre os diversos parceiros. Crises migratórias, ausência do Estado ou colapso

relativo são motivos de preocupação para os oficiais do EB, em direta conexão com o Gabinete de Segurança Institucional (GSI). Assim, os PEF e a necessidade de securitizar a fronteira ganhara cada vez mais espaço numa região que busca reforçar o controle fronteiriço (como no caso do presidente argentino Mauricio Macri) e que também oferece grande insegurança institucional para o governo brasileiro (Venezuela).

Procuramos na primeira parte desse Capítulo analisar a presença do Exército na faixa de fronteira amazonense, focando especificamente nos efetivos, nos recursos materiais, e nas missões desenvolvidas nos PEF. Em seguida, diante dessa realidade, apresentamos os limites conceituais da Estratégia Nacional de Defesa, para o EB e suas implicações no contexto fronteiriço. Evidenciamos aqui o problema das dificuldades logísticas e a escolha de reorientação do Programa Amazônia Protegida e suas motivações. Finalmente, procuramos avaliar as dificuldades do EB no nível estratégico, diante da complexa realidade fronteiriça e insistimos na evolução do quadro geopolítico entre 1985 e 2015. Para tal, realizamos uma análise crítica do papel do EB a partir das observações realizadas nas pesquisas de campo.

Na segunda parte do Capítulo, fizemos uma descrição detalhada, quase etnográfica da composição dos PEF, mostrando suas características, missões e valores de acordo com a doutrina do EB. O PAP representou nos últimos anos a grande promessa de modernização dos PEF, que necessitam ter seu sentido consolidado na sua missão. Para o EB, é necessário manter os PEF na fronteira, particularmente para realizar os patrulhamentos nas áreas de responsabilidade e também participar das ACISO. Em seguida, realizamos dois estudos de casos detalhados de alguns PEF do 4º BIS (Acre) e do 7º BIS (Roraima), com as pesquisas de campo realizadas respectivamente em 2013 e 2014. O contexto geopolítico e geográfico foi analisado para entender melhor as dinâmicas nas quais os PEF evoluem cotidianamente na faixa de fronteira.

A terceira e última parte do Capítulo procurou mostrar, a partir dos elementos apresentados anteriormente, a transformação do modelo de presença dos PEF. As dificuldades cotidianas, a motivação das tropas e a emergência de programas concorrentes podem levar a justificar a criação de uma guarda federal especializada de fronteira, como novo modelo possível. Para o EB, a logística aparece como o verdadeiro calcanhar de Aquiles, em função das dificuldades criadas pelo orçamento limitado, a multiplicação das missões interagências e o redimensionamento do SISFRON, com o fim do PAP.

Finalmente, a transformação do quadro geopolítico, nos últimos vinte anos, com a criação da UNASUL e do CDS, dificulta a força da narrativa securitizadora em torno das fronteiras amazônicas. A integração neoliberal e o regionalismo afastam o Estado burocrático do contexto, ficando na margem do processo de desenvolvimentos dos eixos do COSIPLAN. Os PEF e o EB são obrigados a adaptar suas estratégias de comunicação, em função das mudanças recentes do quadro geopolítico regional, particularmente a partir de 2012.

Na redação do Capítulo III, focalizamos o nosso estudo sobre a presença do Exército na faixa de fronteira. Procuramos na primeira parte do Capítulo analisar a atual presença do Exército na faixa de fronteira amazonense (focando especificamente nos efetivos, nos recursos materiais, por exemplo). Logo, foram apresentados os limites conceituais da Estratégia Nacional de Defesa, particularmente no contexto da faixa de fronteira.

A segunda parte do Capítulo III versou sobre a presença efetiva do Exército na faixa de fronteira, salientando o PEF no dispositivo do EB na faixa de fronteira. Em primeiro lugar, fizemos uma descrição quase etnográfica da experiência do PEF, particularmente aqueles que foram visitados durante as viagens de pesquisa. Analisamos suas características, suas missões e valores.

Concluimos esse terceiro Capítulo enfatizando os limites dos PEF e sua inadequação ao contexto atual de segurança fronteiriço. Afirmamos que se tratou de um modelo de presença limitado por diversos motivos (mobilidade, perfil dos soldados, missões e motivação dos efetivos). O problema da logística no contexto amazônico foi avaliado como um verdadeiro calcanhar de Aquiles do EB.

Em seguida, pretendemos desenvolver os argumentos com os elementos apresentados no Capítulo IV “**Uma abordagem crítica da normalização do papel dos militares do Exército Brasileiro na faixa de fronteira**”, que procura evidenciar a transformação da segurança pública na Amazônia, obrigando o Exército Brasileiro em redefinir seu papel diante do fortalecimento das FSP e do programa ENAFRON.

Capítulo 4:

Uma abordagem crítica da normalização do papel dos militares do Exército Brasileiro na faixa de fronteira

4.1 O efeito da convergência dos aparatos policiais e militares: imprecisão na fronteira semântica e geográfica?

4.1.1 A semântica entre ameaça interna e ameaça externa

O debate teórico sobre a questão da segurança do Estado, e particularmente suas dimensões externas e internas ganhou força a partir do momento em que as Relações Internacionais foram erguidas em “disciplinas”, lecionadas na Universidade, após a Primeira Guerra Mundial. De fato, podemos observar que as RI foram marcadas pela História e o contexto político vigente, assim como determinadas pelo contexto militar. Portanto, o tema da segurança vai rapidamente ocupar um papel central entre os objetos de estudos fundadores da área. Num primeiro momento, as RI foram marcadas pelo debate entre as perspectivas liberal e realista em torno da questão das causas da guerra e dos meios para evitá-la, até que após a Segunda Guerra Mundial, a abordagem realista firma-se como paradigma dominante e estruturante da disciplina, colocando a questão da segurança do Estado constituiu um dos princípios e uma das problemáticas sobre os quais as RI se estabeleceram (PECEQUILO, 2004; RODRIGUES, 2012a).

Nessa lógica de pensamento, o Estado soberano é entendido como território e fechado em fronteiras estreitas. O mesmo foi ao mesmo tempo ator central das relações internacionais e o sujeito da arena internacional, de onde ele garantiu a segurança do sistema. Portanto, foi definida como “segurança externa” (ou defesa), isto é, a segurança territorial do Estado perante as ameaças constituídas pelos demais atores estatais, parte do sistema internacional. De fato, evoluindo num espaço supostamente anárquico, onde a política interna seria distinta da política internacional, os Estados estariam em concorrência uns contra outros e envolvidos num estado permanente de insegurança em função das incertezas ligadas às ambições, às atitudes e até aos anseios de potência de outros estados (MEARSHEIMER, 2001).

Nesse dilema de segurança, que veria os Estados preparar sua defesa em função desse contexto, reforçando as incertezas percebidas pelos demais atores e alimentando a dinâmica de insegurança, a lógica estaria onipresente e se alimentaria do primórdio da

dimensão militar da ameaça. Hegemônico durante uma grande parte do século XX, o paradigma realista contribuiu para legitimar uma definição restritiva e redutora do campo da segurança na área das Relações Internacionais. Com o paradigma realista, as fronteiras de segurança se confundem com a segurança da fronteira dos Estados.

Apesar das tentativas iniciais, marcadas por rachaduras no edifício realista nos anos 1950, com a emergência do conceito de “comunidade de segurança” (DEUTSCH, 1957), foi preciso superar os anos 1980-1990 para observar a emergência de abordagens críticas, questionando e atacando conceitualmente as premissas realistas e seu reducionismo securitário (CEYHAN, 1998). Sob a influência das ideias de filósofos de correntes crítica (pós-estruturalistas, pós-moderno, construtivistas ou mesmo feministas) estas análises buscavam redefinir as fronteiras de segurança, isto é, os temas cuja segurança deveria garantir, enquanto outros trabalhos buscaram, por outro lado na década de 1990, questionar os processos sociais e os dispositivos de conhecimento que contribuem à constituição de objetos de segurança (natureza da ameaça, constituição do inimigo, novas guerras).

A evolução do conceito de segurança no campo das teorias das relações internacionais transformou essa noção de segurança entendida apenas ou exclusivamente como segurança do Estado, para a noção de segurança humana, enfatizando o indivíduo. Uma das consequências políticas do raciocínio desenvolvido por determinadas análises críticas de segurança levou a querer transcender as comunidades políticas do Estado (PETTMAN, 2005; RODRIGUES, 2012b). Esses discursos teóricos, assim que as realidades sociais e políticas que pretendem abordar facilitaram na escala internacional, a emergência e a popularização de conceitos de segurança que tornariam mais práticos e relacionados com as necessidades dos indivíduos. É neste contexto que se desenvolveu o conceito de segurança humana.

Poderíamos encontrá-lo definido, notadamente, no Relatório da Comissão sobre Segurança Humana, reunido no quadro da Organização das Nações Unidas. Os autores, sob a direção de Sadako Ogata e o Prêmio Nobel de Economia, Amartya Sen, alertam a comunidade internacional em adotar um novo paradigma de segurança. Um paradigma esse que romperia com a definição oriunda do século XVII. Para os redatores: “a noção de segurança humana trata da proteção e do alargamento das liberdades civis essenciais.

Trata-se ao mesmo tempo de proteger as pessoas contra ameaças agudas que pesam sobre elas e oferecer os meios de assumir seu destino³⁹” (tradução nossa) (ONU, 2003, p. 4).

A segurança humana completa a segurança do Estado, contribui ao exercício dos direitos humanos e reforça o desenvolvimento humano. A segurança humana alarga a noção estreita de segurança das fronteiras, para envolver a segurança dos moradores e das comunidades nas fronteiras e além. A ideia é de garantir a segurança do cidadão, e não apenas proteger os territórios contra toda agressão externa (ONU, 2003). Misturando ao mesmo tempo segurança econômica, social, sanitária, alimentaria, pessoal, ambiental, e política, este conceito pretende-se global. E é aqui que residiu toda a complexidade da relação entre segurança do Estado e a segurança do indivíduo – relação que Marc Crépon tentou questionar e articular num trabalho para liberar a compreensão de qualquer encolhimento possível sobre a segurança do Estado (CRÉPON, 2008). Portanto, essa segurança do indivíduo parece inseparável do Estado, positivamente e negativamente.

Portanto, com esse pequeno sobrevoo da história do conceito de segurança, procuramos desenvolver o Capítulo IV. Afirmamos que o discurso militar (global) evoluiu, particularmente nas décadas 1980-1990, para se adequar a essa tendência, ocupando um espaço simbólico na luta contra as ameaças que foram colocadas nas narrativas dominantes como “novas”. Na verdade, não são tão novas, pois são reconhecidas como tarefas tradicionais das forças policiais no mundo inteiro (luta contra o narcotráfico, contra o terrorismo, o crime organizado, o tráfico de pessoas, as migrações ilegais, entre outros). Esse movimento fez que as fronteiras entre as dimensões internas e externas da segurança fossem cada vez mais mescladas, tal como uma fita de Möebius⁴⁰, aproveitando a metáfora de Didier Bigo da Escola de Paris, para explicar essa transformação do campo da segurança (BIGO, 1998; 2001; 2005).

³⁹ La notion de sécurité humaine vise la protection et l’élargissement des libertés civiles essentielles. Il s’agit en même temps de protéger les personnes contre les menaces aiguës qui pèsent sur elles et offrir les moyens d’assumer son destin.

⁴⁰ Segundo Hirata (2015, p.5), uma fita de Möebius é “uma representação clássica do encontro das duas faces de uma fita feita por Asher que, posteriormente, passou a simbolizar o infinito”. O uso metafórico da fita se justifica a partir da representação do conceito de fronteira, onde as dimensões internas e externas são distintas, mas variam de um observador ao outro, naquilo que Bigo apresenta como o continuum securitário, isto é a interferência de elementos externos na segurança interna.

Figura n.7:

Exemplo de uma fita de Möebius.

Fonte: David Benbennick.



A tendência que foi desenhada, a partir da obra da Escola de Copenhague (ver Capítulos anteriores), e que observamos nas abordagens críticas de segurança que se desenvolvem durante os anos 1990, é uma concepção na qual a segurança e as ameaças não deveriam existir por si só. De acordo com as premissas construtivistas, elas são ao contrário, o resultado de um processo de construção e de transformação social (CEYHAN, 1998). Portanto, as análises críticas e construtivistas desenvolvidas durante os anos 1990 aprofundam o movimento de ampliação do conceito de segurança para outros setores, e rompem definitivamente com o estado-centrismo da visão realista.

Essas abordagens críticas de segurança, que oferecem certa heterogeneidade, têm como elemento comum a procura da de-essencialização da segurança. Algumas correntes insistem sobre a necessidade de levar em consideração os efeitos de linguagem presentes em tal construção (WAEVER, 1993), outros aderem em focalizar-se na dimensão política da segurança (CAMPBELL, 1998) ou inspirados pela teoria crítica da Escola de Frankfurt para tentar repensar a segurança numa perspectiva de emancipação (BOOTH, 2005).

Na Europa, esse movimento foi marcado pela edição de revistas especializadas, como por exemplo “Cultures & Conflits”, liderada pelo Didier Bigo. Foi nesse âmbito que os Estudos Críticos de Segurança (ECS) foram desenvolvidos e estruturados. A abordagem essa corrente está centrada na dimensão sociológica da segurança (podemos por exemplo nos referir aos trabalhos publicados na revista “International Political Sociology”. No Brasil, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) liderou durante muito tempo a pesquisa nesse âmbito, acordando um papel central dos agentes e dos dispositivos sociais de segurança, particularmente durante as pesquisadas apresentadas na sua escola de inverno. Optamos pela escolha metodológica dos Estudos Críticos de Segurança porque esse trabalho de tese de doutorado enfatizou os discursos produzidos nas entrevistas pelos agentes (oficiais militares e policiais) na faixa de fronteira, e, portanto, dialoga de maneira pertinente com as premissas apresentadas pelos Estudos Críticos de Segurança.

Didier Bigo procurou demonstrar, nos anos 1990, através daquilo que foi chamado de “continuum securitário” a interferência da dimensão “externa” no campo de segurança interna, e, portanto, da interpenetração da segurança interna e da segurança externa. Bigo critica, ao mesmo tempo, a ideia que esta interpenetração somente seria o resultado do surgimento de “novas ameaças” produzidas pelo fim das fronteiras e o transnacionalismo. É preciso, segundo ele, levar em consideração os atores sociais que participam da segurança:

a delimitação dos domínios de segurança interna e da segurança externa está desestabilizada. Evocamos a mudança do contexto internacional. Alargamos a concepção da segurança para levá-la em consideração. Evocamos a globalização econômica com mais credibilidade, sem dúvida. Por outro lado, falamos da construção do consenso pela mídia, e do complô americano. Mas se há indícios de estrategização da segurança interna, e se está transformando-se cada dia, mas remanente não é porque corresponde à realidade, à vontade da opinião pública ou num complô dos “grandes”. É porque ela domina como “programa de verdade” sobre a segurança. A interpenetração da segurança interna e da segurança externa não corresponde em um aumento das ameaças da época contemporânea: é o resultado do rebaixamento do nível de aceitação da outra, uma forma de dessecuritização do cotidiano pelos profissionais de segurança e fortalecimento das lógicas de ação policial⁴¹ (BIGO, 1998, p. 84-85) Tradução nossa.

⁴¹ La délimitation des domaines de sécurité interne et de sécurité externe est destabilisée. Nous évoquons le changement du contexte international. Nous élargissons la conception de sécurité pour la prendre en considération. Nous évoquons la mondialisation économique avec plus de crédibilité, sans doute. D’un autre côté, nous parlons de la construction du consensus par les médias, et du complot américain. Mais s’il y a des indices de stratégisation de la sécurité interne, et si elle se transforme chaque jour, mais remanente non pas parce qu’elle correspond à la réalité, à la volonté de l’opinion publique ou à un complot des “puissants”. C’est parce qu’elle domine comme “programme de vérité” sur la sécurité. L’interpénétration de la sécurité interne et de la sécurité externe ne correspond pas à une augmentation des menaces de

Portanto, o estado de tensão criado pelos “modernos”, seguindo a tipologia de Bigo, acaba afetando diretamente o resultado da segurança em todas as suas diferenciações. Assim, aquilo que é chamado de “guerra das polícias” (rivalidades entre os diferentes serviços de polícia judiciária e os militares da *Gendarmerie*). Esse fenômeno é observado principalmente na França e no Brasil, e visível quando cada um procurava argumentar a seu favor ao invés de cooperar.

Didier Bigo propõe uma análise para entender essa lógica, baseada sobre o perfil sociológico desses agentes. Segundo ele: “esses empregos não possuem as mesmas lógicas, não garantem uma única e mesma função que poderia ser chamado de segurança. Eles são heterogêneos e em competição, mesmo, se, com os efeitos da transnacionalização, a diferenciação instituída em torno do mito de uma fronteira estatal impermeável tende a desaparecer” (tradução nossa) (BIGO, 2005, p. 8).

O objetivo do Capítulo IV é mostrar que as premissas dos Estudos Críticos de Segurança, e o uso de ferramentas conceituais oriundas da abordagem da Sociologia Política Internacional aparecem como pertinentes para analisar o efeito de convergência dos aparatos policiais e militares (BIGO, 2013). Para entender esse fenômeno, reafirmamos que os militares brasileiros encontravam-se numa encruzilhada na década de 1980-1990 quanto à definição de seu papel e de sua legitimidade (esta questão já foi analisada nos capítulos anteriores). Mas foi a partir do ataque de 11 de setembro de 2001 que essa tendência encontrou sua efetivação, quando articuladas as narrativas da “guerra ao terror” que transformaram as agendas de segurança globais, pelo viés de discursos securitizadores (BUZAN, 1991).

Portanto, e será justamente o objeto da próxima parte, certos autores, como Bigo (2005) ou Bolduc (2016) afirmaram que entramos numa era de “gestão da insegurança global”, e o risco de esvaziamento do discurso dos agentes favorece a militarização das forças policiais, como podemos observar nas operações realizadas nos morros cariocas desde 1992. Esse mesmo discurso justificou a policialização das Forças Armadas, levando a um efeito de convergência dos aparatos civis e militares (efeito da fita de Möbius, como explicado anteriormente).

l'époque actuelle : c'est le résultat de l'abaissement du niveau d'acceptation de l'autre, une forme de désécuritisation du quotidien par les professionnels de la sécurité et le renforcement des logiques de l'action policière.

4.1.2 A busca para uma nova agenda de segurança para o Exército Brasileiro

Um dos argumentos apresentados pelos Estudos Críticos de Segurança aponta pela relativa ausência de análises sobre as abordagens realizadas num campo considerado antigo das Relações Internacionais, baseado a partir dos elementos históricos. Assim, na constituição dos saberes disciplinares nas ciências sociais houve uma separação clara entre objeto doméstico de ciência política e objeto externo, dependendo das Relações Internacionais. A distinção entre as forças militares e as forças civis de segurança remete à formação do Estado moderno, quando a questão da soberania ficou dominando as pautas. Esse período foi também marcado pela organização das forças militares e policiais a partir do século XIX.

De acordo com Muniz (2001) as polícias militares começaram a surgir a partir de 1809, marco importante da criação da Guarda Real de Polícia, que deu origem as atuais polícias militares estaduais. Houve durante o Império uma grande proximidade entre as polícias militares e o Exército, não apenas pela adoção do nome militar, mas pelas práticas comuns existentes entre as duas entidades. Interessante notar que a Polícia Militar começa a atuar segundo Muniz, nas guerras, mas também “nos conflitos internos, como rebeliões, motins, revoltas populares, além evidentemente, das operações de grande porte relacionadas ao controle de fronteiras da nação” (MUNIZ, 2001, p. 182). Esse processo de criação das Forças de Segurança Pública foi condicionado pelas disputas políticas entre o poder central e as lideranças locais, bem como pela realidade social e econômica da época marcada por uma sociedade conservadora de base escravista (HOLLOWAY, 1997).

Como a proclamação da República, inaugurou-se uma nova ordem política e, portanto, uma reorganização do aparato repressivo estatal (isto é, a capacidade do Estado em manter a ordem pública). A nova fase republicana significou um aumento da autonomia dos Estados, o que força os mesmos a organizarem-se em pequenos exércitos estaduais chamados de “polícias militares” ou “brigadas”. Assim, a nova ordem política modificou consideravelmente as relações entre as diferentes elites políticas, e também alterou a relação entre as classes dominantes e subalternas. Esse fenômeno foi facilmente observado durante o Estado Novo e particularmente durante o regime militar. Com a redemocratização em 1985, as inovações constitucionais, no âmbito da Segurança Pública, foram significativas, houve uma tentativa legal de mudança do paradigma reativo

para uma ação policial proativa (preventiva), bem como também ocorreu a inserção de princípio da gestão participativa na resolução dos problemas da violência e da criminalidade, conforme se pode observar pela redação do artigo 144 da Constituição Federal (BRASIL, 1988).

A corrente da abordagem crítica de segurança chamou atenção na tendência cada vez mais frequente em criar dicotomias e simplificações na estruturação do saber acadêmico. Assim, podemos observar a reprodução de linhas de separação conceituais na interpretação de fronteirização estatal. Os trabalhos de Walker (1993) enfatizam a relação interno / externo, a oposição entre anarquia no sistema internacional e o monopólio da violência física legítima e finalmente o nexos polícia-justiça versus Forças Armadas e diplomacia. Nessa corrente, um autor chamado Ethan Nadelmann enfatizou no seu trabalho esse fenômeno. Assim, observou que a internacionalização da polícia não era decorrente da internacionalização, mas encontrou sua origem com a criminalização de atividades que não eram anteriormente, como por exemplo o terrorismo e a lavagem de dinheiro. Logo, podemos observar a consolidação das agências federais, segundo ele, como também do aumento das rivalidades institucionais, que foram incentivadas para encontrar apoio no exterior. Evidenciou também a vontade do governo estadunidense de impor uma certa visão de lei e da ordem fora de suas fronteiras (NADELMANN, 1993).

Ecoando as ideias apresentada pelos Estudos Críticos de Segurança, Peter Katzenstein chamou atenção com a necessidade de realizar uma análise conjunta das dimensões externas e internas da segurança. Os estudos de casos apresentados (na Alemanha e no Japão), permitiram afinar as percepções dos laços entre as Forças de Segurança Pública e as Forças Armadas. Naqueles países, em decorrência da derrota durante a Segunda Guerra Mundial, o tamanho das Forças Armadas foi reduzido significativamente (apenas forças de auto-defesa no Japão, por exemplo), o que deixou o aparelho policial tomar um grande espaço simbólico. Na mesma linha de raciocínio, analisou como no começo na década de 1990, as Forças Armadas tiveram que lidar com uma situação inédita, na qual a perda de uma ameaça específica os incentivou a se reposicionar diante de ameaças difusas já tratadas, como o terrorismo internacional e a luta contra o narcotráfico (KATZENSTEIN, 1996). De acordo com Bigo (2005), o mundo pós 11 de setembro inaugurou uma nova era da gestão de insegurança global. Segundo o autor:

essa mundialização de insegurança tornaria obsoleta as fronteiras nacionais e obrigaria à colaboração internacional e ao mesmo tempo questionaria a distinção clássica entre de um lado a guerra, a defesa, a ordem internacional, a estratégia e do outro, o crime, a segurança interna, a ordem pública, o inquérito policial. O crime atingia a amplitude da guerra, a guerra seria realizada por criminais. E a resposta a esta fusão do crime e da guerra seria fusão feita por criminais. E a resposta a essa fusão do crime seria uma fusão dos serviços policiais, de justiça com as forças especiais e as ações militares exteriores, sob a supervisão de serviços de inteligência policiais e militares, trabalhando juntos tanto na escala nacional que transatlântica⁴² (BIGO, 2005, p. 1) Tradução nossa.

Didier Bigo insistiu sobre a necessidade de entender como e quando o discurso sobre a globalização da insegurança foi desenvolvido, através dos profissionais de gestão das preocupações, de transnacionalização dos processos de securitização. A premissa principal na qual esse autor baseou seu argumento é voltada às transformações de ordem da violência política, mas também ao desenvolvimento europeu e transatlântico dos aparatos policiais, militares, de inteligência, de alfândega, de ONG que cuidam de migrantes, a sua estruturação em um campo profissional e seus efeitos na sociedade de risco. Portanto, foi preciso estabelecer dois princípios na interpretação de Bigo: tratava-se de uma abordagem construtivista que enfatizava a materialidade dos atos de violência que conferem a morte e do outro lado, a construção social dos significados desta violência e dos contextos que a produz, significação que dependia das práticas de securitização e das posições e trajetórias daqueles que as produzem (BIGO, 2010).

Bigo insistiu também sob os esvaziamentos de conteúdo das análises sobre a insegurança global, particularmente na ausência de reflexão estruturada sobre a violência política promovida “através de terminologias nebulosas, de rede sem fronteira, da globalização do perigo, da incerteza, do inimigo invisível” (BIGO, 2010, p.7). Logo, todo o discurso foi centralizado em torno das novas ameaças, repetido tal como um mantra pelos oficiais das Forças Armadas, particularmente aqueles oriundos do Exército Brasileiro. Essa premissa se sustenta a partir das entrevistas e observações realizadas na pesquisa de campo entre 2013 e 2016.

⁴² Cette mondialisation de l'insécurité transformerait de façon obsolete les frontières nationales et obligerait à la collaboration internationale et en même temps questionnerait la distinction classique entre d'un côté la guerre, la défense, l'ordre international, la stratégie et de l'autre, le crime, la sécurité intérieure, l'ordre public, l'enquête policière. Le crime atteignait l'amplitude de la guerre, la guerre serait réalisée par des criminels. Et la réponse à cette fusion du crime et de la guerre serait une fusion faite par des criminels. Et la réponse de cette fusion du crime serait une fusion des services policiers, de justice avec des forces spéciales et des actions militaires extérieures, sous la supervision de services d'intelligence policiers et militaires, travaillant ensemble autant à l'échelle nationale que transatlantique. (Tradução nossa)

Para ajudar a analisar o discurso produzido pelos agentes sociais que atuam na faixa de fronteira, precisamos salientar a confusão nos discursos, que confundem guerra e crime para garantir efeitos contra produtivos na luta contra a violência política das organizações clandestinas (criminosas), na medida em que isto oferece uma dimensão que estas organizações não possuem (por exemplo, a dificuldade de analisar o PCC e o Comando Vermelho no Brasil), o que por outro lado enfraquece os recursos dos serviços em termos de recursos humanos.

Assim, para ajudar a ganhar em profundidade do ponto de visto da interpretação, vamos em seguida oferecer alguns elementos que abordam a perspectiva crítica da noção de fronteira, num esforço de contextualização e de-essencialização da fronteira como objeto principal dos estudos de segurança.

4.1.3 Interpretações críticas do objeto fronteira no campo da segurança

A interpretação da questão de fronteira ganhou espaço nos debates que legitimam o discurso ou a narrativa pós 11 de setembro sobre a fronteira, ao lembrar sua continuidade com os anos 1930 e propõe impor seu conteúdo como único discurso válido, partindo das análises de Hobbes até Carl Schmitt. Mas este raciocínio criou, segundo Bigo, uma ilusão de continuidade, uma vez que a visão de fronteira, nos outros campos disciplinares (exceto em ciência política) começou a perder sua coesão a partir dos anos 1960-1970. Nas diversas ciências, como na física, na biologia, na geografia, na sociologia, na economia, na filosofia e até no direito, no contexto europeu, os especialistas pensam a fronteira sem necessariamente atrelar a ela uma distinção interior / exterior absoluta (BIGO, 2010).

Logo, questionamos, baseado na materialidade, a sua pertinência num mundo em plena transformação. Observamos um aumento das fronteiras estatais (Didier Bigo lembrou o caso da fragmentação da ex-Iugoslávia nos seus escritos) e, por outro lado, o transporte aéreo, os meios de comunicação, os intercâmbios telefônicos, e mais tarde a Internet que limitam a sua visibilidade. A fronteira é, segundo a corrente dos Estudos Críticos de Segurança, cada vez menos o sinal da ordem do mundo, um marco ou uma referência estável e contínua, imutável como foi imaginada pelos cientistas políticos da escola tradicional. Aqui, a mobilidade (humana, financeira, econômica, geográfica) e a

transformação aparecem para assustar, como nos anos 1930, mas do lado revolucionário, a normalidade da ordem vigente (CASTELLS, 1998).

Desse modo, segundo Bigo: “a intangibilidade das fronteiras transforma-se num slogan e não corresponde a uma realidade. O mundo westfaliano supostamente dedicado a cobrir de um véu plurissecular e descrever uma vez para sempre toda a dinâmica internacional retorna como prescrição, vontade de privilegiar uma leitura do mundo sobre os outros, como o reconhece perfeitamente Raymond Aron no prefácio sobre sua grande obra Paz e Guerra entre as Nações (2002)” (BIGO, 2010, p. 6).

Sendo assim, o contexto fronteiro na América do Sul e especificamente no Brasil é marcado por sua transformação, e principalmente pelo alto grau de complexidade organizacional e nível de integração regional entre atores. Para Bigo, a perspectiva de fronteira é considerada transformada: lugar do encontro, da transição econômica, do intercâmbio, e dos testes de identidade, a ideia de que ela é móvel e diferente de acordo com os indivíduos que procuram a ultrapassar não para questionar essa narrativa da ciência política e de sua visão tradicional. Sua ordem e sua política foram contestadas pela reorganização dos sistemas sociais envolvidos.

A economia, apoiada com a lógica liberal, que favorece a emergência de novos conceitos como a transfronteiricidade (a capacidade dos fluxos de capitais e humanos de passar de um lado para o outro da fronteira). Nessa visão, a fronteira é o lugar de troca, não de distinção radical. Um bom exemplo é oferecido com as iniciativas nos contextos de tríplice fronteira na Amazônia (ex: MAP) e também nas dinâmicas das cidades gêmeas (ver o Capítulo III). Nessa perspectiva, a fronteira não é fixa, ela evolui em função dos fluxos, procura transformar seu Estado, mas não consegue ser completamente fechada (ver o caso do contrabando e as conclusões do relatório parcial do ENAFRON), ainda mais no contexto amazônico. Fechar o espaço e homogeneizá-lo, cortá-lo do seu ambiente e filtrar as entradas e saídas in loco torna-se prática marginal.

Observamos a mudança de perspectiva da fronteira a partir da obra de John Agnew quando evidenciou o caráter paradoxal da globalização. Ele foi um dos primeiros autores na área das Relações Internacionais em levar em consideração as implicações da mudança paradigmática que relaciona diretamente a fronteira ao discurso do Estado sobre ele mesmo, através das narrativas do território, da soberania, da identidade nacional e da segurança (AGNEW, 1994). O autor conseguiu mostrar na sua obra como as premissas da geografia ou da geopolítica que confunde fronteira e território, impediam de pensar

seriamente as relações mundiais que seriam reduzidas a uma ordem interestatal de entidades separadas e contínuas a uma ordem global sem fronteira, oscilando sempre entre estas duas perspectivas (AGNEW, 2007). Para tal, baseou seus trabalhos, a partir dos argumentos de Walker (1993) uma ameaça contra o duplo discurso vigente. De um lado, o risco oriundo do intercâmbio para a identidade nacional (retornando o velho discurso dos juristas do século XIX) e contra aquele da globalização imaginada como homogênea, completa, tecnológica, contemporânea e prevendo o fim dos territórios e dos Estados.

Qual é o limite dessa interpretação segundo Agnew? Essa abordagem alternativa da fronteira e suas variantes fizeram, apenas, uma reprodução do modelo clássico de maneira inversa. Não através de um discurso crítico de exceção, foram contra as teses schmittianas, mas a partir de um discurso da supressão das fronteiras. Na sua crítica do território, os autores acabam confundido a noção mesma de território estatal ou do controle de um espaço político alargado com a noção de fronteira. Portanto, sua visão da globalização os levou a conceber esta última como a supressão das fronteiras, caminhando para um mundo sem distinção. A partir do momento em que houve uma sistematização dessa confusão, o desenvolvimento do processo de globalização levou, ao final, para o fim dos territórios e dos Estados. Em última instância, chegou a ameaçar a democracia uma vez que poderia se desenvolver apenas num espaço fechado e homogêneo. Logo, as teses apresentadas pela corrente crítica dos estados de segurança afirmavam que esse processo foi sinônimo de uma política pautada para a manutenção da ordem perante as transformações decorrente do processo de globalização vigente. Esse discurso é bastante marcado por certas elites brasileiras que consideram que o projeto integracionista, ao diminuir as barreiras físicas e intelectuais entre os países de uma determinada região, não provoca certas reações contrárias a aquele projeto (com a rejeição da globalização, exemplificado com as visões alternativas do foro social de Porto Alegre).

A globalização multiplica as fronteiras ao invés de assimilá-las, e cria cada vez mais espaços e lugares que tinha anteriormente pela multiplicação das redes. A alternativa não é mais entre uma fronteira linha que continua a colonizar parcialmente o imaginário político e uma fronteira-rede que permite de pensar o mundo contemporâneo como multiplicação de pontos de fronteira que são pontos de passagens. Assim, a confusão semântica entre ameaça interna e ameaça externa, como também a dificuldade em definir os contornos de fronteira-rede marcou o discurso produzido pelos oficiais do Exército que atuam na faixa de fronteira. O objetivo da próxima parte é mostrar os discursos

produzidos pelos agentes que convivem com essa realidade, levando em consideração suas representações, seus papéis, o conceito de transfronteiricidade, no Estado do Acre e no Estado de Roraima, entre 2013 e 2014.

4.1.4 Estudo de caso: a produção dos discursos dos agentes de segurança na fronteira

Para analisar nosso problema de pesquisa, é importante levar em consideração a noção de poder de polícia do Exército, em uso na fronteira, para exemplificar o dilema apresentado anteriormente. Assim, o poder de polícia foi amparado pela Lei Complementar n.97 de 09 de junho de 1999, posteriormente alterado pela Lei Complementar n. 117 de 02 de setembro de 2004, que trata sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas (BRASIL, 2004). O artigo que diz respeito à matéria encontra-se no artigo 17-A da Lei Complementar n. 97, em seu inciso IV, que assim dispõe:

Artigo 17-A. Cabe ao Exército, além das outras ações pertinentes, como atribuições subsidiárias particulares:

IV: atuar, por meio de ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira terrestre, contra delitos transfronteiriços e ambientais, isoladamente ou em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo, executando, dentro outras, as ações de:

- a) patrulhamento
- b) revista de pessoas, de veículos terrestres, de embarcações e aeronaves
- c) prisões em flagrante delito (BRASIL, 2004, sem página).

Barros (2010) evoca a possibilidade do artigo 17-A colidir com as prerrogativas da Polícia Federal; como prevê o parágrafo primeiro do Art. 144 da Constituição Federal de 1988. Barros afirma que o legislador ultrapassou os limites (interpretação) jurídica do problema, mas coloca em perspectiva a necessidade de redefinir o quadro (porque as FFAA continuam e o Exército), podemos ver que se trata de uma construção de um papel sociológico de ação em prol do Brasil (presente nos discursos). O poder de polícia é apenas o elemento mais claro da convergência dos aparatos policiais e militares, os discursos corroboram também isso claramente. A Lei Complementar 136 de 2010 alterou a Lei Complementar 97, de 09 de junho de 1999 com apenas quatro artigos (3-A, 11-A e 16-A) bem como revogou o artigo 10 e o inciso IV do artigo 17-A. De modo geral, as evoluções organizacionais foram basicamente quanto à estrutura do MD, à Política de Defesa Nacional e também o Poder de Polícia das Forças Armadas (BRASIL, 2010).

Um dos objetivos desse trabalho foi propor uma análise do discurso sobre as ameaças à segurança, estabelecendo uma relação entre as narrativas e os agentes sociais que as produzem. Chamamos atenção com os profissionais que interpretam os discursos e que administram o estabelecimento das tecnologias associadas a elas (para o EB, o lançamento de uma série de sistemas complexos modernizantes, para o MJ, o programa ENAFRON a partir de 2011). Para ilustrar esse ponto, vamos analisar a produção de discursos dos oficiais do Exército Brasileiro, começando com a entrevista realizada com no Estado do Acre, com o Capitão L. em 2013.

O discurso produzido pelo Capitão L. enfatizou, entre outras questões relevantes para a pesquisa, duas dimensões centrais do objeto de pesquisa. Em primeiro lugar, precisamos analisar a importância da estrutura mínima para o emprego do Exército Brasileiro nos Pelotões Especiais de Fronteira. Para o oficial, existe uma preocupação do EB em oferecer as condições materiais para que o bem-estar dos soldados seja garantido, como explica nesse trecho:

preocupação pelo menos está ocorrendo, porque a gente recebeu, são coisas que se a gente analisar são a base. Então, às vezes o tenente ele critica, tá preocupado com a família. Família todo mundo se preocupa. *Tá* preocupado com a energia, tem que se preparar com o armamento, mas a implicação da energia, da água ao bem-estar da tropa, em cima do emprego da tropa. Então, essa preocupação eu vejo que ela está existindo (DHENIN, 2013, p. 14).

Em segundo lugar, a partir do momento que as condições básicas de manutenção do PEF estão preenchidas, existe a possibilidade de pensar a segurança e a atuação do EB na faixa de fronteira de forma mais complexa, atrelando os interesses das Forças Armadas com as Forças de Segurança Pública. A especificidade do contexto fronteiriço tornou – segundo ele – necessária a colaboração entre profissionais, como observamos nesse trecho:

não dá a gente trabalhar sozinho. Ainda mais na faixa de fronteira. Até porque existe um conhecimento de cada instituição para cada assunto. Então eu *vou na* PM, eu vou ter uma informação, eu vou na PF, eu já vou ter outra. E se a gente reúne, juntar esforços até, você tem bem mais sucesso que cada um trabalhando por si (DHENIN, 2013, p.12-13).

Portanto, o discurso produzido pelos militares entrevistados possui duas dimensões que são muito relevantes para entender a dificuldade em manter uma presença do EB que possa satisfazer tanto os interesses do EB, nas suas mais diversas missões, mas também reconhecer a fragilidade do PEF, como parâmetro objetivo para que o desenvolvimento de parcerias estratégicas e técnicas com as Forças de Segurança Pública seja um caminho pelo qual o EB possa desenvolver sua estratégia como força terrestre

moderna. Em seguida, vamos analisar a produção de discursos de outros oficiais do Exército Brasileiro, nesse caso a entrevista realizada com o Tenente A. no Estado de Roraima em julho de 2014.

Como aconteceu em 2013, o discurso dos oficiais do EB foi marcado pela dualidade das dimensões, em primeiro lugar, o relacionamento com o vizinho guianense, e por outro lado, o estabelecimento dos Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras (GGIF), oriundos das recomendações do programa ENAFRON. O Tenente A., durante a sua entrevista, evidenciou a dificuldade em criar um relacionamento com os oficiais guianenses, quando explica que:

sinceramente, eu nunca vi um interesse da Guiana, do Exército deles. Não sei se é especificamente desse comandante, a gente recebeu uma comitiva do Estado-Maior esses dias, no início da semana, segunda-feira. Por incrível que parece, um comandante lá falou mal do François, o comandante daqui. Então não sei se é uma coisa específica desse comandante, ou se é por ser um Exército relativamente mais fraco. Pelo menos aparentaram isso (DHENIN, 2014, p.15).

A questão da confiança entre oficiais é um aspecto importante do relacionamento bilateral entre forças armadas, na preocupação em criar laços de confiança para eventuais processos de cooperação entre os dois países. O caso da Guiana pode ser interpretado a partir das assimetrias existentes entre o Brasil e a Guiana, mas o discurso do Tenente A. mostrou a confiança e o interesse precisou ser mútuo para assegurar a segurança na região. Outro aspecto apontado pelo oficial, a articulação das forças civis e militares em torno da implantação dos GGIF, como evidenciado nesse trecho:

aqui em Bonfim, tá sendo implantado agora o GGI, que é o Gabinete de Gestão Integrada. Com isso aí, você tem contato com a PM, a RF, a PF, a Secretaria de Segurança, a Secretaria de Educação, todo mundo! E uma vez por mês, você tem esses encontros. Então você consegue debater problema de segurança, você consegue debater problema de drogas, qualquer problema social, você consegue levantar. Então essas reuniões são importantes (DHENIN, 2014, p.8).

Como podemos observar, o discurso do Tenente A. valoriza bastante o GGIF como instrumento de coordenação das diversas forças de segurança e defesa que atuam na região. É interessante notar que em 2013, o Capitão L. ainda não era completamente familiarizado com a organização do GGIF, se referindo ao manual de cooperação interagência que foi lançado em 2012 pelo MD. Com o decorrer do tempo, a articulação do EB com as FSP foi intensificada e o discurso dos oficiais presentes que trabalhavam na faixa de fronteira, que evidencia essa transformação do ponto de visto doutrinário.

Durante a entrevista realizada com o Capitão L., alguns problemas ou dificuldades foram destacados, na medida em que representam exemplos concretos do dilema entre aparatos militares e policiais na região do Acre. É importante lembrar que essa entrevista foi realizada em 2012, ou seja, apenas um ano após o lançamento do Programa Amazônia Protegida. Portanto, existe um contexto que precisa ser levado em consideração o discurso produzido pelo oficial do Exército, quando, por exemplo, explica que:

eu acho que até por essa situação de modernização e de crescimento do país, a tendência é que o Exército ele cada vez mais ele fica voltado para sua atividade fim, a meu ver, né? Porque se o país tá crescendo, parto do princípio que ele vai ter mais recursos, e tendo mais recursos, cada órgão, principalmente os órgãos de segurança pública, que trabalham com nossa atividade (DHENIN, 2013, p.31).

É interessante notar como existe no discurso do Capitão L. uma apropriação da questão de segurança pública, enfatizando o papel do EB, mas ao mesmo tempo procurando retornar às atividades fim (defesa) sendo prerrogativa constitucional do EB e das demais forças. Outra questão que foi levado em consideração pelo oficial diz respeito ao Programa Amazônia Protegida, como ferramenta importante para ser levada em consideração:

existe esse planejamento cauteloso para a implementação dele. E eu acredito que sim. Acredito que ele vá suprir. Talvez quando ele seja implantado, apareça alguma deficiência. Mas se essa deficiência ela for resolvível, isso não tem problema, porque muitas vezes a gente tem uma coisa padrão, uma coisa boa, mas sempre dá para melhorar. Isso aí é a tendência, aos poucos (DHENIN, 2013, p.17).

Como podemos observar nesse trecho da entrevista, o discurso do Capitão L. é marcado pelo otimismo, num momento (julho de 2013), em qual o país encontrava-se no começo de um período de instabilidade (com as manifestações contra o aumento das passagens de ônibus). Portanto, um dos problemas analisados nesse trabalho foi a questão orçamentária, pois ela corrobora a reestruturação do PAP, uma vez que o programa ficou “congelado” por não haver os recursos necessários a partir de 2014 para sua implantação. Esse dilema favorece o aumento por cooperação por outros órgãos do governo federal (como foi verificado ao longo da pesquisa).

De fato, os recursos tiveram que ser reajustados para manter viáveis os projetos considerados estratégicos pelo EB, como o SISFRON, na segurança da faixa de fronteira. O discurso produzido pelos tenentes na faixa de fronteira do Estado de Roraima evidenciou as mesmas questões que aquelas observadas em 2013. A questão do dilema

dos efetivos e o tamanho das zonas de fronteiras fica clara quando observamos o depoimento do Tenente A., no seguinte trecho:

para o nosso efetivo... o nosso efetivo é satisfatório, mas é uma área muito grande! É um problema acho de maneira geral, a faixa de fronteira é muito grande, o nosso efetivo precisaria ser muito maior. Não é um problema especificamente do PEF. É no sentido de levantar informe (DHENIN, 2014b, p.9).

Além dessa questão, existe também, decorrente disso, o objetivo de verificar a questão de logística, particularmente nos equipamentos do PEF, como explica da seguinte forma:

no momento estamos só com uma ambulância, porque a viatura tá em Boa Vista na manutenção. Que deu problema. Aí deve estar voltando. Mas tenho umas coisas que poderiam melhorar, mas em termo de instalação, e aquilo que precisamos para trabalhar, estamos sem supridos. Armamento, munições, para a gente realizar nossas missões, o nosso maior problema atualmente é nossa viatura” (DHENIN, 2014b, p.7).

Um dos problemas recorrentes que foi apontado pelos oficiais do EB nas entrevistas realizadas entre 2013 e 2014 foi a questão da logística, que pode ser considerada o calcanhar de Aquiles do EB na região amazônica. O PAP previa um aumento dos PEF e daqueles existentes, mas existo uma grande responsabilidade para resolver as limitações impostas pela dimensão continental da faixa de fronteira. Portanto, isso também dialoga com a importância de manter os recursos dos PEF e dos batalhões.

Portanto, na próxima seção desse Capítulo, focaremos na transformação do discurso dos agentes do campo da segurança na faixa de fronteira analisando primeiro a gênese do programa ENAFRON e, em seguida, reforçando a importância da articulação dos GGIF e seus efeitos no EB. Finalmente, enfatizamos a tendência da policiaização das Forças Armadas como prática verificada na faixa de fronteira.

4.2 A transformação do discurso dos agentes do campo da segurança na faixa de fronteira

4.2.1 A gênese e os objetivos do programa ENAFRON do MJ (no Acre e Roraima)

O Decreto n. 7896 de 08 de junho de 2011 lançou o marco legal do Plano Estratégico de Fronteira e do ENAFRON. De acordo com os dados coletados sobre a faixa de fronteira, principalmente a partir do relatório publicado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), a fronteira é caracterizada por dois problemas centrais: uma atuação fragmentada e a ausência de estratégia indutora de benefícios para a

segurança pública. O argumento a favor da reestruturação da concepção de fronteira é baseado em torno de três critérios (BRASIL, 2016): integração, cooperação e articulação. Assim, houve um esforço de estruturação entre diversos ministérios do governo federal, reunidos em torno da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira ou CDIF. A SENASP foi responsável pela estrutura analítica do Plano Estratégico de Fronteiras. O PEF é organizado em torno de três ministérios (MD, MJ e MP). No MJ, a SENASP é responsável pela logística organizacional do programa. Sua sede é situada em Brasília, DF, que procura centralizar as demandas dos onze estados fronteiriços que participam do programa. Durante esse trabalho investigativo, foi realizada uma longa entrevista com um dos gerentes do programa ENAFRON, o policial civil José Camilo da Silva, para conseguir os dados atuais.

O marco legal do Plano Estratégico de Fronteiras buscou no seu artigo 4º implantar: I- ações de integração federativa entre a União e os Estados e municípios situados na faixa de fronteira; II- implementação de projetos estruturantes para o fortalecimento da presença estatal e III- incentivar ações de cooperação internacional com países vizinhos. O PEF desenvolve suas ações a partir do esforço concentrado entre os Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF) e o Centro de Operações Conjuntas (COC). Todo esse trabalho de integração, cooperação e articulação procura evidenciar as falhas que os servidores da segurança pública encontram no terreno, para depois oferecer soluções (organizacionais, técnicas, materiais) que estejam de acordo com as demandas dos agentes da segurança pública. O objetivo é maximizar a eficiência da alocação de recursos e evitar perdas indevidas que possam atrapalhar o planejamento estratégico do programa ENAFRON como um todo.

A segurança pública na faixa de fronteira foi marcada a partir da década de 2000 por novas iniciativas para aumentar a presença do Estado nas áreas mais afastadas do território nacional (BRASIL, 2005). Para analisar a realidade da segurança pública no Arco Norte, buscamos elementos produzidos nos trabalhos realizados pelo grupo de pesquisa RETIS do departamento de geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), sob a liderança de Lia Osorio Machado (MACHADO, 2011). Precisamos também salientar o trabalho realizado o Núcleo de Estudos de Cidadania, Conflito e Violência Urbana da UFRJ, sob a liderança de Michel Misse, que colaboraram com a SENASP do Ministério da Justiça (BRASIL, 2016). Esse estudo foi realizado durante a elaboração dos relatórios de pesquisa da ENAFRON. Ambos os trabalhos foram decisivos

para entender a questão do “efeito bumerangue”, isto é, quando “experiências político-administrativas situadas em espaços considerados às margens das formas governamentais passam a ser incorporadas no centro dos dispositivos de poder” (HIRATA, 2015, p. 30).

Portanto, buscamos nessa parte enfatizar o desenvolvimento de uma nova abordagem, sobretudo no que diz respeito aos ilícitos transfronteiriços, categoria apresentada anteriormente (ver Capítulo III). Para entender os mecanismos de violência no âmbito da segurança pública, não podemos deixar de salientar as relações “reais” ou “imaginadas” entre as áreas fronteiriças e os grandes centros urbanos brasileiros, naquilo que é chamado pelo senso comum de “economia paralela” isto é, quando as atividades são ilícitas, mas totalmente conectadas à economia legal. Essa é uma das características principais do crime organizado, liderado principalmente por grupos organizados e estruturados como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV). Durante a década de 2000, e particularmente no ano de 2005, com as revoltas nos presídios paulistas e a crise de segurança pública na cidade de São Paulo, as autoridades estaduais e federais começaram a entender a importância do tamanho dessas organizações criminosas, sua capacidade de permear as diversas esferas do Poder (Executivo, Legislativo e Judiciário) e, portanto, lançou uma série de políticas públicas para tentar de amenizar o poder e a influência dessas organizações criminosas.

Assim, antes mesmo de definir alguma estratégia de âmbito nacional, foi manifesta a vontade de criar grupos especializados na atuação repressiva e “preventiva” para a luta ostensiva contra os ilícitos transfronteiriços na faixa de fronteira. Entre as diversas medidas tomadas, duas experiências importantes foram lançadas pelo poder estadual, ambas situadas no Arco Sul da fronteira: o DOF (Departamento de Operações de Fronteira, no Estado do Mato Grosso do Sul) e o GEFRON (Grupo Especializado de Fronteiras) no Estado do Mato Grosso. Portanto, o PEFRON, que foi o antecessor da ENAFRON, foi precursor, alertando sobre a necessidade de formar um pessoal especializado para trabalhar na fronteira, mas sem oferecer algum tipo de estratégia de nível nacional e um programa capaz de amparar as demandas dos profissionais de segurança pública.

Nesse processo, e decorrente dos esforços lançados na chamada “guerra às drogas” (RODRIGUES, 2012a), observamos que “as políticas voltadas à proteção de fronteiras brasileiras a partir da metade dos anos 2000 são especialmente reveladoras da vitalização dessa relação por meio de dinâmicas internacionais de hibridização das áreas de defesa e

de segurança pública, como também no combate aos chamados ilícitos transfronteiriços” (HIRATA, 2015, p.32). De tal modo, podemos nos apoiar nos trabalhos de Bigo que salientam que:

a convergência entre aparatos policiais e militares é uma dinâmica internacional, que passa pela convergência de discursos, doutrinas e técnicas dos profissionais de segurança (policiais e militares) no mundo pós-1989, especialmente com a queda do Muro de Berlim, o declínio da ex-URSS, as guerras do Golfo e da Iugoslávia (BIGO apud HIRATA, 2015, p. 32).

O trabalho de pesquisa de campo realizado em julho de 2013 no Acre (e apresentado a partir das entrevistas realizadas principalmente nos Pelotões Especiais de Fronteira) nas cidades de Epitaciolândia e Brasiléia, evidenciou um interesse das forças de defesa no monitoramento e no controle das áreas consideradas estratégicas para a Defesa Nacional. As chamadas “zona de responsabilidades”, onde o poder de polícia das unidades do Exército Brasileiro é aplicado, formam um escudo no qual a segurança pública e a defesa encontram, naquilo que Didier Bigo chama de “hibridização da segurança”, que podemos observar na faixa de fronteira (BIGO, 2010).

Do ponto de vista da vertente civil, a presença das Forças Armadas na região do Acre representa uma forma de complementar a segurança da região de fronteira, mas também se torna um problema, na medida em que a capacitação das forças civis e militares de segurança carecia ainda de normas operacionais sobre os diversos aspectos das prerrogativas que cada força tinha e/ou do poder que era conferido. Portanto, existe um pequeno debate sobre as eventuais resistências (internas) entre forças de segurança sobre a necessidade de trabalhar em operações conjuntas (operações interagências). Essas ressalvas são bastante marcadas quando existe uma presença histórica de um lado em referência ao outro. Isto não significa necessariamente que o trabalho é impossibilitado ou mesmo deixado de lado, mas que as lideranças optam por preservar suas tropas perante eventuais deslizos ou desvios de conduta (DHENIN, 2013). No caso do Acre, e nosso estudo de caso evidenciou essa tendência, a condição de cidade gêmea entre Brasiléia e Cobja favorece bastante a economia local, obrigando a criação de um número importante de postos de fiscalização (principalmente da Receita Federal e da Polícia Federal), em função dos fluxos cotidianos de pessoas e mercadorias entre os dois países fronteiriços (Brasil e Bolívia).

Essa dinâmica obriga também as lideranças locais em buscar um apoio governamental (na esfera estadual e federal) para resolver questões de segurança. O Estado do Acre garante sua presença com um batalhão de policiais militares (10º BPM)

na cidade de Brasília, e com duas companhias nas cidades vizinhas de Xapuri e Assis Brasil. Com o programa ENAFRON, houve um incremento na quantidade dos equipamentos (viaturas, coletes, munições) destinado ao uso das Forças de Segurança Pública no Estado do Acre (BRASIL, 2016).

O estudo de caso apresentado sobre o Estado de Roraima foi realizado em 2014, com uma série de entrevistas que foram realizadas principalmente no município de Pacaraima, na fronteira entre Brasil e Venezuela. Naquela localidade, tivemos a oportunidade de participar do I Simpósio da ENAFRON, cujo objetivo era a troca de experiência com responsáveis de diversas entidades (PRF, RF, PC, PM, PF, ANVISA, ABIN e representantes dos países fronteiriços). O Estado de Roraima foi bastante beneficiado com os investimentos realizados no âmbito do programa ENAFRON. Um ponto importante da organização foi o reaparelhamento das Forças de Segurança Pública (PMRR), que foram beneficiadas com novos equipamentos, principalmente novas viaturas para realizar os patrulhamentos, equipamentos de radiotransmissor e armamento letal de última geração, demanda antiga da corporação, de acordo com as conversas informais realizadas na pesquisa de campo. O Estado de Roraima ficou também bastante solicitado, no âmbito da crise decorrente da morte do antigo presidente Hugo Chávez, cuja transição política ficou marcada entre 2014 e 2016 por uma série de grandes manifestações contra o seu sucessor, Nicolás Maduro.

Houve, portanto, de acordo com os membros do GGIF, uma vontade de aproximar as Forças de Segurança Pública (FSP) e as FFAA brasileiras com as FSP da Venezuela, mas sem obter nenhum real avanço. O clima de desconfiança foi bastante salientado (*off the record*) por oficiais do Exército Brasileiro (DHENIN, 2014), na medida em que a eleição de Nicolás Maduro e a crise econômica severa que foi se alastrando no país favoreceu uma polarização política cada vez mais intensa. Assim, a questão da transformação da segurança pública a partir de 2011 foi marcada pela preocupação, por parte das FSP para lidar com os problemas recorrentes de ordem pública (ilícitos transfronteiriços), mas sob a ameaça (no discurso dos membros das FSP) de uma reforma constitucional de Nicolás Maduro. A pressão popular decorrente da forte mobilização da oposição ao governo e a entrada maciça de refugiados em Pacaraima (durante o ano de 2016), fragilizou a relação bilateral entre o Brasil e a Venezuela.

4.2.2 A importância estratégica para a SENASP do estabelecimento dos Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteira – GGIF: legitimação da cooperação interagência

De acordo com o Decreto 7496 de 08 de junho de 2011, a ENAFRON planejou a implementação de Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF), para organizar no nível estadual os órgãos competentes. Portanto, são das atribuições do GGIF:

I- Propor e coordenar a integração das ações; II- tornar ágil e eficaz a comunicação entre seus órgãos; III- apoiar as secretarias e polícias estaduais, a Polícia Federal e os órgãos de fiscalização municipais; IV- analisar os dados estatísticos e realizar estudos sobre infrações criminais e administrativas; V- propor ações integradas de fiscalização e segurança urbana no âmbito dos municípios situados na faixa de fronteira e VI- incentivar a criação dos GGIM (Gabinetes de Gestão Municipais) (BRASIL, 2011, sem página).

De acordo com o documento-síntese produzido pela SENASP sobre a ENAFRON, os GGIF servem principalmente de interlocutor ao nível estatal para o Governo Federal (BRASIL, 2016). O objetivo segundo esse responsável entrevistado foi descentralizar determinadas prerrogativas da SENASP, celebrando convênios com as entidades estaduais, para que todos estivessem cientes de suas responsabilidades dentro da ENAFRON. Um dos fatores que estimulou a criação dos GGIF foi a necessidade de reunir periodicamente todas as autoridades competentes numa determinada área para que os esforços sejam coletivos e os resultados maximizados, principalmente no assessoramento do Secretariado de Segurança Pública.

Porém, o gerente da ENAFRON reconheceu que em função da grande diversidade dos perfis nos 11 Estados fronteiriços, é possível que haja diferenças na maneira como foram organizadas essas reuniões, por questões às vezes banais do “poder local”, uma vez que nos processos administrativos, é difícil retirar certas prerrogativas para determinados agentes sem que houvesse algum atrito (DHENIN, 2016). É importante salientar que a SENASP deixou a liberdade de escolha para os Estados, podendo criar um GGIF ou apenas uma câmara temática, guardando o modelo anterior. Entre 2011 e 2014, a SENASP passou de 04 Estados com GGIF para 07 em 2014. No mesmo espaço de tempo, passamos de 07 câmaras temáticas para 04. Essa inversão foi constatada pelas sucessivas reuniões e mostram a maneira como esse modelo funciona, quando acompanhado e fiscalizado, e é capaz de trazer resultados considerados positivos para os Estados fronteiriços (BRASIL, 2016). Em seguida, vamos analisar a operacionalização dos Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteira no âmbito da experiência de mutualização dos custos, principalmente através das operações interagências de tipo Curare ou Ágata.

Depois da assinatura do Decreto entre as partes interessadas, sobretudo quando foi lançado o Plano Estratégico de Fronteira (PEF), a SENASP ficou responsável por operacionalizar a ENAFRON. Para tal, o projeto foi desenvolvido em torno de seis eixos temáticos: I- Diagnóstico; II- Acompanhante e Avaliação; III- Integração Sistêmica e Cooperação; IV- Inteligência de Segurança Pública; V- Política Nacional Uniforme e VI – Inovação Tecnológica. Com base nas diretrizes apresentadas no PEF: (ver em anexo os documentos), “a saber, atuação integrada dos órgãos de segurança pública, da secretaria da Receita Federal do Brasil e das Forças Armadas e a integração com os países vizinhos, foi definido pela SENASP, em parceria com os entes federativos fronteiriços, um conjunto de ações estratégicas que visavam atender ao objetivo previsto no plano” (BRASIL, 2011, p. 2).

Como afirmou a gerente do ENAFRON entrevistado para esse trabalho, ficou evidente o interesse dos Estados fronteiriços em acertar a proposta feita pela SENASP, que buscava fortalecer as instituições presentes na fronteira na área de segurança pública, que, naquele momento, encontravam-se na grande maioria fragilizada frente à atuação das organizações criminosas, notadamente tráfico de entorpecentes, armas e contrabando. “A gente tá fazendo uma sistematização do programa ENAFRON, e considerando esse ponto de vista, da (frágil) integração entre esses países” (DHENIN, 2016, p.6).

É importante notar que houve entre o Ministério da Justiça e o Ministério da Defesa uma série de debates e de reuniões para estreitar os laços político-administrativos e de competência jurídica em função da expertise das Forças Armadas na fronteira (BRASIL, 2010). Para realizar esse trabalho inicial, foi definida pela SENASP uma lista de ações para serem tomadas, consideradas urgentes a partir das portarias n. 41/2011 (reaparelhamento 2011); n. 12/2012 (reaparelhamento 2012); n. 83/2012 (radiocomunicação digital 2012); n. 38/2013 e n. 42/2013 (videomonitoramento).

Nesse sentido, para que os repasses fossem realizados, foi solicitado aos Estados que estes identificassem as principais necessidades nas unidades operacionais em atividade na fronteira, assim como as diversas demandas percebidas pelos policiais lotados nos municípios classificados pelos Estados como prioritários para o programa ENAFRON. Finalmente, é preciso entender as duas dimensões que articulam o trabalho do programa: por um lado, uma dimensão endógena, que procura orientar os onze Estados fronteiriços com a SENASP, e por outro lado, uma dimensão exógena, que busca estreitar as relações com os países vizinhos, justamente o objeto do próximo ponto.

Ao longo do trabalho da pesquisa de campo realizado nos anos de 2013 e 2014, houve uma preocupação em analisar o relacionamento estratégico entre as Forças Armadas brasileiras e as Forças de Segurança Pública com os países vizinhos. Podemos afirmar que os programas do governo federal, como já analisados, enfatizam principalmente a presença na faixa de fronteira, com o objetivo principal de intensificar o controle e a fiscalização das fronteiras, particularmente no Arco Norte, tanto nos diversos Estados fronteiriços como também no relacionamento bilateral com os países que dividem limites com o Brasil.

Portanto, observamos um dilema na relação com os vizinhos, uma vez que os ilícitos transfronteiriços que chegam principalmente nos grandes centros urbanos, como as drogas e as armas, encontram sua origem em países como Bolívia, Paraguai ou Colômbia (BRASIL, 2016) Com esses países, o Brasil firmou uma série de acordo de segurança (GIMENEZ, 2015), mas constatamos na pesquisa de campo que dificilmente, para não falar raramente essas intenções são transformadas em ações ou iniciativas políticas de longo prazo. Nos casos que foram apresentados, e corroborando os discursos produzidos durante as entrevistas dos tenentes nos PEF ou mesmo do gerente da ENAFRON, podemos afirmar que os pontos de convergências são bastante limitados, e resumem-se ao contato formal em datas comemorativas e datas/visitas já planejadas. Um dos pontos que chama atenção, particularmente na região Norte, é o fato de que o idioma representa a primeira barreira entre as Forças de Segurança e de Defesa dos países vizinhos na faixa de fronteira. Portanto, além do idioma, os PEF não atuam no nível estratégico das operações de fiscalização e, portanto, isso acaba limitando a capacidade dos tenentes do PEF em tomar iniciativas de sua própria vontade (DHENIN, 2014) apesar de manifestar um interesse.

Outro aspecto importante para ser notado, finalmente, algo que foi bastante mencionado durante as entrevistas é a relativa ausência do Itamaraty na faixa de fronteira, buscando apenas resolver questões de cunho diplomático, como questões de vistos ou prisões de cidadãos brasileiros no exterior. Não há uma política ou uma estratégia definida por parte do Itamaraty para que os problemas entre as FFAA dos países vizinhos sejam relacionados através de um canal diplomático. É importante salientar que, tal como os demais órgãos federais presentes na fronteira, o MRE não dispõe das condições técnicas e materiais para realizar esse tipo de serviço, cuja importância é ressaltada pelas Forças Armadas e Policiais. Portanto, o relacionamento com os países vizinhos só poderá

melhorar na medida em que as necessidades básicas dos servidores públicos sejam satisfeitas.

A experiência do GGIF no Acre foi interessante na medida em que os resultados são considerados positivos de acordo com as entrevistas realizadas em 2013. A fronteira no Acre com a Bolívia é marcada por dinâmicas interessantes, sobretudo no que diz respeito à iniciativa MAP (Madre de Deus, Acre, Pando) que busca aproximar esses Estados fronteiriços para desenvolver uma série de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do espaço transfronteiriço (DHENIN, 2015). Portanto, a atuação do GGIF na região foi consolidada pela iniciativa, particularmente no que tange à segurança pública e a relação entre as Forças Armadas de ambos os países. A iniciativa teve sua origem no diálogo e na cooperação e já mostrou resultados interessantes, como uma maior aproximação dos Estados no âmbito fronteiriço, buscando soluções coletivas para os problemas de insegurança transfronteiriça.

O GGIF no Acre é composto pelas secretarias dos órgãos competentes na região (GOVERNO DO ACRE, 2016a, p.30). A missão principal do GGIF é realizar a articulação de todas as Forças que compõem a Segurança Pública nas esferas estadual e federal e ainda em relação com o IBAMA e outros, com o objetivo final de realizar operações integradas ou conjuntas de maneira regular. O GGIF foi implantado em 2013 na região, de acordo com os dados oferecidos no relatório da SENASP publicado em 2016. Houve um crescimento em termos qualitativos, com o objetivo de aproximar a Secretaria de Segurança Pública com as populações locais, principalmente ribeirinhas, vivendo nas áreas remotas do Estado, através da implementação dos GGIF.

Recentemente, foi instalado um novo gabinete perto do município de Cruzeiro do Sul (GOVERNO DO ACRE, 2016b), por meio do qual é previsto a instalação de um núcleo de Inteligência Policial na cidade de Tarauacá. O objetivo da construção de um novo GGIF visa diminuir os indícios de criminalidade na região, e fortalecer a fiscalização na região. A ausência do Estado favorece o desenvolvimento de rotas para o tráfico (de armas e de drogas) números que estiveram em aumento se comparados com os dados obtidos em 2013. Portanto, a experiência do GGIF no Estado do Acre, principalmente nas cidades gêmeas de Brasiléia e Cobija na Bolívia, como também no interior, tem sido relevante para diminuir a criminalidade, com um número importante de operações conjuntas entre as diferentes forças de segurança (como as operações Curare e

Ágata). Por seu lado, a atuação das FFAA tem sido permanente, particularmente com a série de operações realizadas pelo EB na faixa de fronteira (PORTAL G1, 2015).

A pesquisa de campo realizada em julho – agosto de 2014, no Estado de Roraima foi também relevante para comparar dados recolhidos em 2013, num Estado de tríplice fronteira, e enfatizar determinadas especificidades da fronteira setentrional. Portanto, o papel das forças de segurança pública é bastante semelhante no Estado de Roraima com as experiências que foram observadas na fronteira entre o Brasil e a Bolívia. Um dos aspectos importante é a capacidade do GGIF em administrar elementos das forças de segurança pública perante um vizinho, nesse caso específico, a Venezuela, que apresenta uma série de indícios preocupantes no que tange à criminalidade, à crise econômica e também à estabilidade política (PEDROSO, 2015). A visita técnica realizada em Pacaraima, primeiro no PEF da cidade fronteira e depois em áreas rurais (PEF de Bonfim e Normandia) evidenciou uma grande preocupação das lideranças em relação à possível entrada da Venezuela uma crise política, cujo efeito seria sentido nas principais cidades amazonenses e roraimense (eixo Boa Vista-Manaus) (DHENIN, 2014).

Outro aspecto relevante da análise do GGIF em Roraima foi a experiência de ter presenciado uma reunião técnica da ENAFRON, nesse caso, o primeiro Simpósio de Segurança Pública na Fronteira. Essa reunião foi interessante para observar quem de fato participou do evento. Na grande maioria, os palestrantes eram oriundos das forças de segurança pública, principalmente das polícias militares e civis. Um aspecto que precisa ser enfatizado nesse trabalho foi a relativa ausência de oficiais das Forças Armadas brasileiras (apenas dois oficiais do Exército no dia das palestras), apesar do evento acontecer de forma aberta, num grupo escolar de Pacaraima, muito próximo do PEF. É significativo da dificuldade em criar uma relação que seja capaz de diminuir as eventuais barreiras psicológicas das FFAA na articulação com as Forças de Segurança Pública.

Em 2014, o GGIF já demonstrava um entrosamento bastante evidente, como podemos observar nos quadros anexos, pois os valores repassados entre 2011 e 2014 foram bastante significativos. Por outro lado, é importante notar que os valores executados, até 2014, foram também exemplos da boa gestão do GGIF em Roraima, com repasses altos para as unidades situadas na fronteira. Um dos fatores que pode explicar é o contexto fronteiriço, uma vez que a morte do presidente Hugo Chávez em 2013 deixou a Venezuela numa grande crise de transição, com dificuldades de articulação no plano econômico (queda de 50% dos royalties do petróleo, em função da crise do mercado

internacional do petróleo e grandes manifestações da oposição política nas grandes cidades venezuelanas, que deixou o país (ainda) mais instável.

4.2.3 O retorno de experiência do Plano Estratégico de Fronteiras e do PDFF (2011-2015)

O balanço apresentado no relatório de síntese do programa ENAFRON oferece uma fotografia precisa da situação na faixa de fronteira, particularmente sobre os problemas comuns que são observados por lá. Em primeiro lugar, a questão da circulação transfronteiriça de pessoas e mercadorias tem sido objeto de grande preocupação por parte dos órgãos competentes, nos governos estaduais e no governo federal (BRASIL, 2016). A partir da experiência de outros países, e como citado no relatório de síntese: “evidenciou-se a impossibilidade de controle absoluto e permanente dos fluxos de passagens internacionais, mesmo em pequenas áreas de fronteira” (BRASIL, 2016, p. 22).

Portanto, é importante notar que existe um mito na possibilidade material de “fechar” ou “blindar” a fronteira fisicamente entre dois países (sobre esse ponto, ver os trabalhos de BIGO, 2010). Por outro lado, ficou evidenciada uma relação direta entre o aumento da fiscalização na fronteira e o aumento da capacidade de burlar a fiscalização, a partir dos trabalhos realizados por (REUTER, 1998). Esse fenômeno é decorrente da capacidade de adaptação dos fluxos ilegais às iniciativas de fiscalização dos órgãos públicos. Assim, é preciso aceitar o fato de que controlar a totalidade dos 16.723 km da extensão do limite divisória brasileira com partes limítrofes é impossível. O relatório explica que: “se em um pequeno espaço de fronteira um controle e fiscalização nunca se concretizam totalmente, imagina-se então quão enganosa é a representação de um controle efetivo ou completo de fronteira brasileira” (BRASIL, 2016, p. 22).

Por outro lado, e como foi frisado no documento-síntese: “a circulação ocorre em lugares específicos e não em qualquer lugar: ele ocorre em corredores específicos – terrestres e fluviais – que definem territórios nos quais as interações fronteiriças são fundamentais para compreender a dinâmica social do espaço brasileiro, enquanto em outros elas são irrelevantes, milhares de quilômetros de território fronteiriço permanecem fora das circulações significativas para a segurança pública” (BRASIL, 2016, p.23).

Para analisar os impactos reais do programa ENAFRON, é preciso apresentar um diagnóstico de segurança do Arco Norte, para contextualizar a fronteira. Essa área é

caracterizada por sua grande diversidade e sua abrangência, cada Estado encontrado em níveis distintos as seguintes características:

o chamado Arco Norte é composto por cinco Estados brasileiros: Amapá, Pará, Amazonas, Roraima e Acre, que fazem fronteira com sete países, a Guiana Francesa, o Suriname, a República da Guiana, a Venezuela, a Colômbia, o Peru e a Bolívia. É importante destacar que os municípios do Arco Norte apresentam grandes extensões, fato que fez a faixa de fronteira, que é normalmente convenionada em 150 km a partir da linha de fronteira, apresentar em certos trechos do Arco Norte 700 km de extensão no interior nacional (BRASIL, 2016, p.36).

Dentro no nosso estudo sobre os Estados de tríplice fronteira que são o Acre e Roraima, é interessante notar que ambos têm a totalidade dos seus territórios incluídos na faixa de fronteira. Assim, a presença de duas capitais estaduais influencia os dados obtidos no estudo realizado pelo RETIS sobre a densidade populacional, geralmente baixa, que se encontra nas zonas fronteiriças do Arco. Para sintetizar esses dados, podemos analisar o Mapa 4 (p.36) do relatório ENAFRON.

Portanto, de acordo com os dados obtidos em 2013 e compilados em 2016, os principais problemas do Arco Norte na área de segurança pública são:

- a violência contra mulheres, contra crianças e adolescentes;
- os conflitos interpessoais;
- os crimes contra a propriedade;
- as disputas de terra;
- os crimes ambientais;
- os problemas relacionados à mineração;
- os problemas relacionados à população indígena (BRASIL, 2016, p. 54).

Finalmente, é importante notar que a grande maioria das áreas com os maiores indícios de criminalidade encontram-se nas áreas urbanas, e não nas áreas remotas ou ribeirinhas da faixa de fronteira. O relatório explicita o fato que: “encontramos em muitas cidades do Arco Norte a falta de planejamento urbano adequado ao seu crescimento, indutor de um ambiente cada vez mais marcado pela segregação social e étnica, que em nada contribui como suporte para a sensação de segurança e a efetiva convivência pacífica dos seus habitantes (BRASIL, 2016, p. 40). O objeto do próximo ponto é mostrar a tentativa, por parte do Ministério da Justiça, de criar um novo modelo de gestão de segurança pública para a fronteira, capaz de articular os interesses civis, levando em consideração a militarização da faixa de fronteira, a partir da presença efetiva dos PEF e do Exército Brasileiro.

Um dos aspectos importantes da ENAFRON foi o objetivo de tentar criar um novo modelo de segurança na faixa de fronteira. Portanto, uma série de recomendações oriunda

do relatório síntese pode ajudar o tomador de decisão na hora de escolher uma determinada política. De acordo com relatório: “é preciso estimular a participação das instituições civis e judiciais que atuam no âmbito de segurança pública e incorporar os atores da sociedade civil nos coletivos de gestão de segurança pública para que eles formem parte da elaboração das políticas públicas que irão ter impacto no local. Com isso, garantir que os coletivos de gestão de segurança pública sejam espaços plurais e que não estejam controlados pelos atores institucionais que aplicam as políticas” (BRASIL, 2016, p. 19).

Nesse caso, podemos claramente ver a relevância dos Gabinetes de Gestão Integrados de Fronteira que procuram abrir para os debates atores institucionais e, sobretudo atrelados à realidade vivida. O caráter heterogêneo da faixa de fronteira precisa ser enfatizado, pois a transformação do modelo de segurança pública é algo central na elaboração do diagnóstico final da ENAFRON. É interessante notar que essa crítica do antigo modelo aparece claramente quando menciona que:

a contínua adoção de políticas herdadas de períodos anteriores apontam na direção inversa, isto quer dizer, a maneira pela qual desenvolvimento e defesa nacional foram pensados seguindo a máxima “ocupar para não entregar” teve efeitos desastrosos no âmbito da segurança pública. Esta herança tem como legado uma estruturação conflitiva que produz boa parte dos problemas que se encontram atualmente no Arco Norte, sendo traduzidas nas grandes desigualdades sociais que [não legível] entre poderosos grupos que transitam entre a ilegalidade e a delinquência, que atuam de forma pouca republicana com as populações relegadas a conviver com diversas formas de violência sociais e políticas (BRASIL, 2016, p. 40).

Aqui, é uma crítica direta à metodologia desenvolvida durante o regime militar e continua influenciando em grandes partes documentos das Forças Armadas atuais que tratam do papel dos militares na faixa de fronteira. Portanto, precisa pensar o papel das FFAA, e particularmente do EB num contexto de grande transformação institucional, adequando os recursos e os equipamentos à nova realidade observada. Para os militares, um papel maior na faixa de fronteira necessita a capacitação para atuar como agentes de segurança pública, missão essa complementar no Arco Central e Sul, mas que se verifica como principal no Arco Norte. Esse sentimento foi corroborado à luz dos trabalhos de pesquisa de campo e das escolhas estratégicas desenvolvidas pelo EB para atender as novas demandas de forma profissional e moderna.

Um dos pontos importantes quando se realiza o diagnóstico de segurança pública na faixa de fronteira: todos os 22 municípios encontram-se nela. Assim, 16 foram escolhidos para participar da pesquisa realizada pela SENASP e 04 tiveram um

levantamento qualitativo das informações (Brasiléia, Assis Brasil, Cruzeiro do Sul, Epitaciolândia e Santa Rosa dos Purus). O Estado é caracterizado por ser atravessado por importantes rios que compõem a bacia amazônica e onde estão eles. O sul do Acre é formado por rios, e valorizado pela conclusão da Estrada do Pacífico ou Rodovia Transoceânica em 2011 (DHENIN, 2015).

A construção da Rodovia Transoceânica trouxe um novo dinamismo e facilitaram as passagens de produtos lícitos e ilícitos no eixo Assis Brasil – Epitaciolândia - Rio Branco. A fronteira no sul do Acre é caracterizada pela intensa circulação de nacionais bolivianos para os equipamentos da saúde ou educação brasileiros, assim como previdência através da naturalização dos estrangeiros (DHENIN, 2015).

O relatório aponta também pela demanda dos membros da sociedade civil de “necessidade de construção de algum tipo de instância que contemplasse a participação de moradores nas políticas públicas para o Estado do Acre” (BRASIL, 2016, p. 54) Os temas do desenvolvimento econômico, do controle da criminalidade e o controle externo dos operadores das instituições de segurança pública foram abordados. Mas segundo o relatório de síntese: “infelizmente, os relatos apontam para uma direção contrária, de distanciamento da relação dos operadores das instituições de segurança pública com a sociedade” (BRASIL, 2016, p. 54). O documento cita, por exemplo, o fim do comitê de fronteira na cidade de Assis Brasil, que procurava estimular o intercâmbio entre o vizinho peruano e o Brasil em diversas áreas.

A questão indígena também chama atenção, com alguns problemas relacionados ao traçado da Rodovia Transoceânica. Outros projetos produtivos, do setor da madeira, mas também petroleiro (na região da bacia do Alto Juruá) preocupam também ONG e lideranças indígenas. Finalmente, existe o problema recorrente ligado a esses problemas (distanciamento e pouca permanência de certos operadores da Polícia Federal e da Receita Federal no interior do Estado do Acre). No próximo ponto, vamos realizar o diagnóstico para a segurança pública no Arco Norte da fronteira, analisando o caso do Estado de Roraima, observado em 2014.

O Estado de Roraima fez parte do estudo realizado pela SENASP e foi também alvo de um diagnóstico preciso sobre a sua segurança pública. É interessante notar que o Estado possui 27 municípios na faixa de fronteira: entre eles, as cidades de Bonfim, Pacaraima e Rorainópolis foram analisadas de maneira pormenorizada. De acordo com os dados obtidos em 2013: “a situação de segurança pública no Estado é um pouco mais

que mediana, em comparação com os outros Estados da federação [...] Na faixa de fronteira, [não legível] as frequências de homicídios pesquisados, obtém-se uma taxa de homicídio que oscila entre 20 e 40 por 100 mil habitantes (BRASIL, 2016, p. 59).

Segundo o relatório, as condições de estrutura e contingentes policiais são consideradas “precárias” em quase todos os municípios. Existe uma relação especial com a Venezuela, uma vez que o baixo preço do barril de petróleo atraiu os brasileiros, assim como a competitividade em relação aos produtos contrabandeados. Nas entrevistas (ver a do Capitão L.) foi enfatizada a questão da corrupção e da arbitrariedade de polícia venezuelana e guianense (algo que se tornou praticamente corriqueiro nessa parte dos países). Existe pouco ou quase nenhum sinal de cooperação policial ou judicial entre os dois países, em função da ausência de confiança recíproca (principalmente do lado brasileiro).

Recentemente, a questão da entrada ilegal (migrantes venezuelanos) que fogem dos centros urbanos que estão com bastante violência urbana (bem como Caracas) fez que a fronteira ficasse fechada alguns dias pelas autoridades venezuelanas (PEDROSO, 2015). O alto grau de instabilidade institucional dos países fez que a tensão entre os vizinhos fosse bastante clara. É relevante salientar que as Forças de Segurança Pública no Estado de Roraima enfrentaram uma crise migratória como aquela experimentada no Estado do Acre em 2013, com as entradas de migrantes oriundos principalmente do Haiti, da Colômbia e outros países africanos. Houve uma mobilização do governo federal para ajudar o Estado e os municípios que tiveram a responsabilidade de acolher os migrantes em campos de refugiados.

Finalmente, podemos observar a importância do papel do programa ENAFRON na faixa de fronteira, particularmente no Estado do Acre e no Estado de Roraima. Houve um incremento significativo dos recursos disponibilizados para que as questões de segurança pública fossem levadas em consideração. Em seguida, concluímos esse Capítulo com a terceira parte, com a análise da transformação do papel do EB na fronteira, enfatizando a hibridização das Forças Armadas, como fenômeno recorrente observado à luz da pesquisa.

4.3 A transformação do papel do Exército Brasileiro na fronteira: a hibridização do papel dos militares como norma?

4.3.1 Consequências da transformação do modelo do Exército Brasileiro no contexto fronteiriço

Como foi analisado nos Capítulos anteriores, as Forças Armadas brasileiras, e particularmente o EB, passaram por uma fase de transformação profunda, marcada pela priorização de uma região: evidenciamos aqui a importância da Amazônia para a projeção estratégica do Exército (BRASIL, 2012), mas reconhecemos que apesar da nova doutrina, a maior parte dos efetivos militares do Exército encontra-se na região Sudeste. Outro aspecto que pretendemos salientar é a transformação do modelo estratégico do EB, no que diz respeito às fronteiras, decorrente dos possíveis estrangimentos orçamentários.

De acordo com os dados do Ministério da Defesa, estamos diante de um momento de transição, marcado pela evolução do papel do Exército no contexto fronteiriço. Até 2016, os efetivos empregados não aumentaram (fim do programa Amazônia Protegida) e houve no quadro do programa SISFRON uma reorientação estratégica em direção do Arco Oeste. (DHENIN, 2016) O objetivo declarado é fornecer um maior aporte de tecnologia nas regiões onde os indícios de ilícitos transfronteiriços são mais frequentes. Assim, não é surpreendente observar que a interpretação feita da hibridização das forças reforça os argumentos (apresentados por Bigo *et al.*) em se materializar nesse contexto de transição.

As Forças Armadas brasileiras, e particularmente o EB na faixa de fronteira, reconhecem assumir cada vez mais funções policiais (como apresentado na parte 2 desse Capítulo). Isso obriga também a considerar e antecipar os efeitos possíveis do desvio da função normal das FFAA, segundo o artigo 142 da Constituição Federal (BRASIL, 1988) que podem influenciar o aspecto operacional do Exército (podemos aqui lembrar as primeiras operações no Rio de Janeiro em 1992). De acordo com os elementos apresentados por Barros (2010), podemos evidenciar os seguintes cenários que podem afetar o EB com a “policialização” das forças armadas, reforçando aqui o caso específico do Exército Brasileiro.

Em primeiro lugar, o autor enfatiza que “a operacionalidade da força seria afetada, pois deixaria de dedicar-se integralmente às atividades militares convencionais, para as quais é naturalmente vocacionada, para o adestramento em atividades subsidiárias que

não constituam sua atividade fim” (BARROS, 2010, p. 36). Nessa parte, o discurso dos jovens oficiais presentes nos PEF remete à dificuldade, na escala pelotão do nível operacional, a exigir dos efetivos a capacidade de desenvolver operações subsidiárias ou complementares, de tipo cooperação interagência. Quando ainda houver condições mínimas de sobrevivência, particularmente nos pelotões isolados (Auáris ou Surucucu, por exemplo) que estão longe de ser garantidas. Assim, os pequenos efetivos não constituem uma garantia suficiente para assegurar as missões convencionais do dia a dia. Um dos argumentos da policialização das missões do EB na fronteira é de oferecer um sentido de participação, de missão, de materialidade da securitização de fronteira, através de controles, revistas, fiscalizações. A presença da Receita Federal e da Polícia Federal obrigatória para os quesitos jurídicos (falta de preparação do EB e criação do manual de Operações Interagências recente) fragilizam de certa forma a força terrestre, por não tratar da sua área de conhecimento.

Em seguida, um aspecto central da política da estratégia na faixa de fronteira é salientado pelo autor, que sugere “a necessidade de incremento dos recursos orçamentários consequência de uma maior despesa exigida por esse tipo de operação, como por exemplo, a aquisição de munição não letal e equipamentos como coletes” (BARROS, 2010, p. 37). A análise dos investimentos realizados pela ENAFRON oferece uma visão clara da diferença entre a Força de Segurança Pública e as Forças Armadas na faixa de fronteira. O programa COBRA do EB ainda está em fase de implementação e o SISFRON é, sobretudo, uma articulação da área de TI (Tecnologias da Informação) mais que de operações convencionais nas margens do rio. Isso significa que fica obrigatório, em função do contexto atual, realizar decisões no nível estratégico para evitar cortes nas despesas correntes e manter os investimentos produtivos nos doze projetos levados à frente pelo CMA e o CMN.

Em terceiro lugar, o problema da logística na Amazônia e principalmente para as áreas fronteiriças é levado em consideração, destacando “a necessidade de deslocamentos de tropas, na forma de rodízio, ou até mesmo, o deslocamento de quartéis inteiros para as regiões próximas à faixa de fronteira para o cumprimento das missões, aumentando consideravelmente os gastos com combustíveis e deslocamento” (BARROS, 2010, p. 37). Não é de se surpreender que em função do imenso desafio logístico representado pela dimensão amazônica, as missões de cooperação interagência de larga escala podem acontecer apenas anualmente (ver o histórico das operações Curare e Ágata, etc.) Outras

missões de menor impacto (particularmente no que diz respeito às “Ações Cívico-sociais” ou ACISO no jargão militar) acontecem com maior frequência. É preciso enfatizar que na luta contra os ilícitos fronteiriços, o setor de inteligência tem um papel central na elaboração do inquérito. O objetivo é maximizar as apreensões (drogas, armas, contrabando) e não seria possível realizar a cada dois meses uma megaoperação desse tipo. Mas também as operações possuem um caráter midiático sem precedente, como bastante veiculado nas mídias oficiais das Forças Armadas e também nas estações regionais ou locais nas emissoras nacionais (oferecer um exemplo de ampla cobertura midiática das megaoperações interagências nos portais dos principais conglomerados brasileiros (Rede Globo, Rede Record, SBT). Outro aspecto a levar em consideração, o caso dos jornalistas embarcados ou “*embedded*” em inglês, que participam das operações militares, como foi o caso no conflito da Guerra do Golfo, quando jornalistas do canal CNN acompanharam as Forças Armadas estadunidenses no Iraque em 1991, e divulgando ao vivo a cobertura dos combates. Existe também o caso das viagens organizadas pela Escola Superior de Guerra (ESG), conhecido como “Formadores de Opinião”, que procura mostrar para as elites intelectuais do país (principalmente dos três Poderes) as condições de trabalho dos soldados na faixa de fronteira, na região Norte.

Outros aspectos importantes das mudanças observadas no campo teórico e aplicadas na prática dizem respeito, de acordo com o autor, à aproximação operacional das FFAA e das FSP, enfatizando o fato de que “as ações a serem desempenhadas forçam um contato constante e muito próximo entre os militares e o público civil, o que poderia, no decorrer das operações e com o passar do tempo, acarretar eventual desgaste e prejuízo para a imagem da Força Terrestre” (BARROS, 2010, p. 37). Existe uma cobrança importante da opinião pública para que as Forças Armadas sejam atuantes nas missões de apoio quando houver incapacidade da Defesa Civil em atender as populações, e com o tempo, as missões ACISO, de cunho social, fazem claramente parte da estratégia de comunicação do Exército Brasileiro para ocupar o campo midiático sem de fato conseguir resolver problemas estruturais. As Forças Armadas foram preenchendo (quando possível) os vazios (ausência de responsabilidade do poder estadual) deixados nas regiões periféricas. As operações interagências obrigam as Forças Armadas em flexibilizar seus protocolos de operacionalidade, o que, em determinado momento, pode acabar desvirtuando a missão principal do Exército Brasileiro. Por outro lado, essas missões, ao ser naturalizadas e integradas no leque das capacidades operacionais da Força Terrestre,

poderão ser exigidas e cobradas de outras Forças de Segurança Pública, caso não houver meios atuantes em número suficiente para garantir o sucesso da operação.

Em quinto lugar, a multiplicação das missões de tipo GLO (Garantia da Lei e da Ordem) obrigou as FFAA em se aproximar das áreas urbanas com altos índices de violência, como foi o caso da operação nos Complexos de favela do Alemão e da Penha entre dezembro de 2010 e julho de 2015, no Rio de Janeiro, ou mais recentemente no Estado do Espírito Santo (ES) em 2016, abrindo “a possibilidade de envolvimento de integrantes da Força com o crime organizado, seja pela colaboração ou até mesmo pelo aliciamento, seja por meio do aceno de grandes vantagens financeiras, despontando, este como o mais grave, e mais preocupantes perigos para a instituição, pelo seu caráter insidioso e que vai de encontro a um dos pilares de sustentação da Força Terrestre, qual seja a disciplina de seus integrantes” (BARROS, 2010, p. 37). Esse ponto é particularmente pertinente para entender a atuação das FFAA na faixa de fronteira. Ao operar numa área de exclusiva autonomia da Polícia Federal (ver art. 144 da Constituição Federal de 1988) com a luta contra o crime organizado transnacional, a imigração ilegal; ou do varejo nacional (Polícia Militar e Civil), as Forças Armadas e particularmente o Exército Brasileiro na fronteira aumentam o risco de se relacionar com os traficantes envolvidos com o narcotráfico, por exemplo. De maneira mais ampla, cabe aqui insistir sobre a missão das Forças Armadas num contexto de crise econômica. No caso do vizinho venezuelano, são corriqueiras as denúncias de oficiais e praças das Forças Armadas envolvidas no crime, uma vez que o Estado aparece como debilitado politicamente e economicamente.

Em seguida, Barros afirma que “a realização desses tipos de operação, de combate aos delitos ambientais e fronteiriços, demandaria considerável modificação e/ou adaptação de toda a instrução militar, haja vista que nos Programas Padrão de Instrução atualmente utilizados pelas Forças, não constem tais tipos de operação. Para que sejam realizadas tais modificações e/ou adaptações, há a necessidade de estudos doutrinários, o que levaria tempo” (BARROS, 2010, p. 37). Nesse ponto, o EB avançou com a produção de um Manual de “Operações Interagências” a partir da aprovação da Portaria Normativa n.229/MD de 28 de janeiro de 2013, com o intuito de avançar e esse argumento de Barros não é tão pertinente. Mas é importante salientar os argumentos presentes no prefácio do Manual, que apontam a difícil cooperação sem entendimento entre as partes.

Finalmente, existe uma diferença clara entre as FFAA e as FSP, no que diz respeito ao preparo para uma operação militar. O Exército trabalha com um ciclo de 24 horas, muito diferente das Forças de Segurança, que não são aquarteladas. O que pode influenciar “a atuação do Exército, nesse contexto, trará, ainda, como reflexos secundários, uma diminuição dos efetivos que permanecerá no quartel para a realização dos serviços de escala, serviços estes em que os militares são responsáveis pela segurança do quartel, impondo a redução dos postos de sentinela e, por conseguinte, a segurança do aquartelamento. Tal atitude poderia estimular inclusive, a atuação de forças adversas na tentativa de apropriar-se de armamento e munições” (BARROS, 2010, p. 37). Essa crítica é mais no campo operacional, com novas demandas, o EB vai ser obrigado a fazer certas escolhas e isso pode impactar a sua rotina. No caso da questão de segurança, ele é importante (particularmente quando a crise deixa em pensar que é possível roubar um material bélico). Houve, no passado exemplo de roubos pontuais, de armas para receptação a favor de organizações criminosas. Não é raro nos noticiários de ver o uso de armas de uso exclusivo das Forças Armadas sendo usadas por supostos criminais. Existe um ponto delicado na utilização das Forças Armadas de operações policiais: a possível retaliação por partes de organizações com ligação com o crime. O EB torna-se inimigo na medida em que ela ocupa o espaço real e veste-se de uma dimensão simbólica forte. Podemos oferecer como exemplo o uso dos Fuzileiros Navais na favela da Maré, no Rio de Janeiro, com a missão de “pacificação” como nova atribuição policial das Forças Armadas (RODRIGUES *et al.*, 2016). Portanto, podemos observar com esses exemplos, e a partir dos elementos apresentados nos capítulos anteriores, que houve um esforço coerente e consciente por conta do alto escalão do EB em assumir um leque muito amplo de missões, argumentando a ausência (não sempre verificada) do Estado e nem sempre comprovado, para ocupar os espaços físicos e simbólicos de campo da segurança interna, na visão de Bigo *et al.* (2010).

Assim, diante do novo cenário, é preciso avaliar em que medida essa mudança no equilíbrio nas missões de segurança pública não trará tensões entre Forças de Segurança Pública e Forças de Defesa. A aposta na cooperação interagência como norma não agrada todos os especialistas. No contexto fronteiriço, a situação é diferente, pois o EB domina o campo (tanto real quando simbólico) com seus efetivos e os discursos produzidos desde 1985. Portanto, qual pode ser a estratégia do EB diante desse cenário?

Pode retornar para sua missão principal, para o quartel e deixar para as Forças de Segurança Pública sua prerrogativa de força principal, ou a final, seria difícil, para não dizer quase impossível de voltar atrás após ter realizado uma mudança doutrinária profunda. É complicado avaliar os impactos sociais e políticos do envolvimento das Forças Armadas nas missões de segurança interna, e a “concorrência” entre Forças também pode garantir (na teoria) uma fiscalização recíproca, uma vez que cada força de segurança possui os seus próprios setores de inteligência e de corregedoria. Portanto, vamos em seguida analisar as propostas teóricas que permitem avaliar o papel do EB no contexto fronteiriço.

4.3.2 A análise dos nexos entre território, soberania e fronteira no campo da abordagem crítica da fronteira

A noção de fronteira, apesar dos trabalhos realizados por Foucher (2009) não foi o objeto central das diferentes disciplinas das ciências sociais. Observamos que não se debatia a fronteira, mas o território. Podemos nos perguntar o que acontece se a fronteira não é o envelope do território? O que é uma fronteira, se esta não é controlada, e não constitui um lugar de exceção e de soberania, objeto do nosso estudo sobre fronteiras e o papel dos militares do EB? Como pensar a fronteira geográfica sem assimilá-la imediatamente aos processos de soberania e de segurança que a transforma em uma fronteira de Estado, ou para dizer de outra maneira, fora do excepcionalismo da ordem política e da fabricação de identidade homogênea e profundamente distinta pelo Estado-Nação?

Portanto, observamos que a comunidade dos especialistas do campo da política teve dificuldades em afastar-se dos seus mitos fundadores. O reconhecimento que a fronteira é outra coisa que uma barreira é admitida, mas um processo de negação da sua realidade acaba legitimando seu mito, pela simples razão que seria intelectualmente exigente demais de questioná-lo. Portanto, existe um debate claro sobre a interpretação da realidade, juntos as diversas formas de pensamento e de saber, e que, *in fine*, pretendem justificar a relação estabelecida entre fronteira e território e as crenças associadas ao pensamento do Estado, à ordem e à segurança (FOUCAULT, 2008).

Para os militares do EB, foi preciso a criação do mito da presença, marco da adequação entre fronteira e território e a crença que a fronteira é o ponto extremo da aplicação do poder, para que seja aplicado. Como os geógrafos da abordagem crítica já

assinaram, precisamos pensar a fronteira como instituição e não apenas como “confins” de espaço de poder dado, como linha de demarcação de territórios. Isto implica de não acreditar que estas operações são naturalmente ligadas à existência de fronteiras enxergadas como os pontos mais afastados de um determinado centro, como periferias e revisitar a construção social das fronteiras e seu laço com as operações de policarização e de securitização que o acompanham. A mobilização dos elementos discursivos para transformar uma fronteira em linha de demarcação e não de interação e de junção é permanente. Ela suponha um trabalho de inculcação, de exortação, de extensão e de rotinização (próprio das Forças Armadas), mas esta mobilização ao cotidiano do trabalho do Estado foi tão integrada nas mentes da população que foi essencializado e absorvido até fazer desaparecer a possibilidade de uma alternativa. Uma análise sobre esses saberes das fronteiras (FOUCAULT, 2008) e sobre seu valor de verdade é necessária para oferecer elementos capazes de interpretar essa realidade.

Nas abordagens mais clássicas de ciência política, as fronteiras geográficas são entendidas como as fronteiras do Estado (RATZEL, 1988), e o Estado são antes de tudo territorial. O território é, portanto, o elemento central que determina um espaço fechado e que pode ser chamado de sociedade ou mesmo de nação. Ele forma uma bolha. O Estado soberano se identifica, aliás, ao nacional, mesmo onde a sua forma federal o fez aceitar a diversidade dos povos que a compõe. E se não tem sempre um Estado-nação, a forma do Estado nacional impõe-se sobre as formas de Estado-cidade ou Estado-império na construção política europeia (TILLY, 1990). O nacionalismo forma então na trajetória europeia e sua diáspora mundial o imaginário social do espaço no qual vivemos e as identidades que privilegiamos em torno da ideia do território.

Esta relação à fronteira não é de fato natural. E muitos geógrafos, juristas, cientistas políticos rejeitam atualmente a noção ideológica de fronteira natural de uma identidade política. Mas quando rejeitam a redução do político a uma geografia supostamente natural, e as implicações de tal geopolítica, eles fazem simplesmente o limite do exercício do poder de uma entidade soberana sobre uma população num determinado Estado. Eles consideram não ter dado uma definição consensual, e científica porque recusando o discurso da justificação hegemônica de um Estado numa determinada área. A fronteira é, portanto, a cristalização de uma relação de força guerreira num dado espaço, ou segundo a fórmula de Michel Foucher: “as fronteiras estatais correspondem ao tempo da relação de força congelado no espaço” (FOUCHER, 2004, sem página).

Porém, se as fronteiras não são naturais no sentido geográfico da palavra, elas são naturalizadas e essencializadas na medida em que elas resultam de uma relação de poder que dura e ocupa um espaço que procura homogeneizar ao pacificar seu interior e rejeitando o inimigo no exterior.

Quando utilizamos o referencial teórico dos realistas, das Relações Internacionais, a dimensão das práticas e das realidades sociológicas é ignorada. O mundo é, portanto, o conjunto de Estados que se sobrepõem exatamente e controlam efetivamente o seu espaço assim como os fluxos de populações que a atravessam. Qualquer empecilho a este princípio da existência mesma do Estado como bolha impermeável produto dos chamados Estados falidos, incompletos ou fracassados. Não controlar totalmente os fluxos de população ou, no mínimo, não saber administrar da melhor forma os interesses do Estado transforma-se então como sinal de fracasso político, compreensível se o mundo contemporâneo é vivido como global, dissolvendo as fronteiras e, logo, perigoso para a nação e o Estado porque capaz de destruir sua homogeneidade e de penetrar seu território. Por isso, como veremos adiante, os debates sobre a migração, a legalidade e a tendência de todos os partidos políticos em negar os fluxos de passagens para manter a ilusão de um “corpo” estatal, intacto e homogêneo que protegem e que testemunham de sua capacidade de governar (STRANGE, 1996 e BIGO, 2002).

Esse pensamento clássico já foi submetido à crítica. Mas este último se emancipou da visão territorial e da imagem de fronteira como sinais de distinção radical entre diferentes entidades. Ele não integrou a fronteira como lógica de passagem entre mudança de estados (e não de Estados), sistema aberta sobre o mundo. Um pensamento crítico formou-se a partir do paradigma clássica que desejava inverter esse raciocínio para criticar o nacionalismo e seus efeitos deletérios.

O conceito de fronteira como marco de soberania é interpretado como margens do político. Essas áreas são analisadas como lugares onde a exceção propõe reconfigurar a norma e oferece um novo sentido da interpretação da realidade. A fronteira como marca de distinção e de demarcação transforma-se então, não como confins, mas origem do poder. É preciso observar a fronteira e as práticas do controle, que são associadas para desmascarar este, e revelar sua natureza porque a fronteira e da ordem de exceção permanente.

Esta política da ordem soberana, da exceção como criadora de normas impõe, de um lado e do outro, a ideia que a fronteira é uma linha fixa contínua que cria um espaço

fechado (e sacralizado) e demarcar uma população de outra, uma sociedade de outra, um Estado dos seus vizinhos, seja para o melhor ou para o pior. Como limite territorial, ele forma a homogeneidade necessária à identidade nacional criando as condições de um espaço distinguindo os estrangeiros dos cidadãos nacionais. Há, ou é necessário haver, homogêneo e contínuo, um espaço voltado para si mesmo, para que o Estado soberano se desenvolva, para as forças armadas brasileiras, preservação da soberania nacional através da integridade territorial reificada.

Como instituição política, a fronteira é consubstancialmente uma linha de defesa, de securitização, permitindo de delimitar um interior e um exterior (WALKER, 1993), o que é sua função principal. Fronteira e controle não podem ser distinguidos. Tal é o elemento implícito, que reúne essas diversas abordagens. A fronteira do espaço territorial possui evidentemente outras funções sobre as quais, de novo, essas abordagens clássicas podem divergir, mas elas emergem da dimensão de partilha e de homogeneização do interior que cria uma fronteira (soberana). Assim, para os republicanos, a fronteira é objetiva e igualitária. Ela impõe-se a todos e determinaria a solidariedade a partir de um interior cidadão, oposto a um exterior estrangeiro.

A proximidade de alguns quilômetros de um lado e do outro da fronteira não seria levado em consideração, menos que distância de centenas de quilômetros, mas no interior do mesmo traçado fronteiriço. Mas isso não seria um ponto peculiar que as crises econômicas recentes questionaram mostrando as capacidades de articulação dos capitais e sua possibilidade de deslocalização para escapar de qualquer esforço de solidariedade?

Finalmente, de acordo com outros autores, a fronteira permitiria de não se enganar. Ela teria valor de certeza, pela sua lógica exclusiva, sobretudo quando é baseada sobre uma lógica binária. Estamos no interior ou no exterior, é impossível estar no mesmo lugar ao mesmo tempo. A fronteira permite assim arbitrar e julgar. Último argumento para tentar justificar em fronteira soberana estatal como produto de um julgamento lógico. Masque o conjunto das práticas de zonas de espera aeroportuárias e o drama de não entrada do território, apesar da entrada física da pessoa (BIGO, 2006).

Concluindo esse sobrevoo da abordagem clássica e suas variações, até mesmo críticas, a maioria dos juristas, cientistas políticos e internacionalistas encontram-se nesta imagem de um Estado cuja identidade nacional e territorial depende da clareza e da continuidade do seu envelope fronteiriço. Ela supõe entre os Estados, de um lado uma contiguidade absoluta do mesmo e dos *no-man lands* bem determinados para evitar as

sobreposições, os perigos que ameaçam os irmãos siameses ligados a esses órgãos conexos. As cartas coloridas não gostam de superposições e o caso de Andorra permanece uma aberração, um corpo com duas cabeças.

4.3.3 A importância da mobilidade e do controle das fronteiras

Determinados

A corrente crítica dos estudos de segurança produziu nos últimos anos uma série de trabalhos instigantes para pensar nosso objeto de estudo, pois ofereceu a possibilidade de nos distanciar das concepções clássicas, onde a política da ordem é justificada a partir da aproximação conceitual estrita entre fronteira e território. A questão das mobilidades é bastante explorada pela sociologia política internacional, e essas práticas devem ser analisadas a partir de uma escala local (que procura identificar as práticas cotidianas, banais e rotineiras). A perspectiva de uma fluidez nessas relações, concepção do mundo criando uma dicotomia entre móveis e imóveis é abordada por Bauman (1999). Segundo suas premissas, todos são sujeitos à mobilidade, mas o somos de forma assimétrica. Alguns são, de fato, mais livres de mexer-se que outros ou mais exatamente se movem sob a supervisão mais rapidamente ser barrados por motivos de controle de fluxo, especificamente nas fronteiras (BIGO et al., 2010). Esta obra das relações entre mobilidade, fronteira, liberdade, segurança só faz se abrir e mobiliza cada vez mais gente encontrando-se na noção de estudos de vigilância cujo David Lyon é um dos principais representantes (LYON, 2001). É banal de lembrar que os viajantes intereuropeus reconhecem que trocaram de país através da mudança de rede dos seus telefones celulares (e de suas oscilações) porque eles viajaram sem controle ou porque foram controladas no ponto inicial pelas autoridades do país que visitam e não no momento de atravessar uma linha.

Mais profundamente, as modalidades de controle ligado à fronteira são cada vez menos associadas ao geográfico desta fronteira. Elas são deslocalizadas, delegadas pela autoridade estrangeira e às vezes desmaterializadas: sua existência depende de seu reconhecimento nas bases de dados e os softwares adequados, o que juridicamente o estado-nacional e o internacional abrindo outra linha de pensamento. Podemos também comparar com o caso dos países que participam da UNASUL ou do MERCOSUL, com a entrada nos países autorizada apenas com um bilhete de identificação nacional, sem exigência de um passaporte e de um visto para viajar, por exemplo, para a Bolívia ou para

a Venezuela. A fronteira possui elementos desmaterializados que confundem a interpretação do seu papel, e também das aspirações que os migrantes têm em relação ao atravessá-las. Em certa medida, o uso de recursos tecnológicos permite relativizar o peso material da fronteira, e reforça o argumento de que a fronteira é antes de tudo a “porta de entrada” para uma nova comunidade imaginada (ANDERSON, 2008).

Observamos que em qualquer lugar do mundo, o policiamento se faz à distância. Os controles se executam em espaços extra-fronteiriços, mesmo se for necessário para isso cortar uma parte do território geográfico, do território político-jurídico como fizeram os governos australianos e estadunidense (via o sistema de autorização eletrônica de viagem, conhecido como *Electronic System for Travel Authorization (ESTA)*, nos EUA) ou pulverizando os pontos de controle em torno da pessoa pretendendo que não atravessou juridicamente a fronteira nos olhos da lei, quando mesmo ela chegou no bojo de um espaço físico reconhecido como aquele de uma nação e de um Estado como isso é possível na União Europeia (BIGO, 1996). Aqui, a definição das zonas de espera dos aeroportos, pontos de estações internacionais nos levaria a fechar os olhos sobre as práticas, para não dizer evitar olhar o que se passa quando fronteira e controle não são sinônimos. O mito territorial não seria capaz de sobreviver. Não é, portanto, o que é, mais que tudo, o que nos permite de entender a emergência de paredes eletrônicas, de campos de retenções, cuja as racionalidades geopolíticas ou econômicas são longe de esgotar o sentido?

Contra o mito da fronteira barreira, e como mostrou a maioria das pesquisas históricas e sociológicas, nenhum regime democrático autorizou um controle sistemático e tampouco obteve um monopólio efetivo sobre a circulação de movimentos das pessoas outras que simbólicas. Portanto, a mobilização total dos efetivos do Exército e de outras forças, assim como o conjunto dos recursos de um governo pode, muito momentaneamente, bloquear os fluxos de passagens, sobretudo se o território é de dimensão restrita, mas ele não pode o fazer que por um tempo curto ao olhar pelo tempo. No caso da fronteira brasileira, fica mais claro ainda a impossibilidade de fechar definitivamente as fronteiras do país. O controle é, portanto, sobre o estatuto jurídico e não sobre os corpos, como acreditem as retóricas atuais sobre a prevenção do terrorismo.

O território (*homeland*) não é inviolável e não pode ser defendido por um controle das fronteiras transformadas em barreiras. Com um desejo real e manifesta de atravessar a fronteira é possível. Podemos ver o caso dos migrantes do Haiti em 2013 (já apresentado no trabalho) ou mais recentemente a entrada maciça de venezuelanos na fronteira norte

(RITAINE, 2004). Portanto, o argumento que visa securitizar a fronteira através dos programas militares de monitoramento remoto dos fluxos humanos, como foi planejado no caso do programa SISFRON. Esses projetos não representam a garantia absoluta da inviolabilidade da soberania territorial brasileira. Esse artefato tecnológico serve principalmente a criar a distinção entre “*insiders*” e “*outsiders*” (WALKER, 1993). Essa relação cria um sentimento de desconfiança entre as partes e favorece a emergência de práticas de exceção, em nome da segurança da faixa de fronteira.

Os procedimentos de aceitação dos estrangeiros através dos vistos, os mecanismos de vigilância e de triagem no momento da viagem, os controles dos espaços aeroportuários ou os fluxos marítimos, a impossível linha dos pontos de passagens terrestres, as retóricas distinguindo as fronteiras externas das fronteiras internas de “junção” e de “livre circulação” devem ser debatidos segundo essas linhas de distinção da política de ordem e das práticas da mudança social. Os procedimentos de governabilidade à distância nos mostram que se a visão de soberania estática é concebida dentro e pelo território e por uma visão das fronteiras como círculos, não é o caso das práticas efetivas de controle estabelecidas pelos profissionais de segurança com o apoio dos políticos (BIGO, 2010).

O dispositivo de policiamento à distância não se sobrepõe ao dispositivo soberano. Ele estabelece-se a partir de bases alternativas e afastou-se ele mesmo do mito da identidade e da integração de política. Ele funciona como um “ban-óptico” (em referência ao panóptico de Michel Foucault) normalizando as maiorias e categorizando os indesejáveis (BIGO, 2006). Portanto, corre o risco de favorecer práticas contrárias aos acordos (normas jurídicas) assinadas pelo governo brasileiro.

A oposição entre peritos da área de inteligência e guarda-fronteira evidencia este debate que aparece tão abstrato sobre a forma de fronteira. Os especialistas da inteligência não querem e não acreditam no cerco territorial e na sua eficácia. Eles desejam um controle de mobilidade que passa pela projeção adiantada dos controles, e pensam uma reconceptualização do homem na mobilidade, bem além do envio de policiais ou de guarda-fronteira nos consulados, o que constituiria, até então, uma fórmula de compromisso com os profissionais de política. A possibilidade da criação de uma guarda federal de fronteira no Brasil geraria grande questionamento por todas as forças envolvidas nesse processo.

Para atingir tal objetivo, será necessário transformar o humano em informação numérica, transferível e disponível para sua colocação numa rede (CASTELLS, 1998) através de bases de dados interconectadas, estabelecer vistos eletrônicos em função das informações anteriormente coletadas sobre o indivíduo, seus próximos, ou aqueles que ele parece ou se identifica. Nesse caso, podemos falar do sistema *ESTA* em vigor nos Estados Unidos, que na verdade é uma autorização de viagem para os Estados Unidos para os países que possuem um acordo com esse país.

No Brasil, o aeroporto do Galeão já possui um sistema alfandegário (na apresentação do passaporte automatizada) via leitura ótica e biométrica. Todos esses processos buscam de um lado dificultar as fraudes possíveis sobre os documentos pessoais, mas não garantem a entrada de pessoas que representam algum tipo de “ameaça” para o Estado. Como observamos no trabalho de pesquisa, a dimensão territorial das fronteiras relativiza a importância de criar sistemas complexos, militares e civis, capazes de filtrar o fluxo crescente de indivíduos circulando nas diversas partes da fronteira, tal como foi pensado o SISFRON.

A prática dos “grêmios” transnacionais que descreve Philippe Bonditti se desenvolve na Europa, na Austrália, nos Estados Unidos e, apesar dos sistemas políticos e das ligações com normas diferentes, se encontram num ponto. A fronteira se faz em rede. O controle da mobilidade joga com o tempo e a antecipação para tentar filtrar os indesejáveis identificados a partir de categorias precisas em termos de hierarquização dos medos e das ameaças, mas que permanece uma categoria cujo número é difícil de avaliar porque não é baseado num saber preliminar numa lógica judiciária (BONDITTI, 2008). Pelo contrário, se baseia numa lógica de ação coercitiva preventiva sobre uma antecipação dos riscos cujo recurso à biometria não consegue solucionar ou ajudar.

Nessa gestão da mobilidade, não se trata então de cuidar da mobilidade da pessoa física e de traçá-la durante sua viagem, de verificar sua identidade biométrica e de autenticá-la para certificar-se que é carregada de um direito de entrada, que é imediatamente na escala molecular das informações sobre a vida que o dobre eletrônico de esta pessoa sinaliza e que ele mesmo ignora. Poderíamos então fazer um paralelo com aquilo que sinaliza Nikolas Rose sobre as fronteiras da vida humana. Então se estabelece e é cada vez mais ou, pelo menos, tão lida como quantitativa (biologia molecular) que em termos de medicina (ROSE, 2007). O mesmo vale sobre a securitização da mobilidade humana em termos de indivíduo. O programa SISFRON, com seu aparato tecnológico,

procura também desenvolver um intenso controle populacional, reforçando pela biometria, a telemetria e os sistemas de sensores remotos a fiscalização das áreas de fronteiras. A diferenciação entre migrantes e traficantes, mercadorias lícitas e ilícitas e o controle dos diversos fluxos na faixa de fronteira fica sujeito aos critérios subjetivos, obedecendo a critérios políticos, enquanto não houver um enquadramento jurídico preciso. Portanto, aos profissionais da política, cabe a gestão do mito nacional e da fronteira como ordem. Aos olhos profissionais da insegurança que tem autoridade sobre os nossos medos do futuro (SQUIRE, 2010).

Concluimos a terceira e última parte desse Capítulo mostrando a diversidade das interpretações e concepções da fronteira (observando uma evolução da perspectiva realista até a crítica), no que diz respeito às temáticas atuais, e principalmente na análise dos fluxos migratórios que ocupam uma grande dimensão simbólica. No caso brasileiro, as Forças de Segurança Pública e as Forças Armadas mobilizam essa narrativa num esforço de ocupação da arena midiática para justificar, entre outros conceitos apresentados, a hibridização das Forças Armadas, como norma aceita e praticada, e supostamente reconhecida pela comunidade de segurança.

Apesar da resistência declarada do Exército Brasileiro em participar em operações de Segurança Pública em áreas urbanas, expressa pelo Comandante Militar do Exército em depoimento à Comissão das Relações Exteriores do Senado Federal (PORTAL G1, 2017), o papel das Forças Armadas, e particularmente do EB na faixa de fronteira continua sendo reforçado por narrativas que justificam a intervenção nas regiões de tríplice fronteira que foram analisadas, e competindo com os órgãos da FSP federais. Com o final desse Capítulo, queremos em seguir apresentar as **Considerações Finais** desse trabalho de tese de doutorado, buscando sintetizar os principais avanços obtidos ao longo da dissertação. Ressaltamos também que esse trabalho procurou oferecer uma abordagem original sobre problemas relevantes das áreas de ciência política e dos estudos estratégicos, debatendo pontos centrais sobre o papel do Exército Brasileiro nas fronteiras.

Considerações finais

Ao caminhar para o final desse trabalho de tese de doutorado, precisamos realizar uma síntese dos principais elementos que foram apresentados durante a elaboração dos Capítulos. Essa tese ofereceu uma abordagem original sobre alguns temas relevantes da área de ciência política e da geografia, a partir de um enfoque sobre fronteiras, soberania e Forças Armadas. O objetivo desse trabalho foi apresentar um estudo que pudesse enfatizar um olhar civil e acadêmico sobre o problema da faixa de fronteira para aumentar as possibilidades de análise do problema, incluindo, portanto, o Exército Brasileiro. Evidentemente, essas considerações finais merecem uma pequena releitura dos avanços teórico-metodológicos que a tese buscou proporcionar, alertando sobre a necessidade de fortalecer ainda mais a pesquisa acadêmica civil nas universidades, no campo da Defesa e da Segurança.

Em primeiro lugar, a abordagem pluridisciplinar baseada em elementos da geografia política e da ciência política ofereceu uma leitura abrangente sobre o objeto central da tese: a presença do EB na faixa de fronteira, tomando como estudo de caso a existência e funcionamento atuais dos Pelotões. Defendemos que o trabalho foi bastante preciso quando considerada a área estratégica sob análise (regiões de tríplice fronteira da Amazônia). Longe de ser apenas uma vasta área geográfica, trata-se também de uma região com dinâmicas territoriais próprias e especificidades geo-históricas. Esse trabalho de análise foi objeto do Capítulo I da tese. Na sequência, evidenciamos o interesse manifesto do Exército Brasileiro entre 1994 e 2010 para a região, transformando esse espaço num elemento central do seu discurso e da sua estratégia de desenvolvimento nacional. O terceiro Capítulo focalizou sua atenção sobre a relevância dos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) para o EB, insistindo particularmente na análise baseada com duas pesquisas de campo realizadas entre 2013 e 2014 no Acre e em Roraima. Finalmente, o último Capítulo da tese salientou o momento da transformação do papel do EB na faixa de fronteira, argumentando a “normalização” de suas funções a partir do desenvolvimento do programa ENAFRON em 2011.

Após essa rápida apresentação, vamos estudar de forma detalhada os principais argumentos de cada Capítulo, consolidando de forma clara os avanços apresentados pela pesquisa ao longo dos últimos cinco anos. Após esse esforço, faremos as devidas

considerações finais do trabalho, apontando possíveis desdobramentos para serem debatidos, e abrir algumas pistas para futuras reflexões sobre a presença do EB na faixa de fronteira.

O objetivo do Capítulo I foi realizar uma análise para entender as características geo-históricas do espaço amazônico. Em seguida, focalizamos esse estudo sobre a presença do Exército no período de redemocratização. Finalmente, concluímos esse primeiro Capítulo enfatizando o surgimento da agenda ambiental no discurso militar, no final da década de 1980.

Para entender esse caminho, tivemos como objetivo na primeira parte do Capítulo apresentar a formação do espaço amazônico e o processo de colonização do território. Rapidamente, a resolução da questão das fronteiras apareceu como ponto estratégico essencial da presença física para os militares. De fato, foi necessário lidar com a vizinhança hispânica durante a estratégia de ocupação militar durante o século XVIII até meados do século XX, destacando especificamente o papel das elites no processo.

Esse período foi peculiar para os militares brasileiros, que sentiram os efeitos do momento de transição para um governo civil e a perda do espaço na arena política. Quanto à região amazônica, os militares efetuaram dois movimentos: primeiro, legitimar a presença do EB com uma narrativa baseada na segurança e no desenvolvimento. Em segundo lugar, justificar essa legitimidade com ações cívico-sociais em prol das populações que vivem na faixa de fronteira. O programa Calha Norte ilustrou esse esforço realizado, mostrando um EB que se transformou e se adaptou à nova realidade.

A terceira e última parte do Capítulo I ressaltou o surgimento da proteção ambiental como espaço de oportunidade para os militares. O argumento do Exército Brasileiro foi baseado na importância da pressão externa sobre o meio ambiente no começo da década de 1990. O contexto internacional do Pós-Guerra Fria facilitou o surgimento de questões ligadas à agenda global de segurança humana. O conceito de securitização ofereceu caminhos interessantes para relacionar a produção de discursos no Exército Brasileiro que enfatizavam a priorização da Amazônia na agenda de segurança nacional e internacional. Rapidamente, os militares assumiram uma postura de responsabilidade na preservação das áreas florestais, saindo do discurso e colocando em prática os princípios levantados em ações concretas.

Em seguida, o objetivo do Capítulo II foi entender o contexto geoestratégico na Amazônia durante o governo Fernando Henrique Cardoso. Logo, foram apresentados os efeitos da crise econômica nas Forças Armadas, especificamente o EB, no contexto fronteiriço. Finalmente, a última parte do Capítulo II explicou como as Forças Armadas ganharam importância no cenário nacional para o desenvolvimento, a partir do lançamento da Estratégia Nacional de Defesa (END), em 2008 e o Livro Branco da Defesa Nacional (LBDN) em 2012.

Em primeiro lugar, discutimos qual foi a disputa entre o modelo soberanista e o modelo integracionista nos dois mandatos do presidente FHC. Ficou evidente que o projeto de governo teve efeitos importantes nas FFAA, e particularmente no EB, com os importantes cortes orçamentários. Esse período foi marcado pela criação do Ministério da Defesa (MD) em 1999, e com a consolidação do programa SIVAM-SIPAM, que dizia respeito à segurança amazônica. Esse processo foi palco de uma importante disputa sobre a licitação entre a França (Thomson-CSF) e os Estados Unidos (Raytheon), que passou por diversos momentos de crise político-financeira.

Em seguida, a segunda parte do Capítulo II contextualizou as diversas crises e seus efeitos sobre as FFAA, ressaltando a instabilidade do entorno estratégico brasileiro (focando principalmente na Colômbia, na Venezuela e na Bolívia). Durante os governos FHC e Lula, o papel estratégico da Amazônia como vetor de desenvolvimento nacional é reforçado, com os diversos programas estratégicos lançados a partir de 2000: a Iniciativa de Integração Regional na América do Sul (IIRSA em inglês), que se tornou o Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN). O EB teve uma experiência conturbada durante a gestão FHC e viu suas prerrogativas transformadas na década de 1990 (surgimento de um processo de “policialização” ensejado pela aplicação do dispositivo constitucional da “garantia da lei e ordem”). O meio ambiente humano e o desenvolvimento sustentável começaram a permear o discurso dos militares.

A terceira e última parte do Capítulo tratou da institucionalização das políticas de defesa e seus efeitos sobre a região Amazônica. Assim, a partir da elaboração da segunda Política de Defesa Nacional (PDN-2005), a pauta “Defesa” ganhou espaço na política externa do presidente Lula. Para atrelar à END os meios necessários para a aplicação dos seus princípios, foram lançados dois projetos estratégicos de cunho militar. Para a região

amazônica, o Programa Amazônia Protegida e o SISFRON, que representaram os maiores investimentos na área da defesa para a faixa de fronteira amazônica.

Na redação do Capítulo III, focalizamos o nosso estudo sobre a presença do Exército na faixa de fronteira. Em seguida, foi realizado um estudo detalhado, a partir da escala do Pelotão Especial de Fronteira. Concluímos esse terceiro Capítulo enfatizando os limites dos PEF e sua inadequação ao contexto atual de segurança fronteiriço.

Procuramos na primeira parte do Capítulo analisar a atual presença do Exército na faixa de fronteira amazônica (focando especificamente nos efetivos, nos recursos materiais, por exemplo). Logo, foram apresentados os limites conceituais da Estratégia Nacional de Defesa, particularmente no contexto da faixa de fronteira. Um trabalho em torno das dificuldades logísticas e o risco de reorientação do Programa Amazônia Protegida por motivos orçamentários foi realizado para avaliar a presença do EB. Finalmente, diante da realidade observada na fronteira, fizemos um panorama preciso da situação baseado nos resultados das pesquisas de campo realizadas em 2013 e 2014.

A segunda parte do Capítulo III versou sobre a presença efetiva do Exército na faixa de fronteira, salientando o PEF no dispositivo do EB na faixa de fronteira. Em primeiro lugar, fizemos uma descrição quase etnográfica da experiência do PEF, particularmente aqueles que foram visitados durante as viagens de pesquisa. Analisamos suas características, suas missões e valores. O objetivo foi realizar dois estudos de caso dos PEF da 8ª Região Militar e da 12ª Região Militar (correspondente ao Comando Militar da Amazônia (CMA) e ao Comando Militar do Norte (CMN). Enfatizamos o contexto geográfico, a partir de mapas, para entender o quadro geopolítico no qual evoluem os PEF em relação aos demais atores institucionais presentes.

A terceira e última parte do Capítulo III procurou mostrar os limites dos PEF e sua inadequação ao contexto estratégico atual. Afirmamos que se tratou de um modelo de presença limitado por diversos motivos (mobilidade, perfil dos soldados, missões e motivação dos efetivos). O problema da logística no contexto amazônico foi avaliado como um verdadeiro calcanhar de Aquiles do EB (sucateamento dos equipamentos, dificuldade dos orçamentos, problemas ligados à logístico). Finalmente, foi preciso avaliar os efeitos da criação da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) e do Conselho Sul-Americano de Defesa (CSD), que promoveram o modelo integracionista

para diminuir o risco de ameaça externa direta por parte da vizinhança do entorno estratégico.

O Capítulo IV procurou entender a recente transformação da segurança pública na faixa de fronteira. Em seguida, apresentamos a “normalização” do papel dos militares do EB na faixa de fronteira. Finalmente, foi apontado uma necessária transformação do papel do EB na região, mostrando a evolução dos governos estaduais, que assumem suas responsabilidades respaldados pela iniciativa ENAFRON.

Em primeiro lugar, foi discutido nesse Capítulo quais foram as políticas implementadas pela ENAFRON, focando na organização da segurança pública, os investimentos previstos, além da cooperação com o EB, a partir de 2011. O estabelecimento dos Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteira (GGIF) reforçou a cooperação interagência, o relacionamento com os vizinhos e a experiência de mutualização dos custos. Finalmente, o retorno de experiência do PEF, comparado com o Plano de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF) apontou claramente para um exemplo de modelo decadente de segurança na fronteira, fragilizado pelos efeitos da militarização.

Em seguida, a segunda parte do Capítulo IV contextualizou a “normalização” do papel dos militares do Exército Brasileiro na faixa de fronteira. Reforçamos a ideia que o quadro conceitual evoluiu, buscando novas possibilidades para resolver os problemas de segurança e defesa da faixa de fronteira. Comparamos também a presença policial e a presença militar, a partir dos relatórios fornecidos pela SENASP. O quadro empírico também é analisado, mostrando a modernização das forças policiais na faixa de fronteira e questionando a necessidade do poder de polícia dos militares do EB.

A terceira parte do Capítulo IV chamou atenção pela transformação do papel do EB na faixa de fronteira, confrontado com uma real evolução do seu contexto e apontando uma possível hibridização do papel dos militares como norma. As fronteiras reais e simbólicas entre Forças Armadas e Forças de Segurança Pública estão cada vez menos claras, nesse “continuum securitário”, o que obrigou a repensar os nexos entre território, soberania e fronteira a partir de uma abordagem crítica. Os aportes teóricos dos Estudos Críticos de Segurança (CSS em inglês) evidenciaram a complexidade do conceito de “fronteira”, que se apresentou como polímorfo e sujeito a diversas interpretações para analisar a maneira como o EB atua no contexto fronteiriço.

Após essa breve apresentação dos principais argumentos sustentados ao longo da tese de doutorado, faremos em seguida algumas considerações finais para abrir possíveis caminhos intelectuais sobre a presença do Exército Brasileiro na faixa de fronteira.

As Forças Armadas brasileiras, e particularmente o EB nos últimos anos, estão vivendo um momento de transformação interna, marcado por uma série de reformas estruturais: enfatizamos durante esse trabalho a importância da Amazônia para a projeção estratégica do Exército. Um aspecto que devemos salientar é a transformação do modelo do EB, em função do contexto atual de crise econômica e política. Estamos, de acordo com as avaliações do Ministério da Defesa, diante de um momento de transição no sentido da missão do Exército no contexto fronteiriço.

De fato, o cenário atual apresenta uma grande insegurança institucional para o EB. Os efetivos militares empregados não aumentaram (fim do programa Amazônia Protegida) e houve no quadro do programa SISFRON uma reorientação estratégica em direção do Arco Oeste, como já foi mencionada. O objetivo estratégico é fornecer um maior aporte de tecnologia nas regiões onde os indícios de ilícitos são mais frequentes, de acordo com o Ministério da Justiça. As Forças Armadas brasileiras, e particularmente o EB na faixa de fronteira, terão que assumir cada vez mais funções policiais no decorrer do seu emprego. Isso obriga também a considerar e antecipar os efeitos possíveis do desvio de função das FFAA (segundo o artigo 142 da Constituição) que poderiam advir em relação ao aspecto operacional do Exército, algo que começou a ser institucionalizado pelo atual Governo Federal.

Durante a tese de doutorado, o discurso dos jovens tenentes presentes nos PEF apontou a dificuldade, na escala de nível operacional, a exigir dos efetivos a capacidade de desenvolver “operações subsidiárias”, de tipo cooperação interagência. Esse problema se torna ainda mais visível quando não houver condições mínimas de sobrevivência nos pelotões isolados (como em Auáris ou Surucucu, por exemplo), condições essas que estão longe de ser garantidas atualmente. Assim, os pequenos efetivos não constituem uma garantia suficiente para assegurar as missões convencionais do dia a dia. Um dos argumentos da policialização das missões do Exército na fronteira é de oferecer um sentido de participação, de missão, de materialidade da securitização de fronteira, através de controles, revistas, fiscalizações.

A presença da Receita Federal e da Polícia Federal obrigatória para as operações (falta de preparação das Forças Armadas e a recente criação do Manual de Operações Interagências) completam esse quadro de insegurança jurídica. A análise dos investimentos realizados pela ENAFRON oferece uma visão clara da diferença entre a Força de Segurança Pública e as Forças Armadas na faixa de fronteira. O programa COBRA ainda está em fase de implementação e o SISFRON aparece como uma resposta à preocupação da área de TI (Tecnologias da Informação) mais que de operações convencionais nas margens do rio. Isso significa que fica obrigatório, em função do contexto atual, realizar decisões no nível estratégico para evitar cortes nas despesas correntes e manter os investimentos produtivos nos doze projetos levados à frente pelo Exército Brasileiro dentro do programa Pró-Força.

Portanto, não é surpreendente identificar o imenso desafio logístico representado pela dimensão amazônica, as missões de cooperação interagência de larga escala podem acontecer apenas anualmente, como mostra o histórico das operações Curarê e Ágata, etc. Outras missões de menor impacto (particularmente no que diz respeito às ACISO) acontecem com maior frequência. É preciso enfatizar que na luta contra os ilícitos fronteiriços, o setor de inteligência tem um papel central na elaboração do inquérito. O objetivo é maximizar as apreensões (drogas, armas, contrabando) e não seria possível realizar a cada dois meses uma megaoperação desse tipo. Mas também as operações possuem um caráter midiático sem precedente, como bastante veiculado nas mídias oficiais das Forças Armadas e também nas estações regionais ou locais nas emissoras nacionais.

Existe uma cobrança forte de opinião pública para que as Forças Armadas sejam atuantes nas missões de apoio quando houver incapacidade de Defesa Civil e atender as populações, e com o tempo, as missões ACISO, de cunho social, fazem claramente parte da estratégia de comunicação do Exército Brasileiro para ocupar o campo estratégico, preenchendo os vazios (ausência de responsabilidade do poder estadual) deixados nas regiões periféricas. As operações interagências obrigam as Forças Armadas em flexibilizar seus protocolos de operacionalidade, o que, em determinado momento, pode acabar desvirtuando a missão principal do Exército Brasileiro. Por outro lado, essas missões, ao ser naturalizadas e integradas no leque das capacidades operacionais da Força Terrestre, poderão ser exigidas e cobradas de outras Forças de Segurança Pública, caso não houver meios atuantes em número suficiente para garantir o sucesso da operação.

Ao operar numa área de exclusiva autonomia da Polícia Federal, segundo o artigo 144 da Constituição, com a luta contra o crime organizado transnacional, a imigração ilegal e o varejo nacional (Polícia Militar e Civil), as Forças Armadas e particularmente o Exército Brasileiro na fronteira aumentam o risco de colusão com os efetivos ligados ao narcotráfico. De maneira mais ampla, cabe aqui insistir sobre a missão das Forças Armadas num contexto de crise econômica.

Esse risco, como já foi mencionado, aparece mais no campo operacional, com novas demandas. Logo, o EB pode ser obrigado em realizar escolhas estratégicas capazes de modificar sua rotina. No caso da questão de segurança, precisamos avaliar também os efetivos de uma força acostumada ao quartel. Houve no passado, alguns exemplos de roubos pontuais, de armas para revenda para facções criminosas. Não é raro nos noticiários de ver o uso de armas de uso exclusivo das Forças Armadas sendo usadas por supostos criminais. Existe um aspecto delicado na utilização das Forças Armadas de operações policiais: a possível retaliação por partes de organizações com ligação com o crime. O EB torna-se inimigo na medida em que ela ocupa o espaço real e veste-se de uma dimensão simbólica forte.

Portanto, podemos observar com esses exemplos, e a partir dos elementos apresentados ao longo da tese de doutorado, que houve um esforço coerente e consciente por conta do alto escalão do EB em assumir um leque muito amplo de missões, argumentando a ausência (não sempre verificada) do Estado e nem sempre comprovado, para ocupar os espaços físicos e simbólicos de campo da segurança. Assim, diante de um novo cenário instável, é preciso avaliar em que medida essa mudança no equilíbrio nas missões de segurança pública não trará tensões entre Forças de Segurança Pública e Forças Armadas, e quais serão os impactos no *ethos* militar.

No contexto fronteiriço, a situação é diferente pois o EB domina o campo (tanto real quando simbólico) com seus efetivos e os discursos produzidos desde 1985. Por outro lado, se o plano ENAFRON demorou alguns anos para ser implementado, hoje os efetivos estão sendo operacionalizados, com os equipamentos modernizados. Portanto, qual pode ser a estratégia do EB diante desse cenário? Pode retornar para sua missão principal, para o quartel e deixar para as Forças de Segurança Pública sua prerrogativa de força principal, ou a final, seria difícil, para não dizer quase impossível de voltar atrás após ter realizado uma mudança doutrinária profunda?

É difícil avaliar os impactos sociais e políticos do envolvimento das Forças Armadas nas missões de segurança interna, e a “concorrência” entre Forças também pode garantir (na teoria) uma fiscalização recíproca, uma vez que cada força de segurança possui os seus próprios setores de inteligência e de corregedoria.

Um ponto muito importante que já foi abordado durante as entrevistas realizadas em Brasília (ver nos Anexos), entre maio e julho de 2016 foi a questão da instabilidade política crônica do Estado brasileiro, que passa por um processo tumultuoso de quebra de ordenamento, conjugado com uma grave crise financeira e econômica que pode prejudicar a curto e médio prazo o desenvolvimento dos programas estratégicos do Ministério da Defesa. Mas, sobretudo o desempenho do Exército Brasileiro na faixa de fronteira. Como foi mencionado, houve uma reconfiguração do Programa Amazônia Protegida e um “congelamento” da ampliação do número de PEF na faixa de fronteira que precisa ser avaliado.

A partir de 2012, com o lançamento oficial do programa SISFRON, houve também uma clara vontade por parte dos oficiais do EB e do MD em priorizar o setor cibernético, dando ênfase às capacidades remotas de monitoramento e vigilância da enorme faixa de fronteira nacional. Em 2016, com a acentuação dos cortes orçamentários, o SISFRON precisou ser reconfigurado, tendo o EB optado por concentrar seu desenvolvimento na região Centro-oeste. De fato, o programa está ainda na sua fase inicial, testando suas capacidades para depois ser ampliado e reforçar a segurança da fronteira no Arco Sul e principalmente no Arco Norte (Amazônia).

Para o EB, a insegurança em torno dos repasses pode ser um dos motivos de grande preocupação manifestado pelo alto escalão do EB. Assim, as missões rotineiras devem ser mantidas, assim como os exercícios militares, as ACISO e operações interagências pontuais. Além disso, um esforço é exigido dos contingentes para ajudar na segurança pública, seguindo os princípios legais disponíveis na GLO, como foi o caso no estado do Espírito Santo em fevereiro e mais recentemente no estado do Rio de Janeiro. A questão da crise do orçamento afeta também a segurança pública da região amazônica, e portanto, apesar dos avanços que foram observados in loco nas áreas de tríplice fronteira, o cenário parece ser bastante negativo em relação aos investimentos realizados entre 2011 e 2016 através do ENAFRON. Com essa queda, a capacidade dos GGIF em

organizar de forma eficiente a segurança pública deve ser afetada, ainda mais nos Estados da Federação que não tiveram ainda uma estrutura totalmente montada.

Portanto, ao concluir esse trabalho, ficou inconclusivo realizar um balanço definitivo sobre a postura do Exército Brasileiro em relação à sua presença na faixa de fronteira. Para os militares, a dimensão estratégica pertence ao Executivo, que se mostrou incapaz de definir claramente em que medida as FFAA servem exclusivamente para garantir a soberania do território nacional e atuam em operações de GLO. Essa situação favorece, portanto, a formação de um corpo hibridizado, fragilizado para se dedicar completamente às missões previstas na Constituição, por falta de preparo e, sobretudo pela crescente intervenção política, motivada em grande parte pela insegurança institucional vigente.

Para o Exército Brasileiro, apesar das dificuldades e do pouco retorno político, a manutenção dos PEF obedece a uma lógica do campo simbólico, muito mais que prático. Garantir a presença física de elementos do Exército Brasileiro na faixa de fronteira não é apenas um desafio logístico cotidiano, mas também representa um desgaste para os próprios contingentes. Levando em consideração o atual contexto político, é praticamente impossível, ou no mínimo muito arriscado, avaliar qual seria a melhor opção estratégica para as Forças Armadas e particularmente o para o Exército. De fato, o presente trabalho teve como objetivo principal a realização de um levantamento atualizado sobre a situação dos militares em áreas de fronteiras, a partir de dois estudos de campo.

Buscamos, a partir de uma metodologia original, analisar os discursos produzidos e as práticas operacionalizadas nesse contexto específico, evitando reproduzir narrativas oriundas de doutrinas militares, e procurando formular reflexões capazes de estimular a produção intelectual no universo castrense, como também repensar a presença das forças militares nas áreas fronteiriças no contexto atual com um olhar civil. Com esse trabalho, queremos ressaltar a urgente necessidade de debater a atuação das Forças Armadas nas regiões fronteiriças, como também oferecer uma oportunidade para os jovens oficiais que operacionalizam as decisões tomadas em Brasília. O Estado brasileiro, apesar dos avanços realizados nos últimos anos, ainda não oferece garantias seguras sobre uma estratégia que possa satisfazer todos os atores envolvidos nesse processo. Finalizando esse trabalho, acreditamos que abrimos mais portas do que fechamos, sendo por excelência, uma das funções da pesquisa acadêmica.

Referências bibliográficas

Teses, dissertações e monografias

BARROS, C. A. M. de. **O poder de polícia do Exército Brasileiro no combate aos crimes ambientais ocorridos na região de fronteira.** Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2010.

BASTOS, K. S. de O. **Política ambiental do Exército Brasileiro – uma proposta.** Trabalho de Conclusão de Curso (CPEAEX) da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), Rio de Janeiro, 2007.

CAMPOS, J. C. P. de. **A gestão ambiental no Exército Brasileiro e a sua compatibilização com o adestramento da Força.** Trabalho de Conclusão de Curso (CPEAEX) da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), Rio de Janeiro, 2003.

CANINAS, O. P. **Intervenção por motivo ecológico: construção teórica, legitimidade e possíveis desdobramentos na Amazônia brasileira.** Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Estudos Estratégicos da Segurança e da Defesa (PPGEST) da Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2010.

CARDOSO, R. D. **Cooperação internacional e segurança na fronteira norte: Brasil, Venezuela e Guiana (2003-2008).** Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Ciência Política (PPGCP) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2010.

DINIZ, E. **O Projeto Calha Norte: antecedentes políticos.** Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Ciência Política (PPGCP) da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1994b.

FERNANDES, F. B. **As relações civil-militares durante o Governo Fernando Henrique Cardoso – 1995/2002**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Ciência Política (PPGCP) da Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2006.

FILHO, H. de S. **A participação do Exército na vida política nacional: da Proclamação da República ao fim da era Vargas**. Trabalho de Conclusão de Curso (CPEAEX) da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), Rio de Janeiro, 1996.

FRANCHI, T. **Da conquista do inferno verde à proteção do paraíso tropical: o discurso militar brasileiro sobre a Amazônia no século XX**. Tese de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável (PPGDS) da Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2013.

FREITAS, J. de C. **O papel do Exército na Sociedade Brasileira no próximo século**. Trabalho de Conclusão de Curso (CPEAEX) da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), Rio de Janeiro, 1997.

FREITAS, J. L. **Uma nova visão da cultura no Exército**. Trabalho de Conclusão de Curso (CPEAEX) da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), Rio de Janeiro, 1998.

GIMENEZ, H. M. **Defesa nacional, segurança pública e relações internacionais: uma análise sobre a fronteira Bolívia – Brasil (2005-2014)**. Tese de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais (PPGRI) da Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2015.

GOMES FILHO, G. F. **O Forte São Joaquim e a construção da fronteira no extremo norte: a ocupação portuguesa do vale do Rio Branco (1775-1800)**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, 2012.

GUIMARÃES, M. A. **Análise da política de meio ambiente e da diretriz estratégica de gestão ambiental do exército brasileiro**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável (PPGDS) da Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2009.

HOREWICZ, M. C. **Emprego de Comunicações por Satélite no SISFRON**. Trabalho de Conclusão de Curso (CPEAEX) da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), Rio de Janeiro, 2014.

LEITE, A. P. **O Projeto Piloto do Sistema Integrado do Monitoramento de Fronteiras: Concepção e Situação Atual**. Trabalho de Conclusão de Curso (CAEPE) da Escola Superior de Guerra (ESG), Rio de Janeiro, 2013.

LOURENÇÃO, H. J. **A Defesa Nacional e a Amazônia: o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM)**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Ciência Política (PPGCP) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2003.

LOURENÇÃO, H. J. **Forças armadas e Amazônia (1985 a 2006)**. Tese de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Ciência Política (PPGCP) da Universidade de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2007.

MARQUES, A. A. **Amazônia e pensamento militar**. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2007.

MEDEIROS, R. A. L. de. **Decodificando a internacionalização da Amazônia em narrativas e práticas institucionais: governos da natureza no Brasil e nos EUA**. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas (PPGECA) da Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2012.

MELLO, M. A. G. de. **A estratégia militar e o Exército: uma análise da política declaratória de defesa**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em

Administração Pública (PPGAP) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Rio de Janeiro, 2012.

MIRANDA, W. D. **Defesa e Exército na Amazônia brasileira: um estudo sobre a constituição dos pelotões de fronteira**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Ciência Política (PPGCP) da Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, 2012.

NASCIMENTO, D. **A Guerrilha do Araguaia: “paulistas” e militares na Amazônia**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Planejamento do Desenvolvimento (PLADES), da Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém. 2000.

NASCIMENTO, D. **Projeto Calha Norte: política de defesa nacional e segurança hemisférica na governança contemporânea**. Belém, Tese de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, 2005.

PAES, J. R. S. **A participação do Exército na preservação do meio ambiente**. Trabalho de Conclusão de Curso (CPEAEX) da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), Rio de Janeiro, 2003.

PEREIRA, M. R. S. **Iniciativa MAP: um emergente movimento transfronteiriço e sua gestão no desenvolvimento sustentável na região da Amazônia sul ocidental**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Direito (PPGD) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2007.

PILETTI, F. **Segurança e Defesa da Amazônia: o exército brasileiro e as ameaças não-tradicionais**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Ciência Política (PPGCP) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2008.

REZENDE, Tadeu V. F. de. **A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial: a definição das fronteiras**. Tese de Doutorado do Programa de Pós-

graduação em História Econômica (PPGHE) da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2006.

SANTANA, V. J. **Leitura crítica do discurso da PDN**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Linguística (PPGL) da Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2007.

VASCONCELOS FILHO, S. L. de. **Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON): uma contribuição para a segurança nacional**. Trabalho de Conclusão de Curso (CAEPE) da Escola Superior de Guerra (ESG), Rio de Janeiro, 2014.

Livros

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

ANDERSON, M.; DEN BOER, M. (eds.). **Policing Across National Boundaries**, Londres: Pinter, 1994.

ARON, R. **Paz e guerra entre as nações**. Prefácio de Antônio Paim. Tradução de Sérgio Bath. São Paulo: Editora UnB, 2002.

ARRUDA, J. R. **O uso político das Forças Armadas**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

ACEVEDO MARIN, R. E. **A escrita da história paraense**. Belém: Editora da Universidade Federal do Pará, 1998.

ARAÚJO, R. M. **As cidades da Amazônia no século XVIII. Belém, Macapá e Mazagão**. Porto: FAUP Publicações, 1998.

ATKINS, G. P. **Latin America and the Caribbean in the International System**, Boulder-CO: Westview Press, 1999.

BACKHAUSER, E. **Curso de Geopolítica geral e do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1952.

BAUMAN, Z. **Le coût humain de la mondialisation**. Paris: Hachette Littérature, 1999.

BIGO, D. **Polices en réseaux: l'expérience européenne**. Paris: Presses de Sciences Po, 1996.

BIGO, D.; GUITTE E.-P.; SCHERRER, A. **Mobilités sous surveillance**. Montréal: Athéna, 2010.

BECKER, B. K. e EGLER, C. A. G. **Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

BENTO, C. M. **Amazônia brasileira. Conquista, consolidação e manutenção** (História Militar Terrestre de 1616 a 2003). Porto Alegre: Academia de História Militar Terrestre do Brasil, 2003.

BODIN, J. **Los seis libros de la República**. Tradução de Pedro Bravo Galo. Madri: Tecnos, 2006.

BOOTH, K. (ed) **Critical Security Studies and World Politics**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2005.

BUZAN, B. **People, States and Fear: The National Security Problem in International Relations**. Brighton: Harvester, 1991.

BUZAN *et al.* **Security: a new framework for analysis**. London: Lynne Rienner Publishers, 1998.

BUZAN, B.; WAEVER, O. **Regions and Powers: The Structure of International Security**. Cambridge: University Press, 2003.

CALMON, K. M. N. e GUSSO, D. A. **A experiência de avaliação do Plano Plurianual (PPA) do governo federal no Brasil**. Texto apresentado na Cepal, na Oficina de Trabalho do Projeto Fortalecimento da Função Avaliação na América Latina, IPEA/BID, 2003.

CAMPBELL, D. **Writing Security: United States Foreign Policy and the Politics of Identity**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998.

CASTELLS, M. **La société en réseaux (Tome 1: l'ère de l'information)**. Paris: Fayard, 1998.

CASTRO, C. **O espírito militar**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1990.

CASTRO, C. **Os militares e a República**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1995.

CASTRO, C. **A invenção do Exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

COUTO E SILVA, G. do. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1967.

CORTESÃO, J. **Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil**. Lisboa: Portugália, 1965.

CORTESÃO, J. **Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid**. São Paulo: Imprensa Oficial / Fundação Alexandre de Gusmão, 2006.

COSTA-FILHO, A. H. **A Amazônia às vésperas da OTCA**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, DAM II, 2002.

CRÉPON, M. **La culture de la peur. 1. Démocratie, identité, sécurité**. Paris: Galilée, 2008.

D'ARAÚJO, M. C. (Org.). **Militares e política na Nova República**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

DEUTSCH, K. (ed.) **Political Community and the North Atlantic Area**. Princeton: Princeton University Press, 1957.

DREIFUSS, R. A. **1964: A conquista do Estado**. São Paulo: Ed. Vozes, 1981.

FOESSEL, M. **État de vigilance - critique de la banalité sécuritaire**. Paris: Le bord de l'eau, 2010.

FOUCAULT, M. **Segurança, Território, População**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCHER, M. **Obsessão por fronteiras**. Tradução de Cecília Lopes. São Paulo: Radical Livros, 2009.

FRANCO, Carlos Elcio Silveira. **O apoio do Exército na defesa civil**. Rio de Janeiro: ECEME, 1998.

GIAMBIAGI, F. e MOREIRA, M. M. (Org.). **A economia brasileira nos anos 90**. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 1999.

GOMES, S. S. **Navegantes, Bandeirante e Diplomatas**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2001.

GUEDES, M. A. de A. & PAGLIARI, G de C. **Cooperação Interagências**. Recife: Editora UFPE, 2015.

GRAHAM, S. **Cities under Siege: the New Military Urbanism**. Durham: Verso, 2010.

HOBBS, T. **Leviatã**. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Elsevier, 2004.

HUNTER, W. **Eroding Military Influence in Brazil: Politicians Against Soldiers**. Cape Hill: University of North Carolina, 1997.

HOLLOWAY, T. H. **Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX**. Tradução de Francisco de Castro Azevedo. Rio de Janeiro: FGV, 1997

KATZENSTEIN, P. (Ed.) **The Culture of National Security. Norms and Identity in World Politics**. New York: Columbia University Press, 1996.

LIDDELL-HART, B.H. **Strategy**. New York: Meridian, 1991.

LYON, D. **Surveillance Society**. Londres: Open University Press, 2001.

MATTOS, C. de M. **Geopolítica e Teoria de fronteiras**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1990.

MEARSHEIMER, J. **The Tragedy of Great Power Politics**. Nova York: W.W. Norton & Company, 2001.

NADELMANN, E. A. **Cops across Borders: The Internationalization of US criminal Law Enforcement**. University Park: Pennsylvania State University Press, 1993.

OLIVEIRA, E. R. **Democracia e a Defesa Nacional: a criação do Ministério da Defesa na Presidência de FHC**. Barueri: Manole, 2005

OLIVEIRA, E. R. de. **De Geisel a Collor: forças armadas, transição e democracia**. Campinas: Papirus, 1994.

PECEQUILO, C. S. **Introdução às Relações Internacionais: temas, atores e visões**. Petrópolis: Vozes, 2004.

PROST, C. **L'Armée brésilienne : organisation et rôle géopolitique de 1500 à nos jours**. Paris: Ed. L'Harmattan, 2003.

PROENÇA JR, D.; DINIZ, E. **Política de Defesa no Brasil: uma análise crítica**. São Paulo: Ed. Humanidades, 1998.

- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- RATZEL, F. **Géographie politique** (1897). Paris: Economica, 1988.
- REIS, A. C. F. **Limites e demarcações na Amazônia Brasileira**, 2 vols, Belém: Secretaria do Estado da Cultura, 1993.
- REIS, A. C. F. **A Amazônia que os portugueses revelaram**. Rio de Janeiro, MEC, 1956.
- REIS, A. C. F. **A Amazônia e a Integridade do Brasil**. Manaus: Edições do Governo do Estado do Amazonas, 1966.
- REIS, A. C. F. **Aspectos da Formação Brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982.
- RESENDE, C. R.; COSTA, W. S.; LIMA, J. R. P. de A. **O Exército e a gestão ambiental da Amazônia no século XXI: uma visão estratégica**. Brasília: Portal de Educação do Exército Brasileiro, 2005.
- REUTER, P. **Can the border be sealed?** Santa Monica: Rand Corporation, 1998.
- RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. **A questão Geopolítica da Amazônia: da soberania difusa à soberania restrita**. Belém: EDUFPA, 2006.
- ROCQUE, C. (org.). **Grande Enciclopédia da Amazônia** (6 v.). Belém: Amazônia Editora, 1968.
- RODRIGUES, T. M. S. **Relações Internacionais**. Florianópolis: Departamento de Ciências de Administração (UFSC), 2012.
- ROSE, N. S. **The Politics of Life Itself: Biomedicine, Power and Subjectivity in the Twenty-First Century**. Princeton: Princeton University Press, 2007.
- SANTOS, R. **História Econômica da Amazônia: 1800-1920**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Livraria Nobel, 1985.

SODRÉ, N. W. **Introdução à revolução brasileira**. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

SODRÉ, N. W. **Formação histórica do Brasil**. São Paulo: Ed. Difel, 1982.

STEPAN, A. (ed.). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SQUIRE, V. **The Contested Politics of Mobility: Border zones and Irregularity**. New York: Routledge, 2010.

TILLY, C. **Contrainte et capital dans la formation de l'Europe**. Paris: Aubier, 1990

WALKER, R. B. J. **Inside/Outside. International Relations as Political Theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

ZAVERUCHA, J. **Frágil Democracia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

Artigos acadêmicos

AGNEW, J. "The Territorial Trap: The Geographical Assumptions of International Relations Theory". In: **Review of International Political Economy**. London: Routledge, v.1, n.1, p. 53-80, 1994.

ALBERT, B. Indians lands, environmental policy and military geopolitics in the development of the Brazilian Amazon: the case of the Yanomami. In: **Development and Change**. Haia: Wiley-Blackwell, v.23. p. 35-70, 1992.

ALBERT, B. "Terras Indígenas. Política Ambiental e Geopolítica Militar no Desenvolvimento da Amazônia: A Propósito do Caso Ianomâmi". In: LÉNA, P. & OLIVEIRA, A. E. de (org.) **Amazônia: A Fronteira Agrícola 20 Anos Depois**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi (Coleção Eduardo Galvão), p. 37-58, 1991.

ALBERT, B.; LE TOURNEAU, F-M. “Florestas Nacionais na Terra Indígena Ianomâmi: um cavalo de Tróia ambiental?” In: RICARDO, F. **Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza. O desafio das sobreposições**. Brasília: Instituto Socioambiental (ISA), p. 372-383, 2005.

ALMEIDA, C. W. de. “Políticas de defesa no Brasil: considerações do ponto de vista das políticas públicas”. In: **Opinião Pública**. Campinas: UNICAMP, v.16, n.1, p. 220-250, 2010.

ALMEIDA, P. R. de. A diplomacia regional americana do Brasil durante o Império: entre a Europa e os vizinhos hemisféricos. In: **Revista Eletrônica da Anphlac**. São Paulo: ANPHLAC, n.3, p. 141-167, 2003.

ALSINA JR., J. P. S. “A síntese imperfeita: articulação entre política externa e política de defesa na era Cardoso”. In: **Revista Brasileira Política Internacional**. Brasília: Ed. IBRI, v.46, n.2, p. 53-86, 2003.

ALSINA JR., J. P. S. “O poder militar como instrumento de política externa brasileira contemporânea”. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília: Ed. IBRI, v.2, n.52, p. 173-191, 2009.

AMORIM, C. “Segurança Internacional: novos desafios para o Brasil” In: **Contexto internacional**. Rio de Janeiro: IRI-PUC Rio, v.35, n.1, p. 287-311, 2013.

AVILA, C. F. D. “Guerra fria na região Amazônica: um estudo da Missão Venturini ao Suriname (1983)” In: **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília. Ed. IBRI, v. 54, n. 1, p. 7-28, 2011.

AYERBE, L. F. “Crise de hegemonia e emergência de novos atores na Bolívia: o governo de Evo Morales. In: **Lua Nova**. São Paulo: Ed. CEDEC, n.83, p. 179-216, 2011.

BANDEIRA, L. A. M. “As políticas neoliberais e a crise na América do Sul”. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília: Ed. IBRI, v.45, n.2, p. 135-146, 2002.

BECKER, B. K. “Geopolítica da Amazônia”. In: **Revista Estudos Avançados**. São Paulo: Ed. IEA-USP, v.19, n.53, p. 71-86, 2005.

BELLINTANI, A. I. “O Positivismo e o Exército Brasileiro”. In: **Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética**. Fortaleza: ANPUH, 2009.

BERNAL-MEZA, R. “A política exterior do Brasil: 1990-2002”. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília: Ed. IBRI, v.45, n.1, p. 36-71, 2002.

BERTAZZO, J. “A Nova Agenda Internacional de Segurança Põe a Democracia Brasileira em Risco?” In: **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília: Ed. IBRI, v.50, n.2, p. 25-41, 2007.

BERTONHA, J. F. “A Estratégia Nacional de Defesa do Brasil e a dos outros BRICs em perspectiva comparada”. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília: Ed. IBRI, v. 56, n.2, p. 112-130, 2013.

BIGO, D. “L’Europe de la sécurité intérieure: penser autrement la sécurité”. In: Anne-Marie Le Gloanec (ed). **Entre Union et Nation. L’État en Europe**. Paris: Presses de Science Po, p. 55-90, 1998.

BIGO, D. “The Mobius Ribbon of Internal and External Security”. In: Albert M. Jacobson, D; Lapid, Y. **Identity, Borders, Orders: Rethinking International Relations**. Minneapolis: University of Minneapolis Press, p. 91-116, 2001.

BIGO, D. “Security and immigration: towards a governmentality of unease”. In: **Alternatives**. Paris : Ed. Gallimard, v. 4, n.27, p. 63-92, 2002.

BIGO, D. La mondialisation de l’(in)sécurité ? In: **Cultures et Conflits**. Paris: Ed. L’Harmattan, n.58, p. 53-101, 2005.

BIGO, D. “Le visa Schengen et le recours à la biométrie”. In: **Du papier à la biométrie. Identifier les individus**. X. Crettiez, P. Piazza (dir.). Paris: Presses de Science Po, n. 237-267, 2006.

BIGO, D. Frontière, territoire, souveraineté. In: **CERISCOPE Frontières**. Paris: Science Po, 2010.

BIGO, D. “A Sociologia Política Internacional distante da grande síntese: como articular relações entre as disciplinas de Relações Internacionais, Sociologia e Teoria Política”. In: **Contexto Internacional**. Rio de Janeiro: IRI-PUC Rio, v.35, n.1, p. 173-195, 2013.

BIGO, D.; CASTRO, A. G.; WALKER, R. B. J. “Suspicion et exception”. In: **Cultures et Conflits**. Paris: Ed. L’Harmattan, n. 58, p. 5-12, 2005.

BOLDUC, N. S. “Global insecurity: how risk theory gave rise to global police militarization”. In: **Indiana Journal of Global Legal Studies**. Bloomington: Indiana University Press, v.23, n.1, artigo n.12.

BONDITTI, P. “Homeland security through traceability: technologies of control as critical infrastructures”. In: M. A. Dunn, K. S. Kristensen (eds.) **Securing “the Homeland”, Critical Infrastructure, Risk and (In) Security**. Londres: Routledge, p. 130-152, 2008.

BRUSTLÉ, L. The front and the line: the paradox of South American frontiers applied to the Bolivian case. In: **Geopolitics**. Londres: Taylor and Francis Online, v.12, n.1, p 57-77, 2007.

CARVALHO, J. M. de. “Militares e Civis: um Debate além da Constituinte”. In: **Anais do XI Encontro Anual da ANPOCS**. Águas de São Pedro: Anais da ANPOCS, 1987.

CASTRO, Celso; SOUZA, Adriana B. “A defesa militar da Amazônia: entre história e memória” In: CASTRO, Celso (Org.). In: **Amazônia e a Defesa Nacional**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CAVLAK, I. “O golpe militar no Suriname e a geopolítica do Platô das Guianas”. In: **Revista de Geopolítica**. Natal: Ed. UFRN, v. 7, n. 1, p. 133-151, 2016.

CEARÁ, D. B. “Mudando a estratégia: a reorganização militar na região fronteira com a Colômbia”. In: **Anais do II Simpósio de Pós-graduação em Relações Internacionais do Programa San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP)**. São Paulo: Anais do SimpoRI, 2009.

CEYHAN, A. “Analyser la sécurité: Dillon, Waever, Williams et les autres”. In: **Cultures et Conflits**. Paris : Ed. L’Harmattan, n. 31-32, 1998.

CODATO, A. “Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia”. In: **Revista de Sociologia Política**. Curitiba: Ed. UFPR, n.25, p. 83-106, 2005.

COUTO, L. F. “O Horizonte Regional do Brasil e a Construção da América do Sul”. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília: Ed. IBRI, v.50, n.1, p. 159-176, 2007.

COUTO, J. A. C. “Fronteiras: De onde viemos e para onde podemos estar querendo ir”. In: **Segurança e Defesa Nacional. Da competição à cooperação regional**. Eliézer Rizzo de Oliveira (org.). São Paulo: Fundação da Memória da América Latina, p. 206-216, 2007.

COSTA, G. G. da. “Fortificações na Amazônia”. In: **Revista Navigator**. Rio de Janeiro: Ed. DPHDM, n.20, vol. 10, p. 109-118, 2014.

D’ARAÚJO, M. C. “Ainda em busca da identidade: Desafio das Forças Armadas na Nova República” In: **Texto CPDOC**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, n. 36, p. 1-22, 2000.

DHENIN, M. P. P. “Presença ou ocupação na faixa de fronteira? O dilema dos pelotões especiais de fronteira no combate contra as novas ameaças” In: **Anais do VI Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa**, Niterói: Anais do ENABED, 2012.

DHENIN, M. P. P. “Do SIPAM ao SISFRON: a questão da segurança da faixa de fronteira na doutrina militar brasileira”. In: Durbens Martins Nascimento e Jadson Luís

Rebello Porto. (Org.). **Fronteiras em perspectiva comparada e temas de defesa e segurança da Amazônia**. Belém: Universidade Federal do Pará, 2013a.

DHENIN, M. P. P. “La importancia estratégica de la carretera transoceánica en la Amazonía”. In: Gisela da Silva Guevara. (Org.). **Geopolítica Latinoamericana: nuevos enfoques y temáticas**. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, v.1, p. 87-118, 2015.

DINIZ, E. “A transição política no Brasil: uma reavaliação da dinâmica de abertura”. In: **Dados Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Ed. IESP, n.3, p. 329-46, 1985.

DINIZ, E. “Um diálogo de surdos: o Projeto Calha Norte”. In: **Lua Nova**. São Paulo: Ed. CEDEC, n.34, p. 87-116, 1994.

DUPAS, G. “O mito do progresso”. In: **Novos Estudos**. São Paulo: Ed. CEBRAP, n.77, p. 73-89, 2007.

ERIKSSON, J & RHINARD, M. “The Internal-External Security Nexus. Notes on an Emerging Research Agenda” In: **Cooperation and Conflict: Journal of the Nordic International Studies Association**. Lund: Nordic ISA, v.44, n. 3, p. 243-267, 2009.

EUZEBIO, E. P. “A porosidade territorial na fronteira da Amazônia: as cidades gêmeas Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia)”. In: **Cuadernos de Geografía – Revista Colombiana de Geografía**. Bogotá: Ed. UNAL, v. 23, n.1, p. 109-124, 2014.

FELIX. J. A. “A faixa de fronteira e a segurança nacional: perspectiva estratégica e questão de inteligência. In: **Segurança e Defesa Nacional. Da competição à cooperação regional**. Eliézer Rizzo de Oliveira (org.). São Paulo: Fundação da Memória da América Latina, p. 197-203, 2007.

FERRAZ, F. C. A. “Relações entre civis e militares no Brasil: um esboço histórico”. In: **Revista História & Ensino**. Londrina: Ed. UEL, v.4, p. 115-137, 1998.

FORTES, M. R. “A rede de fortificações na Amazônia brasileira: uma abordagem sobre a militarização (séculos XVII e XVIII)”. In: **Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos**. Belém: Ed. UFPA, v.1, n.1, p. 159-168, 2000.

FOUCHER, M. “Des fronts aux frontières en Europe et ailleurs”. In: **Fronteres-Debat de Barcelona**, Barcelona: CCCB, 2004.

FRANÇA, R. F. “Por uma nova gestão de fronteiras no Brasil: riscos e desafios”. In: **Anais do IX Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa**, Florianópolis: Anais do ENABED, 2016.

FRANCHI, T. *et al.* “A questão ambiental e o adensamento da presença do Exército Brasileiro na Amazônia Legal no final do século XX”. In: **Novos Cadernos NAEA**: Belém: Ed. UFPA, v.14, n.1, p. 21-41, 2011.

FUCCILLE, L. A. A criação do Ministério da Defesa no Brasil: inovação e continuidade. In: **Paper para REDES**. Brasília: Center for Hemispheric Defense Studies, 2002.

FUCILLE, A.; BARRETO, L.; GAZZOLA, A. E. T. “Novos tempos. Considerações sobre diplomacia e defesa no governo Lula (2003-2010)”. In: **Boletim de Economia e Política Internacional** (BEPI). Rio de Janeiro, Ed. IPEA, n.22, p. 79-93, 2016.

GADELHA, R. M. A. F. “Conquista e ocupação da Amazônia: a fronteira Norte do Brasil”. In: **Estudos Avançados**. São Paulo: Ed. IEA-USP, v. 16, n. 45, p. 63-80, 2002.

HIRATA, D. “Segurança Pública e fronteiras: apontamentos a partir do Arco Norte”. In: **Ciência e Cultura**. São Paulo: Ed. SBPC, v.67, n.2, p. 30-34, 2015.

HUNTINGTON, S. “Reforming civil-military relations”. In: **Civil relations and democracy**. (Org.) Larry Diamond e Marc Plattner. Baltimore: Ed. John Hopkins Press, 1996.

INPE. **Projeto PRODES: Monitoramento da floresta amazônica brasileira por satélite**. Coordenação-geral de Observação da Terra (OBT). Ministério de Ciência e

Tecnologia e Inovação (MCTI) e Ministério do Meio Ambiente (MMA). Brasília. Ed. INPE, 2015.

JURT, J. “O Brasil: um Estado-nação a ser construído. O papel dos símbolos nacionais, do Império à República”. In: **Revista Mana**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, v. 18, n. 3, p. 471-509, 2012.

KINZO, M. d’A G. “A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição”. In: **São Paulo em Perspectivas**. São Paulo: Ed. Fundação SEADE, v. 15, n.4, p. 3-12, 2001.

LE TOURNEAU, F-M. “Présence des forces armées et question de la souveraineté en Amazonie brésilienne”. In: **Problèmes d’Amérique Latine**. Paris: Ed. IHEAL, p. 99-121, 2007.

LEITE, R. C. “O Sivam: uma oportunidade perdida”. In: **Estudos Avançados**. São Paulo: Ed. IEA-USP, v.16, n.46, p. 123-130, 2002.

LIMA, M. R. S. de.; MOURA, G. “A trajetória do pragmatismo: uma análise da política externa brasileira”. In: **Revista Dados**. Rio de Janeiro: Ed. IESP, v. 25, n.3, p. 349-363, 1982.

MACHADO, L. O. “O controle intermitente do território amazônico”. **Revista Território**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, n.1, vol. 2, p. 19-32, 1997.

MACHADO, L. O. “A Amazônia brasileira como exemplo de uma combinação geoestratégica e cronoestratégica”. In: **Tübinger Geographische Studien Heft**. Tübinger: Ed. Universität Tübinger, n.95, p. 189-204, 1987.

MACHADO, L. O. “Espaços transversos: tráfico de drogas ilícitas e a geopolítica da segurança”. In: **Geopolítica das Drogas** (Textos acadêmicos). Rio de Janeiro: Fundação Alexandre Gusmão - MRE, 2011.

MATTOS, C. de. M. “O conflito da globalização”. In: **Revista da Escola Superior de Guerra**: Rio de Janeiro, n.34, p. 97-101, 1997.

MARQUES, A. A. “O Exército e a Amazônia: construindo estratégias e mitos”. In: **Revista Paiaguás**. Campo Grande: Ed. UFMS, v.1, n.2, p. 33-67, 2015.

MARQUES, A. A. “Concepções estratégicas brasileiras no contexto internacional do Pós-Guerra Fria”. In: **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba: Ed. UFPR, n.20, p. 69-85, 2003.

MARINHO, B. C. “Poder de polícia do Exército na faixa de fronteira da Amazônia brasileira”. In: **Âmbito Jurídico**. Rio Grande: (revisa online), XIII, n. 77, 2010.

MARTINS FILHO, J. R. “O governo Fernando Henrique e as Forças Armadas: um passo à frente, dois passos atrás”. In: **Revista Olhar**. São Carlos: Ed. UFSCAR, n.4, ano 2, p. 1-17, 2000.

MARTINS FILHO e ZIRKER, D. “Forças Armadas e serviços de informação no governo Cardoso”. In: **Anais da Latin American Studies Association**. Miami: Ed. LASA, 2000.

MELLO, C. F. P. de. “Amazônia Colonial: fronteiras e forças militares (segunda metade do século XVIII)”. In: **Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio – Saberes e Práticas científicas**. Rio de Janeiro: Ed. ANPUH, p. 1-9, 2014.

MIRANDA, W. D.; NASCIMENTO, D. M. “A Defesa Nacional e a proteção da Amazônia: a Estratégia Nacional de Defesa e o Plano Amazônia Protegida”. In: **Anais do VI Encontro Nacional da Anppas**. Belém: Ed. ANPPAS, p.1-20, 2012.

MIYAMOTO. S. “A Política de Defesa Brasileira e a Segurança Regional”. In: **Revista Contexto Internacional**. Rio de Janeiro: Ed. IRI-PUC-Rio, v. 22, n. 2, p. 431-472, 2000.

MONTEIRO, L. C. “Tráfico de drogas, conflitos geopolíticos e fronteiras na Amazônia Sul-americana”. In: **Anales del II Encuentro Latinoamericano de Estudiantes de Geografía**. Bogotá: UPN, 2005.

MORAES, M. C. de. “A estratégia nacional de defesa e o orçamento da União”. In: **Coleção Meira Mattos – Revista das Ciências Militares**. Rio de Janeiro: Ed. ECEME, n. 21, p. 1-12, 2010.

MUNIZ, J. “A crise de identidade das Polícias Militares brasileiras: dilemas e paradoxos da formação educacional”. In: **Security and Defense Studies Review**. Washington: Ed. NDU, v.1, p. 177-198, 2001.

NASCIMENTO, M de L & Sá, A. J de. “5º Pelotão Especial de Fronteira: Territorialidade e temporalidade na cabeça do cachorro”. In: **Revista de Geografia**. Recife: Ed. UFPE, v. 23, n.2, p. 34 - 54, 2006.

NORONHA, J. R. “Relação de... sobre as coisas pertencentes a conservação e aumento do Estado de Maranhão”. In: **Anais da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro: Ed. Arquivo Nacional, n. 26, p. 435-441, 1637.

NUNES, R. F. *et al.* “Meio ambiente e Defesa Nacional: Brasil”. In: **Coleção Meira Mattos, Revista das Ciências Militares**. Rio de Janeiro. Ed. ECEME, n.25, 1º quadrimestre, 2012.

O’DONNELL, G. “Sobre o Estado, a democratização e alguns problemas conceituais”. **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo: Ed. CEBRAP, n.35, p.123-146, 1993.

OLIVEIRA, J. L. de. “Fortificações da Amazônia”. In: ROCQUE, C. (org.) **Grande Enciclopédia da Amazônia** (6 v.). Belém do Pará: Amazônia Editora, 1968.

OLIVEIRA, E. R. de; SOARES, S. “Forças Armadas, direção política e formato institucional”. In: **Democracia e Forças Armadas no Cone Sul** (Org.) M. C. D’Araújo e C. Castro. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

OLIVEIRA FILHO, J. P. “A segurança das fronteiras e o novo indigenismo: formas e linhagens do Projeto Calha Norte”. In: HÉBETTE, J. (Org.). **O cerco está se fechando**. Petrópolis: Vozes, p. 321-347, 1991.

PEDERIVA, J. H; MEDEIROS, O. R. de. “A Defesa Brasileira e o Orçamento Federal”. In: **Anais do Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração**. Rio de Janeiro: Ed. Anais da ANPPA, 2003.

PEDROSO. C. “As relações Brasil-Venezuela: entre a rivalidade e a cooperação (2002-2010)”. In: **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**. Dourados: Ed. UFGD, v.4, n.7, p. 143-264, 2015.

PEIXOTO, P. “O património mundial como fundamento de uma comunidade humana e como recurso das indústrias culturais urbanas”. In: **Oficina do Centro de Estudos Sociais**. Lisboa: Ed. Universidade de Coimbra, n. 155, p. 1-17, 2000.

PETTMAN, R. “Human security as global security: reconceptualising strategic studies”. In: **Cambridge Review of International Affairs**, Cambridge: Ed. Cambridge University Press, v. 18, n. 1, p. 137-150, 2005.

PINHEIRO, A. C.; GIAMBIAGI, F.; GOSTKORZEWICZ, J. “O desempenho macroeconômico do Brasil nos anos 90”. In: **A economia brasileira nos anos 90**. (Org.). Fabio Giambiagi e Mauricio Mesquita Moreira. Rio de Janeiro: Ed. BNDES, p. 11-42, 1999.

PROCÓPIO FILHO, A.; VAZ, A. C. “O Brasil no contexto do narcotráfico internacional”. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília: Ed. IBRI, v.40, n.1, p. 75-122, 1997.

PRZEWORSKI, A. “Ama a incerteza e serás democrático”. In: **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo: Ed. CEBRAP, Tradução de Roseli Martins Coelho. n.9, p. 36-46, 1984.

RAZA, S. “Cooperação interagências: Porque e como funciona um estudo de modelos organizacionais nas Relações Internacionais?” In: **Brazilian Journal of International Relations**. Marília: Ed. UNESP, v.1, n.1, p.7-37, 2012.

RITAINE, E. “Des migrants face aux murs d’un monde–frontière”. In: **L’enjeu mondial. Les migrations**. C. Jaffrelot, C. Lequesne (dir.). Paris: Presses de Sciences Po – L’Express, p. 155-164, 2009.

RODRIGUES, T. M. S. “A infindável guerra americana Brasil, EUA e o narcotráfico no continente”. In: **São Paulo em perspectivas**. São Paulo: Ed. Fundação SEADE, v.16, n.2, p. 102-111, 2002.

RODRIGUES, T. M. S. “Narcotráfico e Militarização nas Américas: Vício de Guerra”. In: **Contexto Internacional**. Rio de Janeiro: Ed. IRI-PUC Rio, v. 34, n.1, p. 9-41, 2012.

RODRIGUES, T. M. S. “Segurança planetária, entre o climático e o humano”. In: **Ecopolítica**: São Paulo, Ed. PUC-SP, n.3, p. 5-41, 2012.

RODRIGUES, T. M. S.; CASTRO, F. R.; MENDONÇA, T. C. “A exceção como prática: as políticas de pacificação no Rio de Janeiro (2008-2015)”. In: **Brasiliana – Journal for Brazilian Studies**. Londres: Ed. King’s College, v. 4, p. 73-111, 2016.

RUDZIT, G. “O debate teórico em segurança internacional. Mudanças frente ao terrorismo?” In: **Civitas – Revista de Ciências Sociais**. Porto Alegre: Ed. PUC-RS, v.5, n.2, p. 297-323.

SAMPAIO, P. M. “Amazônia: fronteiras, identidades e história”. In: **Ciência e Cultura**. São Paulo: Ed. SBPC, v. 61, n. 3, p. 26-29, 2009.

SAMPAIO, P. M. “Defesa ou segurança? Reflexões em torno de conceitos e ideologias”. In: **Contexto Internacional**. Rio de Janeiro: Ed. IRI-PUC Rio, v. 33, n. 2, p. 407-433, 2011.

SANTOS, E. R. “Ideologia e dominação no Brasil (1974-1989): um estudo sobre a Escola Superior de Guerra”. In: **Sociedade e Estado**. Brasília: Ed. UnB, v.22, n.1, p. 153-185, 2007.

SCHERMA, M. A. “Políticas de defesa e segurança para as fronteiras no governo Lula e Dilma”. In: **Boletim de Economia e Política Internacional**. Rio de Janeiro: Ed. IPEA, n.22, p. 65-77, 2016.

SILVA, C. A. B. “Região do Essequibo: atualidade de uma reivindicação territorial venezuelana”. In: **Ambiente: Gestão e Desenvolvimento**, Boa Vista: Ed. UERR, v. 1, n. 1, p. 9-18, 2006.

SILVA FILHO, E. B. & MORAES, R. F. de. “Da guerra contra o terror à crise econômica internacional: perspectivas para a defesa brasileira em um cenário de transição nos gastos militares mundiais”. In: **Boletim de Política e Economia Internacional**. Rio de Janeiro: Ed. IPEA, n.13, p. 17-33, 2013.

SPEKTOR, M. “Origens e direção do Pragmatismo Ecumênico e Responsável (1974-1979)”. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília: Ed. IBRI, v.47, n. 2, p. 191-222, 2004.

STRANGE, S. “The limits of politics”. In: **Government and Opposition**. Cambridge: Cambridge University Press, v. 30, n.3, p. 291-311, 1996.

TAVARES, M. G. da C. “A Amazônia brasileira: formação histórico-territorial e perspectivas para o século XXI”. In: **GEOUSP – Espaço e Tempo**. São Paulo: Ed. USP, n.29, p. 107-121, 2011.

TEIXEIRA, P. R. R. “Forte do Presépio”. In: **Revista DaCultura**. Brasília: Ed. Fundação Cultural Exército Brasileiro, ano X, n. 17, p. 46-55, 2010.

THOMAZ, D. “Migração haitiana para o Brasil pós-terremoto: indefinição normativa e implicações políticas”. In: **Primeiros Estudos**. São Paulo: Ed. USP, n.4, p. 131-143, 2013.

URT, J. N. “A lógica da construção de confiança: Relações Brasil-Suriname entre 1975 e 1985”. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília: Ed. IBRI, v.53, n.2, p. 70-87, 2010.

VARELLA, D. “A última fronteira”. In: **Verde Oliva – Exército Brasileiro**. Brasília: Centro de Comunicação Social do Exército, Ano XXXIII, n. 188, 2006.

VASCONCELLOS, A. M. de A.; SOBRINHO, M. V. “Desenvolvimento Institucional para uma Boa Governança: o papel das ONGs intermediárias no estado do Pará, Amazônia”. In: **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, v. 49, n.3, p. 793-815, 2015.

VAZ, A. C. “Perspectivas orçamentárias da Defesa em face da crise econômica atual”. In: **Painel 4 “Análise dos conflitos atuais e questões de Defesa e Segurança para o Brasil”**. Rio de Janeiro: Ed. ECEME, p. 1-19, 2014.

VELOSO, F. A.; VILLELA, A.; GIAMBIAGI, F. “Determinantes do "milagre" econômico brasileiro (1968-1973): uma análise empírica”. In: **Revista Brasileira de Economia**: Rio de Janeiro: Ed. FGV, v. 62, n. 2, p. 221-246, 2008.

VIDIGAL, A. A. F. “A internacionalização da Amazônia”. In: **Revista Marítima Brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. Ministério da Marinha v.121, n.4-6, p. 81-99, 2002.

VIEIRA, J. G. e GOMES FILHO, G. F. “Forte São Joaquim: do marco da ocupação portuguesa do Vale do Rio Branco às batalhas da memória – século XVIII ao XX”. In: **Revista Textos e Debates**. Boavista: Ed. UFRR, n.20, p. 101-119, 2013.

VIGEVANI, T.; CEPULANI, G. “A política externa de Lula da Silva: a estratégia de autonomia pela diversificação”. In: **Contexto Internacional**. Rio de Janeiro: Ed. IRI-PUC-Rio, v. 29, n. 2, p. 273-335, 2007.

VIGEVANI, T. e RAMANZINI JR, H. “Pensamento brasileiro e integração regional”. In: **Contexto Internacional**. Rio de Janeiro: Ed. IRI-PUC Rio, v. 32, n.2, p. 437-487, 2010.

WAEVER, O. “Societal Security. The Concept”. In: O. Waever, B. Buzan, M. Kelstrup, P.Lemaître (eds) **Identity, Migration and the New Security Agenda in Europe**. Londres: Pinter, 1993.

WINAND, É.; SAINT-PIERRE, H. L. “A fragilidade da condução política da defesa no Brasil”. In: **Revista História**. Franca: Ed. UNESP, v. 29, n. 2, p. 3-29, 2010.

ZAVERUCHA, J. “Relações Civil-Militares no Primeiro Governo da Transição Brasileira: uma democracia tutelada”. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo: Ed. ANPOCS, v. 9, n. 26, p. 162–178, 1994.

ZAVERUCHA, J. “(Des) Controle civil sobre os militares no governo Fernando Henrique” In: **Lusotopie**. Bordeaux: Presses de Sciences Po, p. 399-418, 2003.

ZAVERUCHA, J. “A fragilidade do Ministério da Defesa Brasileiro”. In: **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba: Ed. UFPR, n. 25, p. 107-121, 2005.

ZIEBELL, G., BRITES, P. V. P., MUNHOZ, A. “O papel do Ministério da Defesa na política externa brasileira para a América do Sul”. In: **Fronteira**. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, v.9, n.18, p. 49-66, 2010.

Documentos oficiais

ALBUQUERQUE, F. R. **Diretriz Geral do Comandante do Exército**. Brasília: Exército Brasileiro. 2003.

BRASIL. **Exposição de Motivos nº18/85 de 19 de junho de 1985**. Brasília: Imprensa Nacional, 1985.

BRASIL. Presidência da República. **Mensagem ao Congresso Nacional: abertura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura**. Brasília: Imprensa Nacional, 1995.

BRASIL. **Política de Defesa Nacional**. Brasília: Imprensa Nacional, 1996.

BRASIL. **Lei Complementar n. 97 de 09 de junho de 1999**. Brasília: Imprensa Nacional. 1999.

BRASIL. **Diretriz Estratégica de Gestão Ambiental do EB**, Portaria n. 571, de 18 de julho de 2001. Brasília: Imprensa Nacional, 2001.

BRASIL. **Portaria n. 128 de 26 de março de 2004**. Brasília: Ministério da Defesa, Exército Brasileiro, Secretaria-geral do Exército, p.14-18, 2004.

BRASIL. **Lei Complementar nº 117**, de 02 de setembro de 2004. Altera a Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999, que dispõe sobre normas gerais para organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, para estabelecer novas atribuições subsidiárias. Brasília: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 2004.

BRASIL. **Política Nacional de Defesa**. Brasília: Imprensa Nacional, 2005.

BRASIL. **Decreto n. 5484, de 30 de junho de 2005**, estabelecendo os princípios da Política de Defesa Nacional. Brasília: Ministério da Defesa, 2005.

BRASIL. **Comunidade Sul-Americana de Nações: documentos**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores (FUNAG), 2005.

BRASIL. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília: Imprensa Nacional, 2008.

BRASIL. **Palestra do Exmo Sr. Ministro de Estado da Defesa Dr. Nelson Jobim**. Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, Subcomissão Permanente da Amazônia. Brasília: Ministério da Defesa, 2009.

BRASIL. **Diretriz especial do Comandante do Exército Brasileiro para 2010**, de 15 de março de 2010. Brasília: Ministério da Defesa, 2010.

BRASIL. **Lei Complementar n. 136, de 25 de agosto de 2010**. Altera a Lei Complementar n. 97, de 09 de junho de 1999, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, para criar o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e disciplinar as atribuições do Ministro de Estado da Defesa. Brasília: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 2010.

BRASIL. **Portaria n. 134 do Estado-Maior do Exército Brasileiro**, de 10 de setembro de 2012. Brasília: Ministério da Defesa, 2012.

BRASIL. “Projetos estratégicos do Exército”. In: **Military Review**. São Paulo: Ed. brasileira, p. 39-41, 2013.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília: Imprensa Nacional. 1988.

BRASIL. **IP 72-20: O Batalhão de Infantaria de Selva**. Ministério do Exército – Estado Maior do Exército. Brasília: Ministério do Exército, 1997.

BRASIL. **Lei Complementar n. 117, de 02 de setembro de 2004**. Altera a Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999, que dispõe sobre normas gerais para organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, para estabelecer novas atribuições subsidiárias. Brasília: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 2004.

BRASIL. **Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira: Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. Brasília: Ministério da Integração nacional (MI), SPR, 2005.

BRASIL. **Decreto n. 5772, de 13 de março de 2006**. Promulga o Acordo Multilateral de Seguridade Social do Mercado Comum do Sul e seu Regulamento Administrativo, de 15 de dezembro de 1997. Brasília: Imprensa Nacional. 2006.

BRASIL. **Lei n. 11.343, de 23 de agosto de 2006**. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – SINAD. Prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Brasília: Imprensa Nacional, 2006.

BRASIL. **Glossário das Forças Armadas**. Brasília: Ministério da Defesa, 2007.

BRASIL. **Amazônia Protegida**. O Exército Brasileiro e a Amazônia. Brasília: Ed. Pancrom, 2009a.

BRASIL. **Pro Força. Projeto de Força do Exército Brasileiro.** Brasília: Ministério da Defesa, 2009b.

BRASIL. **Decreto n. 6975, de 07 de outubro de 2009.** Promulga o Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL, Bolívia e Chile, assinado por ocasião da XXIII Reunião do Conselho do Mercado Comum, realizada em Brasília nos dias 05 e 06 de dezembro de 2002. Brasília: Imprensa Nacional, 2009c.

BRASIL. **Brasil 2022: Trabalhos preparatórios.** Brasília: Imprensa Nacional, Secretaria de Assuntos Estratégicos, Presidência da República, 2010.

BRASIL. **Decreto n. 7.496 de 08 de junho de 2011.** Institui o Plano Estratégico de Fronteiras. Brasília: Imprensa Nacional, 2011.

BRASIL. **Estratégia Nacional de Defesa.** Brasília: Imprensa Nacional, Ministério da Defesa, 2012a.

BRASIL. **Livro Branco da Defesa Nacional.** Brasília: Imprensa Nacional, Ministério da Defesa, 2012b.

BRASIL. **Operações Interagências.** Brasília: Imprensa Nacional, Ministério da Defesa, 2012c.

BRASIL. **Portaria n. 142, de 13 de março de 2013.** Determina a implantação de grandes comandos do Exército e dá outras providências. Brasília: Imprensa Nacional, Ministério da Defesa - Comando do Exército, 2013a.

BRASIL. **Decreto n. 8.053, de 11 de julho de 2013.** Brasília: Imprensa Nacional, 2013b.

BRASIL. **Portaria normativa n. 229/MD de 28 de janeiro de 2013.** Brasília: Ministério da Defesa, 2013c.

BRASIL. **Decreto n. 8623, de 29 de dezembro de 2015.** Promulga o Acordo entre o Governo do Brasil e o governo da Bolívia sobre Cooperação no Domínio da Defesa, firmado em Brasília, em 14 de fevereiro de 2007. Brasília: Imprensa Nacional, 2015.

BRASIL. **Segurança pública nas fronteiras: sumário executivo. Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON).** (Org.) Alex Jorge das Neves (*et al.*). Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2016.

CCPY – COMISSÃO PRÓ-YANOMAMI. O governo Collor e os Ianomâmis (II). In: **Boletim Ianomâmi Urgente.** Boa Vista: Ed. CCPY, n.19, 1992.

DHENIN, M. P. P. **Entrevista de pesquisa com o Capitão L.** Realizada no dia 27 de julho de 2013, no Comando Especial de Fronteira, em Epitaciolândia, AC, 2013b. Disponível em anexos.

DHENIN, M. P. P. **Entrevista de pesquisa com Damião Borges.** Realizada no dia 29 de julho de 2013, no acampamento de refugiados, em Brasiléia, AC, 2013c. Disponível em anexos.

DHENIN, M. P. P. **Entrevista de pesquisa com o Tenente A.** Realizada no dia 01 de agosto de 2014, no 2º Pelotão Especial de Fronteira, em Normandia, RR, 2014. Disponível em anexos.

DHENIN, M. P. P. **Entrevista de pesquisa com o Policial Civil José Camilo da Silva.** Realizada no dia 14 de junho de 2016, na Secretaria Nacional de Segurança Pública, em Brasília, DF. Disponível em anexos.

DHENIN, M. P. P. **Entrevista de pesquisa com o General de Brigada R1 Franklimberg de Freitas.** Realizada no dia 17 de junho de 2016, no Comando Militar da Amazônia, em Manaus, AM, 2016. Disponível em anexos

FUNAG. **A América do Sul e a integração regional.** 28 de setembro de 2011, Rio de Janeiro, Brasil / Apresentação do Embaixador José Vicente de Sá Pimentel; discurso inaugural do Embaixador Antônio de Aguiar Patriota. Brasília: FUNAG, 2012.

GOVERNO DO ESTADO DO ACRE. Portaria n. 72 de 05 de abril de 2016. Rio Branco: Diário Oficial do Estado do Acre. Publicado em 08 de abril de 2016, p.30.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Human Security Now – Commission on Human Security**. United Nations, Nova Iorque, 2003.

SIPRI – STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE. **Military Expenditure Database**. Estocolmo: Ed. SIPRI, 2016.

SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO DE FRONTEIRAS – SISFRON. IN: **Revista Verde-Oliva**. Brasília: Exército Brasileiro, ano 40, n. 217, p. 12-19, 2012.

UNITED NATIONS. **Human Development Report**. United Nations Development Program (UNDP). Nova Iorque: Oxford University Press, 1994.

Artigos de periódicos

BRASIL. **Brasil e Bolívia assinam Acordo de Cooperação**. Brasília: Exército Brasileiro, 2012.

JORNAL DO BRASIL. “Suriname suspende eleições e não diz quando serão feitas”. Rio de Janeiro: Edição publicada no dia 29 de fevereiro de 1980.

JORNAL DO BRASIL. “**Arnd defende o Calha Norte**”. Rio de Janeiro: Edição publicada no dia 29 de janeiro de 1987, 1º caderno, p.7

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. “**O mistério de HaximuTheri**”. São Paulo: Edição publicada no dia 27 de agosto de 1983, p. 1-2

JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. “**Retomada a ideia de proteção supranacional**.” São Paulo: Edição publicada no dia 24 de agosto de 1983, p. 13

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. “**Serra do Cachimbo pode ser local de provas nucleares**”. São Paulo: Edição publicada no dia 08 de agosto de 1986.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo: Edição publicada no dia 26 de julho de 1996.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. “**Após reajuste gerais não aplaudem FHC**”. São Paulo: Edição publicada no dia 13 de dezembro de 2000.

REVISTA VEJA. “**Os fuzileiros não vêm**”. Rio de Janeiro: Edição publicada no dia 19 de fevereiro de 1992, p.7-9.

REVISTA ISTO É. “**Mobilização fardada**”. Rio de Janeiro: Edição publicada no dia 18 de outubro de 2000.

FOLHA DE BOAVISTA. **Militares do PEFs ficam dois meses sem receber alimentos**. Por Alexandra Sampaio. Boa Vista: Edição publicada no dia 27 de agosto de 2015.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Comandante vê risco de crise social no país**. Por Rodrigo Vizeu. São Paulo: Edição publicada no dia 14 de outubro de 2015.

DEFESANET. **Exército Brasileiro e FANB no Monte Roraima**. Brasília. Edição publicada no dia 27 de abril de 2016.

GOVERNO DO ESTADO DO ACRE. Portal de Notícias do Governo do Acre. “**Governo instala Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira no Juruá**”. Por Flaviano Schneider. Edição publicada no dia 16 de agosto de 2016.

PORTAL G1. **Soldados que defendem fronteiras da Amazônia vivem na “idade da pedra**”. Por Tahiane Stochero. Rio de Janeiro: Edição publicada no dia 09 de dezembro de 2013.

PORTAL G1. **Operação ‘Ágata 10’ do Exército Brasileiro fiscaliza fronteiras de RR**. Por G1 RR. Boa Vista: Edição publicada no dia 21 de outubro de 2015.

PORTAL G1. **Crise na Venezuela provoca corrida por alimentos na fronteira de Roraima.** Por Emily Costa. Boa Vista: Edição publicada no dia 18 de julho de 2016.

PORTAL G1. **Fechada, fronteira entre Brasil e Venezuela gera prejuízos.** Por G1 RR. Boa Vista: Edição publicada no dia 14 de dezembro de 2016.

PORTAL G1. **Comandante do Exército diz que o uso de militares na segurança pública é “perigoso”.** Por G1 DF. Brasília: Edição publicada no dia 22 de junho de 2017.

ESTADO DE SÃO PAULO. **“Exército diz que “malucos” apoiam intervenção.** Por Eliane Cantanhêde. São Paulo: Edição publicada no dia 10 de dezembro de 2016.

Anexos

Entrevista n.1

Entrevista n.2

Entrevista n.3

Entrevista n.1 com o Cap. L., realizada no dia 27 de julho de 2013, em Epitaciolândia (AC), na sede do Comando Especial de Fronteira, 4º Batalhão de Infantaria de Selva.

M: Bom primeiro, voltando um pouco na conversa que a gente teve, queria aprofundar alguns temas, você disse que tem disponibilidade até que horas mais ou menos? Até meio dia?

L: Meio dia.

M: Até meio dia. Então eu gostaria primeiro de falar sobre, um pouco sua vida pessoal, como oficial aqui, na companhia, e depois a gente vai falar mais livre sobre a vida, sobre o trabalho, sobre os problemas, acho que assim, essa parte é melhor, né?

L: Essa parte seria da minha vida aqui?

M: Sim, sim!

L: Ou da carreira?

M: Não, não, se você quiser alguns pontos, que você acha importante, a gente pode falar. Que explica o percurso, acho que seria interessante. Mas focando no seu trabalho aqui agora. Eu acho que a parte que você falou da última vez na, no outro pelotão, no Amazonas, Iauareté?

L: Iauareté.

M: Eu acho que é muito valido também. Inclusive para comparar, né, com a situação atual. Então você foi, você pode explicar um pouco seu, sua trajetória?

L: Eu saí *pro* Norte, vim pro Nordeste, (inaudível), eu pedi transferência, porque pra gente é colocado um plano, e a gente pede transferência. E aí, pedi transferência. Na época eu pedi transferência para 10 (dez) lugares diferentes. (Interrupção) então eu, se não me falha a memória eram 10 opções. E aí, dentro dessas opções, escolhi minha segunda opção, foi para São Gabriel da Cachoeira.

M: Isso foi em que ano?

L: Isso foi 2005, eu pedi transferência, 2006 eu fui transferido. Então fui atendido, para São Gabriel da Cachoeira, lá, assim que cheguei em 2006, detalhe, casei em dezembro de 2005, então a minha lua de mel foi na selva, então quando a gente chegou em São Gabriel da Cachoeira, chegamos em 16 de janeiro, passamos janeiro e fevereiro na selva, ou seja na cidade, em março a gente foi para o pelotão de fronteira de lá, chamado Iauareté, aí passei lá de março e abril, na realidade, eu fiquei muito indo e vindo, na realidade eu estava recebendo o pelotão, só assumi de fato em maio, quando o comandante do pelotão que estava substituindo voltou para o Rio de Janeiro. Nesse período até dezembro, eu permaneci no comando do pelotão lá.

M: Isso é o procedimento padrão para todas as unidades na fronteira? Essa coisa de ir e voltar? A partir da base principal?

L: De ir e voltar na realidade não, porque essa minha ida e vinda era na verdade em função da disponibilidade da aeronave, porque o acesso era ou de barco, pelo meio fluvial, ou aero. Então, eu falei de idas e vindas, mas na realidade isso aconteceu umas duas vezes, durante os dois meses. Aí assumi o pelotão, passei praticamente um ano lá, depois fui transferido, fui para o sul, do Sul fui para o RJ, o RJ era uma escola, aí vim *pra cá*.

M: No Rio de Janeiro ficou em qual?

L: Era uma escola, era a EsAO [Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais].

M: EsAO?

L: EsAO! Passei um ano lá e escolhi vir *pra cá*. Até pela situação que me enquadrava. Então em 2006 eu era recém-casado, só tinha eu e minha esposa. Porque quando estamos na Academia... hoje, como te falei naquela ocasião, hoje é bastante enfatizado, o camarado ele, ir *pra selva*. Antes, quem ia para a Amazônia era o pessoal com punição, as vezes não com o conceito tão bom, a intenção hoje é diversa. Mas aí, voltando: vim *pra cá*, passei um ano, o ano passei no batalhão, comandando uma companhia, lá, e fui voluntario para vir na fronteira. O comandante do ano passado, ele, ele atendeu meu pedido. E vim *pra cá*, então achei dia 07 de dezembro, e permaneço até hoje. E o motivo da minha escolha ter sido Rio Branco, é primeiro sabia que, que tinha na sua área de responsabilidade a faixa de fronteira. Segundo eu queria voltar para a Amazônia, porque a Amazônia ou o cara ama ou o cara odeia. Eu queria voltar, então me falaram, porque não voltou para São Gabriel da Cachoeira? Como estava falando, pelo momento que

vivia, não era o local mais indicado. Porque são, apesar de estar tudo na Amazônia, são características diferentes. A Amazônia, cada canto que você vai, você vai ver uma característica diferente. São Gabriel da Cachoeira era praticamente apenas indígena! Aqui não! Cheguei em Rio Branco até brinquei, não esperava! Eu tive uma surpresa, positiva, para aquele momento da minha vida. Que eu queria estudar, que eu queria ter um filho, e com certeza se eu tivesse ido para São Gabriel da Cachoeira, lógico, acredito que não teria acontecido nada demais, mas é melhor a gente *ir na* certeza. Por questões de infraestruturas da cidade, de questão de saúde, então como eu já tinha vivido lá, tinha uma ideia, de quais os óbices existiam lá. Por mais que eu achasse que tivesse melhorado, eu fui em 2006, eu estava escolhendo em 2002, 03 anos depois com certeza melhorou muito, mas eu não ia arriscar, e eu tinha referência de Rio Branco, tinha amigos que já tinham servidos aqui. E falaram muito bem.

M: Aproveitando a presença do Cadete Paulinho aqui, a percepção do jovem cadete, que ele tem da Amazônia, é através de palestra ou ele tem um entrosamento maior...

L: Ele pode falar melhor. Quando eu era cadete, grande parte dos oficiais que serviam tinham passado pela Amazônia, não vou dizer todos, mas grande parte. E existia também normalmente o comandante do CMA (Comando Militar da Amazônia), dar palestra, deixa ver se tinha alguém mais específico, as vezes os chefes do departamento geral do pessoal, que é o órgão que trata das movimentações, que gerencia as movimentações, ele também muitas vezes ia e colocava alguma coisa, sobre a Amazônia. Então na realidade são quatro anos, na minha turma, existiam 160, dos 160, a Amazônia ela fechou em 100. Isso em 1999, de 1999 *pra* frente quem queria ir pra Amazônia não conseguia, então o primeiro colocado foi pra Manaus, o 2º colocado foi pra Manaus, até muitas vezes por essa, a quantidade de pessoas que tem passado por aqui. Consegue passar com o cadete, a importância que a região tem. Atualmente, não sei te dizer como é, talvez ele saiba melhor, mas eu acredito que não tenha mudado não.

M: Você concorda?

P: Como o capitão falou, atualmente é a mesma coisa, também tem muitos guerreiros de selva, que fazem o curso de guerra na selva em Manaus, e vão para a Academia, então existe esse culto muito grande à Amazônia, então acabamos respeitando muito a Amazônia e vontade de dizer, vim aqui, porque é um local desconhecido pela maioria do pessoal, nordestino, capixaba, carioca, paulista, gaúcho, poucos conhecem a região

amazônica, então a gente só conhece através dos oficiais que serviram na região Amazônica, voltando pra lá, *pra* academia para serem nossos instrutores, então realmente, todos falam muito bem da Amazônia, então a gente acaba querendo vir pra cá. Eu quero vir *pra* cá.

M: Então, acredito também que talvez o tempo ajuda né, a estrutura, fora o PAP, o qual a gente vai conversar um pouco mais na frente, ajuda também a criar um desejo maior, de servir na Amazônia. Fazer uma carreira.

L: Há uma certa propaganda positiva.

M: Ok, então você trabalha como capitão...

L: A companhia, ela tem uma missão básica, é apoiar o batalhão, no que se refere à área de fronteira. Porque o batalhão além da faixa de fronteira, no caso específico, Bolívia e Peru, ele tem o interior. Ele não responsável só pela fronteira em si, né, pelo limite. Mas ele é responsável também pelo interior. Esse interior seria, porque a gente tem um conceito, né? Da faixa de fronteira, que é até 150 km depois. Então dos 151 *pra* lá, ainda é do batalhão, então a companhia ela apoia o batalhão nessa situação de responder pela vigilância, da faixa de fronteira. E por isso, ela é constituída por 04 pelotões. Distribuídos aqui, em Plácido, em Assis e em Santa Rosa dos Purus. Essa é a missão, digamos assim, mais voltada para o emprego da tropa. E logicamente, existem outras missões, que a companhia ela desempenha, principalmente quando ocorrem operações. Então, missões sociais, elas acontecem, ocorre paralelamente ao emprego da tropa, então essas missões sociais ocorrem não só em operações, ocorrem no dia a dia, se não me engano, o primeiro dia da doação, né Fábio? Foi dia do Exército?

F: Dia do Exército.

L: Dia do Exército. Então promove campanhas, então os alimentos para as instituições, para fazer agora a corrida, então a taxa de inscrição é um kg de alimento não perecível, isso vai ser passado para a instituição, e além de tudo é procurar interagir com a sociedade. Porque na realidade, é aquele braço que dá maior apoio *pra* gente. Que tem que dar o maior apoio. Então isso acontece, a gente consegue coisas, até o sucesso na operação, nas apreensões que são realizadas. É um apoio da população. Porque a população ela conhece a região, muitas vezes o popular ele conhece aquele, aquele civil que pratica um ato ilícito.

E esse popular sendo do nosso lado, muitas vezes ele acaba denunciando, ele acaba falando uma coisa que é útil *pra* gente.

M: esse trabalho é no dia a dia, ou vocês têm algum incentivo?

L: Esse trabalho?

M: Essa relação que vocês constrói com o civil, imagino...

L: Eu não sei te dizer, é sorte!

M: É sorte?

L: Não, sorte no sentido de que: então, por exemplo, aqui na cidade, aqui em Epitaciolândia, muitos dos populares, já serviram aqui, ou já serviram aí, então há uma certa identificação da população local com a companhia. Então, o vice-prefeito foi soldado aqui, foi cabo. Então Assis Brasil a mesma coisa, então há essa aproximação. E até, fruto de comandos anteriores aí, que procuraram manter esse bom relacionamento. Então, a coisa que, iniciou, e que a gente tem que manter. A sorte não digo que no sentido de que, muitas das pessoas que compõe a sociedade, *tou* falando aqui especificamente de Epitaciolândia, elas já tiveram vínculo com a companhia.

M: Até a elite política envolvida...

L: É, no caso daqui nós temos o vice-prefeito, o prefeito não, os vereadores, não me recordo de nenhum, mas dentro da administração da prefeitura, a gente teve o vice-prefeito. E, isso na verdade acontece porque o relacionamento já existia, facilita *pra* gente.

M: É a mesma coisa em áreas rurais? Que áreas urbanas, claro, entendo que tenha uma malha maior, apesar da informação transitar de forma mais rápida, em área rural?

L: A área rural, a nossa ligação com a população da área rural ela está mais ligada, ela fica evidenciada quando há operações e a gente realiza serviços sociais. Então, vou te dar um exemplo: eu estava em Capixaba, no passado, a gente fez uma ação cívico-social, e normalmente, há uma comunicação com a prefeitura, a prefeitura disponibiliza ônibus, leva até o local, porque não adianta levar um dentista na área rural, o local não ter estrutura para trabalhar. Então muitas vezes acontece esse transporte, da área rural, para o local condizente para o atendimento, lá do cidadão. Então com a população da área rural, é nessa situação de ação cívico-social, ou quando nós realizamos os reconhecimentos de

fronteira. Né, que aí é uma ação mais voltada para o combate, mas que tem, essa vertente também, de conversar com a população, de verificar se está ocorrendo alguma coisa, qual que é a principal demanda da região. Isso tudo é feito, existe, uma padronização para isso, e é enviado um relatório para o batalhão, que certamente envia para o escalão superior. Então são as duas principais situações que a gente tem interação com a população rural. É a ação cívico-social e o “REFRON”. Eu não sei se tem mais alguma forma.

F: (inaudível)

L: Muitas vezes, aqui nós temos uma característica, que são os ramais que levam à colônia, então muitas vezes essas colônias, o camarada que mora ali, ele vem aqui, ele faz suas compras de supermercado, diferente de São Gabriel da Cachoeira, o camarada que mora, o que se chama lá de “comunidade”, ele só vai *pra* lá em época de eleições, quando vai, ele só vai *pro* centro em período de eleição, ou quando acontece algum problema sério de saúde com um familiar. Eu estava lá no pelotão e cansei de mandar o médico descer o rio, porque tinham entrado em contato com a comunidade, porque algumas, elas são meio de comunicação, então o médico descia para fazer parto. Então aqui não tem essa dificuldade.

M: É, analisando alguns municípios, principalmente na fronteira norte, você percebe que existe da fronteira uma distância enorme. Talvez maior que o Rio-São Paulo, enfim...

L: São Gabriel, se não me engano, é o 3º maior município do Brasil. Acho que o primeiro é Barcelos, se não me engano.

M: E aqui a situação é bem diferente, vendo o mapa.

L: Aqui você tem uma malha viária, então isso facilita muito. Em termos de logística, e isso certamente tem implicações na própria população. O acesso que a população tem com determinados tipos de serviços. Coisa que lá, muitas vezes a gente não tinha. Então na cidade lá, eu não tinha um ortopedista. Ah, aqui também não tem, só que aqui um camarada entra no carro, duas horas e meia, três horas ele está em Rio Branco. Lá não! Se não tiver vai ter que descer de barco. Um barco lá, então são coisas bem diferentes.

M: Continuando um pouco sobre essa articulação, cívico-social, as operações da “mão amiga”, qual seria sua opinião em relação ao papel dos municípios, do estado, no caso o estado do Amazonas, que você conhece, ou do Acre aqui e em relação ao Exército. Não

existe uma certa, como dizer, assim o Exército está lá na fronteira, vai resolver o problema, as vezes eles vão abrir mão, e deixar vocês um pouco refém das populações, das comunidades mais distantes. Você acha que é uma situação real?

L: Não, assim...

M: Tem algum apoio logístico?

L: Eu vou te falar a minha opinião, o que acontece muitas vezes, a própria dificuldade de transporte lá em São Gabriel da Cachoeira, ou até de pessoal, porque as prefeituras elas dispõem, isso é um fator limitador para o atendimento da população. Então, questão como te falei, de efetivo de pessoal para fazer aquele trabalho. Muitas vezes a prefeitura vai ter interesse, mas o profissional não tem interesse. Santa Rosa dos Purus, departamento tem até um médico, é um médico do pelotão, quer dizer, se o médico do PEF sair de lá, não pode sair, mas se um dia sair de lá, será que vai ter um médico que queira ir para lá? Então isso limita de certa forma o trabalho da prefeitura. Quando nos encadeamos essas ações cívico-sociais aí, certamente há um desafio da Prefeitura, ela dá uma relaxada, não no sentido de apoiar a população, mas mais no sentido de alívio.

M: É complementar...

L: Exatamente! Aí te falei aquele dia, a nossa função não é substituir o atendimento realizado pela prefeitura, e o prefeito e as autoridades locais elas não podem achar isso. Você tem que entender que nossa ida ali é *pra* complementar o trabalho dela. A gente, o EB, as FFAA na verdade, nós servimos a população, a Nação. Nós não servimos a nenhum governo. Nosso intuito quando a gente vai proporcionar benefícios à população, não é *pra* beneficiar ou prejudicar nenhum governante. Esse, vou te dar Capixaba como ação, tivemos amplo apoio da prefeitura. Até teve até ônibus que eles disponibilizaram para a população, e para o consultório isso é importantíssimo. Porque ganha a população, que está sendo bem assistida, nós conseguimos cumprir nosso papel, e a prefeitura, de certa forma ganha credibilidade porque *tá* apoiando aquela ação que está sendo realizada.

M: Eu mencionei o lema, “vida-combate-trabalho” e você falou de proteção, que é um conceito mais recente, apresentado pelo comandante militar da Amazônia, você pode explicar um pouco mais?

L: Essa nova vertente, ela é na realidade a somatória das outras três. Então você, quando dentro daquela da famosa “tríade” que a gente chama, quando você consegue uma sinergia entre essas três, você tem como resultado a proteção. É porque se você pega a “vida”, os aspectos ali relacionados aos benefícios que o pelotão, a companhia faz, que refletem na sociedade. Você pega o trabalho, que são as atividades de áreas, são realizadas na fronteira e o combate, que é o fim, a atividade fim, quando você consegue unir essas três coisas você tem a proteção. E aí, a proteção da faixa de fronteira.

M: Então é isso, um complemento, não é uma nova articulação.

L: Acho que é um termo que resume os outros três.

L: E em relação a esse papel, né? No caso da articulação entre diferentes pelotões, como é que você no dia a dia, trabalha? Porque acredito que é fundamental, existe uma distância grande, e nos estados, pelo que entendo, em Rondônia, uma situação mais densa e Amazonas, uma distância maior entre dois PEFs, como é que se faz essa articulação?

L: Eu vou te responder, desde lá de São Gabriel da Cachoeira. Na verdade, quando eu cheguei lá, o pessoal mais antigo me contava que, o camarada que queria falar com a casa dele, ele tinha que ligar o rádio, falar com o rádio não, o parente saía, dentro do batalhão, para falar: ô, das 08 da noite até 10 da noite, os parentes podem ir dentro do batalhão para falar, e tal pelotão vai falar, era tipo falar nesse rádio que a gente tem aqui. Quando eu cheguei lá já tinha orelhão, então quando a gente queria falar era orelhão, já é uma evolução, hoje com certeza deve ter lá, não, sei mas telefone! Então de certa forma a tecnologia ela contribui muito para isso! Então a gente tem como meio de comunicação, os rádios, que ficam ligados 24h, e são as fontes que são tratadas na natureza, quando se fala na rádio, quando se fala nos aspectos voltado às operações, existe um código de mensagens para que as mensagens elas sejam passadas com um certo grau de sigilo. Porque a gente não sabe quem está utilizando uma rádio similar, ou com base com o que a gente tem, na mesma frequência, que vai estar escutando o que a gente está falando, então, temos a rádio, temos o telefone, temos a Internet, então como te falei no começo, são coisas muito distintas, aqui, volta e meia a nossa Internet dá problema, mas não passa de um dia. Lá em São Gabriel da Cachoeira, já passei um mês sem Internet. Então quando acontece lá, só nos resta a rádio. Porque *pra* concertar internet lá tem que ir a pé, ver as peças, e isso depende da aeronave, então isso aí. Aqui não tenho esse problema, e até

mesmo pela facilidade do acesso. Sei lá, no que aconteceu, uma rádio queimou! Pega o rádio, bota lá no carro e vai para Rio Branco, volta, e...

M: Resolve, e essa diferença entre alguns PEF dificulta a padronização das operações? Para o Comando Militar, exigir alguns padrões, por exemplo, lá no batalhão, lá em São Gabriel da Cachoeira, ou mesmo aqui, são situações diferentes, como é que vocês conseguem articular?

L: Como eu te falei, cada parte da Amazônia tem suas peculiaridades. Por exemplo, aqui, eu consigo pela facilidade que eu tenho, de receber suprimentos do batalhão, aqui eu consigo adestrar a tropa. Então as instruções que são dadas aqui, é feito num documento, chamado “quadro de trabalho semanal”. Nesse documento temos as instruções, que devem ser ministradas naquela semana. Então para não ter preocupação com “ah, meu apoio está acabando, meu feijão tá acabando, o quê que vou fazer? Vou ter que botar equipe de caça?”. Por eu não ter essa preocupação, eu consigo realizar esse adestramento. E acaba que resulta em uma uniformidade entre os pelotões, entre os pelotões da companhia. Então, eu consigo focar na operação, eu fico bastante tranquilo até pelo trabalho, que o comandante, no ano passado ele realizou. Foi um camarada que fez bastante trabalho voltado para o adestramento da tropa. Eu fico bastante tranquilo hoje quando qualquer um dos quatro pelotões está em operação. Porque *tá* no automático já!
Reconhecimento de fronteira, 2ª feira!

M: Isso não vai influenciar o desempenho operacional do trabalho, né? Essa vertente do combate...

L: Exatamente.

M: Minha questão é essa, sendo mais prático, ou seja, aqui não tem esse problema, lá tem?

L: Aí lá, o quê que eu vivenciei? Minha experiência lá! A gente tinha muito mais preocupação em não acabar a comida, não acabar o feijão, se vai ter material para fazer pão, para passar para os parentes, os familiares, então, eu conseguia fazer alguma coisa relacionada com atividades, instrução de patrulha, mas, naquele época a minha principal preocupação. Se eu tivesse que naquela ocasião, escolher entre uma instrução, digamos assim, ou montar uma equipe de caça por *tar* faltando comida logicamente iria montar uma equipe de caça. “Saco vazio não pare em pé”, tenho que dar comida pra tropa. Então

são coisas realmente diferentes. Aqui, eu não tenho esse problema. E vou mais além! O pelotão que eu comandava lá, era um pelotão relativamente beneficiado. Porque era um pelotão que tinha uma pista de pouso boa, pousava Hércules (C-130). A pista ela tinha na época 1600 metros. 1700, uma coisa assim.

M: Asfaltada?

L: Asfaltada! Tinha um grupamento lá, da Aeronáutica, da COMAR, do lado do pelotão, então qualquer problema na pista o pessoal sanava. Então o camarada era beneficiado. Diferente dos pelotões do Querari, São Joaquim, que... São Joaquim só chegava de aeronave! Então era complicado, hoje, atualmente, a situação já está melhor. Quando Querari recebia gado bovino, o gado ia pra mim, primeiro pelotão, Iauareté, e eu mandava pra Querari, o pessoal de Querari saía, o pessoal saía, tinha um ponto de encontro, havia um ponto de encontro, na embarcação deles e eles levavam. Porque tinha um ponto, uma cachoeira que não passava, então do lado, ou do outro. Então não dava para chegar lá e chegar lá onde eu estava. Principalmente dependendo da época do ano, e do regime do rio. Hoje não, hoje a 12ª RM ela já providenciou esse resuprimento aéreo. Então parou de levar o gás nas costas e agora já existe um resuprimento aéreo. De gás inclusive foi certamente um ganho, muito grande! Só isso que vão acontecendo...

M: Vocês, assim, no nível do comando, sempre aquele problema do orçamento, existem cortes? Você já viveu coisas mais difíceis na sua carreira? Para chegar depois no programa Amazônia Protegida... é fácil antecipar esse tipo de dificuldades?

L: (inaudível) para Amazônia, tu fala?

M: Sim, sim, porque no Sul do Brasil você não tem esse problema. Mas aqui são situações, pela topografia, não permite... é difícil...

L: Até pelas funções que eu exerci, as funções que exerci na Amazônia elas são bastante voltadas para a execução. Então na escala pelotão, na escala companhia, elas são escalões de execução. Lógico, há um planejamento, mas é um planejamento bem lá voltado para o emprego da tropa, que é para a administração dos recursos que vão gerar esse emprego. Então essa questão de restrição do orçamento, eu não tenho como ter responder, porque fiquei bastante voltado para o planejamento de operações. Em 2002, o que teve na Amazônia, eu lembro que era aspirante, cheguei no batalhão para fazer o meu estágio, e na época houve um corte no nosso orçamento, que resultou na liberação do “efetivo

variado”, que são os recrutas, naquele ano. Então cheguei no batalhão, praticamente não via soldado. Porque os soldados ativos, se ainda existiam, ou estavam de serviço ou estavam em alguma operação, e o soldado recruta, não tinha. Tinha sido liberado por questões orçamentárias. Depois de 2002 eu não vi, não lembro...

[Interrupção]

L: É o que te falei, analisando a situação, do meu nível!

M: Sim! Claro.

L: Do meu nível em qual me encontro. Então essa situação de liberar recruta, eu não vi.

M: Porque acredito ser um ponto importante, poder planejar, vamos dizer, as áreas são tão grandes, de responsabilidade.

L: Assim, por exemplo, a gente vê os noticiários, a gente tem a informação de que está havendo um corte. Mas muitas vezes pelo escalão que me encontro eu não verifico isso.

M: Não chega, né.

L: Até porque depende muito do foco que é dado. Então para meu emprego eu preciso de fuzil, munição, né. Embarcação, mochila e comida. Isso aí, não temos tido problemas com relação a isso. Mas para o emprego do batalhão, já precisa de mais coisas. Para o emprego de uma brigada, já precisa de mais coisas. Então talvez esses escalões eles consigam enxergar esse corte orçamentário.

M: Isso tudo porque, a gente, pelo menos os civis, percebam o papel na Amazônia através das operações, tipo Ágata, realmente há uma mediação mais importante. Uma valorização também do papel do Exército na região. E queria saber como é que você trabalha essa articulação com as outras forças? Militares ou federais? Participou de algumas?

L: Sim, essa ação cívico-social em Capixaba ela fez parte da Operação Ágata, esse ano a gente já teve a operação Curarê,

M: A Ágata ela é anual, tá na sexta edição?

L: Sim, e tivemos a Ágata já também. Sempre há, como eu te falei, sempre há uma operação e há o lado “social”. Então o quê que é realizado? Dependendo do nível da

operação que ela envolve, há. a Ágata, por exemplo, ela é de nível nacional. Então são feitas reuniões, com os órgãos, principalmente os órgãos de segurança pública e os órgãos voltados para os serviços ambientais, nos diversos níveis. E, por exemplo o comandante do batalhão, ele reúne, normalmente vem até o comandante da brigada, (inaudível), ele vem. Reúne os responsáveis para cada instituição, e ali ele passa, faz a orientação da operação e nessa reunião são entrelaçadas as necessidades, cada um expõe as suas necessidades. E um vai tentando tapar o buraco do outro. Uma deficiência, se é que pode chamar assim, do outro. Então ao Exército ele pode fazer isso, mas a Receita Federal não pode. Mas a Receita pode fazer isso mas o Exército não pode. Então há essa... então o comandante de batalhão ele faz lá, eu faço aqui, antes das operações, principalmente as operações de maior vulto, são dadas instruções às unidades que vão participar, antes da operação. Então vem aqui o camarada da Receita, primeira explica a função dele passa para a tropa o quê que é interessante para a tropa saber. Um camarada do IMAC (Instituto de Meio Ambiente do Acre), juiz, para falar da parte jurídica, então há esse intercâmbio. E aí quando a operação de fato ela começa a acontecer, esses órgãos, aí especificamente, a PF, já trabalhamos com a Força Nacional, Receita Federal então todos esses órgãos eles participam de todos os pontos de bloqueio que são montados, por nós. Então esse apoio visando complementar, um complementando o papel do outro.

M: O tipo de missões, é decidido em conjunto? Em função das necessidades ou têm um planejamento prévio, e depois...

L: Não, a missão quando ela chega aqui, *pra* mim, ela já chega imposta. Como eu te falei, estou no nível execução. E aí, eu vou planejar dentro daquilo que chegou pra mim. Então novamente vem realizar, após o bloqueio, realizar controle fluvial, e por eu ter de certa forma já um banco de dados, e a própria experiência dos militares dos pelotões, né, e o pessoal que me assessora, eu estabeleço esses pontos. Então eu estabeleço e, há uma reunião conjunta, onde a gente acerta basicamente os horários: “oh, tal hora, vai ser em tal ponto”. Normalmente, esses órgãos, eles vêm aqui, e daqui sai o comboio, para esses locais, então o ponto em si, o ponto que vai acontecer, isso aí sou eu que estabeleço, mas o quê eu vou fazer naquele ponto, é o escalão superior.

M: Só para esclarecer, qual é a diferença entre a Ágata e a Curarê? É a frequência ou o tipo de missão?

L: Não, na realidade são operações semelhantes, não há uma grande diferença. O que há as vezes é o foco da operação mudar, então vou te dar um exemplo. O foco da Curarê pode ser na Amazônia. E o foco da Ágata pode ser lá em Foz de Iguaçu. Mas o objetivo é basicamente o mesmo. São na faixa de fronteira, visando os ilícitos transfronteiriços e ambientais. Isso aí, normalmente é o que acontece, e lógico, respeitando a peculiaridade de cada local. Ilícito ambiental na região do Paraná, não é tão evidente quanto é aqui. Acredito que seja basicamente o foco. Não sei se...

F: (inaudível)

M: Talvez o grande, vamos dizer lance, é o intercâmbio, a articulação entre as forças de segurança, você aprende bastante, você tem alguns exemplos?

L: Hoje inclusive, gosto de brincar que o Exército tem manual para tudo. Descobriram esse ano, mexendo que tem, não sei se passaram isso para vocês, tem um “Manual Interagências”. Que é um manual que fala exatamente isso aí, da forma mais adequada de se trabalhar em conjunto. Então o EB ele fez um manual para isso. Que é bastante interessante.

M: Isso é uma novidade?

L: Pra mim foi! Quando foi, em 2012?

F: Não lembro.

L: Mas é recente. Até pela demanda que tá acontecendo. E tem que ser assim, é inevitável. Não dá a gente trabalhar sozinho. Ainda mais na faixa de fronteira. Até porque existe um conhecimento de cada instituição para cada assunto. Então eu vou na PM eu vou ter uma informação, eu vou na PF já vou ter outra. E se a gente reunir, juntar esforços ali, você tem bem mais sucesso que cada um trabalhando por si.

M: Acontece as vezes ter alguns problemas de articulação? No sentido das operações, alguns por exemplo da PF, ou esse manual...

L: Não porque quando a gente realiza as reuniões, a gente já deixa definido o papel de cada uma. Então quando esses órgãos nos apoiam, o comando da operação tá com a gente. Quando a gente tá apoiando esse órgão, o comando, não seria o comando, mas as ações principais estão com eles, e a gente muitas vezes só realiza uma ação secundária. Em que

sentido? Teve agora uma operação com a Receita Federal, devido a Jornada Mundial da Juventude. Então iria aumentar o trânsito de pessoas na fronteira, vai para o Rio de Janeiro, e aí a Receita Federal ela solicitou apoio. Então como foi esse apoio? A ação principal foi a verificação daquilo que está entrando, as pessoas que estão passando, ficou com a Receita. Nosso apoio foi o quê? Segurança. Porque a Receita Federal ela não tem armamento. Então a gente ficava na segurança e a revista era realizada por eles. Uma operação tipo Ágata, Curarê, nós realizamos a revista, realizamos a segurança, até porque eles não têm, mas eles ficam presentes *pra* quê? Para cada vez que a gente pega algum ilícito, descaminho, que seja, automaticamente já tem uma pessoa daquele órgão, pronta *pra* tomar os procedimentos legais. Apreender a mercadoria, levar para (inaudível), contabilizar...

M: Em relação a esse...

L: Só um minuto. [Interrupção]

M: Eu queria abordar aqui, bom, Calha Norte, já tenho alguns elementos agora gostaria de falar um pouco de algo, mais voltado para o meu trabalho de pesquisa, sobre o Programa Amazônia Protegida, queria saber o que você acha que ele é capaz de mudar, na realidade, partindo de sua experiência, você acha que ele vai ser capaz de realizar? Para quê que ele vai servir, eu queria também entender, se houver, claro é um projeto, então um programa amplo, ambicioso, até pelo orçamento, se eu não me engano é de um bilhão até 2018, e modernização também de pelotões existentes, e isso vai com certeza modificar a realidade local, passando de 28 para 51, não é pouca coisa.

L: O que eu vejo do projeto, primeira coisa deixar de ser projeto. Medidas para que isso aconteça eu já vejo que está acontecendo. Semana passada, dia 22, a gente recebeu um pedido solicitando no que se refere, lembra Fábio? Aquele documento que a gente viu lá das demandas. Era instalação elétrica, água...

F: (Inaudível)

L: Preocupação pelo menos está ocorrendo porque a gente recebeu, são coisas que não estão voltadas para o combate, mas são coisas que se a gente analisar, são a base. Para que o combate ele chegue. Então às vezes o tenente ele critica, *tá* preocupado com a família, família todo mundo se preocupa. *Tá* preocupado com energia, tem que se preocupar com o armamento, mas a implicação da energia, da água no bem-estar da tropa,

em cima do emprego da tropa. Então essa preocupação, eu vejo que ela está existindo. E vejo também que há, no meu nível aqui, que há uma preocupação em se fazer, em caso de ações de forma progressiva. Eu senti no dia que nós tomamos condutas precipitadas, e depois olhamos para trás e falamos: “deveríamos ter feito isso”. Lógico, falei que tem que sair do projeto, mas é preciso que haja esse esforço detalhado para que fique em (inaudível). Já tinha até comentado contigo a respeito dos pelotões, vamos criar, vamos dobrar praticamente o número de pelotões. Mas vamos dobrar, quando fizer esse planejamento, logicamente tem que se olhar o aspecto logístico. O pelotão que vai ser colocado aqui, em Jordão, ele vai ter características completamente diferente do pelotão que vai ser colocado lá na cabeça do cachorro, lá em São Gabriel da Cachoeira. Esse planejamento logístico ele tem que existir e o planejamento de implantação principalmente nessas áreas, mais complicadas, com o acesso mais complicado, ele tem que ser analisado. Não é só: “ah, vamos colocar 27 pelotões, 28 e...”, acho que o principal é isso. É a logística da coisa. Isso é a base, depois vem a parte operacional, então o próprio SISFRON, por aí vai.

M: Só para complementar, eu tenho alguns dados, gostaria que você confirmasse, aqui eu tenho os nomes dos novos PEF, aqui no estado do Acre, tenho São Salvador, Marechal Thaumaturgo, Jordão e Iaco.

L: Jordão é novo, né?

M: São os nomes, tá previsto. Iaco também, Marechal Thaumaturgo, São Salvador.

L: Marechal Thaumaturgo, já tem um destacamento lá. Eu já vi um PEF lá. Teve um camarada da minha turma que comandou lá.

M: Mas a instalação, começa com um destacamento?

L: Começa com o destacamento, se não me engana foi feito com uma balsa. É uma balsa no meio do rio! Começou assim se eu não me engano.

M: Foi quando?

L: Não sei te falar.

M: Tem o nome do oficial? Que foi...

L: Nome de guerra é Robert. Inclusive ele tá lá hoje. Ele comandou, a gente foi pra EsAO, e aí voltou para Cruzeiro do Sul. Ele tá em Cruzeiro do Sul hoje.

M: Então seriam quatro contemplados pelo Amazônia Protegida?

L: Sim!

M: Você confirma, né? Você acha suficiente?

L: Eu teria que ver assim, cada área que cada um vai cobrir, mas acredito que sim!

M: Você acha que vai reduzir a área de cada um?

L: A maioria desses pelotões aí (mostrando o mapa) eles estão, se não me falhe a memória na área de reponsabilidade do batalhão de Cruzeiro do Sul. Eles não estão na área de responsabilidade da gente. O batalhão em Cruzeiro do Sul ele tem uma área de responsabilidade bem menor que o 4º BIS, então acredito que na realidade, além dessa redução, como eu não sei exatamente qual é a área de responsabilidade de Cruzeiro do Sul, acredito que lá vai sim...

M: Seria essa área toda? Esse mapa é um mapa de um professor que fez um artigo sobre a presença militar, é um mapa interessante inclusive, ele é o meu co-orientador, é um especialista da Amazônia, e essa parte, seria essa área norte? Se você puder...

L: Santa Rosa vai até aqui, e Plácido vai até aqui. Então esses dois pontos que coloquei, é a faixa de fronteira que a companhia ela traz. Que é exatamente isso aqui, ô!

M: O resto é do batalhão de Cruzeiro, então esse PEF, eles seriam mais para Cruzeiro do Sul? Considerando aqui já é consolidado.

L: Agora Jordão, se não me engano é aqui. Então de certa forma acarreta na diminuição de cada faixa...

M: Vai criar uma grande diferença! Tem que articular, vai mudar a rotina, né?

L: Quanto menor essa diferença melhor. Tem a outra situação também, existe também a ideia que o SISFRON (Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras) é complementar, digamos entre aspas “à falta de tropas”. Naquelas regiões que seriam “vazias” vamos dizer assim, ele atuaria com maior ênfase.

M: O SISFRON ele já está operando?

P: Acho que na AMAN (Academia Militar das Agulhas Negras) também, há muitas vagas pra cá. Pela Copa do Mundo, pelos projetos que estão ocasionando...

M: O SISFRON, ele foi lançado, se eu não me engano, perto de Cuiabá? Foi? Operacionalizado pelo menos em Cuiabá?

L: Foi uma brigada no Centroeste.

M: Isso! Por aí

L: 15ª Brigada Mecanizada!

M: Tenho 13ª Brigada Mecanizada.

L: Acho que é a brigada de Cascavel.

M: De Cáceres é a 18ª Brigada de Fronteira.

L: é porque tivemos dois projetos sendo implantados em duas brigadas! Um é do projeto dos blindados, que foi na brigada de Cascavel, e a outra foi do SISFRON, que se não me engano é... [interrupção]

M: Esse mapa é de 2005, então com certeza já mudou.

L: Aqui não fala, mas foi na região Centroeste, com certeza. É isso.

M: Ele foi operacionalizado aqui, vocês tiveram alguns contatos? O SISFRON, vocês participam?

L: Ano passado, ano passado, da mesma forma que foram passadas demandas que a gente necessita, ano passado eu estava no batalhão. E já chegou para o batalhão, colocar diversas necessidades. Então, do alfinete ao foguete! Embarcação, chegou também a sugestão do (inaudível), eu vejo que tem preocupação nesse sentido. Da família militar e do lazer. Embarcações, armamentos... Existe hoje nas escolas, semana passada se não me engano veio um questionário da EsAO, estudo sobre o armamento que é utilizado aqui, sugestões, o que seria, então, existem esses estudos, até na AMAN, na EsAO e na ECEME (Escola de Comando do Estado-Maior do Exército). No sentido de adequar, o meio que a gente tá empregando no ambiente amazônico. Que é interessantíssimo. Porque é uma

região bastante peculiar, bastante peculiar, até pelas características climáticas. Então as vezes um material que você utiliza no Sul ele não vai ter tanta durabilidade que se for utilizado aqui.

M: Mas então, o programa, na sua visão, ele está articulado de forma adequada em função das demandas?

L: Sim! O projeto, ao meu ver, e aí é como te falei. Existe esse planejamento cauteloso para a implementação dele. E eu acredito que sim. Acredito que ele vá suprir. Talvez, quando ele seja implantado, apareça alguma deficiência. Mas se essa deficiência ela for resolvível, isso não tem problema, porque muitas vezes a gente tem uma coisa padrão, uma coisa boa, mas sempre dá para melhorar. Isso aí é a tendência. Aos poucos...

M: É! Eu ia já adiantar sobre as relações entre o Exército e as populações indígenas, mas eu tenho uma preocupação, principalmente na região que você conhece bem, lá da segunda brigada, você acha que a implantação de novas brigadas em áreas indígenas é capaz de afetar, de algum modo a vida lá, ou... vai criar novos problemas ou você acha que...

L: Mais uma vez, minha opinião. Eu acho que não.

M: Não?

L: Ô, vou ser bem sincero. Isso é uma opinião minha, particular. Eu servi dois anos em São Gabriel da Cachoeira, a população era basicamente indígena. E muita gente se engana com a forma de pensar deles. Então vou te citar aqui duas situações, que eu vivi lá, e que eu vi. Ninguém me falou, eu vi. Você entrava numa casa de índio lá, e eu tive a oportunidade de entrar, ela é um galpão, ela não tem divisória, e aí é o fogão ali, a geladeira, o isopor aqui, a rede passando acima do fogão, cachorro andando e, uma TV. E a TV era de 29' que era... hoje é 3D! Até brincava com o pessoal de pelotão que é morador e é indígena, em Iauareté: pode faltar comida, mas TV não falta! As vezes eu ia fazer ACISO (ações cívico-sociais), as vezes no barco, no Rio Negro, quando a gente parava, vários indígenas vinham para o barco, e as vezes no começo, como tinha sido uma experiência nova para mim, começava a achar que eles queriam ver um homem branco. Não! Eles queriam que a gente pegasse essa TV e montasse no barco para que eles pudessem assistir a novela. Então assim, o índio hoje, do que eu vi, ele... engana-se quem acha que o índio quer comer o "chibé", que é farinha com água, que eles comem lá. Ele

quer chocolate, ele quer coisa boa, e é normal! Normal, então você pega aquela área demarcada em Cruzeiro do Sul (verificar) ...

M: Bastante controverso, né?

L: É, o general, há pouco tempo atrás, não sei se comentei com vocês, há pouco tempo atrás saiu uma reportagem no SBT falando que, a FUNAI vai lá, os indígenas estão abandonando, a região que antes dava um lucro absurdo, relativo absurdo, *pro* estado, hoje não dá lucro nenhum. E em 2011, quando eu estava na EsAO, o general deu palestra para a gente. E fizeram essa pergunta para ele e procura no máximo que dá, digamos, expressar a opinião dele e ser mais focado numa visão geral.

M: Não é uma opinião politizada, talvez.

L: Exatamente! Até porque ele sabe que se ele falar alguma coisa que ele pense exatamente, isso pode ter alguma consequência. Mas enfim e foi feita essa pergunta e ele fala: aquela área lá, se você pegar os índios que estavam previstos para ficar ali, eles foram todos para o centro, o centro não, para o subúrbio de Boa Vista. Isso aí formou o quê? A formação de favela, aí é culpa do Estado? De repente por não ter suficientemente moradias, para os índios? Não vou entrar nessa questão. Mas aquilo causou um problema social. Isso é fato! Aquilo causou um problema social e vou mais além. Possivelmente, se é que já não saiu, não foi veiculado, a mídia ela vai colocar aquilo como um descaso do Estado com os indígenas, só que o descaso começou lá atrás! Talvez se não tivesse desmarcado, não tivesse acontecido isso. E por aí vai. Eu acredito que essa presença ela não vá, de forma nenhuma, prejudicar em nenhum sentido. Tanto é que desde a época em que estava em São Gabriel da Cachoeira, até porque lá são índios mesmos, existe soldado indígena, no batalhão, tinha 16 da etnia caxinauá, esses 16 indígenas eles foram formados, até o mês de junho, e acho que em junho ainda eles foram para Santa Rosa dos Purus, e são soldados em Santa Rosa dos Purus. 16 da mais de 25% do efetivo do pelotão. Acredito que isso seja bom para eles, porque querendo ou não, diante da conjuntura social precisa-se de dinheiro, para aquela região, o valor que eles recebem é um valor considerável, então, ajuda o próprio pelotão, porque são soldados da região, são soldados que conhecem a população, a população que habita a cidade são parentes, então, eu acho que todos ganham!

M: Eles se identificam, né o soldado brasileiro, na missão da defesa da Pátria? Não tem problema?

L: Sim!

M: Não tem problema nenhum?

L: Não. Quem é mais brasileiro que o próprio índio?

M: Porque eu li, pelo menos alguns oficiais, chamados da linha dura, tinham um olhar muito crítico, as vezes, de ONGs, articulação de estrangeiros, nas áreas demarcadas. Questões de biopirataria, enfim de presença estrangeira, que é uma preocupação legítima, mas talvez enfatizando demais, talvez criando uma paranoia, como se a Amazônia já estivesse sendo internacionalizada. Já estava sendo contaminada. Você concorda com esse risco?

L: O risco, ele existe. Na minha visão, é baixo. Mas ele existe. E estrangeiros, com certeza existe. Então falei que ia te citar dois exemplos, só citei um. Depois eu cito. Lá em Iauareté, tinha um padre, que era italiano. E lá, a religião católica ela é predominante. Bastante predominante, eu estava numa região lá que é... e o quê que acontecia lá? Tinha uma igreja, legal, e cada bairro, eram dez bairros, dez comunidades, tinha a sua capelinha. Porque existia uma preocupação dos padres em fazer que o índio frequentasse a igreja, o lado espiritual. E lá, se falava *tucano*. É uma etnia, eles falavam *tucano*. E quando andava com índio, os oficiais, os sargentos, os militares do pelotão, por serem católicos, iam para a missa. Mas o quê que acontecia lá? Quando a gente chegava na missa, o padre, que até então estava falando em português, ou em italiano dele com sotaque, ele tinha conhecimento da língua tucano, e lá, na hora que alguém chegava, do pelotão, ele trocava e começava a falar *tucano*. Ou seja, a gente não entendia nada. Eu ficava me perguntando: por quê? Porque será isso? Eu particularmente não gostava desse padre (risos)!

M: Você chegou a perguntar isso para ele?

L: Não, eu perguntava para o outro. Porque o outro era brasileiro, era de Belém, a gente se dava bem, até tenho foto com ele, lá no pelotão, porque eu pedia, já que quando chego lá, o padre-chefe fala *tucano*, tem como o senhor vir *prai*, para fazer alguma coisa *pra* gente? Ele ia no pelotão, rezava a missa, aos domingos, então acabou que cortávamos... Chegava o barco, lá eles não tinham o padre. Tinha um Jerico [O Jerico é um tratorzinho].

Igual o reboque, não estou criticando o padre, nem a Igreja Católica. Estou falando desse cidadão específico. Ele cobrava para os populares o transporte do material que chegava do barco para levar até a casa do popular, ele cobrava. Só que o meu papel lá, também é apoiar a população! E eu mandava também o meu. E eu não cobrava nada! E ele veio reclamar comigo, porque eu estava tirando a clientela dele. Não estou tirando a clientela do senhor, até porque eu não cobro. Então para mim eles não são clientes. E eles têm liberdade para escolher entre o senhor ou escolher de graça. Então esse tipo de coisa, ele era italiano. Até a gente brincava, esse cara é algum infiltrado, não é possível que seja padre! Ninguém acreditava que ele era padre. Mas enfim, era isso que acontecia.

Agora deixa te contar a outra coisa do índio. A pista como te falei era 1600 metros. Existia a previsão, de ampliar essa pista, eu não me recordo agora em quanto, para que lá em Iauareté, como te falei, era um local, que apesar de ser isolado, ele tinha uma certa estrutura, para que sejam feitos os voos comerciais. Para isso que existia lá o COMAR (Comando Aéreo Regional). Então reuniões foram feitas, com antropólogos, tudo que foi profissional das diversas áreas. E o acordo foi de ampliar a pista, a comunidade, ela permitiria, e a COMAR ela começou a ampliar a pista. Só que passou um certo tempo, e aí a comunidade reivindicou. Por quê? Porque segundo eles, a pista iria bater num local, eu não lembro agora o termo que eles utilizavam, como se fosse uma gruta sagrada. E onde eles acreditavam que os ancestrais deles, a alma dos ancestrais deles, viviam naquela gruta. Aí eles reivindicaram e pediram, acho que o Ministro da Cultura era o Gilberto Gil. Ele foi lá, eu sei que eu estava num lugar na selva, e aí, eles reivindicaram isso aí, e pediram para que fosse suspenso. Só que desde o início, ficou bem claro, no projeto que a pista ela ia bater ali. Na verdade eu acho que nem ia bater, ia ficar uns 300 metros do local. E aí, a gente conversamos. Como eu te falei, existiam no pelotão soldados, tinha lá o cabo, dono de comércio, então conversando com os soldados dentro da comunidade, eles falavam o seguinte: Tenente, o que aconteceu foi o seguinte, o acordo ele foi permitido pela comunidade, porque a COMAR ampliando a pista, aquela ampliação ia facilitar do pessoal para os colônias que chamam aqui, mas são áreas onde são plantada a mandioca, que tinha a subsistência dele. Então abrir ali ia facilitar o acesso deles até esses locais. Quando chegou no ponto que eles queriam que chegasse, daqui a lá, não preciso mais de acesso! Aí eles reivindicaram. Entendeu? Então é complicado! Eu sinceramente não sei como está hoje lá, não sei se ampliaram, se asfaltaram, não sei como é que está, até vou perguntar para um amigo meu que comanda a companhia lá, eu não sei, mas foi

isso o relato. Então é o que eu falei, o índio ele não é inocente, como muitas vezes a gente pensa. Até pelo acesso que ele está tendo às informações.

M: Mas você também se deparou com índios, das comunidades mais tradicionais, que não usam tecnologia, que não andam de carro.

L: Não!

M: Porque essa imagem do índio rico...

L: Não, como te falei, uma aldeia em São Gabriel da Cachoeira. Eu saí de São Gabriel da Cachoeira, e fui até Tucuí, que fica na tríplice fronteira. Venezuela, Colômbia e Brasil. Fui de barco até lá, realizando esse tipo de ação, isso foi em 2007 quando eu era comandante da CCAP, pra companhia. Mas eu não vi. E até tem um código, até por questão de tempo, a gente não entrava na selva. A gente visitou bastante as comunidades ribeirinhas, não tive contato. Em algumas dessas comunidades existia rádio, em algumas dessas comunidades existia TV, em outras não, nas que não existia aconteciam aquelas cenas que eu te falei, eles iam para as margens do rio e a gente botava a TV para assistir ali...

M: Existe um mapeamento, um trabalho de mapeamento aqui na companhia? Imagino que é mais consolidado, mas lá? É uma preocupação do pelotão? De conhecer a área?

L: É! Sim, porque é a área que a gente patrulha. Até porque eu te dei esse exemplo do reconhecimento de fronteira, que a gente realiza, uma das finalidades do reconhecimento das fronteiras é justamente isso daí. Você vê, aumentou a população, não aumentou, como é que está a taxa de mortalidade? Então tudo isso é analisado. Não por nós, a gente envia essas informações, quem analisa isso aí é o escalão superior.

M: Vocês acabam fazendo algo que caberia o papel de um governo estadual, através de suas secretarias.

L: Eu não sei, acredito que sim, que seja realizado.

M: Eu gostaria agora, que são 11h15, talvez agora uma parte mais voltada para o combate.

L: Deixa só falar, você falou das ONGs, né?

M: O que chama atenção das ONGs, no que se refere, penso eu, na visão de muitos militares, é o interesse dessas ONGs na região. O que você tem, isso tem sido cada vez mais claro, você vai no Nordeste, existem diversos problemas sociais e você não vê ONGs.

M: Eu ontem fui no acampamento do “Haiti”, dos haitianos, nenhuma. Interessante.

L: Entendeu? Então é isso que chama atenção e é isso que preocupa. Aí como eu falei. Risco, acredito, eu pelo nível que me encontro, ainda que não seja uma desculpa, é no mínimo estranho. E coisa semelhante você vê no Rio de Janeiro, existe particularmente em algumas favelas, mas no Nordeste você não vê. E sou nordestino, não tem uma ONG para ir pra lá? Então é isso que chama atenção. Pelo menos para ser resolvido alguma coisa de água, no Nordeste, não vê.

M: E no caso, por exemplo, cenário, voltando no combate, luta contra os ilícitos, você já teve, aqui no Acre, alguma... Eu quando fui no (Projeto Agroextrativista) Cachoeira, teve algum morador, perto do rio Xamã que falaram comigo que a Força Nacional veio duas vezes, e que alguns relatos, sob denúncia na verdade, a entrada de traficantes da Bolívia, você confirma? Existe essa entrada, pelo menos, de áreas.

L: Assim, a gente nunca se deparou com traficantes, mas existe. Só que assim, como te explicar... traficante não é bobo, então a gente fala com outros sargentos, as vezes eles estão fazendo um trabalho no sentido de mapear. Então a gente tem um relatório aqui, o quê que foi pego, qual horário...

M: São dados públicos?

L: Como assim?

M: Esse relatório, são dados públicos do Curarê.

L: Não, são dados que a gente envia para o batalhão. Então existe um levantamento por exemplo de tal canto, a gente montou um bloqueio, e dá, naquela época do ano. A ideia é o quê? É haver uma continuidade nesse trabalho para que depois de três, quatro anos, você consiga mapear. Aí nesse ponto nunca foi pego nada. Em época nenhuma do ano, então não tem o porquê de botar ele aqui. Enquanto o outro não, sempre é pego, de tal hora a tal hora. Esse (inaudível) ele tem que existir para servir de, para o estabelecimento de pontos que eu faço desde aqui, entendeu? Porque eu comecei com a Curarê que foi a

nossa primeira operação, na verdade foi a Curarê tinha, que foi no Carnaval, a gente começou colocando os pontos, que normalmente são colocados. Mas dados concretos, por que tem nesse ponto, do horário que tem mais movimentos, a gente não tinha. Justamente para facilitar isso aí.

M: Para melhorar esse trabalho, você acha que precisa de quê? Mais meios? Mais inteligência? Mais articulação entre o popular e...?

L: Mais inteligência, meios não. Por que...

M: Não tem muito onde fugir, né? O ramal...

L: É mais inteligência, que a companhia ela não tem capacidade para isso. Capacidade que me refiro é a habilitação para realizar esse tipo de trabalho. Eu não tenho, com o pessoal daqui, ninguém especialista, e mesmo que se tivesse aqui um especialista, não é o papel da companhia de fazer esse tipo de trabalho. Aí já é no escalão mais acima.

M: Não é “caça ao narcotraficante”, né?

L: Pois é.

M: Porém tem que ter uma preocupação, *né?* E agora em relação, eu fui lá na Bolívia, *né?*

L: Foi nos batalhões lá?

M: Não, nos batalhões não, eu vou lá na tarde, perto dos presídios, mas fui lá no batalhão, perto da pequena rotatória, de polícia mesmo. E foi interessante, é outro universo, como você tinha falado. Fui lá pro pátio, tá cheio de veículos apreendidos, aquele “golpe do seguro”, *né?* Veículos roubados, e depois vendiam, enfim, e... eu ia passar para a parte do crime ambiental, é importante também na Amazônia, claro, e a ausência do outro lado. Acho que...tem um órgão mas não tem ninguém fisicamente. Foi isso que ele falou. A falta de meios é gritante lá, dificulta com certeza, falou da articulação com a Polícia Federal, da Polícia Civil, principalmente quando tem um brasileiro que fuja do presídio e vai *pra* Bolívia, ou o contrário, também acontece, mas no caso não tem muita articulação, por falta de meios. Você acha que é uma falha? Da responsabilidade, quero dizer, a fronteira não pare no rio, *né?* No igarapé, como eu vi.

L: O que eu vi, até pelo contato com autoridades que a gente tem lá, mas relacionado com as Forças Armadas, é que existe uma preocupação. Quando foi que o comandante da

Aeronáutica veio, fez uns dois meses? Então teve o comandante da 6ª Brigada Aérea, ele se colocou à disposição, a gente tem que se ajudar nisso. Então há uma preocupação, a gente falou até algumas coisas: ah, tem uma aeronave que passa nesse sentido, porque volta e meia três horas *tá* passando, e ela passa três horas de novo. Aí ele veio aqui, a gente relatou isso, só que lá especificamente, há uma escassez de meios absurda. Então talvez exista até a boa vontade. Talvez existe uma boa vontade, mas que esbarra na questão de recursos, de meios...

M: Eu recebi, pelo menos por ele um discurso bastante crítico em relação ao governo Evo Morales, que favorece os cocaleiros, o desmatamento, faltava, assim um problema sério, de organização mesmo, você falou até de adestramento da tropa, você disse que visitou, e pretende visitar também?

L: Como eu te falei, a gente foi no aniversário da divisão, e as cenas que você vê são... o recrutamento lá, é à força! Olha lá, vai servir! Os *caras*, os soldados na hora de embarcar, na viatura, eles subiram no caminhão, primeiro que o caminhão é de transporte de boi, o caminhão ali, é boleia, e tem a carroceria. A carroceria, ela é, como se fosse uma caçamba, fechada de madeira, você nem vê que os *caras* tão lá dentro! Eles entram... é boi mesmo! Você só vê, porque tem umas hastas acima, para o camarada segurar. E eles andam assim! E na hora que terminou a solenidade, eles foram embora, batendo. Eu olhei o coronel, falei: “*Tá* vendo? Ih! O cara batendo para o soldado entrar”. Mas batendo assim, chute, então por questão de cultura e de mentalidade, da própria formação, porque começa desde a formação. Tudo começa na formação! Então não sei, não cabe a *mim* criticar, porque até não tenho experiência para isso, mas a formação.

M: Qualquer um que fica diante dessa situação, fica meio chocado, no mínimo. E é similar o relacionamento com o Peru, ou são situações diferentes? O Exército peruano, ou tem pouca presença?

L: Olha, não sei te falar nesse aspecto de... até porque o efetivo que existe lá, é bem menor do que existe aqui. Esse efetivo que tem aqui, não sei se foi depois do ocorrido, mas é uma justificativa, foi 2008 se não me engano. [interrupção com Fábio]. 2010. Porque houve, a gente tem, existe os estados que são mais ricos na Bolívia. Que eles chamam de ferradura. Tarija, Pando, não lembro qual que é o outro. Um mais ao Sul. Pando, aqui, né? E Evo, quando ele começou a ter uma política de “tudo para todo mundo”, né, logicamente os estados mais ricos chiaram. E Pando, teve a situação específica do

governador. Então o governador ele foi de frente mesmo! E aí o Evo mandou o Exército vir, foi isso? Mandou o Exército vir aqui, tipo concentrou tropas, depois acho que o governador até prendeu! Então teve esse problema. Então muita gente aqui não gosta do Evo já por esse motivo. Porque de certa forma é um estado relativamente rico, para os padrões bolivianos.

M: Rico de quê? Por quê que é rico? A partir de? Minas?

L: Não, eu acho que é comércio, eu acho que é basicamente pelo comércio.

M: Não é agropecuário, que nem o estado de Rondônia, aqui do lado?

L: Não sei. Não sei, mas sei que está entre os mais ricos, e que houve esse problema, porque quis repartir entre os demais estados ali, igualmente com os outros. Aí produz, vamos dizer 50% das riquezas do país, 50% do lucro, né? Não, vamos dividir aqui.

M: é o mesmo debate que tem com os *royalties* do petróleo, né? Essa mesma articulação política né?

L: Gera uma certa revolta.

M: Entendi. Isso é interessante. Foi em 2010?

L: Foi em 2010.

M: A vizinhança, no meu trabalho, pegando um viés mais político, são vizinhos de todo tipo. A gente vê quando a aeronave do próprio Evo foi barrada lá na Europa, teve uma revolta muito grande. Tem um impacto, o Brasil demora até para, por contas de razões diplomáticas, para dar uma resposta. Você vê que a vizinhança é muito complexa. Quando eu for lá em Bonfim, ou Pacaraima, se eu chegar lá, pelo menos Bonfim que é mais próximo de Boa Vista, vai ter uma situação de fronteira completamente diferente. E aquela que você viveu perto da Colômbia, são cada casos bem específicos.

L: Na Colômbia a gente se deparou com as FARC-EP (Forças Armadas Revolucionárias de Colômbia – Exército Popular). Isso foi em 2006. Mas é uma situação diferente. Porque lá, querendo ou não, na minha visão é até mais fácil você se deparar, porque você ou tem a selva ou tem o rio! Aqui você tem essa porção de ramais que... e aí como eu falei, não são bestas. Tem os informantes deles. “Ô, a tropa do Exército tá na rua agora!” Tal ponto. Quando a gente planeja ações, a gente sempre procura fintar né? De forma que ele passa

a informação. Ô, a gente tá em tal ponto, mas aí a gente, calculando o tempo de deslocamento, muda o ponto e tanta... fazer isso! As vezes é feito, as vezes não. Mas de se defrontar mesmo, de trocar tiros, aqui não aconteceu.

M: Não tem caso, e o caso que você citou em 2008, 2006 perdão, lá com as FARC, foi um contato de patrulha?

L: Foi! Na realidade foi, um cabo do pelotão estava pescando, e *tava* de férias, *tava* pescando. Ele era do próprio pelotão, ele morava no PEF.

M: Foi onde um brasileiro morreu, trocando tiro, aquele episódio?

L: Não.

M: Foi em 1994, *tou* confundindo.

L: Isso. Esse não teve brasileiro morto não. Ele *tava* pescando, o hotel fica aqui, tem um rio, que era o rio Aurês, e do outro lado, na realidade o rio Aurês é o rio Negro. E do outro lado ele estava com a embarcação pescando e ele ouviu um golpe de segurança, que é o barulho que o armamento faz quando vai preparar para atirar ou quando, vai despreparar para atirar. Ele escutou e achou estranho. Assim perto do pelotão. Ele voltou no pelotão, ele informou, aí foi mandado um efetivo de reconhecimento, para aquela região, o pessoal desembarcou, entrou na mata e não deu dois minutos, de frente pros traficantes. Aí houve troca de tiros, houve mortos, do lado deles. Eles foram levados para São Gabriel da Cachoeira.

M: Foi imediato, nem houve, foi de surpresa?

L: Foi, foi.

M: O emprego da força foi imediato?

L: Aí depois disso várias patrulhas foram feitas na região, mas quando acontece um acidente aquele ponto ele vai ficar...

M: Mas a presença brasileira foi indevida?

L: No território brasileiro...

M: Mas você acha que não se localizaram? Foi erro deles?

L: Por quê?

M: Por que que se encontraram?

L: Certamente entraram com drogas. Foi pego droga, foi pego dinheiro, se não me engano foram 400 mil, reais. Em dinheiro. E a droga era 56 quilos eu acho, de cocaína. Porque o hotel ficava aqui, o rio ele passa e, selva *prum* lado, selva *pro* outro. *Pra* cá, não tinha muita coisa, agora pra lá, era ponto da trilha. Então ele para com a embarcação, na frente do PEF, desce, faz a volta pela trilha, a embarcação segue sem nada, muitas vezes pilotada por um índio...

M: Elas costumam ser fiscalizadas?

L: Pra, por isso até que desembarcam. Porque aqui existe um ponto de bloqueio. Ele é parado, não é verificado nada, como eu falei, muitas vezes mandam um índio, aí ela passa, espera num ponto aqui, ele vai à pé aqui. Então, é difícil.

M: Sim, mas é raro né? Não houve mais, depois desse?

L: Não.

M: Teve o caso agora recente, na Guiana Francesa, souberam? De garimpeiros, que resistiram, de brasileiros.

L: Não fiquei sabendo.

M: Isso foi no ano passado. Garimpeiros armados, que resistiram, e teve o envio da Legião Francesa. Teve troca de tiros, mortos dos dois lados, enfim. Uma situação complicada, né? Combate mesmo, na selva. Com uma situação diplomática muito complicada né? A famosa ponte da Amizade que não está aberta ainda, no rio Oiapoque, e questões do vista. A França não dá visto para o brasileiro, o brasileiro pode entrar para trabalhar, enfim. Uma situação...

L: E uma coisa assim, tão, pontual que a gente normalmente fala isso aqui: “acho que não vai acontecer a com a gente”. Então quando o pessoal foi *pra* lá até desacreditava que era alguma coisa, realmente perigosa. Só que quando o pessoal foi, aquele pouco tempo ali, deslocamento. Pô, é real, existe alguma coisa lá. Porque as vezes até pela comodidade, pelo dia a dia, pela rotina, você se depara com esse tipo de coisas e você fica surpreso porque não é uma coisa que acontece normalmente. Aí o pessoal fala até com certo

descredito: é nada não! Você tem que colocar na cabeça do soldado que pode ser, e se for, e se não tiver preparo, você vai morrer! Aí aquela questão que eu *tava* falando pra ti. Aqui, se eu mando um soldado para algum pelotão, com certeza pode acontecer uma casualidade, ou pode. Porque ele sabe se adestrar, ele participa de operações, ele não *tá* preocupado com arroz e feijão da casa dele. Entendeu? Coisa que lá, já era mais complicado, apesar de que a gente realizava exercício de tiro, mas não é só o tiro, é o que está na cabeça dele. Então é um fator complicador, e que se, essas melhorias do Amazônia Protegida elas forem implementadas, isso vai, conseqüentemente, proporcionar para o comandante lá, “tenho tudo que preciso aqui, agora vamos adestrar a tropa”. Vamos fazer exercícios diferentes aí,

M: Estou com os estados de Amazonas, sete (nomes dos pelotões), esse tipo de incidentes, com uma fronteira que é mais, com as FARC, isso pode ser um fator agravante? No sentido em que haja mais encontros desse tipo? Mais controle, mais presença, leva a mais...

L: A questão da colocação de mais pelotões, acho que ela vai mais além da questão do próprio combate. Ela tem também o aspecto de dissuasão. É saber que, antes pô existiam 21, depois botaram 27, depois botaram 33, *tá* aumentando! Então por exemplo em Tucuí, já tem um pelotão lá, falando em 2005, eu estava lá em 2006. Então 2006, Tucuí, que é um pelotão de São Gabriel da Cachoeira, 7º PEF, de três (ou seis) em três (seis) meses trocava. Três meses passava para um pelotão e voltava. Hoje já é pelotão, hoje já tenho um efetivo fixo lá. Então já temos Marechal Thaumaturgo, Tucuí, então aos poucos, esses pelotões realmente eles estão surgindo. E certamente a FARC, ou o narcotraficante, ele tem as informações dele e ele sabe que essa presença está aumentando. Então serve como dissuasão. Certamente ele vai procurar um outro meio! De entrar. Se não é pelo rio, pelo ar, certamente.

M: Aí é Lei do Abate!

L: É! É uma guerra. O cara toma uma medida, ele vai tomar outra. Com base nessa outra, a gente vai tomar uma medida, então a gente vai tomar outra medida, então fica naquela, o cara tenta naquela de remediar.

M: Você acha que o Conselho, saindo um pouco da questão do PEF, o Conselho Sul-Americano de Defesa, criado em 2008, você acha que é capaz de articular políticas de

segurança para os países, vai servir, para uma realidade complexa que nem essa, da fronteira da Amazônia?

L: Para ser sincero, eu não tenho assim, conhecimento específico da missão do Conselho. Agora eu acho que tudo o que é criado, voltado para a Defesa, especificamente das fronteiras, eu acho que é válido. Que é como eu te falei, as vezes a gente vai implementar determinada ação e vai ver que há uma deficiência. Se essa deficiência ela for, plenamente, se a gente conseguir se deparar com essa deficiência, se a gente tiver capacidade de sanar, é uma coisa normal. Então eu não sei especificamente...

M: Eu saí um pouco de um foco... talvez a transição não foi muito, é porque eu pensei agora no caso da fronteira no Sul, quando essas operações entre as Forças argentinas, brasileiras, por considerações que tudo é mais “fácil”, vamos dizer assim, existe. Foram começadas algumas operações, numa articulação maior. Eu não sei talvez, gostaria de receber sua opinião, existe entre a França e a Alemanha, por razões históricas, assim de batalhões binacionais. Ou seja, soldados franceses na Alemanha e o inverso. Você acha que seria possível ver um dia patrulhas na fronteira? Você acha que acrescentaria alguma coisa?

L: Você fala tipo uma patrulha brasileira entrar na..?

M: Sim, pensar a fronteira não como uma fronteira como um limite, mas como uma preocupação conjunta. Né, porque afinal das contas, o que queremos é aumentar a segurança dos dois lados. Porque o PAP, o Amazônia Protegida, ele “fecha” o Brasil, de alguma forma. Talvez a perspectiva é minha, mas você não acha que seria interessante colaborar mais? Estreitar, assim se conhecer melhor? Porque você vê, é um gigante, e do lado são vizinhos mais, vamos dizer, humildes. Tem esse momento que o Brasil tá passando, economicamente, de fortalecimento das tropas, tem o FX-2, tem o Amazônia Protegida, tem o submarino nuclear, os vizinhos são atentos, é uma preocupação que recebi, inclusive de comentaristas, de especialistas da área, um certo “novo imperialismo”, talvez não dessa forma que a gente pensa o imperialismo americano, mas uma preocupação, né? Quer dizer, por que que o Brasil está modernizando suas tropas? Não sei, ter vizinhos fracos, e é complicado também!

L: Eu acho que, essa questão do modernizar, tá bastante relacionado com a situação que o Brasil ele tá vivenciando hoje em dia, no que se refere ao próprio crescimento, então o

país que tá crescendo, que pretende ser alguma coisa, pressuponha que ele tenha um sistema ou forças armadas que sejam compatíveis com esse tamanho dele. Hoje com a Internet, você vê muita coisa, tudo mundo expressa sua opinião sobre tudo, e todo mundo acha que sabe de tudo! Então alguma vez, nas férias no ano passado, um camarada ele falou: “não! O Exército eu acho importante mas acho que o efetivo tá mal distribuído. Aí, mas por que que tu acha isso? Ele é estudante de história, era! Hoje é professor, não por que só em Taubaté, vocês têm 40 mil homens! Aí eu! Cara quem te falou isso? Rapaz tu sabe o que são 40 mil homens? Então foi uma informação, isso eu tenho certeza eu falei com ele. Foi uma informação que ele recebeu, que ele não procurou saber, e que ele tomou como verdade! E aí informação equivocada. E é isso que acontece hoje. Ah, o Exército tem muita gente! Não tem. Você para *pra* pensar, proporcionalmente, verificar o efetivo que a gente tem, a área que a gente precisa... Haja vista a própria Amazônia, a área que a gente precisa ocupar, vigiar, não tem! Mas o Exército ao mesmo tempo, eu escutei um major que está na ECEME, não, saiu da ECEME agora! Terminou agora. Quando eu fui fazer o curso para a EsPCEEx [Escola Preparatória de Cadetes do Exército], ele me falou isso aí, ele era na época tenente: “ô, o Exército é muito paternalista. Ele anda conforma o Brasil anda”. Então muitas vezes se o efetivo tiver maior, porque o Brasil não tem condições ainda, de fazer com que, de manter esse efetivo. Então eu acho que essa modernização ele *tá* bastante relacionada a isso, e que ela é necessária, diante desse anseio do país. Aí acho que é um anseio até natural.

M: Talvez por conta do intercâmbio, morando no Rio, eu vejo com o contato com o pessoal que trabalha na ECEME, vocês recebem sempre o pessoal de fora, principalmente americanos, europeus, na AMAN também. Mas é sempre normal, nas forças armadas, comparando, você aprende claro, a doutrina de um, do outro, mas também quando você manda um adido militar lá fora, ele recebe informações, e você sente, né. “O francês tá fazendo isso, tá recebendo esse tipo de material”, o Brasil...

L: Eles também mandam *pra* cá, e também a gente (inaudível) e que é tudo que é curso. Para curso que é de Estado-Maior, para curso operacional, para formação...

L: Aqui na companhia, vocês recebem estrangeiros? Há cursos?

L: Em Tabatinga, o batalhão de Tabatinga ele realiza o estágio de adaptação na selva para estrangeiros. O comandante ele estava com essa ideia, mas como ele assumiu esse ano, talvez se ele conseguir, ele consegue para o ano que vem. Mas o Curso de Guerra na

Selva, que é em Manaus, é para estrangeiros. E no meu curso tinha dois franceses. E a gente até brincava, quando o Brasil ele manda alguém *pra* lá fora. Por exemplo para eu ir na Inglaterra, o mínimo é que eu saiba falar inglês. Então esses dois franceses eles chegaram falando que não sabiam o português.

M: Aí teve que falar inglês, ou espanhol, ou francês com eles?

L: Ou francês! Ou inglês! Não sabiam falar português. Fiquei me perguntando se a gente, Brasil, se a gente manda alguém lá fora tem que conhecer a língua, será que eles estão mandando alguém que não tem conhecimento da língua? Não sei.

M: A exigência talvez não é tão, não valoriza tanto...

L: Ou eles não valorizam ou eles estão mentindo! Aí a gente não sabe a intenção. Na verdade, a gente sabe que a intenção, também é coletar informações. Claro, é natural, e até normal você coletar, comparar. O que a gente não sabe são os interesses. Também não tenho como falar isso. Mas que é estranho, é. Como é que um francês, do Exército francês fazer um curso e o cara não sabe falar? No mínimo espanhol ele sabe! Que já dá para entender alguma coisa.

M: Interessante. Eu tenho algum tempinho a mais *pra* fechar?

L: Vamos lá!

M: Tá, eu acho que a gente falou de bastante coisas né? Eu teria que falar um pouquinho mais sobre a questão do meio ambiente, mas no meu trabalho, eu estou querendo falar um pouquinho mais sobre a questão do desenvolvimento. Tem um site, do Exército que coloca o meio ambiente como uma preocupação grande do Exército, e também do desenvolvimento.

L: Sim!

M: Como é que você percebe esse papel? Desenvolvimento não somente com as ações cívico-sociais, que são pontuais, mas de modo mais amplo, o quê que, daqui a 20 anos, o quê que o Exército será capaz de paliar talvez alguma deficiência do governo? Vai mudar o papel? Vai ficar na mesma? É um esforço talvez... é um exercício de futurologia, nem é sempre bom mas...

L: Eu acho que até por essa situação de modernização e de crescimento do país, a tendência é que o Exército ele cada vez mas ele fique voltado para sua atividade fim, ao meu ver, né? Porque se o país *tá* crescendo, parto do princípio que ele vai ter mais recursos, e tendo mais recursos, cada órgãos, principalmente os órgãos de segurança pública, que trabalham com nossa atividade. Vai ter mais recursos, também. Nós teremos mais recursos. Então é preciso que cada um cumpra o seu papel. Eu analiso dessa forma. Se acontecer o crescimento, e se logicamente o recurso ele for gasto de forma correta, eu acho que cada um vai ficar no seu quadrado, né? Inclusive o Exército e a gente vai poder voltar voltado pra nossa atividade fim. E quanto a questão do desenvolvimento, historicamente, o Exército sempre teve bastante atrelado com essa questão de desenvolver. Aquela determinada região, e várias né? Eu acho é que na época do Getúlio Vargas, era justamente isso daí.

M: Uma especialista da Amazônia? A Bertha Becker? Que fez bastante palestras. A que faleceu agora.

L: Não, não é ela.

M: Ela é da UFRJ, ou da GV?

L: O livro é dela: “Forças Armadas e Política no Brasil”. Ah, deve ser a Marques, a Adriana Marques, ela é professor na ECEME [na verdade é Maria Celina d’Araújo], ela trata bastante desse assunto aí, ela fala que o Exército é paternalista, ela fala do serviço militar obrigatório, ela fala...

M: Das representações, *né*? De modo geral.

L: Então assim, quando *tava* tendo aquilo que te falei na fronteira, quando teve essa ideia de mobiliar a fronteira, ela foi criada, um dos intuitos era esse, desenvolver aquela região. A vivificação, que é válida ainda, mas não da forma que era antes! Antes era, até pelos recursos, hoje a gente tem mais facilidades para se comunicar e tal, mas que é válido muitas vezes nesses locais, nesses pelotões, e que outros que... não tem nada. Existe um estágio de comandante de fronteira, e de comando de fronteira. Existe um estágio que é em Manaus no começo do ano. E eu fui para esse estágio, visitar um pelotão de Tiriós, é um pelotão vinculado a Belém. É o 2º Batalhão de Infantaria de Selva, é um pelotão. Aí vi a foto aérea, lá não tem nada! Sou mais São Gabriel. Pelotão em Tiriós, então para esses pelotões assim, é muito válido, você colocar um efetivo aí, e daí normalmente surge.

Surge uma pista de pouso. O próprio Iauareté, como eu te falei, era uma pista de pouso, de 1600 metros, a ideia era transformar num local que tivesse potencial. Então são coisas que vão evoluindo. Ah, é devido pela presença do Exército, certamente não. Mas alguém tem que dar o pontapé inicial.

M: A missão de presença né? E fora que existia ainda, eu não sei. Ainda tenho que falar com o pessoal da Secretaria Estadual de Segurança Pública... Quando o Exército tá fazendo, é mais fácil. Deixa para alguém que tem experiência, que tem autoridade, várias questões o Exército resolve! Não só ele como a Marinha, a Força Aérea, mas especificamente o Exército na Amazônia. Minha preocupação no trabalho é passar um pouco, entender o momento do Calha Norte, e a gente está entrando em outro momento. Vai ser agora, assim, mais cobrado, pelos vizinhos também, você vê essas manifestações, existe uma nova geração, eu vejo pela universidade, daqui há 25 anos, o jovem cadete aqui presente ele vai se tornar um oficial diferente daqueles oficiais que participaram, as preocupações eram diferentes... A visão do mundo é diferente, porque o Brasil não é o mesmo.

L: A própria sociedade!

M: A própria sociedade, então é difícil. Eu não quero fazer um trabalho de pesquisa sobre futurologia, mas pelo menos traçar alguns caminhos, né? Isso né? É só para concluir, mas isso é o objetivo desse trabalho. Não é um trabalho de avaliação, pelo contrário, é de entender.

L: O que eu vejo assim, não querendo comparar, mas você pega um Exército norte-americano, o foco dele é totalmente diferente do nosso. Não querendo comparar, mas você pega a sociedade, é totalmente diferente, você pega o padrão de vida, e por aí vai. Mas as circunstâncias são totalmente diferentes das nossas. Assim, o que eu vejo, o Brasil tá mais voltado para questões internas. Tipo assim, vamos arrumar a casa. E após essa faxina, se eu posso dizer. É que vai ter uma preocupação, uma maior preocupação na verdade, certamente essa preocupação já existe, mas uma maior preocupação com as questões externas, e aí, logicamente, entre as próprias forças armadas. Então pelo próprio programa Amazônia Protegida, elas percebem uma projeção disso daí, mas...

M: A França, os EUA, têm forças de projeção, projeção de força estrategicamente, você não consegue mandar tropas para o Afeganistão numa velocidade incrível, com toda a logística, isso aí o Brasil ainda não se preocupa com isso. Mas vai chegar aí!

L: Vai chegar! Mas veja o quê que *tou* te falando, a preocupação principal é arrumar a casa. E o Exército, de certa forma, mesmo que ele, nesse espírito paternalista, mesmo que ele fosse baseado nas suas ações, nessa faxina aí. Mas depois, na resolução desses problemas internos, eu visualizo que cada um vai ter a sua parcela, em alguma instância, para cumprir. E cada um vai estar exercendo, efetivamente o seu papel. Isso é o que eu acho, não sei, posso tar te falando uma coisa, que visualizo.

M: É, difícil.

L: Mas até pela preocupação, pelos projetos que estão surgindo, é isso que visualizo. Vou te citar aqui, para fechar, o exemplo de quê que acontece hoje. Então aqui eu faço o patrulhamento fluvial, que *tá* bastante relacionado com a atividade da fronteira, mas eu faço também patrulhamento de estrada, porque eu tenho estrada para ir. É um papel nosso? É. Estamos parados e fazendo isso. Ainda mais na faixa de fronteira. Mas como eu te falei, você pega a preocupação do Exército dos Estados Unidos, é totalmente diferente da nossa. Até pela Constituição, a nossa missão, a nossa atividade fim, a gente teria que tar, se adestrando, realizando intercâmbios, com uma maior quantidade, que deixa a desejar. Então assim, para esse tipo de ação que eu faço “PBCE”, que é um ponto de bloqueio, eu preciso de alguns materiais específicos. Então preciso de coletes a prova de bala, preciso de capacete, preciso de munição não letal, caso aconteça algo. *Tava* pensando nas manifestações, se o Exército for empregado, mas que na ocupação de uma estrutura estratégica, pode ser utilizado, lá no nome daquela, qual é o nome daquela usina lá? É Jiráu?

F: Jiráu!

L: Jiráu, foi lá que teve em 2011, *né?* 2011 a tropa daqui foi para Jiráu, o pessoal *tava* em greve, então você precisa desse tipo de material, de munição não-letal. E o Exército ele não, digamos assim, não é uma coisa que ele faz com rotina. Mas que ele pode ser empregado. Então, a gente já visando, começar a efetivamente realizar missões que sejam dentro da nossa atividade fim, que é basicamente voltada para a soberania, e não por questões internas, existem chefes militares que acham que esse tipo de material a gente

não deve receber. Por quê? Porque não é a nossa atividade fim, e que se a gente tiver fazendo isso, a gente vai estar deixando de fazer o principal, e esse é o papel de outra instituição! E não é isso que tem que acontecer!

M: É, e aí teríamos um debate de mais duas horas sobre a militarização das polícias, atuação da Marinha lá no Complexo do Alemão...

L: E aquilo que falo, se houver desenvolvimento, se houver recursos, remunerar melhor o policial, a tendência é que fica... Agora se isso acontecer...

Entrevista n.2 realizada com o Ten. A., realizada no dia 01 de agosto de 2014, no 2º Pelotão Especial de Fronteira de Normandia (RR)

M: Bom eu, a ideia é o seguinte tenho uma série de temas, de perguntas, é assim, uma entrevista bem leve, não tem tantas questões precisas, são temas e você fala sobre eles, não tem nenhuma obrigação de responder se você não se sentir a vontade, para abordar algum tema, você me fala

A: Certo...

M: Se você não quiser comunicar, não que as minhas perguntas sejam complicadas, mas na verdade é para eu poder ter uma ideia, né. O que eu posso e não posso citar. Bom, a gente está aqui no 2º Pelotão Especial de Fronteira, né? Em Normandia, gostaria que você fizesse uma apresentação pessoal, e depois um pouco do pelotão, as especificidades de pelotão, se tiver, e um pouco da sua trajetória, o que levou o senhor a trabalhar aqui como comandante do PEF.

A: *Tá* certo, eu sou primeiro-tenente do Exército, arma de Infantaria, acredito como todos os tenentes ou capitães, comandantes dos Pelotões especiais de fronteira, formados na AMAN, em Resende. Então me formei no ano de 2009, então me formei no ano de 2009 em Resende, e aí naturalmente, com a progressividade fui transferido para minha primeira unidade, em São Vicente, SP. 2º BIA, segundo batalhão de infantaria aérea. E prevalecei lá por quatro anos. Fui comandante de pelotão, na primeira companhia, lá, (não ficou claro) no batalhão, e no ano seguinte, eu já fui, assim, pela movimentação interna, na verdade não fui movimentado, fui transferido, para ser instrutor de GPOR. Então fui instrutor de GPOR por três anos, GPOR é o Grupo Preparatório de Oficiais da Reserva. Então fui instrutor para formar outros oficiais, só que os principais são aqueles R-2, como chamamos, que são os temporários. No Exército, tem aqueles de carreira, que são estabilizados, e tem os temporários, que é o contrário, por tempo certo. Todos os comandantes nesse caso são, são, geralmente são oficiais de carreira e a maioria, que são subcomandantes, são oficiais temporários, formados em GPOR. Permaneci lá de 2010 até o ano passado, 2013, por quatro anos, desempenhando essa função de instrutor, primeiro ano comandante de pelotão. E aí, pedi como todo militar faz para ser movimentado para uma missão (inaudível), que dentro das opções, na minha primeira opção era para ser

movimentado para Boa Vista (RR). Na verdade, você pede sua movimentação para Boa Vista. Não para o pelotão. E aí fui atendido, ainda bem era minha primeira opção, que era essa, aí fui movimentado para Boavista. Aí fui movimentado de São Vicente para cá. Chegando em Boa Vista, antes de vir para cá eu já tive a experiência de comandar um pelotão. Não sabia qual iria comandar, não é voluntário para comandar um pelotão. Então fui voluntário para comandar algum! [interrupção] Aí fui voluntário para comandar um pelotão e fui designado para comandar aqui em Normandia. Foi janeiro desse ano (2014), faz oito meses que estou aqui. Eu cheguei no dia 16-17 de janeiro, passei só duas semanas em Boa Vista, e aí já fui designado para comandar o 2º PEF aqui em Normandia, e aí já desci *pra* cá direto. Não cheguei a fixar residência em Boa Vista, nem conheço a cidade muito bem. Conheço mais Normandia que Boa Vista. Vim para cá e trouxe minha esposa. Então vi para cá, trouxe minha esposa, sou casado. Não tenho filhos, então minha esposa está morando aqui comigo no PEF. Fiz alguns cursos, na cadeira, no Sudeste, fiz o Curso Básico Pqd do Exército, sou paraquedista também. Fiz curso de Proteção de Autoridades, lá na Polícia do Exército, tenho Curso de Garantia da Lei e da Ordem, e alguns estágios classificatórios, antes de vir para cá. Desde que cheguei no PEF não tive oportunidade de fazer mais nenhum pois tenho que ficar aqui, a prioridade é ficar no PEF. Mas esses dois estágios eu tive a oportunidade de fazer antes de vir para Roraima. Resumido é isso aí, acho...

M: Tenho uma pergunta, por que essa escolha para Boa Vista? Foi na AMAN que você decidiu isso? Foi depois?

A: Foi depois! Porque fiquei muito tempo no cotidiano, lá no Sudeste, em SP, e as formas como no Exército se trabalha, pelo menos no Norte do Brasil, para a região amazônica é bastante diferente da forma que se trabalha, que no Sudeste, no sul do Brasil. O cotidiano é totalmente diferente! Você que é lá do RJ você deve ter percebido isso...

M: Sim, sim...

A: É outro país! Para cima é uma relação para baixo é outra coisa! Eu já conhecia mais ou menos porque sou paraense, não sou natural de São Paulo, sou natural de Belém do Pará. Então eu conheço o estado do Pará e conheço a região Amazônica.

M: Sua mulher também é?

A: Minha esposa é paulista. De São José dos Campos, interior de SP. Ela não conhecia nada, ela tomou um choque! Mas eu já conhecia mais ou menos. Sabia o que me esperava, nessa região. E assim eu tive essa vontade, vamos dizer, de novas experiências. Uma experiência nova no âmbito profissional. E é uma experiência única, né, de ser comandante de PEF, como tenente no âmbito do Exército, ser tenente moderno, ainda tem muitos degraus na carreira, para ter autonomia, para comandar homens, na sua própria iniciativa, e nesse estágio, que eu estou na carreira, acho que é a única oportunidade de comandar assim, só um PEF. Então achei interessante vir para Amazônia para passar por essa experiência, né, e dentro das diversas opções que eu tinha para vir para a Amazônia, várias opções, diversas unidades, Rio Branco era uma delas também, Boa Vista era uma ótima opção, então botei como minha primeira opção, por que..

M: Porque você acha que era uma ótima opção?

A: Porque os PEF aqui têm uma estrutura melhor! E eu trouxe a minha esposa.

M: Você conhecia outros PEF?

A: Conhecia por intercâmbio. Não pessoalmente, não conhecia nenhum PEF pessoalmente, (não claro). Não conhecia esse PEF antes de vir para cá. Mas aí a gente se forma, na AMAN, minha turma de infantaria tem 137 oficiais. Então estão todos espalhados para o Brasil. A gente mantém o contato telefônico, e-mail, Internet, essas coisas, e aí tem vários, camaradas espalhados por outros PEF por aí, estão espalhados pelo Brasil inteiro. Aí, a gente faz intercâmbio de informação. A gente busca por um, por outro, as informações, e aí pela troca de informação eu sabia que os melhores PEF do Brasil, de certa forma, em termos de estrutura para a família, para o militar não faz tanta diferença, mas para a família, que fornece, vamos dizer de certa forma um conforto maior, ou um desconforto menor, são os PEF da região de Boa Vista e do Acre, digamos. Os outros PEF são um pouco mais isolados, né, o deslocamento é mais difícil, principalmente essa questão de acesso, para os familiares, aí é bem complicado. Então como a minha esposa era do interior de SP, não tinha noção de nada, nunca saiu daquele negócio, nunca ficou sem Internet, telefone que pega na estrada, essas coisas, aí não queria dar um choque tão grande assim, que já foi um choque legal. Aí resolvi escolher Boa Vista por conta disso.

M: Você tem quantos anos?

A: 28. 28 anos.

M: E outra coisa, você vai ficar aqui até quando?

A: A princípio no PEF não tenho ideia até quando fico. Todo militar que vem para o PEF ele não sabe exatamente quanto tempo ele vai ficar, então, tem uma estimativa, eu posso ser remanejado, deslocado desse PEF para outro PEF. Ou para a própria sede em Boa Vista, como comandante de Batalhão acho interessante.

M: Mas nunca fora do Batalhão?

A: Nunca fora do Batalhão! A movimentação para outra região do país, a cada dois anos. Então eu tenho que ficar na região de Boa Vista pelo menos dois anos! Cheguei esse ano, vou ficar até o final do ano que vem (final de 2016).

M: Está pensando voltando para o Pará, ou para SP?

A: Não sei cara, estou pensando sair daqui e pedir outra guarnição na Amazônia. Porque eu tenho essa possibilidade aí. Pedir outra guarnição na Amazônia, pode ser cidade, pode ser outra cidade no interior da Amazônia, mas a minha esposa absorveu bem a ideia, de vir para cá e se adaptou bem, tá se adaptando ainda, mas falei para ela que tinha intenção de ficar mais dois anos na região Amazônica, antes de descer para baixo, voltar para o sudeste, por questões familiares, porque os nossos pais moram por lá, possibilidade para a família, ela topou a ideia, pretendo sair daqui para outra cidade da Amazônia. Não sei o certo, vou definir para o fim do ano, ver isso, na verdade para sair só em 2016. Eu peço em 2015 para sair em 2016.

M: Você tem alguma carreira, você quer subir, a sua carreira, assim, a sua trajetória aqui na Amazônia, faz parte de um plano de carreira seu? Para depois subir para Major, Coronel, essas coisas?

A: Vou te falar camarada, que tem diversos oficiais que saem da Academia com aquele plano, porque não sei se alguém já deve ter comentado contigo, ou antes, de conversar com os oficiais, mas não sei se você já entendeu mais ou menos, nosso plano. Até para promoção para Capitão não faz diferença. Se o camarada tem pontuação ou não, mérito ou não. Faz diferença de major em diante. Eu vim para cá *pro* PEF para cumprir minha função de instrutor, no PEF, tem esse aspecto bastante, não necessariamente para essa coisa de promoção, mas é lógico que não faz mal a ninguém. Não faz mal a ninguém dar

uns degraus na carreira. Mas eu não vim para cá pensando no aspecto profissional, no sentir de galgar os degraus mais rápido da carreira, mas sim no sentido de experiência.

M: Perguntei isso porque na época que fiquei lá em Rio Branco, na hora da entrevista, de maneira aleatória, chegou um cadete, lá da AMAN, aí ele sentou na mesa e aproveitei para fazer algumas perguntas. Eu podia né, é claro que ele, diante do oficial, o tenente, é, a ideia que foi passada, que antigamente o pessoal não valorizava a Amazônia, até porque não tinha muita estrutura e tal, não tinha um interesse grande. Agora parece que na AMAN.

A: Tá tendo uma valorização maior dos pelotões...

M: Isso, para os jovens agora.

A: Inclusive agora, ter conversado com eles, porque eu já fui cadete faz seis anos, a visão que eu tinha quando era cadete é bem diferente, que o cadete que está na AMAN agora. Mas tem um aspecto benéfico para a carreira, que não tinha quando era cadete, não existia, foi coisa do ano passado. Agora o cara que é comandante do Pelotão especial de Fronteira, igual eu, tenente ou capitão, nós ganhamos pontuação da notificação do mérito, o Exército tem uma espécie de classificação entres os oficiais. Então quando o camarada comanda o PEF, ele tem a possibilidade de passar um ou dois camaradas para ser promovido de capitão para major. E assim sucessivamente. Então é bom para a carreira. Quando eu era cadete não tinha essa visão porque não existia isso aí. Isso é uma coisa que o Comando do Exército criou para ter mais uma ferramenta para motivar. Porque se não tiver muitas ferramentas o militar a vir, é complicado. Eu tenho aqui sargentos com noivas, filhas, dois sargentos com dois filhos, dois filhos pequenos, aí você imagina um sargento com um filho de dois anos de idade, que precisa de escola, que precisa de médico, e as vezes os jovens de hoje em dia aspiram em coisa diferente, Internet, etc. e vem para cá para Normandia. Como é que fica a família desse camarada? É complicado.

M: Aqui tem escola até o ensino médio?

A: até o ensino médio.

M: Depois tem que se mudar para cursar

A: Tem uma escola de ensino médio, para o Estado.

M: Na entrada...

A: Fica na entrada da cidade.

M: É Universidade Aberta do Brasil, mas não tem curso superior?

A: Tem curso superior à distância. é só o que tem aqui. Aqui tem a UAB, são poucos cursos e acontece à distância. Agora nível superior, se o pessoal quiser tem que ir para Boa Vista.

M: Pelo menos é um esforço do governo federal

A: Mas a ação do Estado, nessa região do país é bastante, porque tu vem aqui só de visita, mas a gente que mora aqui é complicado, muito deficiente, para a assistência às pessoas, aqui,

M: Eu tive a sorte de ficar em Boa Vista, na casa de um amigo, que virou amigo, que é professor da Universidade Federal de Roraima, ele é historiador, então ele conhece muito bem a Universidade, a cidade, algumas pessoas importantes e me explicou. Ele conhece bem ele é de lá, e realmente, a parte política, principalmente, ainda trava muito a questão do desenvolvimento.

A: Acho que não é o teu foco da entrevista abordar isso, mas, é complicado.

M: Sim

A: Tem os problemas com os familiares. Aí esse problema do ponto de vista profissional, tem esse problema de estrutura *pra* cá. Eu não vim para cá com essa visão de pontuar ou ser favorecido por isso aí, para subir mais rápido na carreira. Até que *pra* mim, dado a minha posição, não faz tanta diferença assim, mas é mais pela questão profissional, da experiência, e os camaradas da minha turma, que passaram alguns anos na Amazônia, depois voltam e ficam mais tempo. A gente passa por certas experiências aqui, por ficar isolado, pelo acesso ser difícil, por ter que participar de operações na fronteira, eu nunca seria capaz de fazer isso trabalhando em São Paulo, e a gente adquiriu uma experiência profissional diferente. De quem ficou a vida inteira só lá pra baixo. Para o militar é diferente. Para o camarada discutir outra carreira, realmente talvez não adicione, o cara que vem *pra* cá, mas para o militar, adicione muito, vir pra cá. A gente realmente tem contato com a fronteira dos outros países, Venezuela, da Guyana, é diferente. é muito enriquecedor, profissionalmente, para o sargento ou o oficial de carreira principalmente.

M: Você tem como apresentar o pelotão assim mais ou menos? Soldados, oficiais...

A: Vamos lá: aqui temos, sou eu, o Comandante do PEF, tem o 1º Tenente Ramires, que é o subcomandante, isso é a estrutura básica de todos os PEF, né? Tem um tenente Dentista e um Tenente Médico. Aí tenho mais 09 sargentos, divididos em diversas funções. Meu adjunto que é responsável pelo Comando, tem dois sargentos de saúde, que são auxiliares do Médico. Quando tem missões de patrulhamento têm o pessoal de saúde também, para garantir a integridade física dos próprios militares. Tem sargento responsável pela parte administrativa, e tem sargentos responsáveis do grupo, que são aquele mais voltados para a atividade fim, que ficam mais no contato com a tropa dos soldados. Eu tenho um efetivo em torno de 35 soldados.

M: 35?

A: Isso, 35 cabos e soldados. No PEF. Então aqui temos 57 homens. No total. De militares, depois tem as famílias, 57 homens, isso é o efetivo que a gente trabalha no PEF.

M: Eu vi que vocês têm uma pista, de pissaro,

A: Sim, temos aqui no PEF, isso é a base de todo PEF. Ter uma pista de pouso. Tá em condições regulares, precisando de uma reforma, mas pouso aeronaves sem problemas, tem a nossa guarda do PEF, que faz a segurança do PEF, mesmo nos dias que não tem expediente, para todos os militares aqui, tem a guarnição do PEF. Aí tem uma frente nossa com as nossas vilas, com as casas aqui na frente,

M: Atravessei na frente.

A: Depois a gente dá uma andada, te mostro. Aí aqui é a vila, mora os oficiais sargentos, e temos os cabos soldados que moram aqui no PEF. Existem diversos cabos/soldados que são da região aqui, aí tem familiares na cidade, vários são indígenas, então tem familiares em comunidades próximas, mas temos alguns soldados que não tem nenhum familiar ou militar aqui. A família é de Boa Vista ou de outro município de Roraima, eles moram aqui. Temos um alojamento aqui, mais ou menos isso aí.

M: Desculpa perguntar de novo, então a estrutura essa é satisfatória?

A: É! Em termos de efetivo, sem dificuldade.

M: Mas em termos de equipamento?

A: Nós temos as nossas dificuldades! Temos nossas dificuldades.

M: Vocês têm quantas viaturas aqui?

A: No momento estamos só com uma ambulância, porque a viatura tá em Boa Vista na manutenção. Que deu problema. Aí deve estar voltando. Mas tenho umas coisas que poderiam melhorar, mas em termos de instalação, e aquilo que precisamos para trabalhar, estamos bem supridos. Armamento, munições, para a gente realizar nossas missões, o nosso maior problema atualmente é nossa viatura.

M: Vocês têm algum tipo de lancha? De barco, de navio? Ou não precisam porque é uma fronteira seca?

A: A maior parte da nossa fronteira é seca. Não é seca, vamos dizer, a maior parte da nossa área de responsabilidade é entre a Guiana e a Venezuela é o rio Tacutu (inaudível) mas ele é atravessável por vários pontos. Ele não é um rio profundo, em diversas áreas ele é fácil de se atravessar. Então quando nós precisamos fazer o patrulhamento de fronteira, e nós devemos fazer um de novo nas próximas semanas, a gente recebe da sede. Então por exemplo, vou fazer um patrulhamento fluvial no rio. A gente peça à sede as embarcações, e a gente começa a fazer.

M: Vocês fazem pelo rio ou pela estrada?

A: Pelo rio! E às vezes a gente faz pela estrada também. Depende do objetivo também. Embarcações aqui no PEF nós não temos. Mas não chega a ser prejudicial, porque quando precisamos ela desce de Boa Vista *pra* cá, a estrada apesar de ser ruim ela tem uma facilidade, e aí a gente consegue cumprir nossa missão assim.

M: Eu conversei ontem com o Tenente A. e ele falou que na verdade a implantação do PEF, ele foi justificado pela presença como objetivo, claro, em função da Guiana. Você sabe me dizer por que o Exército implantou aqui um PEF?

A: Aqui em Normandia? Porque os dois principais focos, (inaudível) os principais pontos de travessia, onde concentrou a força dos rebeldes, era em Bonfim, na região próxima de Bonfim e o outro fica mais ou menos ao sudeste da nossa posição. Aqui é a retaguarda, mas não é muito longe não. Em linha reta, coisa de 4 km, mais ou menos aqui na fronteira com a Guiana. Então havia uma movimentação, nessa região por aqui também. De travessia, não de travessia para o lado brasileiro, mas de movimentação dessa região. Aí

o Exército, como função estratégica achou interessante fixar aqui um efetivo para patrulhar, que se transformou e ficou um pelotão depois por causa dessa movimentação também dessa região. Pela mesma razão aqui.

M: Em 1969,1970 ou 1971. Aqui foi nos dois né?

A: O nosso aqui (o PEF) é de 09 de março de 1969.

M: 1969!

A: Isso, 09 de março de 1969, é tudo nessa época. A maioria dos PEF, principalmente o 1º e o 3º de Pacaraima, foram colocados porque havia uma movimentação dos rebeldes perto da fronteira. Havia (inaudível) nessa região de fronteira, por aqui *pra* trás, do lado da Guiana e do lado do Brasil. Parece que tem muito mato, mas é bem próximo. Se você sair andando, numa caminhada você bate do outro lado do rio e você está na Guiana. Mas é mais ou menos por causa disso aí.

M: Ao nível da missão, do dia a dia do PEF, na missão geral e na missão específica, qual é o contexto, vocês têm o patrulhamento? Vocês têm alguns objetivos? Depende da missão?

A: é assim, nós temos os (inaudível) de fronteira, que são visitados esporadicamente, o quê que acontece? Os reconhecimentos de fronteira, a gente percorre a linha de fronteira do Brasil com a Guiana principalmente, aqui, e visitamos comunidades indígenas. Porque a gente visita as comunidades indígenas? Não é que nós tenhamos algum problema com as comunidades indígenas, muito pelo contrário, inclusive a relação do PEF com todas as outras comunidades da região é muito boa. A gente é bem recebida e vice-versa, a gente recebe bem eles. Mas é porque elas são um “termômetro” de certa forma. Principalmente, várias delas que ficam bem na faixa de fronteira. Então a gente sabe, quando a gente visita as comunidades indígenas, a gente percebe se têm movimentação frequente ou passagens de guianenses do lado brasileiro e vice-versa. E o quê que eles estão fazendo. A maior parte aqui é para prevenir ilícitos. Tráfico de drogas, ou... Não que cheguemos a ter esse tipo de problema, num passado próximo, mas ou que seja, transporte de armas e por aí vai. Há uma pouca frequência de ilícitos. Então quando a gente visita as comunidades indígenas, a gente tem um termômetro bacana desse tipo de atividades, e aí, a gente patrulha fronteira no sentido de vigiar, você vai, vê a movimentação, vê se tem ponto de travessia nos principais locais do rio, e parece fácil, mas não é...

M: Imagino!

A: é uma área enorme!

M: Parece fácil não!

A: Para o nosso efetivo... O nosso efetivo é satisfatório, mas é uma área muito grande! É um problema acho, de maneira geral, a faixa de fronteira é muito grande, o nosso efetivo precisaria ser muito maior. Não é um problema especificamente do PEF. É no sentido de levantar informe. De observação, então a gente passa nas comunidades ribeirinhas, ribeirinhas aqui nem tanto, mas para fazer essa viagem, tem guianense atravessando? O quê que ele está atravessando? A gente descobre muita coisa andando, olhando e bate papo com os caras, são nossas atividades periódicas, e a gente tem essas operações maiores conforme vem a ordem da sede. O comandante da Brigada e o comandante do Batalhão fazem o planejamento, e mandem *pra* gente, e aí, para uma semana ou duas semanas, ou por um mês, a gente intensifica. As vezes a gente faz um patrulhamento incomum, a gente fecha as estradas, sob o rio, desce o rio, sob o rio, e assim com a intenção de fazer a nossa função!

M: De presença...

A: Isso de presença! E se encontrar alguma coisa a intenção de bloquear a travessia de ilícitos, e assim por diante. Isso, a gente faz com frequência. Além da sobrevivência normal do PEF, que é nossa atividade normal.

M: Qual foi a última grande operação que vocês fizeram?

A: A última grande foi a Ágata! Durante um mês foi a Ágata.

M: Houve algumas apreensões específicas?

A: Nós não chegamos a ter apreensões aqui. Na verdade, a gente bloqueou um pessoal e aí, não conseguimos pegar. Mas a gente não chegou a ter apreensões na área.

M: Até porque diferente de Bonfim, não tem Lethem, não tem uma cidade...

A: Isso!

M: Ou Pacaraima...

A: Aqui o cotidiano do PEF de Normandia é bastante diferente de Bonfim nesse sentido. Bonfim tem um trânsito muito maior, de pessoas e de meios de transporte. Até porque em Normandia o acesso é difícil. O acesso é difícil. Então o contrabandista passa pouco por aqui. Difícil de passar aqui porque dá muito trabalho para ele passar aqui. Daí é menor, das coisas que passam por aqui. A última apreensão que a gente teve foi um pouco antes da Ágata! A gente foi ajudando a PM de Normandia, na verdade a apreensão foi feita pela PM. Mas também não era nada demais, era contrabando, de roupa e combustível! Que estava vindo da Guiana, um caminhão, pediram a nossa ajuda e a gente esperava para eles passarem e nós fizemos a abordagem e a PM apreendeu. A gente só apoiou.

M: Você acha que isso faz parte da Estratégia Nacional de Fronteira? Esse tipo de trabalho interagência? Vocês costumam trabalhar cada vez mais com outros (PM, PF?)

A: O tempo todo, aqui é normal. Aqui a PM faz as coisas dela e vice-versa? Às vezes a gente está fazendo uma operação (inaudível) ou não, a gente tá consultando o outro. Trocando informações.

M: Você diria que é mensal? A frequência?

A: Esporadicamente. É sempre esporadicamente. Não tem muito dia marcado, pelo menos uma vez por mês eu estou trocando informações com os oficiais da área.

M: Eles não te procuram?

A: Isso, não tem todo mês tem um encontro,

M: Só uma pergunta, com a Polícia Federal vocês têm um contato?

A: Aqui em Normandia só tem PM e Civil. E assim com efetivo bastante reduzido.

M: São duas viaturas que eu vi.

A: Olha acho que os PM aqui eles têm uma viatura só e umas três ou quatro motos. E a civil só tem uma viatura.

M: Sabe me dizer mais ou menos os efetivos?

A: A sede, estou até tentando lembrar de cabeça. A sede tem por volta de 3.000, e o município na totalidade está chegando a nove (9.000). Porque o município é...

M: Enorme!

A: Mais ou menos toda a zona rural.

M: Mas tem uma concentração, ou está todo espalhado?

A: A população indígena aqui está batendo mais ou menos 1000 habitantes. Não é Raposa Serra do Sol, porque Reserva Raposa Serra do Sol é a reserva, tem a comunidade indígena da Raposa. É como se fosse uma outra Normandia. É do outro lado, tem mais de 1000 habitantes, lá. Na última vez que nós fomos lá, acho que o tuxaua (chefe indígena) passou a informação de 1100 alguma coisa. Isso já faz um tempo, já deve ter mais! Vai tendo gente, então o município deve bater em torno de 9 mil habitantes, no município todo.

M: É bastante...

A: É bastante e todo espalhado.

M: Os acessos são em bom estado?

A: Às vezes faz falta. (reformular)

M: Até quase não existia, o asfalto. Em Bonfim a mesma coisa. Assim, a informação que eu tinha, antes de viajar, então por isso que é interessante é que tinha asfalto até? E depois quando fui checar pelo “Google Map”.

A: Tu vê no Google, BR-478, não é uma BR!

M: é a mesma coisa do acesso, eu tinha um interesse muito grande, antes de viajar para Pacaraima, inclusive, de fazer uma pesquisa lá em Santa Elena, do lado venezuelano, tinha que ir em Uiramutã. Só que o acesso para lá é quase impossível.

A: Nossa, para lá...

M: Quase um dia para chegar lá!

A: A gente precisa de um dia para chegar em Uiramutã, pela estrada, o comandante dificilmente eles iriam pela estrada

M: A estrada é muito caótica... no meio da reserva,

A: Isso, o PEF de Uiramutã está dentro da reserva. Tem duas ou três comunidades que estão bem próximas da gente, como 500 metros do PEF.

M: Você chegou a conhecer?

A: Nunca fui a Iuramutã, eu não tive essa oportunidade, até cheguei em Boa Vista tem pouco tempo. E desde que vim *pra* cá eu não saí mais daqui. O comandante do PEF ele têm que estar no PEF. Ele não pode estar em outro lugar. Está sempre no PEF. Quando eu não estou no PEF é porque estou em missão, tou por aqui, mas em geral estou pelo PEF. Mas o acesso para Uiramutã é bem difícil. Tem alguém que serviu por lá mais de um ano, no PEF de Uiramutã. A estrada deles é de pisara, não igual a nossa. Só que acho que é de pisara uns 350 km. Enquanto aqui são só 80. E se a nossa não está em muito bom estado lá é bem pior. E para chegar em Uiramutã fica na serra, a serra que divide o Brasil com a Venezuela. Lá é fronteira com a Venezuela. Aí você imagina uma estrada de pisara, com buracos e trechos de serra.

M: Na chuva, melhor esquecer.

A: É intrafegável, tem gente que serviu lá que estava descendo para curtir a folga dele. Ele demorou dois dias para chegar em Boa Vista e dormiu na estrada. Porque começou a chover, o carro quebrou, não tinha como andar, não tem socorro, não tem nada, você fica esperando o próximo passar, para te ajudar, passaram a noite na estrada, o pessoal todo na van, sendo que ele estava com a esposa, ele não tinha filhos ainda. Teve uma filhinha agora, porque precisava fazer. Até amanhecer apareceu um socorro, que trocou o pneu do cara, que tinha quebrado que tinha furado, e com o step eles conseguiram chegar em Boa Vista.

M: Não tinha o step? Desceu sem o step?

A: Ahh, tu veio como pra cá pra Normandia ?

M: Ahh...

A: Não foi de viatura né?

M: Foi pelo transporte da cidade.

A: Porque a viatura não pode ficar voltando e indo, voltando e indo para levar os militares. Aí a viatura fica no PEF e não tenho o que fazer. Para fazer um patrulhamento. E assim

por diante, para Uiramutã. O transporta aqui é precário, o transporte aqui é precário. Tu foi para Pacaraima como? De ônibus?

M: Não, eu fui de Bonfim até o centro de ônibus, daí esperava outro ônibus, só que demorava três horas, e aí apareceu um táxi de lotação para Normandia e peguei ele.

A: É tipo esses daí que fazem para Uiramutã.

M: Não tem muita opção, quer dizer...

A: Realmente não tem opção.

M: Você acha que seria possível, com o pessoal da Engenharia de melhorar esse acesso?

A: Seria possível, eles fazem isso aí. Eles fazem, aqui é porque o trecho do Centro pra cá, que tu veio, tu não encontra nenhuma ponte.

M: Atravessei uma ponte.

A: Aquela ponte já está caindo, inclusive... Ela acabou de ser consertada. O conserto dela é uma coisa de três meses.

M: Já foi consertada?

A: Não! É que ela já estava caindo! Aí taparam aquele pedaço que estava caindo e fizeram uma gambiarra e tá caindo de novo, se tá caindo a gente fica ilhado, não tem como sair de Normandia. Mas por exemplo, todas as estradas que permeiam a região, as comunidades, como te falei, tem que ter noção que tem 2000 pessoas na área. 2 mil e pouco aqui em Normandia, mas tem 9000 no município, tu acha que esse camarada que mora na Raposa ele compra arroz e feijão para comer onde? Aqui! Ele tem que vir de lá pra cá! De alguma forma, de caminhão, de carro, sei lá o que for. E aí, tem igarapé, de diversos trechos aqui, são os ramais de Irauê e Tatupu? Todos esses trechos têm pontes. Se não tiver essas pontes, o último reconhecimento que fiz para bater nesse ponto aqui, eu passei mais de 20 pontes de madeira. Quem você acha que faz a manutenção de todas essas pontes? É a engenharia do Exército, porque se tu esperar o governo do Estado, mandar o maquinário. Eles mandam sim, mas não supre a demanda. Não sei qual é o problema, é problema deles. É a engenharia do Exército que faz. Tem efetivos destacados do BEC (Batalhão de Engenharia e Construção) só para fazer manutenção de pontes, em todo esse trecho, Normandia, Uiramutã, interior de Bonfim, Uiramutã só se chega em

diversos pontos porque a Engenharia do Exército em colocar e tirar e botar de novo todos as pontes que caíam. Porque senão não tinha como chegar. Só chega lá, mal porque o BEC mantém lá essas pontes. Mas também o BEC não tem uma estrutura, não dispõe de tantos homens e tantos maquinários assim para refazer as estradas, nem o orçamento, teoricamente existe todo um setor do governo do Estado para fazer isso aí... Quando o Exército faz uma obra do vulto disso aí, igual o que aconteceu no Nordeste, tem que tocar as parcerias, com o Governo Federal, aí o governo federal chama o Exército, como se fosse uma empreiteira, tem todo um tramite aqui que não vêm ao caso. Mas se boa parte dessas estradas ainda estão transitáveis, se você chega ainda em várias localidades que você não chegaria, o BEC está sempre trabalhando. A gente trabalho muito com em Boa Vista com o BEC. Batalhão de Engenharia. Senão não chegava a nada! Chegava a nada!

M: Você está ciente do Programa, chamado Programa Amazônia Protegida? Que foi lançado em 2010? Parte da Estratégia Nacional de Defesa.

A: Mais ou menos...

M: Você recebeu algumas informações?

A: Antes de vir *pra* cá eu não recebi nenhuma, vamos dizer assim, instrução especificamente em relação ao Programa. Eu tive que aprender na prática. O que o PEF precisa fazer e o que posso fazer.

M: É que bom, só para ter uma ideia, em 2009-2010, a ideia era de duplicar (dobrar) quase o número de PEF, passar de 28 para 51...

A: O número de PEF?

M: O número de PEF!

A: E o efetivo, conseqüentemente...

M: Exatamente, e modernizar aqueles existentes. Na primeira fase. Primeira fase a gente cria e o orçamento era, na época, estimado a um bilhão de reais.

A: Rapaz, esse âmbito aí, tem que conversar com um cara muito acima

M: Sim, eu sei, eu vou falar com o Major, conheci o Major Bulcão.

A: Isso tem que conversar com um cara muito acima!

M: Mas a pesquisa, o quê que acontece: o major, ele tem as tarefas dele, mas às vezes tem uma visão diferente, que é interessante, mas para vocês também, eu passo essa informação que custa nada, mas sei que quando fui para o 7º BIS, fui recebido pelo Ten. Col. Mercês, ele já explicou que recebeu a informação pelo CMA que, passaram para ele que não tinha condições, nem era objetivo, porque se você aumentasse, você teria que tirar os recursos de algum lugar.

A: Recursos que nós não temos. Eu estou na ponta da linha. Como tu falou, a questão do ponto de vista. Meu ponto de vista é o ponto de vista do trabalhador que está na ponta da linha. Aqui na fronteira, aqui do lado. O ponto de vista do general que está lá em Brasília, que é quem bolou esse programa ele com outras pessoas, no Ministério da Defesa, o Ministro da Defesa, é um ponto de vista totalmente diferente do meu. O ponto de vista que eu tenho, com certeza muito mais limitado, apesar de eu ver in loco o que acontece, mas muito limitado, em relação ao que podemos observar,

M: Do conjunto...

A: Isso! O que der para observar, o camarada vai precisar de muito mais recursos, mas muito mais para a gente poder implantar no mínimo, vamos dizer, o Comando de Fronteira do 7º BIS tem 06 PEF aqui em Boa Vista. Para ele manter em funcionamento os seis pelotões já é difícil, eu não falo em termos humanos, em termos humanos também, também em termos humanos, mas o problema maior disparado é a logística. A logística é muito difícil. Não sei se você vai ter a oportunidade de conhecer, porque é difícil ir de aeronave, mas se você tivesse a oportunidade de visitar o 4º e 5º PEF, de Surucucu e Auaris, ô aí tu vai ver como é a dificuldade de chegar lá. Se eu tenho dificuldade para ir até do nada, eu tenho até que, falta energia para vir uma peça de Boa Vista, a gente fica o dia no escuro. Entendeu, é ruim e tal, mas imagina o cara que está lá em Surucucu, depois falta a aeronave, a aeronave só vem depois de uma semana, porque depende da Aeronáutica porque a Aeronáutica tem outro plano. Então é extremamente, eu na ponta da linha, eu já acho extremamente difícil, os tenentes o Major Bulcão, sem dormir uma semana inteira, em termos de logística já é muito difícil, par o CEF do 7º BIS manter os seis PEF, para ter mais um ou dois tinha que dobrar o efetivo do BIS, tinha que mandar o dobro dos recursos que o BIS recebe, em termos de dinheiro para fazer comprar, pedir alimentação, tem que chegar alimentação, tem que chegar combustível, tem que chegar viatura, tem que chegar gente como é que você consegue fazer essas pessoas, esses locais

(inaudível). Tem que fazer um jeito dessas coisas chegarem aqui! Absolutamente não vejo condições, aí eu vejo o camarada aí em Brasília, com todo o respeito, declarar, como eu estou falando: a gente tem que ver a maneira com a gente enxerga, aí lança o Programa, é bacana, mas para implementar na prática, falta muito ainda! Eu acho que falta muito.

M: Na verdade eu coloquei essa pergunta, cada vez que eu fiz a entrevista porque houve uma evolução. Por exemplo, no ano passado, lá no Acre, eles me falaram: « olha pode acontecer, a gente vai ver...» agora já mudou a informação. Isso é interessante.

A: A informação que vai acontecer?

M: Não! Que não vai acontecer, ou se for acontecer, vai ser lá *pra* frente. Mas porque eu coloquei essa questão? Na verdade, as FFAA participam, todos elas de um megaprojeto, FX-2, PROSUB e o PAP e o COBRA. O FX-2 também está muito enrolado, mas parece que já vai sair, o PROSUB, já fui visitar o projeto e ver o que é mesmo, o PROSUB. É uma coisa impressionante, o projeto que eles conseguiram, de construção de submarinos, de propulsão nuclear. Já está no estado bem avançada. Inclusive a parceria, já está com a iniciativa privada, isso que mostra que tem dentro da organização do Ministério, algumas diferenças. Não de tratamento, mas são projetos que estão mais na frente.

A: Há uma diferença...

M: E outra, o Exército brasileiro é uma força, em termos de população, em termos de efetivo, bem maior que a FAB e a MB. Mas é interessante, eu acho importante, se você analisar a questão do discurso, tem que estar ciente também disso, não adiante ...

A: É aquilo que te falei, nós os militares, a gente tem um raciocínio diferente de certa forma diferente, não necessariamente é certo, mas diferente do raciocínio que você tem. O civil, você é livre de entrar em assuntos, e fuxar coisas que não são teoricamente coisas do seu alçar. Não é que eu não seja livre para fazer isso aí, o militar naturalmente ele tem a hierarquia e a disciplina, e então ele não entre em assuntos, ele não interfere em coisas que não são do seu patamar hierárquico. No meu patamar de tenente, eu estou muito longe disso aí. Disso que te falei, da estratosfera. E muito longe disso aí, dou minha simples opinião, não tenho nem pretensão nenhuma de interferir, mas poxa na minha simples opinião cara, o Exército, dentro das três forças, o Exército, na minha opinião de leigo, eu não trabalho com isso, faltam uns 20 anos para chegar nesse âmbito, em termos de carreira, o nosso orçamento ele é bem próximo, em termos de recursos, do que a Marinha

e a Aeronáutica recebe. O nosso efetivo é... O efetivo da Aeronáutica é... não sei qual é o efetivo da Aeronáutica, mas o Exército deve ser no mínimo três vezes maior. No mínimo. Nós temos soldados espalhados pelo Brasil inteiro.

M: É 55 mil, 75 mil e 200 mil.

A: Isso, o Exército *tá* pouco de 190 mil. E nosso orçamento é mais ou menos semelhante. Para fazer muito mais coisas. Então nós temos um orçamento semelhante para fazer muito mais coisas. Isso é minha visão bem na ponta da linha. E até conversando com outros tenentes, da Aeronáutica, ou da Marinha, né, seja da Armada ou não. Eles têm muito mais recursos para gerir aquelas coisas. Então nós temos basicamente os mesmos recursos para gerir muito mais coisas. É muito mais amplo, então para você ver quando tem projetos de pesquisa, no âmbito de pesquisa e desenvolvimento da aeronáutica, e da Marinha, dos 20 bilhões e poucos e você chega no Exército, é que o Exército teve que tirar o dinheiro da Pesquisa e Desenvolvimento, para chegar no PEF. Por exemplo, quantos PEF o EB têm? Quantas bases a FAB tem? Entendeu? Minha visão de ponta da linha...

M: Não, é claro, mas é interessante... Esse trabalho de pesquisa, ele vai servir, do meu ponto de vista, para também refrescar um pouco a visão dos civis que cada vez mais vão ter, o peso civil vai aumentar, nas FFAA...

A: Aumenta cada vez mais,

M: É mesmo?

A: É, quando o regime militar acabou o primeiro ministro da Defesa acabou de ser ministro do Exército, e da Aeronáutica e da Marinha é civil, o ministro da Defesa é civil, meu chefe é civil. Como é que uma tripulação civil vai gerir o meu cotidiano militar? Meu chefe é civil... Ele vai trazer outros pontos de vista, claro. É natural, natural.

M: E depende também de quem paga o governo federal, e claro é sempre bem complicado. Mas é ideia é essa justamente, qual visão? O ideal seria manter aquilo. Você não perder em qualidade.

A: Exatamente.

M: E dar continuidade, acho que para o EB seria a opção mais viável.

A: Eu acho que antes de implantar novos PEF, e aumentar a presença na fronteira, nós temos que cuidar bem daquilo que já temos. Principalmente a partir da experiência que eu tenho aqui de Roraima, o Comando de Fronteira do 7º BIS, de 06 meses *pra cá* eu vejo pelo menos aqui a gestão da nossa brigada, o Gen. Joaquim, o Gen. Mansur, os PEF vêm melhorando, na medida do possível. Dentro das dificuldades que temos, que são diversas. Se eu tenho uma dificuldade o coronel ele tem muito mais dificuldades para fazer as coisas chegarem para mim. Mas na medida do possível, as nossas instalações, e as (inaudível) dos soldados vem melhorando. Não a passos largos, mas vem melhorando. Eu não experimentei, em nenhum momento aqui uma pior. Na nossa capacidade de monitorar a fronteira, para fazer nosso trabalho. Muitas vezes não tão rápido como a gente gostaria, mas sempre observando uma melhora. Eu acho que é importante, bem aquilo que você falou, antes de implantar quatro pelotões a mais que não vou ter condições de suprir, eu já tenho fazer que esses seis que já tão aqui funcionar.

M: Você consegue encontrar com o Comando com bastante frequência? Você é chamado para Boa Vista?

A: Relativa frequência, o contato eu tenho constante. Telefone e Internet, com o Maj. Bulcão então eu falo com ele quase todos os dias. Com Internet aqui, não está essas coisas, mas consigo, eu tenho contato com Boa Vista o tempo todo. Internet, telefone e rádio. Não estamos isolados. Se acontecer alguma coisa isolado nós não estamos. Em termos de reunião de contato pessoal, para ter um contato com o Comando do Batalhão, do CEF, com relativa frequência, na média de uma vez por mês.

M: Em relação com a fronteira, a gente está aqui na fronteira com a Venezuela, há algum tipo de trabalho específico? Por exemplo, Bonfim, lógico você deve conhecer (ou não), mas tem como cidade um tráfego muito maior, né?

A: Aqui em Normandia não. O trânsito de pessoas aqui é irrisório. Muitas das vezes ilegal, nós temos que ficar amarrando. Mas aqui Normandia não. Porque na nossa faixa de fronteira aqui no PEF na área de responsabilidade, com a Guiana, com a Venezuela, que está bem distante, inclusive, muito pouco provável, pouco provável aqui.

M: Então o fato de ter a Venezuela aqui como vizinha, conhecendo o perfil do país, não traz nenhuma preocupação?

A: Aqui em Normandia não, até porque o nosso trecho aqui no nosso PEF com a Venezuela é pequeno. A maior parte aqui é Guiana.

M: e uma área com pouca população.

A: Aqui é a Guiana, é mais em Pacaraima e Uiramutã.

M: Então o contato talvez é mais aprofundado com as comunidades indígenas?

A: Aqui o mais importante, eu acredito, e o que a gente trabalha é o contato com as comunidades indígenas. Principalmente aquelas que ficam no meio do caminho. Brasil e Guiana, Brasil e Venezuela. é o mais importante aqui, que são as pessoas, a gente vê ela agradece, não tou lá na fronteira agora, mas necessariamente tem uma quantidade de guianense passando do lado brasileiro, e do lado brasileiro passando para o lado guianense, a gente não está lá o tempo inteiro. A gente é lá esporadicamente. Até porque o PEF tá lá, 200 km de extensão. E complicado,

M: Mas assim, essa fronteira para você é você falou que esse convívio é agradável, positivo, qual é a explicação para esse tipo de bom relacionamento? A gente sabe que nem sempre foi assim...

A: Nem sempre foi assim, o próprio Uiramutã foi um caso de um ou dois anos atrás,

M: Dois anos?

A: É, recente! É o capitão Marcelino, amanhã tu fala com ele, ele já tá se mudando, inclusive, ele vai te contar a história muito melhor.

M: Eu vou tentar falar com ele pelo Skype.

A: O cotidiano dele é diferente do nosso. É coisa de dois ou três anos atrás, os militares não eram bem recebidos pelos indígenas, lá.

M: Mas qual era a justificativa, a presença mesma?

A: É existia uma hostilidade...

M: Ou era entre eles, e vocês tinham que fazer?

A: Isso, o trabalho do Cap. Marcolino entrou justamente nessa questão aí, ele conseguiu com o Comando dele comprar essa antipatia que os indígenas tinham com os militares do

Exército. E agora ele já circula por lá, ele já foi recebido por algumas comunidades. Mas até pouco tempo atrás não acontecia dessa forma. Porque aí tem toda a questão da legislação indígena, a legislação indígena da autoridade, o tuxaua, o chefe da comunidade querer barrar a entrada de pessoas estranhas, tá escrito na Lei, aí entra em conflito, qual a lei que prevalece mais que a outra ? O Exército, na faixa de fronteira tem poder de polícia e pode teoricamente entrar onde quiser! Dentro da Lei. Mas o indígena pode barrar o cara de entrar na comunidade porque a Lei diz que pode barrar porque a terra é dele!

M: Já foi o caso aqui?

A: Aqui em Normandia não! Mas em Uiramutã já aconteceu, do tuxaua barrar: « vocês aqui não vão entrar ». Aí aparece com flechas, eles não são ameaças para a gente, mas o quê que a gente vai fazer?

M: A questão depois é o problema político, para poder passar...

A: Político-humanitário, né. Porque nós vamos usar a força contra os indígenas? São pessoas que defendem o problema delas, e volta semana que vem, e vai ter conflito de novo, aí volta na outra semana, aí o tuxaua senta para conversar, e até resolve o problema e pode entrar. É muito comum acontecer esse tipo de coisas. Aqui em Normandia nós não tivemos esse problema não. Eu acho que num passado muito distante. O PEF aqui sempre ajuda muito a comunidade, com diversas coisas. Então as comunidades aqui são carentes, as comunidades indígenas de modo geral, precisam de tudo. O pessoal aqui precisa de tudo. Eles precisam de médico, o médico do PEF vai lá, para ver as crianças, dá um remédio para o bebê, parece pouca coisa para nós, mas para as pessoas que não tem nada, é muita coisa.

M: Eu não tive ainda a oportunidade de ter esse convívio com as comunidades, por conta da dificuldade do acesso e também eu não sou antropólogo, a questão indígena vai aparecer, mas mais na visão do Exército, principalmente, mas às vezes essas lideranças (indígenas) elas ficam mais em Boa Vista, do que aqui. No caso do Acre, existia essa questão do extrativismo, da madeira, (interrupção) mas essas comunidades tinham um papel no desenvolvimento sustentável, tinha toda uma agenda, aí atraía também ONGs, então o cara tem que ficar em Rio Branco para ficar interagindo com esse pessoal, para pegar um voo para Brasília, se for o caso, se tiver que ir, etc.

A: Particularidades das comunidades aqui da região de Normandia, a meu ver, porque eu não percorri o restante do Estado, mas o município de Normandia é bastante carente de tudo, em regra geral, menos de recursos naturais. A maior parte dos recursos naturais que são interessantes para o extrativismo, que é o que nós temos aqui, do garimpo, da (inaudível) e assim por diante. Então a gente analisar Auaris e Surucucu, a parte de Raposa Serra do Sol que eu conheci, porque existem reservas de diamantes, de ouro, lá em Uiramutã, o restante que é do rio, esqueci do nome do rio, que é o rio que percorre Surucucu, passa pela região da área de responsabilidade do PEF de Surucucu e o PEF de Auaris, aqui em Normandia não tem nada! Normandia não tem nada! Estamos aqui realmente marcando a presença na região de fronteira.

M: E essa população que vive aqui na fronteira, a maioria é famílias que se aproximaram do PEF? Pequenos comerciantes?

A: No princípio, pequenos comerciantes, e nas comunidades indígenas são pessoas que vivem de agricultura familiar, quando tem, senão de assistencialismo. Boa parte de assistencialismo, eu já cheguei em comunidades indígenas com cerca de 90 pessoas, que com a renda que fazia, que plantava mandioca, que trabalhavam o que fosse, só tinha uma família, as outras 20 e pouco, viviam de alguma bolsa. Bolsa FUNAI, bolsa Família, bolsa que nem sei. Vivem de assistencialismo. Eu acho complicado. A região tem clima propício para agricultura.

M: Olhei e pensei parece com o Acre, tem fazenda de 20 mil, 25 mil cabeças de gado.

A: Não tem. Aqui tem plantação de arroz. Tinha mais, mas com a questão da demarcação das Reservas, foram expropriados. Então não tem mais. Realmente não tem, você percorre vários trechos de lavrado, você vê uma comunidade indígena ou outra, ou ali, outra aqui, você não vê nada. Você não vê nada.

M: Então a tendência é que a comunidade de Normandia não cresça.

A: Tá bastante estagnada. Difícil de crescer. Ela cresce em função do município aqui da sede. Então se o município da sede de alguma forma, fomentar alguma coisa para que cresça fatalmente as comunidades vão estagnar. É provável.

M: Sei que foge um pouco do assunto sobre o Exército, mas minha tese também é sobre justamente mostrar também a questão do desenvolvimento, porque não adiante você ter

segurança sem desenvolvimento e vice-versa. E era uma visão da década 1970 e unilateral, e era uma visão da época. Eu fui numa lojinha de turismo na rodoviária, você acha que é um programa da FUNAI. Você acha que tem potencial turístico aqui? Eu lembro que comecei a comentar, será que não existem cachoeiras?

A: A lojinha foi iniciativa da própria prefeitura, da prefeitura. Eu fui convidado para a inauguração. Foi uma iniciativa do prefeito, de um partido acho, ou do governo do estado. Foi uma iniciativa do prefeito. Que queria, pelo menos deu para entender que ele queria ter um lugar para recepcionar os visitantes, para dar um bom aspecto aí. Mas turismo aqui cara... O turismo é inexistente. O potencial turístico aqui? Eu não vejo potencial turístico grande, a única coisa que tenhamos aqui é o lago de Caicaru (verificar), mas guardando as proporções... Eu conheço diferentes partes do Brasil, a própria profissão me proporciona. Eu já fui até o Rio Grande do Sul e voltei, o Centro, Rio de Janeiro. Pessoalmente eu acho que só não conheço Mato Grosso e esses estados do Nordeste. Potencial turístico, eu não vejo potencial turístico.

M: Até por conta dos acessos. Se não tiver acesso, não tem jeito.

A: Não tem acesso, não tem pessoas, realmente não. Acho que o único turismo que o estado de Roraima teria para atrair pessoas, vamos dizer, que são turistas que têm dinheiro para gastar, é o Monte Roraima. A região de Uiramutã, que têm um potencial grande.

M: Tive um amigo que foi, e depois teve que ir para Santa Elena...

A: Na verdade, é pelo (inaudível)... minha esposa na verdade está querendo fazer essa viagem, para o fim do ano. Talvez a gente faça essa viagem. Mas aqui, no restante do estado de Roraima, não vejo...

M: Difícil...

A: Difícil,

[interrupção da entrevista: entrada de um sargento, marcando sua folga para o fim de semana]

M: Essa parte é importante, poder sair? Como recurso humano, você é quase um gerente...

A: Eu sou um gerente!

M: é verdade, você tem vários papéis. É importante para manter o moral da tropa?

A: Muito importante! Principalmente para os sargentos. Porque para a realidade do cabo/soldado, que é regional, é diferente da realidade dos oficiais e sargentos. Ele é de Minas Gerais, a esposa é natural de MG e os filhos são naturais de MG. Como te falei eu trouxe a minha esposa de SP para cá. Diferente do cabo que vive aqui e fica na própria cidade. Porque a família dele é da comunidade do Cicamarica. Agora, o sargento ou oficial não. Mas depende do soldado, porque lá em Boa Vista, você fica acomodado. Você vai no mercado para comprar um chocolate. Não tem. Lá em Boa Vista tem chocolate.

M: Tive muita dificuldade aqui para tomar café da manhã. Nem na própria pousada!

A: O próprio soldado que não tem alojamento, daqui, ao invés de ficar aqui ele vai para Boa Vista! Vai fazer compras, vai para o supermercado, é assim...

M: Está tudo tranquilo? Podemos continuar?

A: Pode continuar.

M: Se você tiver um horário, alguma coisa pode me falar.

A: Tranquilo.

M: Eu gostaria de falar um pouco do trabalho interagências, novidade, para mim, quando comecei a estudar essa questão. Acho que é maneira como o Exército e outras forças de segurança pública ou de defesa, né, da Defesa Nacional, vão conseguir, talvez, diminuir o custo global das operações. Se é assim, não somente por conta dessa questão orçamentária, mas também para partilhar informações, você acha que é por aí? É o caminho?

A: Com certeza, sem dúvida nenhuma! Porque a operação, quando o Exército trabalha com a Polícia Federal e vice-versa eu acho que é melhor para todo mundo. Eles têm informações às vezes que a gente não tem. E aí, as vezes a gente percorre uma faixa de fronteira que o camarada da PM foi lá e não viu. Então é competência normal da PM, da Polícia Civil, ah: fomos lá na comunidade tal, vimos esse camarada assim, assim assado. Então é provável que seja um traficante. Traz drogas da Guiana e vende. Mas não conseguiram pegar ele lá. Então a gente passa a informação para a Polícia. E as vezes vice-versa, a gente tá querendo percorrer uma faixa do rio, para procurar pontos de a

travessia que o pessoal tá usando com mercadorias ilícitas. E às vezes a PM de Normandia tem policiamento de rua, tem uma pessoa que dá uma informação. É inestimável essa troca de informações. Não tenho dúvida nenhuma que o caminho é esse aí.

M: E a comunicação é tranquila, assim?

A: Aqui, eu como representante do Exército em Normandia, tenente da PM e o delegado aqui da PC, pelo menos aqui no meu universo a relação é perfeitamente normal. A gente conversa inclusive com todo mundo no mesmo lugar. Nós não temos problema nenhum com o pessoal daqui. Eles têm conhecimentos em certos lugares. Eu tenho conhecimento em certos lugares, mas o Exército não foi assim sempre. Mas desde que estou aqui, tenho um relacionamento extremamente saudável. Sempre que um possa ajudar o outro, sempre ajuda.

M: Vocês conseguem ter outros contatos com outros municípios? Ou é difícil?

A: Difícil, em termos de (inaudível). Ficamos no nosso quintal.

M: Você falou bastante com relação aos indígenas, gostaria que você falasse um pouco da relação com os fazendeiros, mas não deve ser tanto, né?

A: Só conheço um fazendeiro.

M: E a população, de modo geral? Você falou bastante da questão indígena, com os atores públicos, por exemplo, o governo estadual, você acha que precisa melhorar?

A: Tenho uma opinião, mas é muito delicado. Como cidadão, tem que melhorar muito! Tem que melhorar muito. A atuação do governo do Estado. E minha opinião como militar...

M: Você chegou tem pouco tem também... é um pouco difícil de ter perspectiva sobre...

A: Para mim não acho muito difícil de ter uma perspectiva não, porque apesar de estar aqui pouco tempo já andei bastante... Já andei bastante. Em toda essa parte aqui do Estado. Cheguei nos limites de Bonfim, de Uiramutã. Tem que melhorar muito! Aqui, meu ponto de vista como militar, com a Prefeitura de Normandia, acho que faz o que pode. Mas tem que melhorar muito. Tem que melhorar muito. E nossa interação aqui, Exército com governo municipal, governo do Estado, também tá no nível das outras forças de segurança pública. Eu tenho passe livre para conversar com qualquer prefeito,

quando a gente precisa resolver um problema, de interesse da cidade, a gente às vezes desenvolve trabalhos com a população, com o apoio do EB...

M: São as ações cívico-sociais? Você pode citar algumas?

A: Acho que mais dá assistência aqui é o PEF, atendimento para duas comunidades indígenas, trouxemos lanches, as crianças ficam feliz. Fazemos uma palestra odontológica, e trouxemos o pessoal da Secretaria de Educação. Essa aqui foi a mais recente dentro do PEF. Começo de julho. Foram uns dois dias. E atividades na cidade nós estamos sempre participando. A Prefeitura convida a gente para prestar apoio para as atividades. Tem torneio de futebol, é a prefeitura que organiza. Então os militares dão incentivos para ficar de apoio dando segurança, para não ter quebra-quebra. Aí vai ter o pessoal tomando cerveja, aí vão ver o pessoal fardado com os cassetetes, aí eles não fazem nada. Então isso a gente faz direto. Um dia a própria creche estava com (inaudível) da prefeitura, estava sem leite! Estava sobrando leite aqui no PEF. Dei 50 kg de leite para fazer o leite das crianças. Parece simples, mas... acontece, infelizmente.

M: Você não tem tempo para ficar entediado!

A: Quando eu vim para cá teve um camarada que veio falar comigo, no PEF não tem nada para fazer! Que é parado, fica isolado, aí mudou, estou chegando aqui, não paro de fazer! Quando não tem nada para fazer, acontece alguma coisa. Tem alguém que bate na minha porta e vem pedir alguma coisa.

M: Aí tem pesquisador que aparece e faz perguntas! (risos)

A: Sempre a mesma coisa, semana passada nós transformamos (inaudível) cinco dias no PEF e o pessoal falou

M: Vocês têm poço aqui?

A: A gente tem um poço de captação aqui nosso. E a gente pega da cidade. Energia é da cidade. Temos um gerador, mas a água. Aí ficamos sem água, tu imagina! Não dá para tomar banho, não dá para fazer comida. Aí tenho cerca de 15 militares que moram, e falta comida. Aí traz a pipa de Boa Vista, aí não vem, atrasou, não sei o quê... Quebrou a direção da pipa... Essas coisas, acontece...

M: Você falou essa parte. Acho que aqui em Normandia vai ser menos importante, não vai ter tanta informação, porque você já me falou inclusive, mas não é uma área de grande fluxo, de pessoas, e de bens. A questão das « novas ameaças », tipo biopirataria, tráfico de entorpecentes, tráfico de pessoas... Aqui é contrabando e só, basicamente.

A: Tráfico de pessoa e entorpecentes.

M: Já teve várias apreensões?

A: Já, a gente acha que não tem, mas... é engraçado, você passa numa comunidade indígena e você vê que o pessoal não tem nem o que comer direito. Mas sempre tem cigarro de maconha. Aparece. Entorpecentes atravessando a Guiana *pra cá*. Tem, a gente sabe que tem. Mas é difícil de pegar. Porque a área é muito grande. Aqui é principalmente isso aí, é contrabando e começou essa coisa de entorpecente.

M: Não tem uma entrada de guianense, nessa região ou outra?

A: De guianenses?

M: É, se é para se fixar porque já tem quase um « gueto », lá em Bonfim.

A: Eu já passei na faixa de fronteira em que as comunidades indígenas, apesar de poucas povoadas, a gente dá a denominação de povoado. Porque algumas delas têm uma presença grande de guianense. Mas também eles ficam bem lá no centro. Na cidade muito menos. Na cidade tem cidadão guianense, até porque não é crime de atravessar a fronteira, a não ser que seja cometendo algum ilícito. Mas não é crime atravessar a fronteira. Tem na própria cidade, mas o número é pequeno. Mas é aquilo que te falei, a fronteira mais interessante é aquela de Bonfim. Acontece tudo lá. Tem gente indo lá, tem mercadoria, acho que as pessoas vão mais *pra cá*. Às vezes os próprios indígenas...

M: A questão agora do desenvolvimento sustentável, você acha que é possível o Exército desenvolver aqui a comunidade de certa forma ou vai manter que já existe...

A: Fala no Exército?

M: É, se o EB pode ter um impacto positivo na questão do desenvolvimento sustentável.

A: Para as pessoas? Sim, acho que pode, inclusive acho que já tem. Uma das principais iniciativas, assim, igual o que eu te falei, nós somos bem recebidos pelas pessoas na

região, porque você passa por uma comunidade às vezes, acho que foi em Monte Sinai, lá na serra, acesso difícil, não tinha como passar, fomos andando, o tuxaua, lá da comunidade, pequena, eram mais ou menos 70 e poucas pessoas, o governador que ele conhecia, era antes, antes desse aqui. Como a comunidade está isolada do resto da civilização. Já está no terceiro do último que achava que era. Então faz quase 13 anos.

M: Tem que atualizar ele!

A: É, fui lá atualizar ele. Aí a última vez que ele tinha visto um militar do Exército fazia quase dois anos, lá na comunidade dele, indo visitar. Igual a gente foi. Mas quando ele viu o pessoal do Exército ele recebeu bem. Porque vamos lá levar uma coisa para ele. Ele se sente seguro quando vê a gente lá. E os próprios jovens, de todos esses povoados da região, tem aspiração de servir o Exército. Eles têm uma aspiração grande de servir o Exército! Como cabo/soldado, como a gente absorve essa população. E é uma propaganda que é feita de certa forma de boca a boca. E acredito é feito pelo trabalho que os PEF desenvolvem ao longo dos anos. Ajudando a população ou não. Então faz diferença. Acho que ajuda muito dessa forma.

M: De certa forma você acaba mantendo uma imagem positiva e isso ajuda para a segurança também... dá uma fonte de renda.

A: Com certeza!

M: Qual o salário para um soldado?

A: O salário é de 1200/1300 reais por mês. Para a gente não é muita coisa, mas para o cidadão que mora em Normandia, o salário do soldado é... nossa senhora. O salário médio da população é de 600/700 reais, quando tem, quando trabalha na prefeitura, então você imagina um soldado com 20 anos, 19 anos, ganhando 1300 reais por mês!

M: E ainda, às vezes tem o alojamento.

A: Aí o cabo ganha quase 1800 reais por mês. O cabo de São Paulo não é nada, mas aqui em Normandia.

M: Você acha que influencia a questão do salário?

A: Claro que influencia! Acho que o jovem não acha o Exército bacana, é porque ele tem uma aspiração econômica como qualquer pessoa tem! Crescer na vida de alguma forma. Crescer dessa forma, ver o primo dele, o irmão dele, aqui no PEF dando certo.

M: É uma questão que eu fiz também com o Ten. A. Bom, eu conheço bem o Sudeste, você também, você acha que seria possível ver um dia um oficial indígena? Ou por conta do contexto, não tem como fazer escola?

A: Eu acho um tanto quando incompatível. Na minha opinião pessoal. Se eu te falar isso, pô acham que é preconceituoso.

M: Não, não, uma explicação lógica, na verdade.

A: É complicado, cara. O senso crítico que uma pessoa retrata, com todos os problemas da individualidade, é um camarada que tem o ensino médio completo. Que teve que prestar um concurso público, concorrido, para entrar numa escola de oficiais, para ficar outros cinco anos, tem que estudar, passar por avaliações, para ser oficial, você imagina, não é querendo jogar confete, imagina comandante de batalhão, a responsabilidade é enorme! Então imagina o camarada que é responsável por mais de 1500 pessoas, responsável direto! Se acontecer uma coisa com um soldadinho ele é o responsável! Quem é que vai responder por aquilo ali? Eu, no PEF, é a mesma coisa, qualquer coisa que acontecer com os meus soldados, se o soldado fizer uma besteira aqui na cidade, agredir uma pessoa, quem vai ter que dar entrevista para os jornais nos noticiários no dia seguinte sou eu, o tenente! O EB funciona assim, acho que somos muito distantes ainda dessa responsabilidade, dessa maturidade que tem que ter, que você observa pelo nível de escolaridade, de visão de mundo, de origem mediana. Ou até acima da média. Eu acho que teria que dar muita responsabilidade, pelo que a gente observa, né, para uma pessoa que não saberia administrar. Eu não vim um aqui que saberia administrar. E o Exército, como uma instituição secular, grande, difunda na sociedade brasileira, eu acho que não se pode dar o luxo de tentar a loteria, tentar a sorte... ver o que acontece! Porque se acontecer alguma coisa errada não vai ser pequena. é uma coisa errada grande, e interfere na vida de muitas pessoas, interfere na instituição, eu acho que nós somos bem distantes. Eu acho que no nível que estamos de absorber os indígenas, como os soldados, como os cabos, como referência nas comunidades, pelo menos até o momento! Daqui a alguns anos pode evoluir...

M: A hipótese que o Ten. A. falou era se era filho de militar, não sei se você, seus filhos, se você tiver filhos um dia, eles vão para a comunidade, você vai ter que colocar sempre onde você mora...

A: Pois é.

M: Pode colocar no Colégio Militar de Boa Vista?

A: Não tem! Eu não estudei em colégio militar, eu estudei em colégio civil, meus pais são civis, minha mãe é professor, meu pai é funcionário público. Eu não tenho nenhum militar na família.

M: Foi por vontade própria?

A: Foi, fiz concurso.

M: Você entrou no EB com quantos anos, 23?

A: Não, entrei com 18 anos. O concurso eu poderia ter feito com 15 anos, é que não tinha aberto, e era na faixa de prestar vestibular, UNICAMP, FUVEST, etc. Tinha o concurso para Oficial do Exército, aí vou prestar esse concurso! Passei, graças a Deus deu certo, eu comecei a conhecer a minha profissão depois que eu estava lá! Acabei me identificando, eu gostei, se eu não gostasse não teria vindo até aqui para o PEF de Normandia. Se eu não gostasse na pior das hipóteses seria um oficial insatisfeito, existe, é lógico. E estaria em SP, pelo menos tem Internet. Tem supermercados (risos)! Não teria vindo *pra cá*.

M: Isso gerou uma curiosidade, na sua família? Ou eles entenderam? Eles apoiam?

A: Minha família é super tranquila, meu pai gosta muito. Costumo dizer que o meu pai vibra mais com o EB do que eu! Tá acontecendo...

M: E para terminar, já dei uma volta mais do que grande, sobre perspectivas futuras, dificuldades no trabalho do PEF, o que você acha? O que pode acontecer daqui a 10 anos aqui?

A: Eu espero que daqui a 10 anos o PEF esteja maior. Deixado de ser um Pelotão e ser uma Companhia. Ou que na pior das hipóteses a gente tenha outros PEF. Acho importante. Acho que hoje ou daqui dois ou três anos eu não vejo possibilidade de

implantar outros PEF, como eu te falei, complicado, mas não deixamos a perspectiva de lado. Minha experiência quando trabalhei no exterior, não é que a gente queira jogar pedra para ninguém, muito pelo contrário, quando você trabalha com os militares do Exército, principalmente nessas missões de ilícitos, eu falo praticamente por todos: falta muita coisa, mas não falta vontade. Tanto que se faltasse vontade, não tinha nada aqui. Porque as dificuldades são as maiores possíveis! Os empecilhos, coisa que falta, coisa que não vai dar, então pode até faltar recurso, mas o que não falta, pelo menos o que vejo no EB é sempre um grande grupo de pessoas querendo fazer. Então costuma pensar que quando tem um grupo de pessoas querendo fazer alguma coisa, aparece! Aparece, né? Não aparece quando ninguém quer fazer nada. Ninguém quer fazer nada não aparece! Então sei que as dificuldades são grandes, vão continuar sendo grandes, eu acho, mas a tendência é o EB intensificar a presença e melhorar a qualidade dessa presença. Porque todo mundo trabalho todo dia *pra* isso. Quem está no Comando Militar da Amazônia, quem *tá* no Pelotão de Fronteira, todo mundo trabalha *pra* isso. A gente pode até progredir, se a gente tiver trabalhando *pra* isso, mesmo que demore muito, vamos chegar em algum lugar. Não que nós estejamos em lugar nenhum, tem que avançar.

M: Eu falei de maneira quase hipotética, mas você acha que um salto tecnológico, a compra de VANT, por exemplo, você acha que seria uma mais-valia para a segurança das fronteiras?

A: Do que a presença humana, você fala?

M: Não necessariamente trocando um por outro. De forma complementar...

A: Não tenho dúvidas, que qualquer apoio que nós tivéssemos no sentido de melhorar o patrulhamento é bem-vindo. Mas até chegar... eu como ponta da linha como eu te falei, até o nível de ter um VANT aqui, pensemos que o EB comprasse um amanhã, o EB compra amanhã, eu não tenho ninguém aqui que saiba operar...

M: Manutenção.

A: Manutenção, por isso que eu falo, o nosso maior problema é no âmbito do EB, quando você vai *pra* faixa de fronteira, aí você tem mais problemas ainda. Não o trabalho, mas é a logística, a nossa logística tem que melhorar muito. Aí o EB faz uma compra de VANT em Brasília, aí vem os VANT para Boa Vista, quando tiver quebrado? Os VANT precisam de manutenção periódica igual a qualquer coisa. Aí VANT que chega em Boa

Vista, mas se não chega junto com ele peças de reposição, um grupo de técnicos, ou de técnicos para capacitar os militares, para poder usar. Ou então chega um grupo de técnico, mas não chega a peça de reposição. Ou chega peça, mas quando quebra não dá para consertar. Esse tipo de coisas. Nossa logística é bastante dificultada, bastante deficiente, nesses pontos. Às vezes os nossos comandantes em Brasília, compram alguma coisa, mas para fazer chegar para a gente é difícil. Difícil de fazer chegar para o Exército. Ou então chega para a gente, mas a gente não consegue usar satisfatoriamente, porque falta alguma coisa no meio do caminho. Falta capacitação, falta manutenção.

M: Se tive um dia consolidado, né.

A: Exatamente, é um problema conjuntural e estrutural, não é um problema somente no âmbito do Exército. Quem tem que fornece a estrada para Normandia é o Exército! O EB ajuda a fazer o que pode, mas não é o Exército, poxa. Então o governo do estado, o governo federal tá todo dentro desse circuito. Tá no interesse de todos, todos nossos somos brasileiros. Não é uma preocupação só dos militares, né?

M: Obrigado pela entrevista.

Entrevista n.3 realizada com o Policial Civil José Camilo da Silva, realizada em 14 de junho de 2016, na Secretaria Nacional de Segurança Pública, SENASP, em Brasília, Distrito Federal.

J: Primeiro, vou te dar essa visão geral sobre o programa, *tá*?

M: *Tá*.

J: E a gente conversa na base mesmo. Nem deu para preparar o material, porque *tou* agoniado com outra coisa.

M: Tudo bem pode ser.

J: Mas é o seguinte, esquentando não que vai dar tudo certo!

M: (Risos)

J: Você está gravando aí?

M: Sim, sim.

J: Olha, o que a gente pode ver aqui. A estrutura, que é assim. Essa apresentação eu posso te passar.

M: Ah! Seria ótimo!

J: Copiando está, só que *tou* achando interessante. Tu vai trabalhar alguma coisa antes de 2010, 2011?

M: Não. A minha tese começou em 2012. Mas se for importante.

J: É.

M: Teve uma mudança importante?

J: É assim, porque está vendo aí? Plano estratégico de fronteira. Plano estratégico de fronteira. [não claro] [recebe uma ligação] Então, o PEF ele surge em junho de 2011. Qual é o objetivo do PEF? É assumir toda a política de segurança na fronteira, desenvolvido pelo MJ, mas como era o antigo PEFRON, não sei se já ouviu falar.

PEFRON é o Policiamento especializado de fronteira. Que foi criado em 2008 até meada de 2011. Aí o PEF veio justamente para dar continuidade a essas ações.

M: Desculpa interromper. O PEFRON já estava na Estratégia Nacional de Defesa?

J: Na realidade, é um conjunto de coisa né? Quanto tu pensa em policiamento, tu pensa em policiamento, mas, por exemplo, FFAA tem função de policiamento nas fronteiras, né. Então como a Defesa tem essa função em princípio? Aí tu considera o quê? Necessidade do apoio dos Estados, das instituições de segurança pública dos Estados, *pra* complementar esse trabalho. Do ponto de vista segurança pública. Porque uma coisa é tu defender o território nacional. FFAA. A outra é tu trabalhar a segurança pública lá no âmbito da fronteira. Que aí é PF e PRF, pelo MJ. E é claro que isso, por mais que seja função, do governo Federal, mas pensa que Estado, segurança pública, é função também no nível dos estados. E o Estado está ali na fronteira. Então, nesse sentido, tem a obrigação do governo federal, de defender a divisa, ok? A fronteira, ok. Mas o Estado também tem a função de defender a segurança pública nos limites estaduais. Aí tu pega a divisa entre outros estados, e o limite da Nação. Por isso essa necessidade, de celebrar parcerias, com os Estados, para ter essa possibilidade de trabalhar as ações federais, em parcerias juntos com as ações dos governos estaduais, em nome da segurança pública. E aí, se cria um Plano Estratégico de Fronteira, *pra* dar continuidade a essas ações do PEFRON. As ações do PEF, ele agrupa ações de três ministérios. O da Defesa, o da Fazenda e o da Justiça. Na Defesa, Marinha, Exército e Aeronáutica, normal. Ministério da Fazenda, todos os órgãos, com suas ações, projetos, e tal, para coibir o fluxo de produtos ilegais.

M: Receita também?

J: Receita *tá* lá para justamente para fazer esse trabalho de fiscalização, do ponto de vista do contrabando. E do Ministério da Justiça, que é composto por SENASP, DPF, DPRF, SNJ, ficou incumbido as ações de segurança pública. Aí em que todo tiver envolvido, com segurança pública, no âmbito de cada esfera, sempre respeitando cada atribuição de cada um. São ações complementares. Então é PF *tá* lá, mas tem auxílio das polícias estaduais, na questão repressiva, de prevenção, na questão de fiscalização, do contrabando, de tráfico de pessoas, de armas, de droga, de tudo o que puder imaginar. E mais as atividades de polícia, que são atribuições da própria polícia, como prisão em flagrante, inquéritos, laudos, e por aí vai. Dentro dessas quatro esferas aqui, quatro do início. Ô, SNJ, Sistema Nacional de Justiça, aí vem DEPEN, muito de coisa lá. Tem a

DPRF, que cuida da parte específica mesmo, da gestão das estradas. A PF, com suas atribuições. E a ENAFRON, que é a Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras, é ela *tá* no âmbito da SENASP. Então dentro do MJ, tu tem a SENASP, dentro da SENASP, tu tem, o Departamento de Planos e Projetos (DEPRO). E vou te passar tudo assim, bem [não audível]. E dentro do DEPRO, que é esse grande setor aqui, na sala aí na frente, tem esse corredor, bem na frente, tu tem o programa ENAFRON. Então é só um programa. Só que é assim, ele é tão grande, que tinha uma equipe de oito pessoas no início, hoje tem 16.

M: De oito pessoas, em 2008 ou 2011?

J: Não, 2011. 2011. Com o ENAFRON, veio uma equipe, de 7/8 pessoas, então o programa é muito grande. E pela abrangência do programa, ele é mais, parece um departamento. Não é! É um programa só, só que as ações são tão abrangentes, que teve que mover muita gente. Imagine que, dentro do programa ENAFRON, a gente desenvolveu 54 convênios. Então é muita coisa.

M: Na sua apresentação, sabe me dizer mais ou menos o orçamento?

J: Vou te passar tudo isso. Planilha e tal.

M: Então, queria ver se tem os repasses né.

J: Convênio é assim, tu [não audível] o convênio. Empenha e repassa. Teve situação que tu, celebrou o convênio, empenhou, mas não repassou. Mas a maioria tu celebrou, empenhou e repassou. O quê que diz... Ô tu vai ler e não sei se precisamos ter isso aí. Mas em linhas gerais é isso aí. Integração com as FFAA, isso aqui tá tudo no decreto. Tem o decreto já? Quando se pensou a Estratégia, e *tá* lá, *tá* bem aqui. Não *tá* aqui, mas *tá* lá no decreto também. Como é que vou implementar essas ações nos estados? Se *tou* tão longe? O quê que se pensou. Dentro do PEF. Tu cria um organismo chamado COC, que *tá* lá também no decreto. Que é o Centro de Operações Conjuntas, que seria coordenado pela Defesa. E tu cria os Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteira. Esses tocados por aqui, pela SENASP. E MJ, mas muito assim, pela SENASP. E dentro da ENAFRON, da Estratégia Nacional de Segurança Pública, a gente buscou fomentar isso, a gestão de gabinetes de gestão integrada. Porque imagine, *tá* lá no estado fronteiriço, qual é a relação que têm o estado da fronteira, com aquilo? Então precisou de um braço da SENASP nos estados. É um de esses órgãos aí, GGIF. Sem vínculo direto com a SENASP. Então o cara

é servidor do Estado, mas tem uma interlocução com o governo federal, via SENASP. E tudo o que é definido, assim, tanto no termo de adesão que foi celebrado, exatamente, em cada estado, *tá* tudo escrito o que o Estado precisa fazer, o quê que a SENASP tem que fazer. O gabinete de gestão integrada ele faz essa articulação política, da política de segurança pública na fronteira. Então tudo o que for preciso em termo de repasses, então o cara *tá* lá, para fazer essa articulação, como é que a gente vai repassar? Quais são as contrapartidas dos Estados? Qual é a da SENASP? O quê que o gabinete tem que fazer lá? Em termos de articulação? Articular com os outros órgãos, tipo PF, governo Federal, problemas de fiscalização municipal, conselho de segurança do Estado, gabinete de gestão do município, que é bom também, no município, ter um gabinete de gestão integrada, municipal. E o GGIF ele tem essa missão, de fomentar essa implementação de GGIF municipal, onde não tiver, e proporcionar que, todos esses organismos tenham uma cadeira representativa no gabinete, tudo coordenado pelo secretário de segurança. Coordenação maior, mas tem um representante, lá, no GGIF, que é o nosso interlocutor, lá na fronteira, entendeu? Nosso interlocutor é o cara que *tá* lá direto com o GGIF, e tu tem um coordenador do GGIF, que é o cara que gerencia o gabinete. Primeiro, o interlocutor faz a interlocução, o coordenador do gabinete de gestão integrada coordena todos os trabalhos, e em última análise o secretário de segurança pública, que faz a gerencia toda. O GGIF ele é atrás direto do Secretário de Segurança. Ele não tem que passar pelo gabinete de gestão estadual. Ele *tá* pare passo com o [não audível]. Alguns estados, não, a maioria dos Estados, disse que não tinha condição de criar os GGIF. Não, na realidade é assim,

M: Eles tinham que arcar mais custos que?

J: Eu acho que é mais questão de vaidades. Entendeu? Quando se cria um GGIF, tu tem poder. E de repente o cara que *tá* lá, ele não quer descentralizar esse poder. Aí continua com gabinete de gestão estadual, e criam-se câmaras temáticas dentro. O cara não vai lá com o secretário, ela vai com o GGIE. É o GGIE que vai com o secretario. Enquanto tu não cria o teu GGIF, tu fica atrelado ao GGIE. Então a maioria, sete estados não queriam. Então ok, cria-se as câmaras temáticas, e os quatro que criaram, que foi RS, PR, MT e MS, esses quatro ficaram com o GGI, com mais força, mais empoderamento, e o restante a gente deixou como câmara temática, os sete.

M: Interessante que são estados do arco Sul, né?

J: Arco central e sul, é, tu tem distribuição de três arcos, Arco norte, tu tem Amapá, Amazonas, Pará e Roraima. Arco Central, como esse negocio ele foi muito bem dividido, não se pensou em termos de região, porque aqui é região. Região norte, bacana, só que as características mudam, mas com características do Centro oeste. Aí o quê que se fez? A UFRJ puxou, *pra cá*, pro arco central.

M: Trabalho da Lia Machado?

J: Sim. E aí, tu, com essa estrutura, de quatro GGIE, e sete câmaras temáticas, nós começamos a tocar os trombados. Mas sempre pensando no fortalecimento das instituições. Com esse pensamento, agora que *tá* parado, *tá* meio parado, mas até 2014, nós tínhamos um acompanhamento mais próximo dos estados. Então tinha três encontros técnicos todos os anos, e lá, a gente sempre fomentando a criação, até que os caras não aguentaram da gente tanto falar, e aí 03 desses sete viraram gabinete de gestão integrada. Aí quando foi 2014, nós invertemos a ordem, passou a ter sete GGIF, que é atual configuração, e 04 câmaras temáticas. Só que é assim, desses quatro que têm uma câmara temática, três tão na casa Civil. Esse, esse e esse aqui, já pronto para ser decretado gabinete. Esse aqui não tem notícia, mais complicado, mas a gente ficou então com essa configuração. Sete gabinetes e quatro outros.

Bom, como vou te passar essa apresentação, não precisa detalhar, só vou te mostrar, são seis eixos temáticos, seis diretrizes do programa. Eu sempre digo que, a ENAFRON não teve um diagnostico da fronteira, porque quando tu pensa, projeto, programa, e a ENAFRON é um programa, a primeira coisa que tu tem que [inaudível], um diagnostico, a ENAFRON não tinha. Foi muito assim, não existia segurança pública na fronteira. Cria a ENAFRON. O que tinha era muito pouco. Um pequeno diagnostico, lá em 2007/2008. Mas depois que implementou, aí nós criamos, dessa estratégia, nós criamos essa de diagnostico, acompanhamento e avaliação. Ele te dá assim uma clareza do programa. Ele começa a trilhar, no rumo da pesquisa, da busca pelo conhecimento de todos os problemas da fronteira. E desse eixo estratégico, é que surgiu essa pesquisa sobre segurança pública, e no máximo de dois meses deve *tar* publicado. Ela te dá um panorama, eu vou te passar, mas não vai demorar, a gente já distribuiu para os estados, não é segredo para ninguém. Não tinha esse meio, agora tem. Esse eixo ele foi responsável por isso. Pesquisa, pela busca, pela procura do conhecimento. Nós conseguimos fazer, primeiro, acompanhamento do programa, vou te mostrar o detalhamento, como é que se acompanha

o programa. Primeiro, visitas técnicas de acompanhamento, né, tudo muito bem detalhado. Isso eu vou te passar também, o relatório, tudo o que a ENAFRON fez. Então, acompanhar o programa, é você ter essa proximidade com o estado. O programa ENAFRON ele é elogiado, com vários arguidos, dentro e fora do MJ, pelos órgãos de fiscalização, elogiam o programa ENAFRON pelo acompanhamento que ele fez. Não é para descentralizar recursos, e deixar o estado se virar na frente. É descentralizar o recurso, e fazer aquilo que está escrito na Lei. Não fizemos nada mais que obrigação. É acompanhar o convênio, é ir lá no Estado e ver de que forma *tá* sendo executado. Se os bens *tão* sendo realmente utilizados, *pro* objetivo que eles foram adquiridos, lá na faixa mesmo. Então se compra um bem, tem que ser usado na faixa de fronteira. *Tá* lá no termo de adesão. O uso exclusivo na faixa de fronteira. Então este aspecto é muito fantástico, essa coisa... Monitoramento, quando se cumpre... Essa coisa do diagnóstico, da pesquisa, que nós contratamos, de modo a ter uma política específica de fronteira, que gerou um Portaria, te passo também, pode só anotar que vou te passando depois, não pode esquecer! Termos de adesão, portaria, o relatório da ENAFRON, né. Aí o que tem aqui, eixo de integração sistêmico e cooperação. O que seria tentar justamente trabalhar essa integração na faixa de fronteira. Tem uma dificuldade, isso aí com a leitura que *tou* fazendo tu vai lembrando, tu vai escutando e tu vai desenhando, como é feito essa política da segurança da faixa de fronteira, que é muito complicado, complexa demais. Que pensa, tu *tá* lá, a, tem a questão da integração sistêmica, como é que tu vai integrar o país, com o país vizinho? Cada um com sua autonomia? Cada um com sua legislação? Bicho, f%&a. Então a gente não tem ainda, a condição de transformar isso, *pra* definir a atribuição de cada um. Dos dois lados, então tudo é na amizade. Tudo é na relação parceira, mesma, de informalidade. [Inaudível] Fala mais alto, talvez, um criminoso atravessa a fronteira, e os caras já sabem exatamente o que fazer, por isso, [não claro] e acordo com outra polícia. Prende o cara, e depois vai encaminhando um processo, lá... Dane-se o processo, eles fazem o trabalho na hora lá, de forma informal. Lá não tem, se tivesse um mecanismo, jurídico, um instrumento, que pudesse conduzir esse processo,

M: Facilitar,

J: Cara, não tem ideia. Muito. Mas mesmo assim os caras fazem na informalidade. Lá não tem. Nem na política de segurança, e do ponto de visto econômico, social e tal, tu sabe como o Mercosul *tá* né? A gente não tem um mecanismo consistente. A União Europeia tem...

M: Mas a integração é difícil.

J: MUITO, muito, a gente fez. Encomendou sete consultorias, *tá* já publicado até eu te passo. E nessas consultorias a gente tem o desenho das políticas, segurança pública nos EUA, no México, na Europa, China, Rússia, e Brasil. E a gente *tá* fazendo uma sistematização do programa ENAFRON, e considerando esse ponto de vista, da integração, da frágil integração, entre esses países. Então imagine se tivesse uma sistematização da cooperação do eixo segurança pública, política, né? Essa coisa do comércio exterior, que é muito importante, então é frágil, não tem ainda. Não tem um documento formal, um sequer, que diga assim: segurança pública, *tá* realmente trabalhada de forma cooperada. Intercooperação. Se quiser anotar aí: CIP, CIF, Consórcio Intermunicipal de Fronteira. SC,

M: Eu vi um grupo em Pacaraima,

J: Sim, SC, PR e Argentina, tu tem lá, Domício Cerqueira, Barracão, Bom Jesus do Sul e Argentina; eles são exemplos de intercooperação, mas algo assim é informal, não tem nada de formalizado ainda, em termos de cooperação intermunicipal. Tem aqui dentro, tu vai pra [inaudível] e o negócio vem *pra* cá. Política nacional uniforme. Aí tu tem um padrão de procedimentos. O quê que a gente conseguiu padronizar? Cursos de capacitação da fronteira. Padronizado, todos os estados recebem os cursos, muito parecidos. Então você tem um curso de operação de fronteira, lá. É um igual *pra* todos.

M: De ações conjuntas né?

J: As ações conjuntas, as operações, equipamentos muito parecidos também. Então a pistola, a gente adquiriu a pistola para um, mais ou menos obedecendo os padrões de cada um, os armamentos são muito parecidos. O que falta, é a gente ter um padrão de procedimentos. Como é que a gente vai fazer numa abordagem? Na fronteira, o quê que tem que fazer? Ah, não sei, cada um tem o seu. Precisamos ter um padrão. Tem que respeitar a particularidade de cada um, sempre, mas seria bom você ter um manual de procedimentos. Frente uma abordagem, num confronto, a gente ainda não tem. Inovação tecnológica, nós conseguimos adquirir cinco scanners em 2011, 2012, doação para a PRF, que faz uso na faixa de fronteira, em parceria com os estados. Conseguimos celebrar 11 convênios de radiocomunicação, digital, criptografada, para tentar atender essa necessidade de comunicação na fronteira, que é algo muito frágil. Celebramos 11

convênios de vídeo monitoramento, então *tamos* mais próximo, RR tem instalado, mandaram semana passada, três municípios.

M: Isso em parceria com o SISFRON? Ou não tem nada a ver?

J: O nosso sonho é isso, né? Mas *tá* longe. Por questões mesmo, políticas...

M: Rádio, monitoramento...

J: É só ENAFRON, é só ENAFRON, imagine, SISFRON é um sonho né? 12 bilhões que até agora, não saiu nada. Mas lá *pra* frente a gente não sabe. Mas hoje o que tem na segurança pública nos estados, é PRF, e essa coisa do ENAFRON. Se tu for ver, os investimentos são muito pequenos, 28 milhões de investimento. Então tu divide para 11 estados, 580 municípios, é nada. Mas é um começo! É claro que no âmbito na inovação tecnológica, muita gente.

Ainda tem que evoluir, imagina que, 05 escâneres, para 11 estados, 580 municípios, é nada. Então precisa, por exemplo, caminhar nessa direção, de ter mais possibilidade de melhoria da fiscalização, na faixa de fronteira,

M: E a partir do diagnóstico saber que as rotas, não estão presentes nos 580...

J: E a gente já sabe, entende? Então precisa o quê? Instala esses escâneres, moveis, para que a fiscalização se torne mais célere, hoje, estados como Paraná, Foz de Iguaçu, imagina, *tá* lá em Foz, no Paraná, e vai fiscalizar um caminhão, sei lá, carregando uma centena de sacos de alguma coisa. Em algum momento, o cara precisa furar os sacos, para saber se é droga, se é farinha, e quando tu tem um scanner, cara, tu tem algo fantástico. E vai passando, dizendo tudo o que tem dentro, rápido, sem tocar, que senão tu passa 24 horas tirando lá dos tonéis, saber se é arma ou se é óleo, o scanner passa e tira isso. É um sonho, então não tem como. E outras informações que são [inaudível] a gente não *tá* fechada a nada, *tá* sempre aberto a novas possibilidades. Hoje é com o pessoal, como te falei, a pesquisa, uma política de pessoal, gerou até...

M: Não.

J: Tu me cobre no final que tenho, tenho aqui. Ele tem, ele tem o resultado de toda a pesquisa que foi feita no âmbito da pesquisa sobre pessoal. *Tá*? Então a ENAFRON ela sempre foi assim, os 400 e poucos milhões que foram investidos, eles foram muito bem

investidos, tipo, investir naquilo que o estado precisa, e não naquilo que a gente acha que o Estado precisa. Então, faz o estudo, verifica a necessidade do Estado, e libera o repasse. *Pro* Estado adquirir... Claro, teve algumas situações, que o Estado comprou, mas foram poucas. E foi nossa, mas no geral, quem diz é o Estado. E nessa pesquisa não foi diferente. Então, a pesquisa está lá, e os policiais, gestores, todos tiveram a oportunidade de dizer: olha, para *tar* bem na fronteira, o quê que eu preciso? Preciso, capacitação, quero ganhar um pouquinho melhor, porque *tou* aqui isolado, quero contar com universidades, parcerias com a universidade. Quero ter creche para o meu filho, quero ter uma casa, uma série de coisas, que foram pontuando, e tão descritas aí. E tanto da gente insistir nesse tema, nós conseguimos publicar na forma de uma portaria, de pessoal, n. 136, novembro de 2013, também te passo. E lá tá tudo o que precisaria investir em termo de política de pessoal da fronteira. Área da inteligência da segurança pública. Então o nosso trabalho aqui, em parceria com a Coordenação geral de Inteligência, que é [inaudível] conseguiu implantar 96 núcleos de fronteira, núcleo de inteligência integrado de fronteira. Que seria justamente, trabalhar a integração na inteligência, na faixa de fronteira. Em que, dentro de um ambiente, tu teria integrado, na PC, Corpo de Bombeiro, Perícia, PRF, PF, o que pudesse. Claro que, isso aí é o melhor dos mundos, essa integração das informações. Mas no mundo real, quem conseguiu ainda é PM e PC, e muito mal. Assim, falta muito, para a gente fortalecer mesmo, nos núcleos, trabalhar em cima disso. Fomentar mais isso. Fazer mais ações específicas de inteligência. Tipo, continuar com os cursos de capacitação, realizar encontros de gestores de inteligência, de profissionais de gestão de segurança de inteligência, é importante fomentar isso. Pra gente ter esses organismos fortalecidos. Que o papel da inteligência é relevante.

M: Porque a gente às vezes pensa que é equipamentos...

J: O custo-benefício é enorme.

M: Parceria com a população...

J: Sim! Nós conseguimos aparelhar isso. E aí são os resultados, né? Como te falei, pesquisa sobre segurança pública, sobre trafico de pessoas, dados do SNJ, não sei se tenho aí, mas não sei se é relevante.

M: Mesmo no site do Ministério, deve ter...

J: Política de pessoal, acompanhamento, monitoramento, realização dos encontros técnicos, construção de macro indicadores. A ENAFRON, ela foi construída, e nós preocupados em construir esses quatro indicadores, aí foi uma parceria entre MJ, Planejamento e da Saúde, foi contratado um instituto específico pra isso. INDG? Instituto de gerenciamento acho, não lembro agora da sigla,

M: Depois eu acho.

J: INDG. INDG, depois eu vejo. Mas foi uma organização que foi contratada, para gente tentar fomentar os indicadores que seriam utilizados para medir as diversas ações do programa. Como é que tu tem um programa sem pensar na questão do acompanhamento, do monitoramento, do controle, da avaliação? E a gente pensou nesses quatro indicadores. Impacto, produto, resultado e implementação. Vamos começar de trás pra frente. O de implementação, eu *tou* escrevendo também no relatório. Implantação é todas as atividades, dentro do programa que tu conseguiu implantar. Atividades dentro dos projetos, as atividades do dia a dia, de tudo que tu conseguiu implantar de atividade durante o ano, então tu tem lá. As que tu conseguiu executar, as que tão atrasadas, as que foram canceladas, as que tu executou antes do tempo. Cada coisa que tu botasse, tudo isso. *Tá* medido pelo indicador de implantação. De resultado, imagine: tu investe 400 milhões, e aí tu pensa, qual o resultado que tu tem disso? Aí tu começa a pensar um monte de coisas. Como posso pensar, medir em termos de resultados? Bom, segurança pública, a gente pensa logo no trabalho da polícia. Primeira coisa que te vem à mente. Um sociólogo pode pensar, sei lá... Uma série de coisas lá, mas a gente pensa na maior efetividade do trabalho de polícia. Então, os homicídios, noção de roubos, aumento da apreensão de droga, arma, contrabando... Por aí vai. Produção de documento, de laudo, de inquérito, e a gente consegue medir o avanço, por meio do indicador de resultado. Então os Estados, periodicamente, eles enviam uma planilha, com várias variáveis. Diversas variáveis, que tão ali, pra cá mensalmente, pro setor de pesquisa, pra gente fazer essa análise. Então, número de homicídios, número de policiais capacitados, equipamento. Cigarro, medicamento, agrotóxico, tem outro depois eu te mostro. Produto. Tudo que, que termos em termos de ações específicas dentro da ENAFRON, tipo os convênios, cada convênio é um produto. Projetos que a gente desenvolveu por for dos convênios, produto. Então todos... Pesquisa sobre segurança pública, produto. Tráfico de pessoas, produto. Diretrizes de planejamento de pessoal, produto. Então, tudo isso a gente mediu em termo de produto. Outro tá executado desse produto. Tantos por cento

executou. Nós somos o programa [ENAFRON] que mais executou. Que libera, descentraliza 400 milhões, quanto disso tu executou? A gente executou 85% fácil. Ninguém faz isso. Pode pesquisar onde tu quiser. Dentro e fora do Ministério da Justiça. Ninguém faz. Agora é muito suor, muito trabalho. Impacto. A gente não conseguiu medir ainda. Até pela faixa temporal, que é recente, a gente não conseguiu, mas possivelmente, acho que ano que vem, dependendo da Política, andar, talvez a gente solicite uma pesquisa de vitimização, *pra* chegar naquela população e perguntar: teve IDG? INDG atuou junto com a SENASP, no Ministério da Justiça, no planejamento e na Saúde. No nosso caso aqui, pra SENASP, que dois questionamentos seriam: ajudariam a avaliar o programa da ENAFRON. Primeiro, perguntar para o cidadão, qual sua sensação de segurança, naquele município? Qual o nível de sensação de segurança? *Tá* seguro, não *tá*? Mas ou menos, de zero a dez. E outro, qual o nível de confiança nos órgãos? Então a gente acha assim. Se responder esses dois questionamentos [interrompeu a entrevista] E a gente acha assim, que respondido esses dois questionamentos, a gente vai ter uma visão, mais de resultados mesmo. De impacto que gerou na sociedade.

M: Mais qualitativo...

J: É, entendeu? Então a gente acha assim, bom como que era antes de 2011? Como é que é agora?

M: É que realmente em termos de tempo, é bem curto,

J: É curto, mas pelo menos dá uma ideia. Que é assim, o programa começou em 2011, o dinheiro entrou em 2012, os equipamentos chegaram em 2014. Então tu tem dois anos, três anos no máximo, de efetividade mesmo do trabalho. Que antes, o policial trabalhava... Não é mentira não, é verdade, o policial trabalhava com revólver de baixo calibre, e às vezes funcionava, às vezes não. Hoje, o policial trabalha com pistola .40, não falha, não falha. Melhor qualidade do mercado. Quero dizer, melhor só se for internacional, nem conheço aquela arma, lá da PF, não lembro agora, mas

M: É equipamento nacional?

J: Nacional! Só que da melhor qualidade. Então tudo que a ENAFRON adquiriu, em termos de convênios celebrados com os estados quanto de doação, foi tudo da melhor qualidade, não teve esse negócio de: vê quanto é para gente... É claro que, tu tem aqui um celular que custa 2000 reais, ai tu vem com outro que custa 10.000, ok, diz por que ele

custa 10.000. Não vamos deixar de comprar não, paga, a gente libera o recurso. Mas me diz por que tem que pagar 10.000. Entendeu? É assim. Mas não teve isso de... Ah, vou economizar, então, procura no mercado aquilo que de pior tiver. Não teve isso, é claro que licitação, sabe como é... preço, etc. Mas a ENAFRON ela nunca pensou em termos de qualidade baixa de equipamento, sempre da melhor qualidade possível. Para dar para o policial o que a gente tem de melhor. A gente nunca pensou em dar o que não tem de melhor. Método e diagnóstico a gente conseguiu. O impacto não, resultados como eu te falei, tem a planilha mensal que te mostro; Produto, todos os produtos que já te mostrei ai, e tá no relatório também. Implantação das atividades, também. Inicial, andamento, concluída, tratadas, etc. Aqui [inaudível] que são instrumentos para tentar fortalecer a integração né? Aí tem o CIF, que te falei, e essa articulação com o MRE, que é uma m&a. Resultado da política nacional uniforme. Lugar de especialidade de fronteira. A gente, de tanto fomentar, essa questão do fortalecimento das instituições, só dois Estados possuíam, olha agora, MT, MS e PR. Só três Estados possuíam, as unidades especializadas de fronteira. Ai de tanto a gente fomentar, fomentar... MT, MS e PR. Isso aí tem no site. Aí, RO, de tanto a gente fomentar, criou no ano passado [inaudível] e tem outros estados que estão se preparando para criar os seus. Então a tendência é que cada estado tenha a sua unidade especializada, futuramente. E esse caderno doutrinário que a gente não conseguiu ainda, seria tipo um manual que te falei. Eu até pedi a consultoria, mas, a consultora queria fazer aqui de Brasília. Eu não sei se era daqui onde ela morava. Mas não queria ir, lá na localidade. Aí, legal né? Fazer uma consultoria sem fazer, sem ir na localidade. A gente exigiu, disse que não queria, e abrimos mão. Resultados na inovação tecnológica. Nós temos os convênios de radiocomunicação, vídeo monitoramento, e a questão dos scanners. Já te falei da política de pessoal, já te falei. Inteligência, aqui são os investimentos da ENAFRON. Ano a ano, por projeto. Aqui execução dos convênios... Está vendo aqui? 2010, *tava* começando. Aí não *tava* tão preparado, e nem tinha projeto. Esse aqui nem *tava* preparado, nem executou. E esse, pior! Devolveu tudo. Isso aqui executou alguma coisa, esse aqui também, MS não executou nada, também devolveu. MT executou. Reparcelhamento, primeiro, convênio de reparcelhamento. Entrevistado aqui, não devolveu. Esse aqui não vai devolver não. Vai executar, esse aqui também, isso aqui eu te passo atualizado. Isso aqui, 2012. Rádio, duas partes, a primeira, em 2010. Para a implantação das torres. E depois a de 2012 para a aquisição dos equipamentos. E aí, tu tem a execução total, isso aqui, execução total. Esse teve execução total, esse aqui não. Esse aqui também total, esse vou atualizar ainda,

eu te passo. Esse, também esse e esse. Esse ainda não. Esse aqui o recurso não foi repassado. Esse aqui tá sob juros. Depois eu te passo. Isso aqui foi um sucesso total, quase 90%. Isso aqui de reaparelhamento, de 2012. Vídeo, quase todos vão executar. Alias desculpa, atualizou no final do ano passado. Só falta atualizar mas praticamente todos, os convênios de reaparelhamento de 2010 e 2012, vai reaparelhar mais de 600 unidades, só de unidades de PM, Civil e Corpo de Bombeiro. Só isso são os municípios atendidos. Os produtos entregues, já te falei. Ai, capacitação, não é? As consultorias [inaudível]. Isso aqui foi uma aquisição de pistolas, que foram doadas, em 2014. E acordos de cooperação. Termos de cooperação DPRF, possibilitou a aquisição de scanners, isso aqui é um acordo de cooperação com o SNJ que não foi *pra* frente e encontros técnicos realizados. Aqui é capacitação, no DEPAN, capacitação dos estados, tu vai ver direitinho... [inaudível] o que consegui então?

M: Ah bastante! Algo mais específico sobre o Acre, no relatório provavelmente vai ter indicadores. Queria mais talvez uma avaliação pessoal, sua experiência...

J: Eu tenho um relatório específico *pra* fazer, eu te passo.

M: Porque são os estados que visitei em 2013 e 2014. No Acre e depois Roraima.

J: Eu pedi, outros não pedem...

M: Eu preciso atualizar, como eu estou em fase final de redação da tese, queria que os meus dados fossem bem atualizados. Comecei em 2012, então o projeto tá bem...

J: E essa visão que *tou* te dando? Tá ajudando?

M: Sim, com certeza! Na verdade, eu foco mais no papel do Exército, mas acho que se a gente não falasse, se eu não falasse das ações do MJ, não faz sentido. Apesar de o Exército ter o seu poder de polícia, de ter as suas ações, elas são ligadas as ações da segurança pública.

J: O teu tema é Defesa?

M: O papel do Exército na faixa de fronteira.

J: Entendi.

M: Aí, eu escolhi dois estudos, dois casos de tri-fronteiras, que era Acre (MAP) e também na região de Pacaraima, nos PEF de lá, e por acaso eu participei desse encontro técnico. E depois eu vi que não tinha mais, 2015, 2016, parou né?

J: É... Teve aqui!

M: Aí, na época conheci um gerente lá, do projeto, que era o Alex,

J: Aham.

M: Aí fui conversando com ele e tal... E achei bem interessante, só que desde 2014, por exemplo na reunião, não havia presença das forças de polícia do vizinho, por exemplo da Venezuela, perguntando até porque, questões simples, de barreira...

J: Mas isso foi lá, porque a maioria...

M: Então, justamente, essa questão política. relacionamento do vizinho, no caso do Acre foi bem mais fácil.

J: Mas está mais atualizado, no Acre. Vou te passar ela.

M: Pode passar pelo e-mail.

J: Cara, não sei se cabe.

M: Porque eu trouxe um pendrive.

J: O que tiver de execução maior, é por conta da contrapartida, tá? No estado... [Procura o arquivo] A gente tem a implantação de forma geral, programas de ações específicas, para o estado de Roraima, não é isso?

J: Esse relatório foi uma demanda de um deputado aí, sobre o sistema, sobre o sistema [inaudível] aproveitei e fiz um relatório, *tá* lá nos investimentos, algum resultado, unidade de polícia, comparativo de homicídios, e algumas considerações que fiz. Aí *tu* dispensa aquilo que não tiver relação. E aproveita o que for bom... Ah sim, no Acre também, né?

M: Isso.

J: Não *tou* achando agora, depois procuro e vejo. Sobre a cooperação interagência, é aquilo que te falei, na falta de instrumentos legais, que possam dar uma orientação melhor para as ações que se referem aos dois países. Então, por exemplo, a PM ou a PC no Brasil,

ela não tem como desenvolver ou resolver algumas ações por conta dos entraves. Então a gente paga àquela questão, necessidade de mais ações do MRE para ter esses mecanismos consolidados. Tá tudo engavetado ainda. *Tá* lá esperando e tal, mas não sai. Os projetos do governo não saiam do papel. Aí a gente tem trabalhado de forma mais informal, né? Mas às vezes a gente tem conseguido alguma coisa. Tem essa parceria com o CIF que trabalha esses mecanismos de integração, com Argentina e Paraná, mas ainda *tá* muito aquém do necessário. E assim, o que tiver que ter aqui, essa cooperação, é sempre trabalhando essa questão do plano estratégico. Que vai além do ENAFRON, ENAFRON é dentro da SENASP, dentro do DENP, dentro da SENASP, dentro do MJ. Então a estratégia engloba tudo isso. E é ele que tem que conduzir todas essas ações juntos com os outros ministérios. E a gente ainda não conseguiu. Avaliação de cooperação entre MJ e MD. Bom, é minha opinião, e o retrato da realidade. Não dá para esconder certas coisas. Nós não temos uma integração como deveria ser feita. Estamos construindo agora um novo protocolo, *pra* ver se a gente consolida essa integração entre esses órgãos. Que tem sido cobrado pelos órgãos de fiscalização, tenho entendido que falta governança, falta a gente aproximar mais esses coordenadores do Plano Estratégico de Fronteira. Então é o MJ que conversa com o MD, Defesa que conversa com a Receita Federal, entendeu? Então, a gente precisa ter esses atores do plano principal estratégico, pelo menos isso é o mais alto plano estratégico, é bem articulado, nós não temos uma boa articulação. Falta.

M: Você acha que falta...

J: Olha só, todo.

M: Ser algo muito recente...

J: Eu diria que falta maturidade na cultura nacional da integração das ações. É claro que, cada organismo, tem sua necessidade de compartimentação de informação. Isso é respeitado. Mas tirando essa questão de compartimentação de algumas informações, as outras, aquelas que tu deve compartilhar, elas têm que ter isso de forma efetiva. As ações dos atores do três do plano estratégico, MD, MJ e Fazenda, têm que ser bem claras. E tem que ser bem claras, e planejadas de forma conjuntas, *pra* dar sentido de integração. Como é que tu pensa integrar as ações, se na hora de planejar tu não *tava* junto? Como é que um cara vem trazer um material já pronto, *pra* ti, dizendo que tem que ser daquele jeito, e tu não participou e como vai ser representativo para ti? Não faz sentido. Então, precisa, primeiro, começar planejando juntos, sabendo o que o outro *tá* fazendo. De novo,

respeitando as particularidades de cada um. Respeitada a compartimentação de cada informação. Mas aquilo que tiver relacionado à segurança pública, à Defesa, as ações de fiscalização, elas têm que ficar bem claras. Atribuição de cada um, o que cada um vai fazer, de que forma vai fazer, quais são as parcerias a ser celebradas nos Estados? Precisa disso. Precisa a participação do Estado. O Estado não pode ficar de fora. O GGIF tem que fazer parte dessa discussão, na [inaudível] nacional. Senão não anda! Como é que tu vai ter uma ação integrada se os próprios atores que são condutores políticos não conversam?

M: No que diz respeito justamente a essa articulação do GGIF, você sente uma diferença por razões históricas, até, das cidades, dos municípios, você sente uma diferença entre o Arco Norte e os arcos centrais e sul?

J: Muito! Porque é assim, o arco central e sul, com a exceção de SC, que tem câmara temática e RO, tem uma câmara temática, os outros são muito fortes! Do ponto de vista político, articulação política, eles são muito fortes. Entendeu? Então, a proximidade é maior. É claro que têm Estados que começaram com câmaras temáticas agora, e começaram a fazer uma articulação muito maior, como é o caso do Acre. Que começou a executar melhor os convênios, começou a se aproximar mais da gente [SENASP] e isso é muito bom! Para o Plano estratégico como um todo. Só que, lembra o que te falei sobre o acompanhamento? Que tem os encontros técnicos. 2015 a gente só teve UM encontro técnico. Vai quebrar tudo. Poucos interlocutores e começamos aqui. É um instrumento que deu certo e precisa ser continuado. Trazer essas experiências dos outros, dos outros atores. Juntar no mesmo ambiente, representantes do PEF e representantes de outros organismos fora PEF, então não é só os ministérios e os Estados, é as instituições de segurança estaduais pública, são essas e outros, de prefeitura, os outros órgãos ambientais do Estado.

M: Universidade?

J: Universidade principalmente. Entendeu? Então, esses organismos, eles precisam de pensar juntos, os conselhos comunitários, os representantes da sociedade civil, das organizações de bairro, ou outro organismo que representa a sociedade, precisa estar junto. Como é que vou saber, por exemplo, a necessidade em, sei lá, Pacaraima, ou Bonfim, ou Tucuí, como vou saber a necessidade, se eu não conheço as pessoas? Dentro de um encontro técnico, um dos grupos temáticos é justamente esse. Que traz a discussão da sociedade, com os profissionais da segurança pública. É um GT específico. De

profissionais de Segurança Pública e Sociedade. Pra ter esse confronto. Pra ter essa discussão. Precisa ampliar essa discussão. Tu não pode achar que só um lado tá certo. Não pode achar que só a gente tem que direcionar política. A gente tem que ter interesse na política sim, mas preciso disso. A gente não tem essa visão local. A gente tem que trazer essa realidade.

M: Deve *tar* no relatório.

J: Já te falei, que a avaliação, avaliação propriamente dita não vai ter. Que precisaria ter... *Pra* gente avaliar um programa, tu tem que trazer alguém de fora, *pra* avaliar um programa. Tu não pode avaliar o teu programa. Não existe isso. De fazer, de participar e eu mesmo avaliar. Tem que trazer alguém de fora, para olhar de fora o que tá acontecendo nele. Mas assim, os resultados, os produtos que a gente já entregou, as ações que foram efetivamente desenvolvidas, eu te dei tudo.

M: Mas essa avaliação é projetada para quando?

J: Eu espero para o ano que vem [2017].

M: E você já sabe quem será a consultoria?

J: Não, a consultoria sim, agora os questionamentos, eles contemplam bem o que a gente quer. A não ser que se pensa daqui pra lá de alguma outra forma, mas eu acho que eles são de bom tamanho pra gente ter essa percepção social em relação ao programa.

M: Só desviando um pouco, mas o programa foi lançado de 2011 até um ciclo de cinco anos ou ele vai continuando.

J: É, ele não tem.

M: Uma fase, tipo fase dois.

J: O pessoal costuma falar, o Estado é assim, né. Então ENAFRON 1 eles consideram que foi o reavaliamento da ENAFRON 2, reavaliamento de 2012, aí eles esperam o ENAFRON 3 que seria o reaparelhamento, não existe. O que existe é o início do programa, lá, em 2008, junho. E montado em 08 de dezembro de 2011. Que entrou mais o ministério da Fazenda que não estava. Em junho ainda não *tava*, ele entrou depois. Em dezembro, 08 de dezembro também. Mas assim não tem, uma data firma.

M: É isso é nos relatórios. Só *pra* algumas questões pontuais, que tem a ver minha tese mesmo.

J: Novos desafios. Já te falei de alguns, né? Essa necessidade de primeiro, a gente, pensa trazer o Ministério das Relações Exteriores para dentro do PEF. Ao invés de três ministérios, somar mais o MRE. Se a gente conseguir avançar para o Ministério da Integração, seria melhor ainda. Não sei por quê. Então esse é o nosso grande sonho, é o nosso pedido que tá sendo posto para o gabinete da Presidente. Que a gente inclua o Ministério da Integração e o MRE. MRE não precisa dizer nem o porquê né? Ministério da Integração, dentro do Ministério da Integração, tem um organismo chamado CEDIF, é Comissão Permanente para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira, tu deve conhecer alguma coisa.

M: É do PDFF, né? Plano de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira?

J: Sim, *tá* dentro. A CEDIF ela foi criada dentro do Ministério da Integração. E a CEDIF é responsável por coordenar 20 ministérios! Coordenar assim, de forma colegiada, então na hora que a CEDIF quiser, chama uma reunião, e traz, convida 20 ministérios para ali, dentro daquele ambiente. E ali, os 20 ministérios, representantes dos 20 ministérios vão buscar, então imagine 20 ministérios, Integração, Justiça, tudo, Saúde, Educação... Uma salada, que dá *pra* fazer uma festa por ali dentro. Na hora das ações de integração da CEDIF, mas elas não têm sido realizadas de forma satisfatórias, como elas deveriam ter sido realizadas, como deveria ser. E por conta disso a gente quer integrar o Ministério da Integração, porque a gente acha que se o Ministério da Integração tiver dentro do PEF, ali ele fica mais ou menos obrigado a desenvolver as suas ações no âmbito da fronteira, de forma correlacionada com segurança pública.

M: Porque você acha que ainda não teve esse... Não querem apontar mais *pra* segurança?

J: Eu acho que faltou, faltou fomento a isso. Fomento de quem deveria. É do nível estratégico da organização. Então, lembra do que falei dos coordenadores do plano estratégico? Do Ministério da Justiça, do Ministério da Fazenda e de Defesa, se viessem fazendo esse trabalho, de reunião ou de qualquer evento que tiver, que possibilitasse a articulação desses organismos, eles já teriam percebidos essa necessidade, que eu percebi, que nós dentro da ENAFRON entendemos.

M: Você entrou em?

J: Entrei em 01 de agosto de 2013, só que não era do ENAFRON, eu. Não tem ninguém aqui. Entendeu, não tem. Tem o Alex, que conhece tanto quanto eu, até um pouco mais só que, na minha aqui, de estatísticas, e até o cumprimento da própria política, não tem ninguém. Só eu mesmo, assim, Brasília mesmo. E assim, não *tou* falando isso por presunção, é a realidade. É a realidade da fronteira. Mas a gente precisa ampliar esse “scope”. A gente precisa dinamizar mais a política. Então, no momento em que, esses atores, conversarem mais próximo, mais juntos, eles percebem isso. É o que colocou isso na sua licitação, é o que a gente percebeu essa necessidade, entendeu? E aí, trazendo. E o programa é recente! Começar em 2011 é nada! Cinco anos é nada. Então, a gente precisa fortalecer esse mecanismo, a gente precisa desenvolver a segurança pública de forma integrada, com outras ações, com outros nichos, com outros segmentos, tipo: desenvolvimento. Precisa, a segurança pública ela precisa trabalhar em conjunto com ações econômicas, em conjunto com ações educacionais, em conjunto com ações de saúde, em conjunto de ações de infraestruturas. Imagine às vezes a gente fala muito isso, em policiamento orientado *pra* solução do problema. Às vezes tu [inaudível] assim, tu tem um índice de criminalidade, homicídio, o que for, de roubo em uma determinada localidade, e quando tu faz o mapeamento dessa localidade, tu percebe que as manchas mais intensas elas se localizam em determinados pontos. E às vezes, tu analisar aquele ponto de forma mais detalhada, tu vai perceber que às vezes, a iluminação de uma praça, a iluminação de uma rua, a reconstrução de um pavimento pode reduzir a criminalidade. Perceber a inter-relação entre segurança pública, que é ali o trabalho da polícia, com mais o trabalho de infraestrutura, às vezes até da educação, porque às vezes é até a questão de sensibilidade. Sensibilizar e não conscientizar, que não gosto desse termo para isso. Sensibilizar a unidade escolar, que determinados horários são perigosos, para andar naquela rua. Ou, sensibilizar a comunidade escolar sobre, reivindicar junto com a prefeitura, a iluminação de uma praça. Uma rua, calçamento, pavimento, então um conjunto de coisas. Essa segurança pública ela não pode pensar apenas em termos de polícia. Não pode, é um conjunto de coisas. Educação, saúde, polícia, economia, política, cultura,

M: Tem uma dificuldade porque tem vários desses estados do Norte, que às vezes, sendo o poder na capital, ele fica bem afastado, nem sempre, mas a maioria fica assim. E será, que por questão de densidade populacional, essa própria ocupação da faixa de fronteira ela não é [inaudível] marginal né? E às vezes você tem uma questão importante, que é a

questão indígena, são outras questões, a gente está lidando com as especificidades da faixa de fronteira. Da dificuldade de como interagir? Numa terra indígena, [inaudível] como você se relaciona com o vizinho, você tem mais contato com essa cidade vizinha que às vezes com a própria capital, são coisas que o Estado precisa ver, da maneira como o Estado, e acho que você falou do Acre, o Estado tem que ser responsabilizado também. Não dá *pra* deixar somente as Forças de polícia ou as Forças Armadas, com essa responsabilidade da segurança na faixa de fronteira.

J: É um compartilhamento de responsabilidade. Digo assim: a gente tem uma grande dificuldade em fixar o policial na faixa de fronteira. Porque a fronteira não tem nada. A fronteira é marginal. Então os grandes centros de consumo, eles estão fora da faixa de fronteira. Eles estão *pro* outro lado, *pro* lado do oceano. E por muito tempo, a política nacional ela deu as costas para a fronteira. E deu as costas sim! Não é só em termos de segurança pública, equipamentos de atenção ao cidadão, uma escola, posto de saúde, melhor estrutura viária, equipamentos mesmos de consumo, tipo *shopping center*, tudo o que tu pensar em termo de consumo, a fronteira é escassa, tu tem lugar que nunca viu uma sala de projeção de cinema, por exemplo, tem lugar que não passa transporte coletivo, só moto, moto taxi, não tem! Não tem! Então a gente precisa fazer com que, as ações do Estado, aí tu trabalha com Federal, Estadual e Municipal, que elas cheguem ao cidadão, que *tá* na fronteira, nas localidades principalmente as mais afastadas. E aí quando a gente toca na questão indígena, e aí vem lá a velha história da tutela do Estado. Indígena tu associa logo, PF e FUNAI. Parece que os caras são marginalizados mesmo. Que é pra ser assim e não é! Indígena que *tá* conectado, às comunidades tem muito tempo. Eu sei que a gente precisa, o sociólogo vai me “matar” a gente precisa respeitar sim, da originalidade indígena, o cara que quer manter a cultura, bacana, beleza, mas é preciso que esses povos, eles sejam e tenham os mesmos benefícios que a gente. Que não sejam marginalizados, que não tenham que se alcoolizar, se matar, por conta desses incentivos, que parte fora da sociedade. Tu sabe dos casos de suicídios indígenas. Cada um com suas motivações, mas tu percebe isso, tu entende o afastamento dessas comunidades. E não é *pra* ser assim,

M: A própria população busca isso. O tenente lá no PEF, até pela própria questão do emprego, para o soldado é renda. E também para viver, né?

J: Então, é preciso incluir essas comunidades, respeitando, claro mais uma vez, os sociólogos, respeitando a questão da cultura, né, da continuidade das culturas indígenas, da preservação da cultura indígena. Inovação tecnológica eu te falei.

M: Essa é a parte mais recente, não é preciso fazer futurologia, se não souber.

J: Não tem o que não querer, por exemplo, até 2014, quase 400 milhões direto, de repasse.

M: Era o total ou cada um?

J: 2011 até 2014. Vou te passar os dados tu vai ver.

M: Não é porque acho que é um ponto importante né? Essa questão do orçamento, na minha tese começou a crescer, a partir de... *Tava* justamente analisando as estatísticas, sem dinheiro...

J: Aí 2015, se tu for lá, no Portal da Transparência, Planejamento, tu vai ver lá que teve dotação, de 2015, 17 milhões mas que não foi repassado. Mas 2016 começou com 12, já tá 13,400 já está em um milhão e 400. Não teve o que dar para fazer tudo. Mas isso tem lá, no orçamento. Mas o que posso te dizer assim, 2011-2014, quase 400 milhões. Agora eu espero nada de vultoso para os investimentos da fronteira, de trabalhar a gestão estratégica na fronteira na política, por exemplo de Estados adquirindo equipamentos, etc. O quê que precisa agora? Utilizar esses equipamentos. Saber como estão sendo utilizados. De que forma está sendo compartilhado, entre as diferentes polícias, entre as diferentes forças de segurança pública. De que forma está sendo distribuído no Estado? Isso é importante agora! E claro, aqueles que carecerem do reaparelhamento, que seja planilhado, que seja orçado, e a partir desse orçamento, específico, por Estado, que a gente possa fazer a descentralização de recursos específico para isso. Seja pra reaparelhamento, outra coisa que me tocou, mas é de fundamental importância, que é a infraestrutura da faixa de fronteira, da segurança da faixa de fronteira, tem delegacia que não tem condição de receber nem policial nem cidadão, assim como tem batalhão da polícia militar, que carece de recursos, então isso eu diria assim, é o ponto básico para nós hoje. Investimentos em obras de construção e reforma, e naquele que couber reaparelhamento para aqueles que realmente carecerem de algum equipamento.

M: Essa parte dos Estados, você acha que tem que participar mais?

J: Sim! Como é uma relação muito parceira, desde o início, é preciso que, eu sempre digo, quando visito os Estados, eu sempre digo: olha, não deixem abrir uma portaria ou um edital para vocês deixar de construir esses projetos. Construam logo, construam hoje. O quê que preciso para hoje? O quê que preciso para daqui um ano? Planilhe isso, transforme em projeto, é fácil. É tranquilo, eu sei que dá trabalho,

M: E talvez falta experiência às vezes?

J: Sim, está faltando pessoas qualificadas. Mas tem, alguns Estados têm! Já coloquei até isso como uma das prioridades, fazer curso de gerenciamento de projeto. Só que não foi pra frente porque [inaudível] que faz essa parte, de capacitação de pesquisa. Mas eu sei gerência, que qualifica as pessoas na área. Precisa ter um corpo técnico, adequado, cadastrado, precisa ter um escritório de projeto, para produzir esses projetos. Para que na hora que abrir um edital, uma portaria ou um recurso, não só no SENASP ou no MJ, mas que qualquer outro organize. Na hora de abrir você está ali, com seu projeto pronto. Se couber no edital, na portaria, o recurso, você inscreve. Inscreve o projeto. Se não couber, espere o próximo momento. Se der pra ajustar, fizer ajustes, bacana, mas tu precisa ter isso. Tem que ter um banco de dados de projetos. Entendeu? Sempre. Que na hora que surge o recurso tu *tá* lidando. Então isso é o que a gente tem hoje. Deve ter uns 3, 400 esse ano. Mas que a gente deve investir em obra de construção e reforma, e para 2015 a gente *tá* escrevendo agora. 2017. Não sei se atendeu?

M: Sim, sim!

J: Isso tu vai encontrar lá. Nas planilhas de orçamento. Ministério de Planejamento, e eu vou te passar. Pô a gente já discutiu vários temas né? Não só no âmbito da segurança pública, mas também no âmbito das outras áreas, do conhecimento. Só *pra* reforçar que é importante a integração dessas áreas, pra gente ter uma efetividade da política pública para o cidadão, na faixa de fronteira. Entendeu? Em todos os requisitos. Político, social, cultural. E se a gente conseguir atender essa plataforma, a gente proporciona melhoria na qualidade de vida para o cidadão. O cidadão só quer isso! Ele não quer ter luxo naquele momento, ele quer ter o básico, e ele não tem! Ele quer ter uma escola *pro* filho, ele quer ter um posto de saúde na hora que precisar.

M: Eu vi isso com o programa Luz para todos, uma questão básica, a gente que tá acostumado a morar numa cidade, é coisa simples, uma transformação

J: É!

M: Obrigado.

[analisa a tabela]

É a mais nítida demonstração de falta de preparação. Não é porque ele não quisesse, é porque não tinha preparo na época! Não sabia nem por onde fazer, nem como começar! Aí, eu quero instalar torres de radio-transmissão. Aonde? Não sei... *Pra* que? Podia até ter encomendado uma consultoria, que ia lá, faz estudo no terreno, dizia mais ou menos quantas torres precisaria, tem empresas que faz isso. Nem isso. E aí, perdeu.

[avaliação]

Os países ditos desenvolvidos, eu me arrisco a dizer, praticamente todos, os caras desenvolveram um sistema de comunicação, buscando justamente atingir as populações. E essa seria a nossa necessidade maior. Atingir essas populações, atingir as instituições de segurança pública que carecem de mecanismos de comunicação, isso é o básico, pô! Isso aqui é básico *pra* nós! Isso aqui tem que ser básico na fronteira! O cara com a viatura, lá na ponta, no posto, ele tem que *tar* com o rádio direto, não pode chegar um momento que entrou numa área e que não tenha! Isso não pode! Às vezes uma vida depende de um rádio lá! Entendeu, então isso é essencial! A gente não pode abrir mão disso! E ainda falta muito ainda! Isso é o mais atualizado que têm! A gente ainda não conseguiu, a primeira parcela em 2013, a segunda em tramite pra 2014, falta uma parcela ainda pra esse, esse,

[avaliação]

M: Vocês conseguem perceber se existem “bons alunos”? Aquele estado que se empenha, que mostra e outros que ao contrário, que...

J: Pois é, é o que estou falando, a gente, trabalha sempre fazendo esse acompanhamento próximo, é aqui do lado, setor, o cara tem dificuldade, a gente fez isso. Isso em 2014, 2014, 2015, principalmente no Norte, a gente foi lá, conversou e eles começaram a melhorar. Principalmente esses aqui que foram visitados.

[avaliação]

É importante que a gente tenha ainda, senão essa fase não vale mesmo. Esses aqui já perderam, eles não executaram! Aí o convênio não foi prorrogado. Esses mostraram execução, logo, esses aqui também, e que deve devolver o dinheiro é esse aqui.

[avaliação]

O programa ele vai terminar com execução entre 85 e 90%, formidável! E te falo em termos de nível mundial mesmo, porque 5 a 10% dos projetos são concluídos com os recursos. O resto todo tem alteração! E desses pouquíssimos tem uma execução tão boa! A média é 60-70.

M: Isso tem a ver com o quê?

J: Acompanhamento, monitoramento, próximo, conversando, articulando, visitando, a ENAFRON faz isso também. Saber o que está pronto, o que tá faltando, saber por que tá demorando o equipamento chegar na fronteira. E com isso as execuções foram melhorando cada vez cada mês.

[avaliação]
